número 158

revista

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

julho • 2020

ISSN 1678-3484

número 158

revista

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 100, n.158, 2020.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1, (jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 158 (2020)
Inclui bibliografia
ISSN 1678-3484
Periodicidade semestral
251p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65
CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Fabricio Souza.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil
Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h
Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min
Telefone/Fax: (51) 3224-3760
e-mail: ihgrgs@gmail.com / ihgrgs.biblioteca@gmail.com
Site: www.ihgrgs.org.br
Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2018-2020
Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo
Diretor Administrativo: Hilda Agnes Hubner Flores
Diretor Financeiro: Hilda Agnes Hubner Flores
Diretor Operacional: Euclides Pinto Torres

Conselho Fiscal
José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Efetivos
Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Jefferson Teles Martins, José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Paulo Estivalet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, René Ernaini Gertz, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes
Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores
Alexandre Pena Matos, Alexandre Veiga, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Arnoldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Roberto Winckler, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Clarissa Maroneze Garcia, Daniela Marzola Fialho, Doris Bittencourt Almeida, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Henrique Montagner Fernandes, Hilda Jaqueline Fraga, Homero

Dornelles, Jaqueline Custódio, João Batista Santafé Aguiar, Jorge Stocker Junior, José Daniel Craidy Simões, José Newton Cardoso Marchiori, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana Gransotto, Marcos Pascotto Palermo, Marcus Vinicius Martins Antunes, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Stephanou, Mário Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Nádia Maria Weber Santos, Pedro Câncio da Silva, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Ronaldo Marcos Bastos, Sergio Augusto Pereira de Borja, Simone Steigleder Botelho, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Virgílio Ribeiro Muxfeldt.

Membros Colaboradores
Ayres Cerutti, Carlos Roberto Winckler, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Honorários
Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues, Earle Diniz Macarthy Moreira, Raphael Copstein, Sérgio da Costa Franco.

Membros Licenciados
Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe
Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Conselho Editorial
Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista
Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS) , Fábio Kuhn (UFRGS), Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos
Gustavo Castagna Machado (UFPEL), Márcia Piva Radtke (UFRGS), Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS), Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Secretária
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Alan Dutra de Melo (UFPEL), Anderson Romário Pereira Corrêa (PUCRS),
Ane Luise Silva Mecenas Santos (UNIT), Bruna Lima (UFSM),
Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM), Clara Natalia Steigleder (UFPEL),
Cristiano Stamm (FPTI), Daniele Borges Bezerra (UFPEL),
Débora Costa Pires (UFSC), Demétrio Alves Paz (UFFS),
Erion Marcos do Prado (UFSC), Helder Santos Rocha (UFPR),
Karine Grassi (UFSC), Karine Simoni (UFSC), Maria Regina Weissheimer (USP),
Marines Orlandi Taveira Chioveto (UNIOESTE), Renata Gonçalves Gomes (UFPB),
Rodrigo Dilelio (UFRGS), Rodrigo dos Santos (UNICENTRO),
Rute Teixeira (UFPEL)

Prefácio

A revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul lança o seu número ordinário 158, mantendo a periodicidade, o compromisso com a avaliação cega e o recebimento de trabalhos de todo o Brasil por meio de editais públicos. Um processo que demanda o apoio de editores e avaliadores, mas resulta em um periódico científico capaz de veicular com ética uma quantidade expressiva de trabalhos.

A novidade desse último período foi a nova modalidade de atuação da revista, os dossiês. São publicações típicas de diversas áreas do conhecimento e, também, da História. A possibilidade de fazê-los dentro da revista impõe uma carga adicional, mas está se mostrando bem-sucedida com a existência de duas publicações em um espaço de um ano, o que, em termos práticos, dobrará a quantidade de autores publicados pela revista no período. Esses números são marcados por serem, neste periódico, excepcionais e também normais. Excepcionais porque tratam de um único tema, são organizados por editores diferentes e com estruturas flexibilizadas de publicação - uma oportunidade de organizar materiais com grande qualidade. Normais porque, a despeito de outras formas menos rígidas, todos os artigos são recebidos por edital, tem avaliadores cegos e qualquer um, participando ou não da iniciativa que dá origem ao dossiê, podem submeter.

Assim, há agora a via dos dossiês e elas prezam, no todo, por atender as necessidades enquanto se mantém democráticos, transparentes e cumprindo as regras de publicação e do QUALIS. São tratados, no que tange aos formatos que delineiam uma revista para avaliação da área, como um número ordinário.

A respeito dos artigos recebidos, se mantém a trajetória de publicar trabalhos reconhecidos pelos avaliadores e que estejam ligados à pesquisa acadêmica. O perfil habitual é o de um pesquisador, quase sempre em processo de formação acadêmica ou ocupando posições de docência - e ele foi mantido também neste número. Recebemos artigos de todo o Rio Grande do Sul, alguns de fora do Estado.

Os assuntos foram variados, prezando pela avaliação de submissões ligadas ao Rio Grande do Sul em todas as áreas e se preocupando apenas em dar oportunidade de publicação aos mais bem avaliados. Artigos na área da Literatura, História, Geografia, Urbanismo, Patrimônio Histórico estão presentes - e, mesmo nessas áreas, com diversidade de temas e momentos. São de artigos que vão de uma aproximação de Eduardo Guimarães, métodos de pesquisa em periódicos, estudos sobre memória, identidade e representações sociais; passando por temas de pessoas e instituições que colaboraram com a construção do conhecimento e da sociedade, como o estudo sobre Frederico Guilherme de Albuquerque, a criação do Curso Técnico de Arquitetura do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul e o trabalho educacional metodista em Passo Fundo. Por fim, um grupo relacionado a locais, suas me-

mórias, com estudos sobre a criação do bairro Moinhos de Vento em Porto Alegre, da criação do Porto Público em Pelotas e os fluxos e hierarquias das cidades da Serra Gaúcha.

A nossa expectativa é que a revista continue servindo aos seus vários objetivos. O mais importante deles é trazer conhecimento de bom nível aos leitores, pesquisadores e sociedade. Igualmente, é uma via de publicação transparente, com agir adequado aos melhores procedimentos editoriais, que pode ser escolhida por pesquisadores que se debruçam em assuntos relacionados ao Rio Grande do Sul e querem publicar o resultado de seus esforços.

Ficam os agradecimentos, renovados mais uma vez, a todos os envolvidos no processo editorial - especialmente os avaliadores, que fazem um trabalho fundamental.

Porto Alegre, 22 de julho de 2020.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt
Dr. Fábio Kühn
Me. Heinrich Hasenack
Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado
Belª. Márcia Piva Radtke
Belª. Priscila Pereira Pinto
Ma. Thais Nunes Feijó
Dr. Wagner Silveira Feloniuk
Comissão Executiva

Sumário

Artigos

13 **Rarefação do sentido, plurivocidade semântica e ritmo no "prelúdio" de *A Divina Quimera*, de Eduardo Guimaraens: aproximações com os líricos modernos franceses**
Rarefaction of the meaning, semantic plurivocity and rhythm in the "prelude" of The Divine Chimera, by Eduardo Guimaraens: connections with the french modern lyricists
Mateus Robaski Timm

43 **Memória, identidade e representações sociais**
Memory, identity and social representations
Juliani Borchardt da Silva
Ronaldo Bernardino Colvero
Eduardo Knack

59 **Pesquisa com periódicos: dificuldades de pesquisa e criação de séries através da metodologia de Baschet**
Research with periodicals: difficulties of research and creation of series through the Jérôme Baschet metodology
Henrique Perin

77 **Frederico Guilherme de Albuquerque 180 anos**
Frederico Guilherme de Albuquerque: 180 years
Luís Severiano Soares Rodrigues

115 **O curso técnico de arquitetura do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul: currículos, ingressantes e diplomados**
The technical course of architecture of Institute of Fine Arts of Rio Grande do Sul: curriculums, ingressants and diplomates
Bruno Cesar Euphrasio de Mello

135 **Conexão Texas: os missionários estadunidenses e a obra educacional Metodista em Passo Fundo/RS (1920-1957)**
Texas Connection: the american methodist missionaries and the educational Methodist work in Passo Fundo/RS (1920 - 1957)
Roberto Biluczyk

161 **Proposta de modelo para estudo dos fluxos e da hierarquia espacial das cidades da serra gaúcha**
Model proposal for the study of flows and spatial hierarchy of serra gaúcha cities
Fernando dos Santos Calvetti
Isabella Omizzolo

173 **Moinhos de Vento: a formação de um bairro no contexto urbano da cidade de Porto Alegre durante ao séculos XVIII e XIX**
Moinhos de vento: the formation of a neighborhood in the urban context of Porto Alegre city during the 18th and 19th centuries
Ana Helena Dreissig

197 **"Do papel para a edificação": uma análise do percurso histórico da instalação do porto público de Pelotas-RS**
"From paper to building": na analysis of the historical path os the installation of the public port of Pelotas-RS
Thiago Cedrez da Silva
Elvis Silveira Simões
Edgar Ávila Gandra

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

219 **Instituições culturais e redes de cooperação intelectual no RS dos anos 1920: o IHGRGS e o APERS**
Jefferson Teles Martins

DOCUMENTAÇÃO

229 **Comentário sobre o diploma de sócio honorário conferido ao Marquês do Herval, pelo Instituto Histórico Provincial**
Acervo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
Luciana Fernandes Boeira

235 **Quintana e o IHGRGS: crônicas de um acervo famíliar**
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Alexandre Veiga

Artigos

RAREFAÇÃO DO SENTIDO, PLURIVOCIDADE SEMÂNTICA E RITMO NO "PRELÚDIO" DE *A DIVINA QUIMERA*, DE EDUARDO GUIMARAENS: APROXIMAÇÕES COM OS LÍRICOS MODERNOS FRANCESES

RAREFACTION OF THE MEANING, SEMANTIC PLURIVOCITY AND RHYTHM IN THE "PRELUDE" OF THE DIVINE CHIMERA, BY EDUARDO GUIMARAENS: CONNECTIONS WITH THE FRENCH MODERN LYRICISTS

Mateus Robaski Timm[1]

RESUMO

Este artigo busca evidenciar como *A divina quimera* (1916), de Eduardo Guimaraens (1892-1928), contribuiu para o desenvolvimento da lírica moderna. Esta, que foi, em muitos aspectos, uma corrente inovadora na literatura ocidental, pretendeu distanciar-se das práticas linguísticas vigentes na literatura ocidental, no final do século XIX, seja do discurso lógico-científico, seja das técnicas "realistas" empregadas pelos escritores literários. Por conta disto, Eduardo Guimaraens cultivou a rarefação do sentido, fazendo com que a significação do poema apareça de forma imprecisa, possibilitando que múltiplas e não excludentes leituras sejam possíveis das suas criações literárias. Esta técnica poética implica que o leitor participe ativamente na produção do sentido, o que faz com que a obra amplie a cada leitura suas possibilidades de compreensão.

Palavras-chave: Lírica Moderna. Simbolismo Sul-rio-grandense. Teorias da Poesia.

ABSTRACT

This article seeks to show how Eduardo Guimaraens' The divine chimera (1916) contributed to the development of the modern lyric. This, in many ways, innovative stage of Western literature, intended to distance itself from the most prestigious linguistic practices at the end of the 19th century, whether from the logical-scientific discourse or from the "realistic" techniques employed by the literary writers. Thus, Eduardo Guimaraens cultivated the rarefaction of meaning, making the signification of the poem appear imprecise, since multiple and non-exclusive readings are possible from his literary creations. This poetic technique implies

1 Professor vinculado à UFR d'Études ibériques et latino-américaines da Sorbonne Université. Doutorando na Sorbonne Université. Mestre em Teoria da Literatura, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduado na Université de Paris-Sorbonne Paris IV em Langues, Littératures et Civilisations étrangères et régionales, no percurso "Portugais" (2016). Graduado em Licenciatura em Letras, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com ênfase em Língua Francesa e Literaturas de Língua Francesa & Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa (2018).

that the reader actively participates in the production of meaning, which makes the work of art amplifies in each new reading his own significance.

Keywords: *Modern Lyric. Symbolism of Rio Grande do Sul. Theories of Poetry.*

INTRODUÇÃO

Em grande medida, os recursos utilizados por Eduardo Guimaraens (1892-1928), poeta porto-alegrense, convergem com as proposições poéticas de importantes líricos modernos franceses. Daí a presença marcante de procedimentos poéticos de Charles Baudelaire, Arthur Rimbaud e Stéphane Mallarmé na criação literária de Eduardo Guimaraens. A análise conjunta destes poetas, o brasileiro e os europeus, permite evidenciar uma série de características da revolução literária, que começou a partir da segunda metade do século XIX.

O momento histórico em que a lírica moderna surge, caracteriza-se pelo pleno desenvolvimento da segunda Revolução Industrial. Isto ajudou a desencadear o aumento das populações urbanas, devido à necessidade de mão de obra. Por conta disto, um grande contingente humano trabalhando nas fábricas pode ser visto como um processo em que o progresso da técnica reifica as singularidades individuais. Ao mesmo tempo, a produção em larga escala de mercadorias industriais contribui para a homogeneização dos bens oferecidos para consumo. Assim, boa parte da população adquire mercadorias semelhantes, dinâmica que também cerceia o desenvolvimento das singularidades pessoais. Álvaro Cardoso Gomes (1985, p. 10) percebe a Revolução Industrial através das suas próprias contradições:

> Com efeito, se a Revolução Industrial, com a automatização, economizou recursos, por outro lado, transformou o operário na engrenagem de uma máquina, ao condicioná-lo às linhas de montagem. Se introduziu a produção em série, intensificou também a brutal separação das classes sociais, com o isolamento do homem dentro da sua especialidade. Se tornou o mundo menor, com a velocidade da locomoção e com a quase instantânea captação dos fatos, através dos periódicos, por outro lado em consequência de tais meios, fez com que o homem tivesse uma imagem fragmentária do Universo.

Paralelamente, as transformações operadas no cotidiano (o uso de novas fontes de energia, como a eletricidade, o petróleo e o gás; as diversas invenções como a máquina de costura, a bicicleta, o telefone, a lâmpada), com o desenvolvimento e avanço das ciências naturais, gera uma crença no progresso e na razão, enquanto meio de compreensão do homem e da

natureza. Logo, os homens da ciência são erguidos como modelos de sucesso social. As ciências naturais transformam-se no paradigma promotor do verdadeiro conhecimento, levando as demais disciplinas, como os estudos da literatura e da história, a pautarem os seus métodos a partir dos da física, da biologia, da química.

Para além disso, o culto à ciência fez com que a linguagem lógico-descritiva se tornasse a norma de escrita prestigiada. Por este viés, o naturalismo e o parnasianismo comumente remetem a uma tentativa de descrição objetiva do real, pretendendo diminuir a participação do leitor da criação literária. A escrita quer ser tal uma fotografia da realidade. A mimeses é encarada enquanto cópia da vida. Contra este estilo discursivo vigente, aliado à visão de mundo da *razão triunfante*, que surge e se desenvolve a lírica moderna.

Charles Baudelaire é considerado por Hugo Friedrich, em *A estrutura da lírica moderna*, como o primeiro poeta que configurou artisticamente um grande número de elementos que são dissonantes, se comparados com a tradição literária anterior. Por sua vez, Eduardo Guimaraens tinha o autor de *As Flores do mal* em alta conta: as criações artísticas do poeta gaúcho convergem em muitos aspectos com as do parisiense. Assim, podem ser consideradas como características deste novo poetar certa anormalidade de expressão, visto que o sentido torna-se rarefeito, a construção de mundos pela e na linguagem, que são muito diferentes da realidade histórica, o abandono das práticas linguísticas pautadas pela razão e pela lógica, amplamente utilizadas na construção do conhecimento de tipo científico. O tipo de modernidade desencadeado por Baudelaire é estudado nos seguintes termos por Hugo Friedrich (1991, p.42):

> Baudelaire sabe que só se pode conseguir uma poesia adequada ao destino de sua época captando o noturno e o anormal: o único reduto no qual a alma, estranha a si própria, ainda pode poetizar e escapar à trivialidade do "progresso" no qual se disfarça o tempo final [...]. Baudelaire meditou sobre o conceito de modernidade numa extensão bem diversa dos românticos. É um conceito muito complexo. Sob o aspecto negativo, significa o mundo das metrópoles sem plantas com sua fealdade, seu asfalto, sua iluminação artificial, suas gargantas de pedra, suas culpas e solidões no bulício dos homens. Significa, além disso, a época da técnica que trabalha com o vapor e a eletricidade e a do progresso. Baudelaire define o progresso como "decaimento progressivo da alma, predomínio progressivo da matéria"; em outra ocasião, o define como "atrofia do espírito".

A contestação da época moderna fez com que certos poetas abandonassem um discurso pautado pela lógica e pela clareza do sentido. Este desvio da norma, dentro da comunicação, requer a participação do leitor na construção do sentido poético, visto que a poesia moderna está organizada textualmente, através de sua obscuridade, com a intenção de evocar uma plurivocidade semântica, distanciando-se de um significado único. Tal fato está alinhado com a tentativa de restabelecer o valor literário da obra de arte, que vinha sendo gradativamente perdido, com o avanço das técnicas de reprodução, e com a simplificação do conteúdo literário, fatores decorrentes da venda massificada, por exemplo, dos folhetins e dos demais livros de fácil consumo.

Em contrapartida, o postulado segundo o qual as criações poéticas modernas encontram-se retiradas da realidade histórica, isoladas enquanto obras de arte puras e intransitivas, não se mostra verdadeiro, visto que a criação de mundos anormais na linguagem foi a resposta dada pelos novos poetas por não compactuarem com a transmissão de uma literatura palatável de acordo com o gosto burguês e capitalista. O fato da literatura dificilmente conseguir escapar do seu momento histórico é analisado nos seguintes termos por Theodor Adorno (2003, p.75):

> O instante de auto-esquecimento, no qual o sujeito submerge na linguagem, não consiste num sacrifício do sujeito ao Ser. Não é um instante de violência, nem sequer de violência contra o sujeito, mas um instante de reconciliação: a linguagem fala por si mesma apenas quando deixa de falar como algo alheio e se torna a própria voz do sujeito. Onde o eu se esquece na linguagem, ali ele está inteiramente presente; senão a linguagem, convertida em abracadabra sacralizado, sucumbiria à reificação, como ocorre no discurso comunicativo. Mas isso nos leva de volta à questão da relação entre indivíduo e sociedade. Não apenas o indivíduo é mediado em si mesmo, não apenas os seus conteúdos são sempre, ao mesmo tempo, também sociais, mas, inversamente, também a sociedade configura-se e vive apenas em virtude dos indivíduos, dos quais ela é a quintessência.

Concomitantemente, o trabalho de interpretação dos poemas de *A divina quimera* (1916), bem como dos líricos modernos franceses, apresenta a singularidade de fornecer uma plurivocidade semântica, sem ser necessário ao leitor a escolha de apenas um sentido para os poemas. As diversas cargas semânticas desencadeadas pelos versos daqueles que buscaram exprimir-se a partir dos preceitos desta revolução poética muitas vezes re-

querem que o leitor faça a sua contribuição subjetiva na construção dos sentidos do texto. Para além disso, é significativo que cada leitura de um poema moderno instigue o leitor a desenvolver uma nova significação poemática, impedindo que o discurso poético seja utilizado de maneira utilitária em prol do "progresso". As diversas interpretações potencializadas pela organização textual de Eduardo Guimaraens divergem fortemente do discurso lógico-científico mais tradicional, que não admite sinonímia.

Esta carga semântica poliédrica pode ser entendida como obscuridade, mas tal qualificação se mostra positiva pelo fato de possibilitar a restituição da aura da obra de arte: cada leitura de um poema de *A divina quimera* é única, faz com que a obra de arte readquira um aqui e um agora originais. A impossibilidade de um sentido único é uma das características marcantes da lírica moderna, como será visto ao longo deste estudo.

Este artigo tem como objetivo estabelecer alguns paralelos entre Eduardo Guimaraens e os poetas que Hugo Friedrich considerou como representativos da lírica moderna francesa. O estudo de características estéticas partilhadas entre o poeta porto-alegrense e Baudelaire, Rimbaud e Mallarmé permite verificar processos configuracionais de assimilação da nova prática artística, mas também de superação, modificação ou reinvenção dos elementos literários. Este trabalho está organizado em quatro partes. A primeira busca estabelecer relações gerais entre as práticas poéticas de Eduardo Guimaraens e os líricos modernos franceses. Na segunda parte será estudado o fenômeno literário da rarefação de sentido, o qual pode garantir à poesia uma plurivocidade semântica, ou seja, um poetar obscuro pode desencadear interpretações plurissignificantes. Na terceira parte, partindo dos trabalhos do formalista russo Iuri Tinianov, será empreendido o estudo do ritmo no "Prelúdio", de Eduardo Guimaraens. Por fim, após passar por questões de origem teórica (rarefação do sentido, plurivocidade semântica, ritmo), busco uma interpretação do "Prelúdio", dialogando com uma leitura prévia feita por Donaldo Schüler.

1 Eduardo Guimaraens e os líricos modernos franceses

A vertente da lírica moderna, que possui Stéphane Mallarmé como seu centro irradiador, apesar de ser portadora de uma surpreendente heterogeneidade composicional, também possui aquilo que Hugo Friedrich (1991, p. 9 e *ss*.) chamou de *estrutura*, conceito definido nos seguintes termos: "elementos estruturais em comum ou, melhor, [...] uma tessitura básica", "características coincidentes em vários poetas", "comunhão tipológica do diverso", "elemento comum de criação", "fenômenos recorrentes". A formalização teórica de alguns elementos estruturantes de *A divina quimera*,

presentes também nos poemas de Charles Baudelaire, Arthur Rimbaud e Stéphane Mallarmé, instiga a escrita de um estudo sobre a lírica moderna que abarque elementos de *A divina quimera*, de Eduardo Guimaraens, em consonância com os líricos modernos franceses.

A aproximação de Eduardo Guimaraens com a moderna poesia francesa possui o seu particular trajeto dentro da historiografia literária brasileira. Mansueto Bernardi, em 1944, numa introdutória monografia sobre o poeta porto-alegrense, aponta Baudelaire, Mallarmé e Rimbaud, dentre alguns dos poetas que foram "os seus mestres e os seus modelos" (BERNARDI, 1980, p. 29). A busca por referências ou matrizes francesas, capazes de auxiliar na detecção de elementos estruturantes da poesia de *A divina quimera* tem sido assim um viés interpretativo de considerável importância dentro da crítica literária. Sobre o estabelecimento de pontos de contato entre obras literárias de autores diversos, Mansueto Bernardi (1980, p. 33) ressalta que a preferência de leitura e o recorrente interesse por certo grupo de autores, são processos que configuram qualquer processo criativo, mesmo desses poetas tão singulares:

> Baudelaire palmilhou com enlevo os caminhos estéticos de Edgar Poe, o que não obstou a que se tornasse o maior poeta da França. Não se trata, em casos tais, de copiar, decalcar ou imitar autores já consagrados, mas de assimilar doutrinas e exemplos, de adotar processos, de conhecer experiências já efetuadas, de escolher, em suma, as armas e os itinerários mais convenientes ao temperamento de cada um.

A propósito do recurso a uma herança literária em *A divina quimera* é possível estabelecer ao menos dois tipos de intertextualidade. A mais evidente é a nomeação explícita da homenagem. Tal caso aparece na escolha do título dos poemas, como em "Túmulo de Baudelaire" e "A Stéphane Mallarmé", na escolha da epígrafe "Quelque chose d'ardent et de triste, quelque chose d'un peu vague", extraída da estética da arte de Charles Baudelaire, e na eleição lexical, enquanto componente do verso: "Outubro, mês de Poe, como um perfume antigo" (GUIMARAENS, 1978, p. 62). O segundo tipo de intertextualidade, que, para ser reconhecida, conta com a bagagem literária do leitor, é a tessitura poética compartilhada por Eduardo Guimaraens com outros líricos modernos.

Mansueto Bernardi, para cotejar a poesia de Eduardo Guimaraens com a de Charles Baudelaire, estabeleceu relações abarcando ambos os tipos de intertextualidade apontados. Deste modo, no capítulo intitulado "*A divina quimera* e *As Flores do mal*", Mansueto Bernardi aproxima os dois po-

etas enquanto integrantes do movimento simbolista, estabelecendo uma rede de fenômenos de criação literária recorrentes, que estão presentes nas suas obras. O crítico aponta que ambos os poetas configuraram a sua literatura em oposição às poéticas românticas e parnasianas. Assim, para caracterizar o estilo poético do poeta parisiense e do poeta gaúcho, Mansueto Bernardi define o movimento simbolista:

> Qual foi, com efeito, o fim do movimento simbolista? O fim precípuo do Simbolismo foi, como todos sabem, reagir, de um lado, contra o excesso de rigorismo métrico, de descritivismo, de didatismo dos parnasianos; de outro, contra a declamação e a eloquência dos românticos (BERNARDI, 1980, p. 41).

Além do entrelaçamento permitido pela conjunção de elementos presentes nos processos criativos de Charles Baudelaire e Eduardo Guimaraens, enquanto simbolistas, Mansueto Bernardi (1980, p. 46) aponta, como chave de leitura da obra do poeta porto-alegrense, a epígrafe "Quelque chose d'ardent et de triste,/ quelque chose d'un peu vague..." extraída da teoria estética de Baudelaire:

> Não precisais ir mais longe. Tendes aí a definição e a chave de toda a obra poética de Eduardo Guimaraens. [...] Eis a característica, o motivo central, a cor mais forte, a nota predominante da poesia de Eduardo: vaga, dessa vaguidade que distingue os sonhos; triste, dessa tristeza que se confunde com a saudade do céu. Não espereis encontrar jamais, neste autor, que "torceu o pescoço da eloquência", como queria Verlaine, o conceito exato, a ideia clara, a visão direta, a construção lógica.

A chave de leitura apontada possui a sua força, já que há, sim, nos poemas de Eduardo Guimaraens um culto à expressão portadora de um sentido vago, além do gosto pela tristeza como tema compositivo da poesia, como veremos na análise do "Prelúdio".

2 Rarefação do sentido e plurivocidade semântica

Ao explorar a pertinência intuitiva de Mansueto Bernardi, pretendo explicar em que consiste o *vago da expressão*, a rarefação do sentido, valendo-me do "Prelúdio", de *A divina quimera*. Este *traço configurante*, e entendo por este conceito as escolhas artísticas presentes no texto enquanto contribuidoras para a formação de sentido, está presente no poema de abertura

de *A divina quimera*. Se as epígrafes são os pilares que sustentam *A divina quimera*, o "Prelúdio" é o frontão deste conjunto arquitetonicamente estruturado:

Das rosas do jardim a virginal tristeza
por que, por esta noite azul de outono frio,
vem embalar-te a doce e mística pureza
que reflete, a um fulgor de estrelas erradio,
das rosas do jardim a virginal tristeza?

Um desejo augural, sob o candor do linho
que do teu corpo aviva a palidez, palpita.
Perfumaram-te a carne os lírios do caminho...
Vela-a, agora, através do meu amor, Perdita,
um desejo augural, sob o candor do linho.

Tal num sonho de amor que se dilui sereno,
esqueceste a carícia rósea do sorriso;
e a tua boca sente o acre sabor terreno
de uma desilusão no destino indeciso,
tal num sonho de amor que se dilui sereno.

Vista-te o sono de dolência o odor das rosas
que espreitam do jardim, maravilhadamente,
do teu secreto sonho as horas misteriosas!
Olvidaste, afinal, o teu delírio ardente?
Vista-te o sono de dolência o odor das rosas!

Dize-me se a tua alma adormeceu sorrindo
ou se, cheia de amor, insone, se recorda
das rosas por abrir de um sonho antigo e lindo,
destas rosas febris, da sombra eterna à borda?
Dize-me se a tua alma adormeceu sorrindo!

Serás como uma vaga aparição de outrora,
como a madona singular de um Primitivo.
(Possa o teu sono ser a noite sem aurora!)
Por um mês de Maria, ao meu desejo esquivo,
serás como uma vaga aparição de outrora.

Que doce o teu palor! Que estranha a tua face!
Nimba-te a fronte um halo, um resplendor, brilhando.
Por que entreabres o olhar à alva do sol que nasce?
Vais unir, sob a luz, as tuas mãos orando?
Que doce o teu palor! Que estranha a tua face!

> Não despertes, porém, ainda que surja o dia!
> Dorme perpetuamente o sono teu sem termo,
> ó forma de vitral, Musa e Melancolia,
> que és a quimera de um espírito enfermo!
> Não despertes, porém, ainda que surja o dia!
>
> – Das vozes deste amor a musical tristeza
> por que, por esta noite de outono frio,
> vem embalar, da sombra, a tua morbideza
> que ouve e sofre, a um clarão de estrelas erradio,
> das vozes deste amor a musical tristeza?
> (GUIMARAENS, 1978, p. 23).

De fato, o que primeiro chama a atenção é a plurivalência semântica das expressões do poema, o uso do discurso metafórico, as combinações de palavras muito distantes da linguagem comunicacional. Tais constatações reforçam o paradigma da lírica moderna, no que diz respeito à rarefação do sentido, ou então, do sentido da poesia ser de difícil compreensão. Tem razão Hugo Friedrich (1991, p.15), ao afirmar que a lírica moderna "não é de fácil acesso. Fala de maneira enigmática e obscura. Mas é de uma produtividade surpreendente". Assim, este poema produz grande amplitude de possibilidades interpretativas. Esta potencialidade da linguagem poética está atrelada a uma oposição às concepções de formulações discursivas lógicas, que visam facilitar a compreensão do enunciado. Já no caso do poema de Eduardo Guimaraens, a carga semântica é sugestiva, não explora a potencialidade lógica da linguagem, mas a potencialidade poética. Por conseguinte, trabalha a capacidade que a linguagem possui de dilatar o seu sentido, a ponto de gerar camadas semânticas múltiplas. Assim, temos que nos acostumar com um novo tempo de leitura e de interpretação, o tempo da lírica moderna, onde coexiste o Nada com o Absoluto.

Quanto ao discurso poético ser mais complexo que o comunicacional, Iuri Lotman (1978, p. 39) aponta que tal característica é essencial para a existência das práticas literárias:

> O discurso poético representa uma estrutura de uma grande complexidade. Em relação à língua natural, ele é consideravelmente mais complexo. E se o conjunto da informação contida no discurso poético [...] e no discurso usual fosse semelhante, o discurso artístico perderia todo o direito à existência e desapareceria sem dúvida nenhuma.

A complexidade do discurso poético legitima a sua existência, ao mesmo tempo em que obscurece a sua compreensão, se comparada com

o uso linguístico comunicacional. Para além disso, o *vago* não se configura somente na dificuldade de apreensão do conteúdo dos versos, mas também nos níveis sintáticos e lexicais. Neste último, o vocabulário inclui expressões que vão ao encontro da criação de um sentido de dispersão: "tal num sonho de amor que se dilui sereno", "desilusão no destino indeciso", "uma vaga aparição de outrora", "clarão de estrelas erradio". Tal dispersão do significado formou-se também pela inserção de um léxico, cuja função consiste em trazer para o poema indícios formuladores de um sentido de inconstância, de não permanência. Assim, a escolha de palavras como "dilui", "indeciso", "vaga", "erradio", acaba montando um discurso calcado no tema do não fixo, contribuindo para a produção do clima vago do poema.

Além desta carga semântica, que os itens lexicais aportam, pela sua convencionalidade dentro da língua portuguesa, é, porém, o contato entre eles que gera significação, um nível além do lexical, uma *significação sintática*. No discurso cotidiano, as palavras costumam apresentarem-se em cooperação para que o sentido do discurso seja formado. Já no discurso presente no "Prelúdio", muitos versos apresentam registros lexicais que desautomatizam a sintaxe convencional da língua. Isto quer dizer que a produção de sentido não será tão imediata como a da fala comum, já que o leitor terá de procurar novas pertinências para as palavras, fugindo da obviedade de constatações habituais.

Iuri Tinianov, no estudo intitulado *O problema da linguagem poética II*. O sentido da palavra poética, analisa os diversos usos da palavra, elemento essencial da poesia, encontrando diferentes *fenômenos de unidade da categoria lexical*. Para o formalista russo, três são os tipos de fenômenos lexicais: o *indício fundamental de significado*, o *indício secundário* e os *indícios flutuantes de significado*. Se os indícios secundários promovem uma nuance, no sentido do discurso, durante a recitação, através de uma entonação diferenciada ou do uso de uma voz carregada de um tom emocional; os indícios fundamentais e flutuantes são de maior importância enquanto princípios construtivos do discurso poético.

O que autoriza "a considerar uma palavra em usos tão diferentes como uma só palavra" (TINIANOV, 1975, p. 7) é o *indício fundamental de significado* que todas elas contêm. Pensando assim, mesmo quando uma palavra, no contato construtivo com outras palavras, extrapola a utilização lexical mais evidente, como em "rosas por abrir de um sonho antigo e lindo", onde, "rosas por abrir", encontra-se deslocado, da sua acepção de "flor da roseira", esta acepção continua a agir sobre o sentido do verso porque apesar de o significado resultante ser algo diferente, restam resquícios daquele plano lexical de depreensão mais imediata. Por outro lado, Tinianov (1975, p. 16) aponta que:

> No exame da questão dos indícios flutuantes que se manifestam na palavra, a nuance lexical da própria palavra assume uma importância particular. Com o cancelamento do significado (ou seja, do indício fundamental do significado) na palavra, manifesta-se tanto mais forte a nuance genérica que deriva dele.

Assim, no exemplo referido, é necessário entender que a introdução de uma "abertura" do uso comum da palavra está de acordo com os termos construtivos deste poema, onde a linguagem está repleta de indícios flutuantes, o que representa a criatividade na representação do vago, do indeterminado, do impreciso. O progressivo cancelamento do indício fundamental abre espaço para a pluralidade semântica, pois novos significados surgem para o grupo lexical, sobretudo quando se forma uma metáfora, elemento dinamizador do discurso. A dinâmica trazida para os itens lexicais, pelo uso da linguagem metafórica, tem a capacidade de promover novas pertinências semânticas, tendo como apoio as configurações sintáticas inovadoras. No entanto, o uso da metáfora não elimina os indícios fundamentais da palavra: numa dialética, o léxico volta-se sobre si mesmo (pelo seu indício fundamental), e, ao mesmo tempo, o seu sentido multiplica-se, ganha camadas de significação, pelo contato desautomatizado com as palavras próximas, de combinação mais original que as práticas linguísticas que tendem a oferecer o seu acesso ao conhecimento pelas técnicas descritivas.

As "rosas por abrir de um sonho antigo e lindo", pela configuração do seu nível de abstração, são próprias do discurso poético moderno, já que a tensão provocada por este verso, em boa medida, vai neutralizando os indícios fundamentais, presentes nos fenômenos linguísticos mais básicos, utilizados para a construção do discurso lógico e comunicativo. Sobre a inovação linguística que os poetas modernos operaram, Iuri Tinianov (1975, p. 29), fala da capacidade, no momento da construção do discurso, de oportunizar uma *transferência do indício fundamental*, em certos elementos do léxico, como componente para a promoção da "tensão semântica", geradora de um sentido inédito para o conjunto de palavras em questão:

> Um tal deslocamento do indício fundamental dá sempre margem a uma tensão semântica; mas esta tensão semântica nasce só de uma parcial eliminação do indício fundamental; para que a metáfora seja reconhecida como vital, é necessário que na palavra se perceba seu indício fundamental, mas justamente nesta insuficiência e deslocada presença. Se faltar este elemento de eliminação, se a "luta" faltar, a metáfora morre, banaliza-se, torna-se elemento de língua.

O discurso poético moderno surge semanticamente de uma maneira poliédrica. O léxico "cotidiano" serve de trampolim e se rarefaz, ao mesmo tempo. A escolha de determinada palavra pelo seu indício fundamental, ou próprio, não é ocasional, mas possibilidade representativa, já que não é fácil esvaziar as palavras do seu sentido convencional. Entretanto, as combinações linguísticas inovadoras, próprias da lírica moderna, cheias do efeito poético da *sugestão* ou do *vago*, fornecem a possibilidade de cada leitor continuar o ato produtivo, em contínuas interpretações (reinvenções), pela linguagem do poema estar estruturada discursivamente para se opor ao esgotamento semântico. Assim sendo, Iuri Lotman (1978, p. 38) compreende o texto literário como um "organismo vivo", que adquire uma nova camada de significação a cada leitura dele efetuada:

> Tendo a possibilidade de concentrar uma desmedida informação na "área" de um texto muito pequeno [...], o texto artístico possui ainda uma particularidade: ele dá a diversos leitores uma informação diferente – a cada um segundo a sua compreensão –, dá também ao leitor uma linguagem a partir da qual ele pode assimilar a porção seguinte de informações durante uma segunda leitura. Comporta-se como um organismo vivo que se encontra numa ligação inversa com o leitor e que o esclarece.

Por produzir diversas cargas de conteúdo semântico, possibilitando interpretações singulares para cada momento de cada leitor, a construção poética pode passar como incompreensível, de sentido obscuro. Isto decorre do alto grau de sugestão presente na lírica moderna. Mas, ao contrário de considerar as inovações de grupos lexicais algo inadequado, ela ganha significação, quando o leitor compreende a sua tarefa de reconstrução do poema no momento da leitura, como aponta Hugo Friedrich (1991, p. 121), na poesia de Mallarmé, e que funciona também para a poética de Eduardo Guimaraens:

> De fato, sua lírica excita também o leitor a continuar o ato produtivo inconcluído que nela se realiza, mediante uma atividade produtiva ulterior a qual evita uma conclusão repousante da mesma forma que a poesia o evita. A infinita potencialidade na qual esta linguagem se move, só se estende ao leitor na medida em que ela o impele a uma potencialidade interpretativa de significado da mesma forma infinita. O leitor não deve decifrar, mas sim chegar ele próprio ao enigmático, onde, intuindo decifrações, mas não as concluindo prematuramente, pode até mesmo

> pensar em possibilidades de interpretação da poesia que nem sequer figuravam no plano do autor.

A amplitude semântica do poema "Prelúdio" é tamanha, que o seu leitor, aproveitando-se da potencialidade da lírica de Eduardo Guimaraens, é capaz de formular tessituras de sentido inéditas, servindo-se do que está escrito, para criar novas compreensões poemáticas, desconhecidas mesmo do autor do poema. Sobre tal significatividade do discurso poético, Iuri Tinianov, comentando criticamente uma discussão sobre lírica entre Goethe e Eckerman, estabelece a sua reflexão sobre os indícios flutuantes presentes no verso. Destarte, versos como "Perfumaram-te a carne os lírios do caminho..." e "das rosas por abrir de um sonho antigo e lindo,/ destas rosas febris, da sombra eterna à borda?", afastam-se da capacidade pragmática da linguagem comunicativa, porque: "Não há nada a comunicar; não existe uma ideia que tenha necessidade de ser objetiva; o próprio processo de criação não tem finalidades comunicativas" (TINIANOV, 1975, p. 45). Esta perda da objetividade discursiva está ligada ao surgimento de indícios flutuantes de significado dos elementos composicionais do poema. Isto quer dizer que, muitas vezes, coexistem expressões, que numa linguagem comunicacional, não fariam sentido: o que são os "lírios do caminho" que "perfumaram-te a carne"? Qual contribuição para o sentido do discurso, tais expressões – em conjunto – trazem?

Esta nova força que as palavras encontram, no discurso literário, consiste num procedimento poético capaz de desorientar uma interpretação imediata do seu leitor. Eduardo Guimaraens valeu-se dele para construir poemas (por exemplo, o soneto que começa com o vero "Como alguém que colhesse um doloroso lírio") em que o efeito do *vago* parece mais forte que o efeito do coerente. Assim, a princípio, os elementos presentes no verso não cooperam para a formação de um sentido último, fixo, mas aparecem em luta entre si, por sua coexistência dentro do poema ser divergente, ou até mesmo impossível de realizar-se na linguagem conversacional mais lógica.

Este modo de encarar o problema da plurivalência semântica de certos versos, por causa do caráter inédito, provocado pela aproximação original de elementos lexicais diversos, elimina a garantia de um significado inequívoco para o discurso poético moderno, já que persiste uma "aparência de significado" ou um "significado imaginário". A concepção de poesia como enigma é própria aos simbolistas, membros de um paradigma mais vasto, a lírica moderna. Muitas vezes, poetas, como Eduardo Guimaraens ou Arthur Rimbaud, privilegiavam, na operação construtiva dos seus versos, a evidenciação dos indícios flutuantes das palavras, sobre

os indícios fundamentais. Se no conjunto de *A divina quimera* os elementos modernos são atenuados pelas características mais tradicionais da tradição lírica do Ocidente, em contrapartida, na obra de Rimbaud, há poemas em que a ruptura com a tradição provoca o surgimento de uma "irrealidade", um universo possível de existência apenas no discurso poético. Esta perspectiva de dispersão semântica pode ser experenciada com a leitura do poema "Barbare", em que um novo mundo, um mundo irreal criado pela linguagem poética, surge:

Barbare

Bien après les jours et les saisons, et les êtres et les pays,

Le pavillon en viande saignante sur la soie des mers et des fleurs arctiques ; (elles n'existent pas.)

Remis des vieilles fanfares d'héroïsme - qui nous attaquent encore le cœur et la tête, - loin des anciens assassins -

Oh ! le pavillon en viande saignante sur la soie des mers et des fleurs arctiques ; (elles n'existent pas.)

Douceurs !

Les brasiers, pleuvant aux rafales de givre, - Douceurs ! - les feux à la pluie du vent de diamants jetée par le cœur terrestre éternellement carbonisé pour nous. - O monde ! -

(Loin de vieilles retraites et des vieilles flammes qu'on entend, qu'on sent,)

Les brasiers et les écumes. La musique, virement des gouffres et chocs des glaçons aux astres.

O douceurs, ô monde, ô musique ! Et là, les formes, les sueurs, les chevelures et les yeux, flottant. Et les larmes blanches, bouillantes, - ô douceurs ! - et la voix féminine arrivée au fond des volcans et des grottes arctiques...

Le pavillon...

(RIMBAUD, 1972, p. 144).

Neste poema, como nos versos selecionados de Eduardo Guimaraens, há a construção de um vínculo entre elementos lexicais díspares: a desordem das imagens é produzida pela potência criativa que privilegia o caos à ordem. Assim, em nenhuma realidade possível, o sono pode ser vestido de dolência pelo odor das rosas, como no caso do poema de Eduardo Guimaraens, nem os braseiros conseguem chover rajadas de granizo, como em "Barbare". O discurso poético moderno enfoca numa certa vertigem do

sentido, através de escolhas lexicais "anormais". A coexistência, no verso, de palavras que acabam formando um conjunto inabitual extrapola o âmbito do discurso rapidamente racionalizável, portador de um significado mais compreensível. A hipótese de uma única possibilidade de sentido, para tais casos, não possui força. Longe de qualquer equilíbrio semântico, talvez seja necessário encarar tais versos enquanto "equivalentes de significado", pois qualquer sentido exato mostra-se impossível. Iuri Tinianov (1975, p. 50) sintetiza a diferença entre uma linguagem que possui uma referencialidade mais evidente e o discurso que se afasta do "mundo real", nos seguintes termos:

> Existe uma grande significatividade semântica em um verso feito de palavras nas quais o significado esteja estreitamente ligado ao objeto; mas quando faltam estes liames objetivos, desaparece também o indício fundamental; em seu lugar podem emergir uma nuance lexical sua e os indícios flutuantes que se determinam na construção.

Por isso, quando predomina a cooperação entre as palavras, ativando os seus indícios fundamentais, ocorre, por esta formatação construtiva, um sentido mais delimitado para o discurso. Já quando, os indícios flutuantes sobressaem, a tendência é o surgimento, para os leitores, de uma desorientação, mas, no sentido de uma potencialidade semântica e interpretativa. Neste último caso, a inserção de metáforas fornece subsídios necessários para a abertura de possibilidades interpretativas, a partir do posicionamento sintático e do léxico inabituais. Paul Ricœur (1994, p. 9) possui uma excelente explicação, para a utilização de metáforas, enquanto maneira de escapar ao viés literal do discurso:

> Com a metáfora, a inovação consiste na produção de uma nova pertinência semântica, por meio de uma atribuição impertinente: "A natureza é um templo em que pilares vivos..." A metáfora permanece viva tanto tempo quanto percebemos, através da nova pertinência semântica — e de certo modo na sua espessura —, a resistência das palavras no seu emprego usual e, assim também, sua incompatibilidade no nível de uma interpretação literal da frase. O deslocamento de sentido, que as palavras sofrem no enunciado metafórico, e a que a retórica antiga reduzia a metáfora, não constitui a totalidade da metáfora; é somente um meio a serviço do processo que se situa no nível da frase inteira — e tem como função salvar a nova pertinência da predicação "bizarra" ameaçada pela incongruência literal da atribuição.

O deslocamento do sentido corriqueiro das palavras realiza uma inédita pertinência semântica, através de "uma incongruência literal da atribuição". Com o adensamento deste processo literário, ou seja, com o seu uso enquanto elemento para a construção de vários versos, contribui para que surja o efeito, que Mansueto Bernardi já identificara, do *vago da expressão*. A recorrência de metáforas é prática essencial para a lírica moderna de vertente mallarmaica, e Eduardo Guimaraens absorve este procedimento para a realização de pertinências semânticas inéditas. Este tipo de recurso poético é considerado próprio aos poetas simbolistas, como ficou constatado por Iuri Tinianov (1975, p. 51):

> Os simbolistas, usando as palavras prescindindo da sua ligação e relação com o indício fundamental do significado, conseguiam uma extraordinária intensificação dos indícios flutuantes, conseguiam o "significado imaginário", e além disso os indícios flutuantes, conferindo ao indício fundamental uma forte variação, transformam-se em um fundo semântico do total.

Por conseguinte, a criação de um contato inabitual entre as palavras compõe um feixe de indícios flutuantes, promotores de uma semântica extraordinária para o poema: "Não é difícil notar que a condensação dos indícios flutuantes é ao mesmo tempo uma condensação do momento semântico em todo o poema, na medida em que violenta a ambientação semântica habitual da palavra" (TINIANOV, 1975, p. 52). Portanto, durante a interpretação do poema, é recomendável desligar-se da maneira habitual de compreender o discurso, e procurar estabelecer aproximações semânticas que ultrapassem o indício fundamental das palavras, como o formalista russo bem indica, no seu estudo sobre as correlações lexicais no verso:

> Por isso os indícios flutuantes devem ser exatamente flutuantes, e a semântica imaginária, propriamente imaginária. Por isto nas palavras deve-se conservar em parte o indício fundamental, mas já um tanto anulado. Neste caso particular de "resíduos do indício fundamental" se baseia a utilização das palavras vizinhas nas suas diferentes ligações, para permitir a possibilidade de aludir aos indícios principais, mesmo estando estes em parte cancelados. [...] Se o indício fundamental desaparecesse totalmente, desapareceria também a força de penetração semântica [do] discurso poético. (Eis porque uma linguagem totalmente obscura perde toda a coloração e a intensidade) (TINIANOV, 1975, p. 53).

Com a distinção operada por Iuri Tinianov, entre indícios fundamentais e flutuantes das palavras, temos subsídios para uma melhor compreensão desta característica paradoxal da lírica moderna: a rarefação do sentido potencializadora da plurissignificação semântica.

Analisados os planos lexical e semântico do "Prelúdio", continuemos com o plano sintático, tendo em consciência que uma sintaxe obscura não é uma exclusividade da lírica moderna, pois famosas são as estruturas sintáticas da lírica barroca. No entanto, certamente uma "sintaxe obscura", no sentido da construção poética de sequências de itens sintáticos da frase privilegiando enunciados longos, valendo-se de conjunções coordenativas e subordinativas, com sintagmas invertidos, contribui para o efeito de obscuridade da poesia. Uma inversão simples, ou seja, o intercâmbio de apenas uma das instâncias frasais (sujeito, verbo, objeto) já promove o efeito de desorientação. Exemplo desta sintaxe de inversão simples, no "Prelúdio" de *A divina quimera*, está no verso: "Perfumaram-te a carne os lírios do caminho...", cuja sequência sintática, se obedecesse ao paradigma mais comum na língua portuguesa (a sequência sujeito, verbo, objeto) seria: "os lírios do caminho perfumaram-te a carne". Há também, em bom número, o trabalho de anteposição do adjetivo ao substantivo: "Das rosas do jardim a virginal tristeza" e "– Das vozes deste amor a musical tristeza". Após uma primeira leitura, recomenda-se o restabelecimento da ordem recorrente da língua, possibilitando, assim, melhor apurar a semântica lógica dos versos, servindo de base para a exploração da "semântica imaginária".

Se as inversões sintáticas simples já colocam o leitor ou o ouvinte num estado de desorientação, as inversões sintáticas complexas, ou seja, de mais de dois sintagmas frasais, contribuem, numa potência bem mais elevada, para a criação do sentido do *vago*. No "Prelúdio", como exemplo de inversão sintática complexa, temos esta estrofe, quase completa: "Vista-te o sono de dolência o odor das rosas/ que espreitam do jardim, maravilhadamente,/do teu secreto sonho as horas misteriosas!", cuja sequência sintática, se estivesse em consonância com o paradigma mais comum na língua portuguesa (a sequência sujeito, verbo, objeto) seria: "As horas misteriosas, o odor das rosas que espreitam do jardim vista-te maravilhadamente o sono do teu sonho secreto!". Hugo Friedrich (1991, p. 16), no seu livro intitulado *Estrutura da lírica moderna*, recomenda ao leitor, que face à obscuridade dos poemas modernos, tanto no plano semântico, quanto no sintático, acostume-se com esta desorientação:

> A princípio, não se poderá aconselhar outra coisa a quem tem boa vontade do que procurar acostumar seus olhos à obscuridade que envolve a lírica moderna. Por toda a parte,

> observamos nela a tendência de manter-se afastada o tanto quanto possível da mediação de conteúdos inequívocos. A poesia quer ser, ao contrário, uma criação autossuficiente, pluriforme na significação, consistindo em um entrelaçamento de tensões de força absolutas, as quais agem sugestivamente em estratos pré-racionais, mas também deslocam em vibrações as zonas de mistério dos conceitos.

A sintaxe dos versos provém de aproximações sintagmáticas não fixadas pelo discurso comunicacional, ou seja, elas estão distanciadas da sintaxe da comunicação. Isto vai de encontro com a hipótese que a poesia moderna foi uma reação contra o descritivismo fortemente disseminado pelos trabalhos científicos, de cunho nomológico (o qual não admite o emprego da sinonímia), no século XIX, e pela ascensão do jornalismo como rápido meio de divulgação de notícias, escritas no gênero discursivo do fato ocorrido, possuindo a pretensão de abarcar descritivamente o real. Este revigoramento do vocabulário e da sintaxe foi trabalhado pelos poetas modernos, seja Eduardo Guimaraens ou Arthur Rimbaud, ambos utilizaram um "estilo simbólico moderno" que transforma a significação habitual das palavras, em sinais para expressar outra coisa, sem assegurar esta outra coisa numa tessitura de sentido coerente.

3 O ritmo enquanto elemento dinamizador do poema

Se os níveis lexicais, sintáticos e semânticos do "Prelúdio" convergem para a criação do clima vago do poema potencializador da plurivocidade interpretativa; em contrapartida, a métrica, a acentuação e alguns outros procedimentos estilísticos, que compõem o *ritmo*, asseguram um tipo peculiar de rigor poético, sem, no entanto, destoar do clima produtivo de uma plurissignificação semântica.

No poema em questão, o metro é composto de doze sílabas poéticas, na modalidade do alexandrino (o verso que apresenta sílabas tônicas nas posições seis e doze, caracterizando uma cesura e dois hemistíquios). A rima, em todas as estrofes, é organizada de maneira que o primeiro, o terceiro e o quinto verso rimem entre si, enquanto o segundo e o quarto verso rimam entre si. Também o primeiro e o último verso, de cada estrofe, são os mesmos, compondo uma técnica de espelhamento, ou paralelismo, que será explicada adiante. Como exemplificação de tais procedimentos, que garantem o rigor poético evocado, eis a primeira estrofe do poema:

> Das rosas do jardim a virginal tristeza
> por que, por esta noite azul de outono frio,

> vem embalar-te a doce e mística pureza
> que reflete, a um fulgor de estrelas erradio,
> das rosas do jardim a virginal tristeza?
> (GUIMARAENS, 1978, p. 23).

Para uma explicação do ritmo, novamente o formalista russo, Iuri Tinianov (1975b, p.7), propõe reflexões de interessante força epistemológica. O teórico letão postula que dentro do verso, nem todos os seus elementos compositivos são portadores de um idêntico valor construtivo, diferentemente do discurso pragmático, em que os seus componentes tendem a um nível equilibrado de importância, com o objetivo de uma compreensão plena da significação do enunciado:

> Por isso se perdem de vista a heterogeneidade e polivalência que o material pode assumir em relação à função e finalidade. Esquece-se o fato de que na palavra [discurso] estão presentes elementos que têm valor diverso de acordo com a sua função. Um elemento pode estar em evidência, em detrimento de outros que por isso sofrem uma deformação.

Logo, fica evidente que, no discurso poético, os elementos compositores do verso não possuem a mesma intensidade construtiva. A palavra inicial e final do verso, a palavra sobre a qual cai o acento, as palavras que rimam entre si, a palavra anterior e a posterior à pausatória, acabam sendo postas em evidência, em detrimento das outras. Tinianov (1975b, p. 8), então, aponta para o problema existente "em considerar a natureza da construção, o princípio formativo, como um fator estático". Ou seja, as palavras que compõem o discurso poético possuem relevâncias diferentes, deste modo, algumas palavras são destacadas pelo processo construtivo de criação do poema. Podemos exemplificar, na estrofe de Eduardo Guimaraens, que a palavra "tristeza" rima com a palavra "pureza", criando assim um vínculo mais estreito, entre estes itens lexicais, do que destes com outras palavras do poema. Esta interação faz parte do dinamismo próprio ao princípio construtivo, evidenciando a possibilidade de criar laços mais estreitos entre certos elementos do poema. Nessa concepção, da obra de arte enquanto dinâmica, Iuri Tinianov (1975b, p. 10), no seu livro intitulado *O problema da linguagem poética I*. O ritmo como elemento construtivo do verso, desenvolve a seguinte reflexão:

> A unidade da obra não consiste numa entidade fechada e simétrica, mas em uma interação dinâmica com um desen-

> volvimento próprio; entre os seus elementos não se sobressai o signo estático da adição e igualdade, mas há sempre o signo dinâmico da correlação e da integração.
>
> A forma da obra literária deve ser entendida como dinâmica.
>
> Este dinamismo se manifesta principalmente no conceito de princípio construtivo. Nem todos os fatores da palavra [discurso] se equivalem: a forma dinâmica não nasce da sua combinação ou fusão (conferir a noção, frequentemente usada, de correspondência), mas da sua ação recíproca ou interação e, consequentemente, do evidenciamento de um grupo de fatores em detrimento de um outro. Por isso o fator evidenciado deforma os fatores subordinados. A forma é concebida como passagem (e, consequentemente, mudança) da relação entre o fator construtivo subordinante e os fatores subordinados.

Iuri Tinianov levanta apuradamente a questão da forma enquanto integração dinâmica dos seus elementos constitutivos, afinal algumas escolhas poéticas foram feitas com o objetivo de realçar uma interação mais estreita entre certos elementos do verso, para promover determinada construção do sentido no poema. Os versos de Eduardo Guimaraens aparecem, então, como uma luta (dinâmica), e não como uma colaboração de fatores (estaticidade). Assim, fica evidenciado o sistema de interação complexa – entre ritmo, léxico e sintaxe –, próprio à poesia.

Além disso, o formalista russo, no seu livro dedicado ao ritmo, postula a fraqueza de uma vertente "lógica" da poesia, em que o ritmo é eliminado, para que a ordem lexical, numa sintaxe positiva, estabeleça uma compreensão comunicativa imediatizada. Na concepção de Tinianov (1975b, p. 24), a anulação do ritmo equivale a uma perda da potência poética, já que "[a] eliminação do ritmo como fator principal e subordinante leva à destruição da especificidade do verso e portanto, mais uma vez, frisa o seu papel construtivo no próprio verso". Deste modo, uma poesia "lógica" perde em qualidade artística, já que ignora um dos elementos mais produtivos, para um efeito estético do tipo complexo, o ritmo.

Um dos elementos composicionais do ritmo é o metro, instância incontornável, dentro dos estudos da poesia e da prática poética. No "Prelúdio" de *A divina quimera*, o metro está dentro de uma unidade, o alexandrino, tal procedimento criativo está de acordo com a escolha estilística buscando formar um poema com um compasso marcado, pela posição dos acentos, dentro do verso, e pelo número de sílabas métricas. O metro, em doze sílabas, é um elemento construtivo do ritmo do poema, entretanto não é o único, pois a sua possibilidade de existência depende da interação

interna dos signos do verso, que na sua totalidade dinâmica compõem o metro. A unidade métrica em doze sílabas se torna evidente quando, com o fim do poema, a expectativa progressiva pelo mesmo metro foi satisfeita, fazendo do poema, portanto, uma unidade métrica. Tais reflexões foram direcionadas pelo trabalho de Iuri Tinianov (1975b, p. 34) sobre o metro, enquanto fator composicional do ritmo poético:

> Têm-se as condições mínimas do ritmo quando se verifica a possibilidade de que os fatores, de cuja interação ele resulta, sejam dados não como sistema, mas sob forma de signos do sistema. Portanto, o ritmo pode ser dado sob a espécie de um signo do ritmo, que seja ao mesmo tempo também signo do metro, fator indispensável do ritmo, como do agrupamento dinâmico e do material. O metro como sistema regular de acentos, pode também não existir nele: ele acha realmente fundamento, não tanto na presença do sistema, quanto, mais especificamente, naquela do seu princípio. O princípio do metro consiste no agrupamento dinâmico do material do discurso, baseado nos acentos. E, pois, a coisa mais simples e fundamental será a designação de um grupo métrico qualquer como unidade; esta designação é, no próprio tempo, também uma antecipação dinâmica de um grupo seguinte e análogo (não idêntico, mas precisamente análogo); se a antecipação métrica chega a um termo, eis que temos um sistema métrico.

Portanto, o princípio do metro consiste no agrupamento dinâmico do material discursivo baseado nos acentos. Entrementes, o metro possui uma característica rítmica progressiva-regressiva, na medida em que, na leitura, existe uma expectativa de progressão (a antecipação dinâmica da continuidade métrica de um verso para outro), e uma expectativa de regressão (onde fica perceptível a unificação em unidades métricas inteiras, podendo ser estrofes, ou todo o poema, como é o caso do "Prelúdio").

O ritmo, para Iuri Tinianov, pode ser resumido em quatro fatores essenciais: a unidade da série métrica (ou a configuração do poema em versos livres), a compacidade (a repetição de idênticas unidades de tempo no verso), a dinamização do material verbal (a importância da construtividade no verso), e a secundariedade do material verbal no verso (em oposição à prioridade do material verbal na prosa).

Um ritmo marcante, as rimas, o metro, as assonâncias e as aliterações, são elementos que garantem ao "Prelúdio" uma intensa musicalidade. Esta é uma característica fundamental da lírica moderna, seja para Eduardo Guimaraens, como para Baudelaire, Rimbaud ou Mallarmé. Vale salien-

tar que um prelúdio pode aparecer como elemento composicional também em criações musicais. Se os líricos modernos franceses oportunizaram a dominância da musicalidade, Eduardo Guimaraens também a considerou essencial para a construção dos seus poemas. No entanto, Rimbaud, por exemplo, levou este recurso ao extremo, chegando a situações em que o sentido, se ainda é possível falar nele, só pode ser absurdo, como apontou Hugo Friedrich (1991, p. 92):

> Surgem imagens que, se lidas em voz alta, deixam perceber com quanta premeditação foram avaliados os matizes das vogais, as afinidades das consoantes. Mas esta premeditação torna-se ousada, quando o anseio de sonoridade domina a tal ponto que o verso ou o período, por este governado, carece por completo de sentido ou, em todo o caso, só possui um sentido absurdo "Un hydrolat lacrimal lave"; "Mon cœur triste bave à la poupe". Pode-se por analogia, falar de música atonal. A dissonância entre o sentido absurdo e a força musical absoluta já não se dissipa.

Eduardo Guimaraens não levou a sua poesia ao extremo do absurdo em prol de uma "música pura". Entretanto, o poeta porto-alegrense também cultivou a musicalidade poética. Como pode ser percebido no "Prelúdio", por exemplo, no uso de assonâncias em [o] ("sono de dolência o odor das rosas"), no uso de aliterações em [s] e [z] ("esqueceste a carícia rosa do sorriso"), na rima, que "cadenciando o fim dos versos, pode apresentar qualidade métricas excepcionais" (STAIGER, 1997, p. 38). No metro em doze sílabas, apresentando uma acentuação marcada na sexta e décima segunda sílaba métrica. Mas também nas repetições do primeiro e último verso de cada estrofe. Esta consonância entre música e poesia contribui proficuamente para a promoção do *vago do sentido*, por ser capaz de adicionar certo "clima misterioso", como foi posto na conferência "A Música e as Letras", de Stéphane Mallarmé:

> Então se possuem, com justeza, os meios recíprocos do Mistério – esqueçamos a velha distinção entre a Música e as Letras como sendo apenas a divisão desejada, para o seu encontro posterior, do primeiro caso: uma, evocadora de prestígios situados nesse ponto da audição e quase da visão, abstrato, transformando em entendimento; [...] Arcando esteticamente com as consequências, apresento esta conclusão (se, por alguma graça, ausente, sempre, de um relato, eu os levasse a ratifica-la, isso seria a honra para mim procurada esta noite): que a Música e as Letras são a face alternativa aqui ampliada na direção do obscuro; cintilante,

> ali, com certeza, de um fenômeno, o único, eu o chamarei de Idéia (MALLARMÉ apud GOMES, 1985, p. 102).

Esta famosa conferência de Mallarmé é importante para o desenvolvimento e repercussão do simbolismo por duas razões. Em primeiro lugar, é exposta a aproximação entre música e poesia, mas também pelo trabalho poético aplicado ao discurso ensaístico. A linguagem presente nesta conferência está sintonizada com um dos pressupostos teóricos de Mallarmé: o sentido do discurso emana através de sugestões. Explicando o texto de "A Música e as Letras", Álvaro Cardoso Gomes (1985, p. 104) expõe a relevância da utilização da musicalidade, enquanto traço estruturante da poética simbolista:

> Ora, essa musicalidade do texto [da própria conferência] explicita formalmente o que vem desenvolvido no nível do conteúdo. Este tem como cerne o desejo de evitar "a velha distinção entre a Música e as Letras", porque, ambas, afinal, são "a face alternativa aqui ampliada na direção do obscuro". A face alternativa diz respeito ao duplo movimento na captação do mistério, ou ainda da Ideia, que se manifestava através de "sinuosas e imóveis variações". [...] A unidade entre a música e as letras é atingida quando o autor consegue superar o analitismo da linguagem, através, exatamente, do impulso da musicalidade, que atenua os nexos sintáticos entre as palavras. O caráter musical do verbo, tornado mais plástico, maleável é que lhe permite apreender o Mistério, sem que este perca o seu aspecto inefável, ou sem que as "forças da vida" fiquem "cegas ao esplendor". Dessa perspectiva, a linguagem acaba, como a música, por nada dizer.

Stéphane Mallarmé foi um dos maiores expoentes da lírica moderna e as suas reflexões sobre a possibilidade de entrelaçamento entre a música e as letras é uma herança recuperada por muitos dos seus admiradores, Eduardo Guimaraens incluso.

4 Uma interpretação do "Prelúdio"

O desenvolvimento pormenorizado dos quatro planos poéticos – o semântico, o lexical, o sintático e o rítmico – do poema "Prelúdio" fornecem subsídios para uma interpretação. Assim, este poema trabalha o jogo de reflexos, evidentemente, pela repetição do primeiro e último verso de cada estrofe, e de maneira velada, estabelece a questão: o que um espelho na frente de outro reflete? Pode ser o Nada ou o absoluto, ou o Nada e o

Absoluto. O eu-lírico busca captar o afloramento de um desejo: "Um desejo augural, sob o candor do linho/ que do teu corpo aviva a palidez, palpita". Mas este "desejo augural" é decorrente de uma paixão, existente no tempo passado: "esqueceste a carícia rósea do sorriso". O eu-lírico questiona a sua musa, se ela ainda lembra o seu desejo amoroso, através das dubitativas: "Olvidaste, afinal, o teu delírio ardente?" e "Dize-me se a tua alma adormeceu sorrindo/ ou se, cheia de amor, insone, se recorda/ das rosas por abrir de um sonho antigo e lindo,/ destas rosas febris, da sombra eterna à borda?". Em desespero, pela não decisão de unirem-se em matrimônio ("Por um mês de Maria, ao meu desejo esquivo"), o eu-lírico, irritado, deseja que a amada permaneça dormindo para que a dolência emanada pelo odor das rosas perturbe o seu sono: "(Possa o teu sono ser a noite sem aurora!)". Perturbado pela musa possuir as qualidades angelicais ("Serás como uma vaga aparição de outrora,/ como a madona singular de um Primitivo.", "Nimbate a fronte um halo", "Vais unir, sob a luz, as tuas mãos, orando?"), o eu-lírico chega a desejar a morte da pessoa amada: "Dorme perpetuamente o sono teu sem termo", pois não consegue decifrar o seu amor: "quimera de um espírito enfermo!". O poema acaba com uma nota grotesca, pelo eu-lírico caracterizar como "morbideza" a situação enigmática da sua musa.

O tom do "Prelúdio" é translúcido, diáfano. Como já evocado antes, existe uma obscuridade emanando das combinações lexicais e da difícil formulação de sentidos para os versos. Mas a obscuridade não se restringe a estes pontos, pois há a construção de um clima extremamente ambíguo. Começo evocando o momento temporal do poema: o amanhecer, ou seja, entre a noite e o dia. Mas também, Perdita está entre o sono e o despertar ("Por que entreabres o olhar à alva do sol que nasce?"). Ambígua também é a pessoa amada, Perdita, evocada entre "Musa e Melancolia", ou seja, entre amor e tristeza; com o uso do tempo pretérito no verso: "esqueceste a carícia rósea do sorriso", é possível inferir que, no passado, tal relação foi feliz, no entanto, agora, ela é uma quimera, portadora de uma estranha morbideza. Se esta condição disfórica é patente no eu-lírico, a pessoa amada também sofre: "e a tua boca sente o acre sabor terreno/ de uma desilusão no destino indeciso". Por isso, a chave de leitura do espelhamento, entre o Nada e o Absoluto, porque o poema retrata uma condição oximórica, onde os opostos coexistem, não se anulando. Esta coexistência extrema só pode existir na alma daqueles que sentem emoções complexas, e no discurso construído poeticamente.

Donaldo Schüler, num trabalho de divulgação das letras rio-grandenses, também viu, neste poema, um "jogo de reflexos": "Em cada uma das estrofes, o último verso repete o primeiro. [...] "Prelúdio" apresenta a linguagem num mais avançado estado de autonomia. Reduzida a referen-

cialidade, a linguagem passa a refletir-se a si mesma." (SCHÜLER, 1986, p. 20). A autonomia da linguagem, pelo distanciamento do uso corriqueiro das palavras, faz com que seja construído pela linguagem um mundo de reflexos:

> O desgaste da referencialidade percebe-se já no desenvolvimento da primeira estrofe. A estrofe mostra-se construída em torno de "mística pureza", situada no verso central. Esta é embalada pela "virginal tristeza" das rosas do jardim e a reflete. Repete-se o jogo de reflexos. As rosas são virginais, porque é puro o objeto que embalam e que as reflete. "Virginal" e "pureza" aludem ao intocado, ao não contaminado pela matéria. Sem suporte material, a mística pureza apoia-se na linguagem do poema (SCHÜLER, 1986, p. 21).

Entretanto, a linguagem ainda é instrumentalizada pelo direcionamento de um eu que fala a um tu. Só que este interlocutor, Perdita, não possui uma existência alheia à verbal: não há traços dramáticos neste poema. Assim, "Perdita não vive por si mesma. São os sentimentos de quem fala que lhe dão vida. Ligada à morte e ao sonho, participa da mais tênue plasticidade possível, não mais que o exigido para poder ser concebida a fala da materialidade e da vida, do puro nada" (SCHULER, 1986, p. 21). Destarte, é o poeta quem cria o outro da fala, e Perdita não pode despertar ("Não despertes, porém, ainda que surja o dia!"), porque, assim, seria estabelecido um diálogo e haveria a perda da palavra poética. Além disso, Donaldo Schüler (1986, p. 21) aponta que o clima vago do "Prelúdio" também é sustentado pelas perguntas que são feitas, embora, não respondidas, e que acabam permanecendo no ar:

> "Prelúdio" abre com uma pergunta e fecha com uma pergunta, levantando outras no percurso. As perguntas, dirigidas a um tu que não responde, suspendem o poema no ar. Toda pergunta abre sendas ao lugar em que há suspeita de resposta. Mas o que esperar de perguntas que caem no vazio? Que sentido falar a ouvidos que não ouvem? As perguntas, desamparadas de resposta, por explorarem o insondável, cultivam a dúvida. O poeta não anda na via segura dos que sabem. De incerteza são os lugares que frequenta. Tudo sugere que o perguntar é o que resta da ruína das essências. Se o alvo é obscuro, permanece a alegria de caminhar, que se faz, desfaz, refaz em sons e ritmos e versos e cantos. Presente está a voz de quem pergunta e ela sustenta o mundo das formas vagas, ao abrigo da precisão inerte.

Esta defesa de Donaldo Schüler da incerteza, da dúvida, do insondável na poesia, está de acordo com alguns elementos da poética de Eduardo Guimaraens, justamente aqueles que entram em consonância com a lírica moderna de viés mallarmaico. São reflexões, como as de Donaldo Schuler, que privilegiam o vago da expressão, na obra de Eduardo Guimaraens, que possibilitam constituir uma rede de aproximações entre o poeta de *A divina quimera* e a lírica moderna francesa.

Outro estudioso da literatura que se debruçou sobre os versos de Eduardo Guimaraens, Rubens de Barcellos, também teceu afinidades construtivas entre o poeta gaúcho e os franceses. Assim, ele começa o seu estudo, intitulado "Eduardo Guimaraens", com as seguintes considerações, que visam a orientar o leitor, quanto ao posicionamento do poeta porto-alegrense, dentro das correntes literárias:

> Há [...] na obra de beleza, que deve ser sentida em bloco, na sua totalidade expressiva, tanto na feitura como nos motivos emocionais, elementos vários, reveladores de uma época, ao lado das expressões singulares da mentalidade do artista.
>
> São a orientação de escola, que se transforma e evolve, o gosto mutável dos tempos, a corrente dominante do pensamento, que entram na constituição do poema ou da estátua, formando o seu esqueleto. Visaremos esboçar esse esqueleto, na arte esquiva e rara de Eduardo Guimaraens (BARCELLOS, 1960, p. 89).

A tarefa a que se propôs Rubens de Barcellos não foi satisfeita, em tão diminuto número de páginas. No entanto, alguns de seus apontamentos são valiosos, sobretudo na importância da música de *A divina quimera*. Esta já aludida *musicalidade* pode ser considerada como componente da configuração poética de Eduardo Guimaraens, pois é compartilhada pelos líricos modernos. Também Rubens de Barcellos (1960, p. 89) percebeu que este é um dos fatores essenciais da poesia de Eduardo Guimaraens:

> Os seus versos, que encerram variedade e riqueza de ritmos, sentem-nos os ouvidos como carícia de sons expressivos. Esta afinidade musical é patente: há composições no seu livro a que deu o nome de "prelúdios" e pode-se ler na "Sonata Sentimental" a significativa marcação de "adagio appassionato". Na verdade, um ouvido esperto poderia qualificar alguns de seus poemas em formas musicais, no-

> turnos e romanças, determinando-lhes o tom, o tempo e os temas melódicos.

De fato, a alusão explícita, consistindo na nomeação de uma das partes de *A divina quimera* de "Sonata Sentimental", a escolha para título de um soneto sendo "Chopin: Prelúdio nº 4", e outro poema "Adagio Appassionato", mostra a clara intenção de Eduardo Guimaraens de aproximar música e poesia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lírica moderna, em solo brasileiro, acompanhou as ideias desencadeadas por uma situação histórica, na qual o capitalismo já se encontrava em estado avançado. Esta época considerava o discurso lógico-científico como norma prestigiada para a transmissão de conhecimento, tanto que a estética naturalista possuía um programa que privilegiava a busca por uma exposição literária que contemplasse o "real". O discurso científico visava apagar o sujeito da enunciação, colocando a ênfase na exposição do objeto.

A lírica moderna se insurge contra este uso da linguagem. Eduardo Guimaraens configurou poeticamente poemas, como o "Prelúdio", que primam pelo tom pessoal, sendo às vezes estas construções de difícil compreensão para o leitor. A linguagem erguida em um mundo linguístico, possuindo um sentido que vai sendo "decifrado" lentamente, consiste numa oposição às práticas científicas desejosas de uma rápida compreensão para acelerar o "progresso". A poesia de *A divina quimera* exige um outro tempo de leitura, bem diferente do utilizado para a compreensão de uma linguagem pautada pela lógica e pela descrição dos conteúdos.

A Revolução Industrial operada no século XIX, pela sua necessidade de mão de obra barata, atraiu para os centros urbanos um imenso contingente humano. O trabalho fabril, com suas longas jornadas de trabalho, em condições insalubres, levando a uma vida degradada, acabou transformando o ser humano em mera engrenagem para o mecanismo capitalista. Além disso, com o aperfeiçoamento das técnicas de reprodução, surge uma primeira literatura de massa, que, para assegurar uma público grande, transforma arte em mercadoria, ou seja, produto para consumo.

A lírica moderna representa uma reação a esta "banalização da arte". As suas melhores composições renovam a aura da obra de arte, pelo fato de cada leitura possibilitar uma nova interpretação. O leitor e a sua sensibilidade estética, pelo fato de os conteúdos serem "equívocos", intervêm ativamente na produção de sentido poético. Com a criação da significação dependendo do aqui e do agora de cada leitor, a obra recupera o seu

valor de culto, ao mesmo tempo em que transforma o sujeito da recepção em elemento ativo no contato com a arte. Falando da poesia de Mallarmé, Hugo Friedrich (1991, p. 114), comenta a tensão entre o mundo moderno e a poesia moderna:

> Aquele culto do isolamento deve ser entendido como um esforço de preservar, no "rio de banalidade", uma ilha de pureza espiritual livre de um objetivo preciso. "Aos olhos dos outros, minha obra é o que são as nuvens no crepúsculo e as estrelas: inúteis." Mallarmé continua aquele processo que, do início do século XIX, conduziu a poesia à oposição contra a sociedade comercializada e contra a decifração científica do universo. Seria insensato menosprezar semelhante atitude como sendo apenas de cunho literário. É a forma, moderna apenas como tensão, de uma insatisfação ante o mundo que sempre se manifestou nos espíritos superiores.

Apesar disto, muitas vezes as composições simbolistas foram entendidas como *l'art pour l'art*, configurações poemáticas fechadas sobre si próprias devido ao hermetismo e à musicalidade empregados, enquanto elementos construtivos de "mundos artificiais". No entanto, a criação de realidades anormais (se comparada com a situação histórica) representa uma recusa a um mundo em que os valores humanos foram degredados pela lógica do lucro, transformando o homem em "peça" para a manutenção da máquina capitalista. A reação desencadeada pela lírica moderna consiste numa oposição aos valores da burguesia, pois o seu uso particular da linguagem não contribui para o progresso material. Os poemas de Eduardo Guimaraens vão na direção contrária de um discurso de rápida apreensão, exigindo do leitor mais tempo para apreciar os encantos de uma poesia que traz um tipo de conhecimento bem diferente do discurso lógico ou científico.

Os poemas de *A divina quimera* e dos líricos modernos franceses muitas vezes são qualificados de difícil compreensão. Isto por que eles possuem certo *vago de expressão*, nas palavras de Mansueto Bernardi. Tal qualidade, num primeiro contato com este novo poetar, pode gerar certa obscuridade, pois a compreensão não se faz imediata. Assim, Hugo Friedrich diz que é necessário "acostumar os olhos" a esta nova lírica. No entanto, estes textos que possuem uma dicção anormal, não sendo portadores de uma tessitura de sentido coerente, acabam por desenvolver a potencialidade da linguagem de gerar diversas camadas semânticas, permitindo ao leitor aventar interpretações múltiplas e não excludentes.

A linguagem poética de Eduardo Guimaraens configura as palavras

de maneira distanciada do seu uso cotidiano e comunicacional. Assim, o poeta porto-alegrense se vale dos *indícios flutuantes de significado*, potencialidade de configuração poética que retira parte da carga semântica comum dos sintagmas para que eles, em contato com outros signos que habitualmente não estão associados, cheguem a desenvolver novas possibilidades de compreensão para o poema. As palavras são assim retiradas do seu uso lógico para – na poesia – poderem formar sentidos inéditos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

BARCELLOS, Rubens de. *Estudos rio-grandenses*: Motivos da história e literatura. Porto Alegre: Globo, 1955.

BERNARDI, Mansueto. *Obras Completas*: Eduardo Guimaraens e Alceu Wamosy. Porto Alegre: EST / Ed. Sulina, 1980.

FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1991.

GOMES, Álvaro Cardoso. *A estética simbolista*. São Paulo: Cultrix, 1984.

GUIMARAENS, Eduardo. *A divina quimera*. Porto Alegre: EMMA/ DAC/ SEC/ IEL, 1978.

LOTMAN, Iuri. *A Estrutura do Texto Artístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*: A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.

RIMBAUD, Arthur. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1972.

SCHÜLER, Donaldo. *Eduardo Guimaraens*. Porto Alegre, IEL, 1986.

STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

TINIANOV, Iuri. *O problema da linguagem poética I:* o ritmo como elemento construtivo do verso. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. *O problema da linguagem poética II:* o sentido da palavra poética. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1975.

Recebido em 08/06/2020
Aprovado em 07/07/2020

MEMÓRIA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

MEMORY, IDENTITY AND SOCIAL REPRESENTATIONS

Juliani Borchardt da Silva[1]
Ronaldo Bernardino Colvero[2]
Eduardo Knack[3]

RESUMO

Como produto das relações humanas e dos grupos advindos da sociedade, a memória se apresenta como elemento balizador das representações dos sujeitos em seus grupos. É campo de interesse de estudo de distintas áreas do conhecimento, momento em que se coloca como temática relevante no entendimento das representações simbólicas, materiais e discursivas do homem na atualidade. O presente ensaio busca discorrer acerca de algumas de suas principais características e, para isso, utilizou-se basicamente referências bibliográficas da área. Apresenta as ligações efetivadas entre memória e as representações dela advindas, as quais produzem elementos que outorgam as identidades dos sujeitos e dos grupos em sociedade. Associa-se, desta feita, os processos memoriais àquilo que, consagrado no campo cultural, têm-se como os elementos fundantes e necessários das relações dos indivíduos em sociedade.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Representações sociais.

ABSTRACT

As a product of human relations and of groups coming from society, memory presents itself as a guiding element in the representations of subjects in their groups. It is a field of interest for the study of different areas of knowledge, a moment in which it stands out as a relevant theme in the understanding of symbolic, material and discursive representations of man today. The present essay seeks to discuss some of its main characteristics and, for that, basically used bibliographic references in the area. It presents the effective connections between

1 Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Possui graduação em Administração- Projetos e Empreendimentos Turísticos pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2009) onde também cursou especialização em História, Cultura, Memória e Patrimônio (2012). É Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014) e mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2014). Graduada em História-Licenciatura pelo Centro Universitário Internacional (2018). Possui experiência em organizações civis e públicas que tratam da temática do Patrimônio Arqueológico, histórico, cultural e de memória. Contato: juliani.silva@uffs.edu.br

2 Doutor em História.

3 Doutor em História.

memory and the representations that come from it, which produce elements that grant the identities of subjects and groups in society. This time, the memorial processes are associated with what, enshrined in the cultural field, have as the founding and necessary elements of the relationships of individuals in society.

Keywords: *Memory. Identity. Social representations.*

INTRODUÇÃO

As discussões acerca da temática da memória parecem cada vez mais latentes na realidade social atual. Efetivo é que o contexto apresentado se caracteriza pela pluralidade de grupos que compõem a coletividade que, em suas semelhanças e diferenças, produzem referências e elementos representativos de suas identidades.

As transformações decorrentes das relações entre os grupos, inevitavelmente geram a necessidade de desenvolver os conceitos que passam a permear as atividades destes e sua relação com a memória e identidade. Pertinente então o estudo constante das funções expressivas geradas no campo da memória, considerando as perspectivas produzidas diante da complexidade que a temática representa. Tem-se assim a oportunidade de discussão das possibilidades que o tema acarreta, onde as relações humanas constroem e reconstroem sistematicamente o passado por meio de discursos, representações, comemorações, objetos e locais.

1. Algumas considerações teóricas sobre memória e identidade

Mas afinal, como se produzem as memórias no homem? Para Nietzsche, por exemplo, a escrita cultural da memória estaria diretamente associada às instituições de poder e violência. O que fosse marcado "a fogo e dor" permaneceria na memória. Neste pensamento, o corpo representaria um meio de socialização da cultura, onde, por exemplo, através de rituais, punições e demais práticas, deixariam através de seus vestígios o necessário para a transmissão de valores sociais e normas de convívio. Assmann (2011, p. 265) define, neste aspecto, o que se caracterizaria como trauma[4], ou seja, uma escrita duradoura do corpo, oposta à ideia de recordação. O trauma seria, por sua natureza, impossível de ser representado em palavras, pois o encobririam por um véu de generalizações e trivialidades incapazes de expressar a experiência traumática apresentada dolorosamente

4 A autora (ASSMANN, 2011, p. 282) caracteriza o trauma como sendo a impossibilidade de narração, transformando o corpo em espaço de gravação, produzindo linguisticamente e interpretativamente signos que podem se enfrentar dependendo das movimentações da memória.

de forma constante ao indivíduo que a detém. Em suma, as palavras não conseguiriam representar as feridas memorativas do corpo, momento em que a linguagem em si se apresentaria de forma ambivalente diante do trauma, possuindo função de canal para comunicação e marca simbólica daquilo que não poderia ser manifestado.

Nesta direção, a autora referencia também como um processo memorial a proliferação de memoriais e monumentos que, relacionados ao apego às coisas passadas, serviriam como mecanismo de defesa e alívio, materializando memórias traumáticas ao passo que encobririam determinadas recordações, ofuscando-as e jogando-as ao esquecimento (2011, p. 281). Nestes jogos memoriais, prevaleceria o esquecimento, visto a impossibilidade de tudo ser lembrado e igualmente pela necessidade de determinadas lembranças serem esquecidas para que os indivíduos possam bem viver em coletivo.

A valorização da memória seria, neste lócus, fenômeno compartilhado por indivíduos e grupos em contraponto à ameaça do esquecimento, o que para François (2010, p. 19), mobilizaria politicamente vários setores da opinião pública, que com forte apelo emocional ao abordarem determinado fato, tocariam em representações, valores e afetos constituidores da comunidade, de um grupo ou de uma nação[5], bem como suas identidades. Desta forma, isso explicaria a quantidade de protagonistas que debatem sobre o passado e a memória na atualidade (políticos, publicitários, jornalistas, grupos, etc.), bem como os espaços de discussão constituídos, como parlamentos, tribunais, imprensa, ruas; não cabendo, segundo salienta a autora, apenas o protagonismo de historiadores de profissão no centro destes debates.

Assim sendo, Candau (2012) salienta que o desejo pela memória, sobretudo pelo medo do vazio e da perda dos sentidos que caracterizariam as sociedades modernas, estaria intimamente relacionado ao fato que, sem memória os indivíduos se perderiam sem suas identidades. Esta ideia de orientação coloca a cultura como centro das práticas vividas, pensadas e compartilhadas pelo homem, sendo fundante na concepção de vida, mundo e coletivo produzido por este em sociedade.

Surgiriam assim reivindicações de diversos grupos sociais e culturais que almejariam estabelecer uma relação entre passado e presente, o qual buscaria assegurar a transmissão de memórias, símbolos e espaços, que testemunhos, expressariam uma retórica que, dentre outros objeti-

5 Para Assmann (2011, p. 359) a "memória de uma nação se materializaria na paisagem memorativa de seus locais de recordação". Isso resultaria em contatos ou distância conferiria a estes locais a procura e o contato direto com o passado.

vos, almejaria reconstruir a maneira pela qual os indivíduos se colocariam diante de seu passado. Têm-se aí a possibilidade de conflitos que, seja entre grupos ou em seu interior[6], ilustrariam as divergências que poderiam, no tempo e no espaço, enunciar o conjunto de lembranças produzidas de forma comum e divergente a um grupo. Estas, conforme argumenta Candau[7] (2004), auxiliariam na construção de um reconhecimento "consensual" de memórias, habitadas, apropriadas e compartilhadas socialmente.

Em contraponto, lembra, no entanto, que, toda tentativa de escrever uma memória comum a todos os membros de um grupo a partir das únicas lembranças manifestadas seria ação reducionista, visto deixar às sombras aquelas que não estariam expostas. Neste lócus, Assmann (2011, p. 284-285) argumenta que recordações não seriam confiáveis e que a memória estaria sempre sujeita a falhas, momento em que as mesmas poderiam ser reflexos de recalcamentos e desconfigurações em busca de conformação daquilo lembrado. Desta forma, no processo de reconstrução de uma memória, poderia haver quadros contraditórios sob certos fatos que, dentre outros efeitos, produziriam desconfiança, sofrimento, bloqueios ou ajustes dos mesmos.

A ambição pelo reconhecimento do passado refletiria na explosão memorial resultante da supervalorização da memória, do dever de memória, do qual se vislumbraria uma era de comemorações como defende Gonçalves (2012, p. 30), que assinala as significativas transformações dos processos históricos e a relevância cada vez mais destacada dada à memória e seus aportes, que problematizariam em direção à sua constituição enquanto locais de memória. Defendido por Nora[8], tais locais se definiriam como "toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer" (1997, v.2:2226). Uma das críticas apresentadas ao conceito formulado por Pierre Nora aos lugares de

6 Para Candau (2004), pode-se existir conflitos inclusive de uma só autoridade com ela mesma. Para o autor, a ideia de conflito representa uma relação de dois poderes ou de dois princípios que exigem, dentro de um mesmo objeto, determinações contraditórias.

7 Em seu texto "Conflits de mémoire: pertinence d'une métaphore?", de 2004, Candau faz a distinção ainda do que seria "conflitos de memória" (CDM) e "conflitos em torno da memória" (CAM). O primeiro, resultado dos conflitos existentes entre os grupos almejaria uma sobreposição das escolhas de um sobre o outro, erradicando muitas vezes as memórias alternativas. Já no segundo caso, menos dramático, seria o aparecimento de um olhar singularizado sobre os fatos passados cujos autores admitem em geral, a verdade histórica.

8 Idealizador do projeto Lugares de memória (1984-1992), produção de 07 volumes que acabou por se tornar uma apresentação da França por meio de seus lugares de memória. Retrilhou assim caminhos pelos quais. Em distintos momentos, o passado foi gerido em nome de uma nação Francesa.

memória diz respeito ao privilégio dado às comemorações políticas e institucionais, bem como o processo de escolha de tais referências, que, via de regra, eram verticalizadas e reprodutoras de um *status* elitizado daqueles que detinham poder e influência. Além disso, mais do que os lugares em si, o ato de comemorar se apresentava mais relevante, deixando num segundo plano a projeção dos efetivos significados destes locais.

Caberia ainda a definição dada por Candau (2009, p. 43 e 112) ao *mnemotropismo*, que caracterizaria como sendo o gosto pelo passado, pelas origens, histórias de vidas e comemorações. Produziria, por exemplo, um fervor patrimonial nas sociedades contemporâneas, que viveriam um "inchaço hipertrófico da função de memória", que incitaria tudo guardar e lembrar numa compulsão arquivística, algo considerado impossível pelo autor, momento em que a atividade seletiva predominaria.

Como uma necessidade social, a formulação dos locais de memória seriam consequência do desejo de registro, exposição e perpetuação de espaços que, pela sua existência, devessem evocar determinada memória social. Assim sendo, Candau (2012, p. 33) preluz que haveria uma multiplicidade de lembranças resultantes de um mesmo acontecimento, demonstrando a complexidade da presença do passado no presente. Por outro lado, alerta que a existência de atos de memória coletiva "não seriam suficientes para atestar a realidade de uma memória coletiva". Desta forma, determinadas comemorações, construções, museus, mitos e narrativas poderiam não necessariamente representar a existência de uma memória comum ao grupo.

Halbwachs, sociólogo francês que influenciou significativamente os estudos referentes à memória coletiva, em sua obra "A Memória Coletiva"[9], descreve que as lembranças de um indivíduo seriam sempre coletivas, estando estas alicerçadas sempre na figura do outro, mesmo se tratando de eventos em que somente um sujeito estivesse envolvido (HALBWACHS, 2003, p. 30). Cabe aqui a definição dada por Morin à figura do outro:

> O outro significa, ao mesmo tempo, o semelhante e o dessemelhante, semelhante pelos traços humanos ou culturais comuns; dessemelhante pela singularidade individual ou pelas diferenças étnicas. O outro comporta, efetivamente, a estranheza e a similitude. A qualidade de sujeito permite-nos percebê-lo na semelhança e dessemelhança. O fechamento egocêntrico torna o outro estranho para nós. [...] O sujeito é, por natureza, fechado e aberto. (2012, p. 75).

9 Obra com primeira publicação em 1950, com título original La Mémoire Collective.

O "outro" desta forma, assumiria papel de suporte das lembranças rememoradas, independentemente de estarem presentes efetivamente como testemunhos do fato em questão. É exatamente nesta direção que a relevância do grupo assumiria função norteadora nos processos de recordação, momento em que o compartilhamento social das lembranças no seio do grupo se tornaria necessário para a identificação dos fatos comuns bem como a criação de uma imagem sobre estes. Entretanto, de nada valeria o depoimento de alguém que participou de determinado evento, se deste não restasse nenhum vestígio para ser evocado. Connerton (1999, p. 41) aponta para a existência de todo um conjunto de ideias que muitas outras pessoas igualmente possuiriam com objetos, lugares, datas, formas de linguagem, ou seja, com toda vida material da sociedade da qual estes façam parte. Isso quer dizer que, mesmo aquelas recordações e acontecimentos mais pessoais, possuiriam em sua constituição a materialidade do contexto social vivido junto aos outros, seja na semelhança ou na diferença.

Neste caso, não havendo pontos de contato que façam uns concordarem com as memórias dos outros, significaria que, provavelmente, o sujeito não fizesse mais parte do grupo mantenedor de tais memórias. Assim sendo, a construção da memória na perspectiva de Halbwachs ocorreria a partir de dados e noções comuns que estivessem no indivíduo e nos demais membros do grupo. A aderência formada, portanto, diante do coletivo, poderia não ocorrer mais de forma intensa no momento do afastamento do indivíduo perante o grupo, ação normal numa realidade onde os sujeitos fazem parte de distintos coletivos e acabam por se afastarem naturalmente de alguns destes. É o que Thompson (1998, p. 57) também traz à luz ao expor a relação dialética existente entre memória e identidade. Por meio das multifacetadas e contraditórias "identidades" resultantes das inúmeras interrelações vividas socialmente, compugnar-se-ia, por necessidade, aquela que melhor se apresentasse aos anseios na atualidade, influenciando toda vida moral, material e social estabelecida com os outros.

Desta forma, num primeiro plano da memória, ainda segundo o autor (HALBWACHS, 2003, p. 51), estariam aqueles episódios e experiências compartilhados pelo maior número de pessoas pertencentes ao grupo, permanecendo àquelas relacionadas a um pequeno número de sujeitos ou até mesmo individuais, num segundo plano. É possível ainda, nesta direção, que uma quantidade expressiva de lembranças reapareça por meio da recordação evocada pelos outros, não sendo exequível este reaparecimento sem que de alguma forma fosse possível relacioná-la ao grupo, mesmo tendo sido percebido em momento que apenas um sujeito estivesse envolvido.

Pode-se admitir que normalmente um grupo mantenha relações

com outros e muitas das ideias e acontecimentos resultem destes contatos. Assim sendo, a condição necessária para a rememoração de algo, em primeira hipótese, seria uma sequência de percepções pelas quais se concretizaria refazendo o mesmo caminho percorrido, os mesmos elementos que orientariam para esta lembrança. Por outro lado, este processo de rememoração igualmente poderia ser produzido por meio de todas as sucessões de imagens e pensamentos que se cruzariam para se reencontrar determinada memória (HALBWACHS, 2003, p. 54).

Observa-se, neste contexto, que para o reconhecimento de determinada imagem haveria ligação desta a outras, reencontrando suas conexões com demais objetos ou pensamentos que constituiriam assim uma espécie de quadro, plausível de ser codificada e evocada em determinado contexto enquanto lembrança. Para Connerton (1999, p. 42), nenhuma memória seria possível sem "referência a um quadro espacial socialmente específico". Desta forma, se conservariam recordações por meio da referência ao espaço material circunscrito aos sujeitos.

Toda memória seria social, porém nem todas as memórias seriam coletivas. Portanto, como define Candau (2012, p. 45), a memória coletiva surgiria como um "discurso de alteridade", que compartilhado forneceria ao grupo sua identidade, a qual não existiria sem uma relação dinâmica com o "outro". Objetos, pessoas, lugares e sons, por exemplo, seriam reconhecidos e sentidos, sendo percebidos e relacionados às experiências vividas. Nesta direção, Izquierdo (1989, p. 89) defende que "(...) não há memória sem aprendizado, nem há aprendizado sem experiências. (...) Não inventamos memórias. As memórias são fruto do que alguma vez percebemos ou sentimos".

Haveria, nos jogos memoriais, uma dialética produzida coletivamente que atuaria diretamente entre lembrança e esquecimento. Da mesma forma os silêncios, que na ideia de Le Goff (2013, p. 390) revelariam mecanismos de manipulação por vezes produzida na memória coletiva. A maneira, portanto, de se inscrever as formas em que a memória seria colocada em determinada sociedade é diversa, sendo sua exposição e transmissão definidas, por exemplo, pela capacidade de escrita e registro das mesmas. Sociedades orais, assim sendo, possuiriam formas distintas de registro e transmissão de suas memórias do que aquelas comunidades de cultura escrita e documental. Para Assmann (2011, p. 268-269) a língua seria o primeiro estabilizador das recordações, sendo, portanto, mais fácil a lembrança de algo externalizado através de palavras do que aquilo nunca formulado. Em suma, pela língua, recordações individuais seriam postas e socializadas, quer elas sejam de afeto ou de traumas.

O tratamento dos fatos ao longo dos últimos séculos tem-se demonstrado organizado de acordo com o desenvolvimento dos meios de registro que atendam às necessidades das sociedades. Passando pela oralidade, escrita e mais recentemente pelas tecnologias digitais, as quais corroborariam para a vasta quantidade de informações e referências armazenadas na atualidade. Exemplo básico deste acúmulo pode ser vislumbrado em bibliotecas, que em seus numerosos acervos, dificilmente serão absorvidos em sua totalidade enquanto arquivos[10] detentores de informações. A materialidade, neste lócus, é concebida por Assmann (2011, p. 280) como a necessidade de "alívio da recordação" ao passo que se efetivaria como estratégia de esquecimento, momento em que se apresentaria como recordação encobridora.

Como outros espaços constitutivos de memória, Le Goff (2013, p. 433) refere ainda como locais simbólicos aqueles de peregrinações e comemorações que funcionalmente também buscariam a criação e a manifestação de experiências históricas e memoriais aos indivíduos de determinada sociedade. Fica claro que o passado, materializado[11] na paisagem e preservado pelas instituições de memória e vivo nas práticas culturais sociais, faz o passado cotidiano e presente na vida das comunidades. Este efeito é produzido, principalmente, por algumas faculdades exercidas pelo homem, conforme destaca Ferreira:

> A noção de memória remete tanto aos mecanismos de acumulação, vinculando-se às formas de conservação, atualização e reconhecimento de uma lembrança, quanto aos processos de compartilhamento de representações sociais. (2011, p. 102)

A possibilidade de acumular, conservar, atualizar e reconhecer seriam indispensáveis no processo memorial, sendo a efetivação de uma organização e classificação dos episódios e lembranças mais ou menos relevantes, que dariam ordem aos vestígios de destaque ou esquecidos para a vida e as relações coletivas, o que para Candau (2012, p. 09) estaria relacionado ao fato de a memória ser uma reconstrução continuamente atualiza-

10 Para Assmann (2011, p. 367-368) o arquivo representa "sistemas de registro" que funcionariam como meios de armazenamento de informações e conhecimentos que pode, ou não, ser pré condição para memórias culturais futuras e seriam, em primeira instância, memórias de poder e de dominação, sendo o controle dos arquivos diretamente relacionado ao controle da própria memória.

11 Candau (2012, p. 107) aduz sobre essa materialidade a insatisfação dos homens em armazenar suas memórias apenas no cérebro, necessitando de "extensões da memória" para traduzir e expor os principais traços representativos de suas vidas.

da do passado. A reconstrução destas lembranças assim ocorreria, conforme defende Assmann (2011, p. 271), pela impossibilidade de se reproduzir exatamente um episódio do passado. Tal reconstrução não se efetivaria necessariamente fiel, mas sim como um enquadramento pertinente deste passado, resultado de um conjunto de estratégias, negociações e interesses para o seu devido uso na atualidade. A ideia de que memória é a "aquisição, conservação e evocação" de informações é igualmente compartilhada por Izquierdo (2013, p. 15), entretanto, em uma análise médica e biomecânica destes processos, onde os mesmos estariam ligados também a fatores hormonais, neurais e bioquímicos existentes no corpo humano.

Nestes enquadramentos, o trabalho da memória atuaria diretamente para a construção da identidade dos sujeitos, onde as negociações e apropriações resultantes destes processos estabeleceriam as relações que se colocariam entre passado e presente, implicando em permanências e rupturas que enraizariam as identidades e a consciência que se possui destes.

O processo de escolha ocorreria, via de regra, no interior dos grupos, que definiriam por meio de seleção os repertórios essenciais que legitimariam as representações, arquivos e locais acolhidos como fundantes e fundamentais à sua cultura e práticas exercidas pelos sujeitos do coletivo. Candau (2012, p. 18) lembra que muitas destas escolhas constituiriam representações não do passado, mas sim da imagem que o grupo desejaria projetar para si e de si. Nesta direção, o sujeito modelaria suas memórias ao mesmo tempo em que estas também o modelariam enquanto sujeito no presente.

Em contraponto, caberia reforçar que nenhum grupo recordaria de algo como sendo socialmente "determinado ou organizado", cabendo a uma parcela maior ou menor tal exercício. Isso demonstraria que a memória coletiva, enquanto uma representação, dificilmente se apresentaria comum a todos os membros de um grupo. Nesta direção, Pollak (1992, p. 204) compactua com a ideia de seleção e organização ao defender que aquilo que a "memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização". Ademais, além do trabalho de enquadramento, a memória seria resultado de um processo construtivo que, na perspectiva do autor, estaria direcionado para sua manutenção, coerência, unidade e continuidade. Este pensamento é corroborado nas palavras de Sanchis, ao argumentar que:

> Pois a vida vai... Acontecem coisas, para qualquer grupo e qualquer pessoa dentro do seu grupo. Se quiserem responder a esses acontecimentos, que criam novas situações, as "culturas" devem reagir criativamente, adaptar-se, inovar, mudar. (2008, p. 74-75)

A ideia de dinâmica sustentaria as relações estabelecidas e vividas pelos indivíduos no interior dos grupos. Seus membros contribuiriam, participariam e negociariam proporcionalmente aos interesses pertinentes, seja de forma individual ou coletiva, para as expectativas de imagem e de atuação do coletivo. Assim sendo, novas situações poderiam ser determinantes nesta escolha, ao passo que igualmente poderiam ser criadas para uma finalidade específica.

Para Candau (2012, p. 27) as identidades de um grupo não estariam sustentadas unicamente na definição de quadros culturais estáveis e objetivamente incorporados pelos seus membros. Seriam sim produções que se modificariam no quadro de "relações, reações e interações sociossituacionais", em que suas estratégias seriam capazes de fazer emergir sentimentos de pertença e de identidade por meio daquilo vivido.

Como fenômeno construído, Pollak (1992, p. 204) defende ainda que a memória representaria também um campo de disputas e litígios, que determinariam os acontecimentos e elementos a serem gravados e recalcados na memória de um povo. O social se constituiria como elemento mediador do homem, caracterizado como um ser social e de interação aos outros. Quintana (1999, p. 42) afirma esta ideia ao assentir que não existiria homem isolado de seus pares e despido de seus símbolos. Estes, como preluz Sá (2007, p. 08), seriam resultado das percepções sociocognitivas desenvolvidas pelos grupos a respeito de suas realidades e interesses.

As distintas realidades vividas pelos indivíduos nos variados contextos e grupos dos quais faz parte ao longo de sua vida produziria, como define Thompson (1998, p. 57), o desenvolvimento de identidades, que multifacetadas e subjetivas, seriam responsáveis pela interação de um indivíduo a outros de forma apropriada que este consiga viver e narrar sua identidade a si e aos outros. A noção de que os indivíduos não seriam caracterizados apenas por uma identidade específica e que estes poderiam circular por outras ao longo de sua existência, daria sentido às alterações sofridas e necessárias à composição de discursos plausíveis vividos na atualidade.

Nesta direção, enquanto campo de pesquisa, mais do que buscar uma verdade absoluta, o trabalho com a memória seria enriquecido justamente, como nos traz Mehy (2006, p. 197), pelas contradições, ilusões, men-

tiras, fantasias e deformações dos fatos, elementos que comporiam as subjetividades e realidades sociais. É o que defende também Assmann (2011, p. 295), ao citar que recordações não podem ser consideradas como falsas, sendo as mesmas, em sua visão, estilhaços documentais que auxiliariam na construção de uma imagem histórica coerente, mesmo manifestada por meio de incoerências, exageros e deformações. A análise da construção destes códigos auxiliaria no esclarecimento das funções que os mesmos adquirem socialmente para o grupo, passo que representariam as trajetórias vividas, as negociações e a consagração de suas aplicabilidades no seio dos coletivos. Posto isso, cabe a definição dada por Ricoeur (2007, p. 303) onde "o elemento histórico e o elemento não-histórico" seriam igualmente necessários à "saúde de um indivíduo, de um povo, de uma civilização".

Em sendo assim, a história oral se colocaria como uma das maneiras pelas quais se desenvolve a pesquisa no campo da memória. Como ainda reforça a autora, mais do que um roteiro de entrevista, exige a leitura dos processos que envolvem as transformações sociais através da qualificação do sujeito enquanto protagonista de sua própria história. Nesta perspectiva, seria capaz de captar as distintas vozes, que na maioria das vezes ocultas, não compõem as narrativas oficiais desenvolvidas sobre determinado grupo. Esta ação, por si só, traz à tona memórias subterrâneas ou trágicas que, por meio da narrativa, busca reparação ou registro.

Nesta mesma direção, Pollak (1992, p. 04) adverte que, mais do que tratar algumas exposições memoriais como dissimuladas ou manipuladas, tornar-se-ia imprescindível a identificação da ligação real destas com a criação de personagens, espaços, comemorações, etc. O autor relaciona os atos de transferência desenvolvidos às esferas individuais e coletivas, que se mostrariam de formas distintas em cada temática apresentada. Desta forma, por exemplo, as cronologias de datas oficiais e/ou comemorativas estariam fortemente influenciadas em sua rememoração por fatos marcadores da vida privada. A organização, portanto, do enquadramento de episódios nacionais se estruturaria junto com as demais influências e elementos negociados pelo indivíduo também em nível privado.

2. As representações sociais com reflexo da memória

A memória como construção social e política, individual e coletiva, seria estritamente ligada ao sentimento de identidade e de pertença dos sujeitos. É o que, em suma, representaria a imagem que estes possuiriam de si, bem como aquela almejada perante os outros. Estes valores, como já dito, seriam disputados em conflitos sociais e intergrupais.

A ideia de conflito é identificada, dentre outros motivos, por exemplo, na constituição de nacionalismos que, eclodidos em especial no período de entre - guerras, onde a propagação de símbolos, elementos e discursos evocadores de identidades articuladas com experiências passadas, almejavam a mobilização para o reconhecimento destas por meio de políticas patrimoniais de transmissão de valores a serem apropriados e defendidos socialmente. Movimentos se constituiriam nesta direção e buscavam promover politicamente a realização de eventos cívicos, comemorativos, personalizados e de representação de narrativas a serem adotadas como fundantes de um "estado-nação". Poulot (2009, p. 28) se refere a este contexto tendo a nação como foco da celebração e preservação patrimonial, capaz de identificar e articular saberes autenticando as experiências do passado no presente. Cita como exemplo que na França, no século das Luzes, imprimia-se em comemorações republicanas um "culto aos homens ilustres", ritualizando, desta feita, peregrinações a lugares de sepultamentos como meio de realimentar o sentimento cívico na população (2009, p. 127). Uma nação se fundaria para além daquilo que é lembrado, mas também, e com grande influência, pelos episódios e memórias que são esquecidos.

Segundo Hobsbawm (2013, p. 183), as sociedades modernas se colocariam de forma distinta para se expressarem, onde cada qual estipularia determinados períodos e épocas a serem referenciados simbolicamente e discursivamente, que como efeito impossibilitaria um comparativo nesta seara entre países. O patrimônio em especial seria utilizado como instrumento ideológico e simbólico para as coletividades. Volta-se ao passado em um processo de seleção que buscaria ativar ou reativar uma base narrativa que constituísse os anseios nacionais no presente. Neste contexto Boaventura de Sousa Santos (1993, p. 31-32), caracteriza como sendo as culturas nacionais resultado de tensões entre diferentes que objetivariam um *status* de homogeneidade, característica então determinante para a constituição de uma nação. É o que Prats (2005, p. 21) vai considerar como sendo a busca por um consenso que, em esferas ideológicas e políticas, almejaria por meio de um enredo a legitimação social das referências excepcionais e/ou constituídas pelos sujeitos no seio da nação.

Desta forma, o Estado se colocaria como formador dos discursos necessários para a fundação da nação, devendo assim materializar o mesmo através de projetos políticos nacionalistas que convirjam nesta direção. Candau (2012, p. 163-164) ressalta a relação estabelecida entre o patrimônio e memória, onde o primeiro seria "menos um conteúdo que uma prática de memória, obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma", corroborando assim a ideia de que os elementos constituidores das identidades cumpririam papel funcional de afirmação destas.

No que tange ainda os processos de conflitos, vale enunciar que os mesmos seriam resultado da diversidade de elementos e narrativas produzidas socialmente, o que poderia, em determinados casos, encobrir e mascarar demais referências latentes no grupo. Ordena-se assim um direcionamento que conferiria determinado controle aos instrumentos *mnemotécnicos*, os quais "inscrevem e situam os indivíduos no tempo e no espaço" (CANDAU, 2012, p. 68). É preciso considerar neste cenário o esquecimento como faculdade resultante, além dos processos intencionais efetivados na tentativa de suprimir as características consideradas irrelevantes ao grupo, mas também como estratégia dos mesmos para justamente manterem determinado fato possível de ser, em algum momento, comunicado de forma pública. Comum nesses casos, quando um grupo igualmente é amputado das memórias que compõem suas origens, sua identidade bem como as representações elaboradas sobre elas, se tornarem incertas e frágeis, prejudicando a construção de uma memória social.

Candau (2012, p. 110) expressa que muitas vezes o trabalho de seleção, escolha e esquecimento pode ser processo doloroso e difícil, tornando-se um obstáculo ao exercício da própria memória e seu compartilhamento. Por esta lógica que a memória se apresenta em permanente transformação, múltipla, aberta e vulnerável a distintas utilizações pelos homens que a detém.

A qualificação organizadora da memória seria, portanto, fundamental nos engajamentos sociais do presente por demandas futuras. Isso porque, como nos traz Candau (2012, p. 97), os membros de um grupo depositariam, "para seu próprio uso, a imagem de seu passado mais conveniente às necessidades comuns" no presente. Assim sendo, de nada adiantaria informações se as mesmas não forem representadas e entendidas como tais. Para isso, o autor avança em discussões teóricas sobre o tema, propondo em suma, a existência de três tipos de memória: protomemória, a memória e a metamemória. As duas primeiras seriam faculdades individuais de cada sujeito, não podendo assim serem compartilhadas. A terceira, no entanto, estaria relacionada à memória coletiva, ou seja, o conjunto de representações desenvolvidas socialmente. Tais classificações, em suma, aperfeiçoaram a própria ideia de memória até então pensada, distinguindo assim o que representaria, portanto, memória individual e coletiva. Nesta seara circulariam memórias as quais se classificariam entre fortes e fracas. As fortes se caracterizariam pela "profundidade e coerência" e estariam presentes em grupos. Já a fraca não possuiria "contornos definidos e clareza", sendo difusa e geralmente transmitida por indivíduos (CANDAU, 2012, p. 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, poder-se-ia indicar que a memória individual possuiria uma dimensão coletiva, passo a significação e representação efetivadas socialmente, as quais não fugiriam da cultura investida pelos indivíduos. Longe de estes possuírem uma memória unificada acerca de determinado episódio, visto o homem da atualidade atuar em distintos grupos, que possuiriam ainda em seus contextos suas fragmentações e conflitos. Divergências na constituição de memórias seriam, sob esta óptica, resultado também de interferências, interesses e dos inúmeros contatos decorrentes das relações humanas. Negada ou manipulada, a memória seria, portanto, a tentativa de (re) organização do passado e, por esta razão, existiriam tantas memórias quantos sujeitos envolvidos em sua produção.

Como um local de trabalho, exalta ou recalca o necessário às relações de pertencimento e de poder dos grupos, momento em que por meio do compartilhamento, cultiva ambientes, espaços e narrativas originárias de múltiplas aprendizagens e vivências que representam as identidades vividas e percebidas entre os sujeitos por meio de espaços, objetos e emoções, que na concepção de Candau funcionariam como sócio-transmissores que estabelecem conexões que operam adesões e compartilhamentos das memórias comuns. Estas, caracterizadas como "retóricas holistas" pelo autor, dependem, em suma, de fatores como contágio e frequência, o que dimensiona a pertinência e a organização das representações então mobilizadas pelo grupo.

Múltiplas camadas de tempo e de espaço são assim colocadas como significantes enquanto testemunhos das experiências vividas. Requalifica assim a apresentação de reminiscências das relações vividas e dos símbolos produzidos, reiventados e mobilizados enquanto demarcadores das identidades organizadas por meio de contrastes, conflitos, negociações e comemorações memoriais. Tornar-se-ia relevante, neste processo, as justaposições que simbolicamente transformariam sensorialmente e emocionalmente o cotidiano. É assim que os sujeitos se reconheceriam, emancipariam e se recriariam na tentativa de consolidar suas lembranças e experiências em exposições que mediariam o presente destes.

Os engajamentos desta feita refletiriam e balizariam as operações da memória e seus efeitos para os grupos. Abre-se uma função crítica das próprias representações efetivadas no fazer da história, que neste sentido, como traz Ricoeur (2007, p. 316), faz da memória também uma reinterpretação da história, que por meio do trabalho com inúmeras pluralidades seria feita assim por muitas mãos. Desta forma, como bem afirma o autor, "tantos observadores, tantos pontos de vista", os quais justamente em sua

pluralidade, produzem estimativas e relativizam a "enunciação" dos fatos conforme suas próprias condições históricas. Em suma, o significado da época atual seria resultado "constitutivo do agora da história" (RICOEUR, 2007, p. 327). Assim, as experiências representadas dependeriam, em primeira análise, dos pontos de vista que, legitimamente são reconhecidos pelo grupo como característicos e necessários à sua identidade.

Em linhas gerais, a memória possuiria determinadas características, tais como: a) está sempre em processo permanente de evolução; b) é aberta à dialética lembrar *versus* esquecer; c) é vulnerável em seus usos e manipulações; d) suscetível à revitalizações; e) é sempre vivido no presente; f) é múltipla e plural; g) enraíza-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Neste contexto, necessita de suportes exteriores e de referências, donde arquivos auxiliam na preservação necessária à vida em coletividade. Produzem-se assim indicadores que, como já dito, no anseio de tudo guardar e lembrar, faz destes testemunhos a significação de práticas vividas e da realidade daquilo que constitui suas memórias. Nesta seara, a memória estaria para o homem como sua própria vida, compondo ao longo de suas vivências os sentidos funcionais atribuídos à sua própria existência, quer seja, as identidades que lhe compõem.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. *Espaços de Recordação*: Formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. DONSKIS, Leonidas. *Cegueira moral:* a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

CANDAU, Jöel. Conflits de mémoire: pertinence d'une métaphore?.In: BONNET, Veronique. *Conflits de mémoire*. Paris: Karthala, 2004.

_____. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. *Memória em Rede*, Pelotas, v.1, n.1, jan/jul 2009, p. 43-58

_____. *Memória e Identidade.* São Paulo: Contexto, 2012.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2. ed. Oeiras: Editora Celta, 1999.

FERREIRA, Maria Leticia M. Políticas da Memória, Políticas do Esquecimento. *Revista Aurora***,** n. 10, 2011.

FRANÇOIS, Etienne. As novas relações entre memória e história após a queda do Muro de Berlim. *Revista Memória em Rede.* Pelotas, v.2, 2010, p. 17. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/

Memoria/article/view/9553>. Acesso em: 09 maio 2019.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ,* v. 3, n. 3, p. 27- 46, 2012.

NORA, Pierre. *Leslieux mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. O apogeu do nacionalismo: 1918-1950. In: *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.* 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória***.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.3, n.6, 1989.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os Novos Rumos da História Oral: O caso Brasileito. *Revista de História*, n. 155, v.2, p. 191-203.

MORIN, Edgar. *O método 5:* a humanidade da humanidade. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 03-15, 1989.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII – XXI:* do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social,* n. 21, p. 17- 35, 2005

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* São Paulo: Contexto, 2007.

SÁ, C. P. de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Reflexão & Critica*, 2007.

SANCHIS, Pierre. Cultura Brasileira e Religião...Passado e Atualidade. *Cadernos Ceru*, v. 19, n. 2, dez. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 38, 1993, p. 11- 39.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado:* História Oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

Recebido em 29/01/2020
Aprovado em 22/04/2020

PESQUISA COM PERIÓDICOS: DIFICULDADES DE PESQUISA E CRIAÇÃO DE SÉRIES ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE BASCHET

RESEARCH WITH PERIODICALS: DIFFICULTIES OF RESEARCH AND CREATION OF SERIES THROUGH THE JÉRÔME BASCHET METODOLOGY

Henrique Perin[1]

RESUMO

A necessidade de determinar séries de crônicas, contos, reportagens e as mais variadas fontes impressas, normalmente apresentam um rol de dificuldades para o pesquisador. Aplicando a metodologia de seriação de imagens de Jérôme Baschet e transportando-a para outro suporte que não imagético, este artigo pretende contribuir com o desenvolvimento de um procedimento específico para estudos que utilizem fontes escritas e que necessitem de seriações. Para tanto, além de Jérôme Baschet, será discutido brevemente o conceito de crônica jornalística e aplicada a metodologia em uma seleção de crônicas assinadas por Roque Callage no jornal Diário de Notícias, de Porto Alegre, entre o período de 1925 e 1930.

Palavras-chave: Jérôme Baschet. Crônicas. Roque Callage.

ABSTRACT

The need to determine series of chronicles, short stories, news and the most varied press sources, usually present a list of difficulties for the researcher. Applying Jérôme Baschet's image serialization methodology and transporting it to an other support than imagetic, this article aims to contribute to the development of a specific procedure for studies that use written sources and that require serializations. Therefore, in addition to Jérôme Baschet, the concept of journalistic chronicle will be briefly discussed and the methodology will be applied to a selection of chronicles signed by Roque Callage in the newspaper Diário de Notícias, from Porto Alegre, between 1925 and 1930.

Keywords: *Jérôme Baschet. Chronicles. Roque Callage*

INTRODUÇÃO

Quando se inicia uma pesquisa com o uso de publicações em jornais e periódicos, normalmente surge uma grande dificuldade: de que modo seria possível utilizar uma metodologia que propicie a criação qualitativa de

1 Bacharel em Jornalismo e em História. Mestre em História das Sociedades Ibéricas e Americanas; doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da PUCRS. Desenvolve pesquisas sobre história da literatura, história e memória, história cultural, história do Rio Grande do Sul e história do Brasil.

séries de um grande *corpus* documental? Apenas a análise individual de cada documento, apesar de necessária, não apresenta a garantia plena para o desenvolvimento de pesquisas e trabalhos. É imperativa a criação de métodos – e todo pesquisador deve sentir-se confortável para tal empreendimento – que sejam adequados e possibilitem a abrangência do material estudado e analisado. Não são poucos os pesquisadores que encontram dificuldades na busca de uma metodologia que contemple suas necessidades utilizando jornais, revistas e periódicos em geral como fontes, conforme explica Tânia de Luca (2008). Como a utilização de periódicos em trabalhos e pesquisas ajuda a compreender a produção intelectual de determinada sociedade, e parafraseando Jean-Claude Schmitt (2007), "sua especificidade e sua relação dinâmica com a sociedade que a produziu", tentar-se-á discutir neste artigo uma forma de criação de catálogos e séries que preencham as necessidades recorrentes da tarefa de trabalhar com o gênero jornalístico conhecido como "crônica". A pesquisa com séries de crônicas publicadas em impressos reivindica a precisão que apenas um método de trabalho, seriação e catalogação pode oferecer, e novamente citando Tânia de Luca (2008), tal artifício deve ser criado pelo pesquisador conforme seu objeto de pesquisa.

Um dos melhores registros sobre a sociabilidade de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX, foi, sem dúvida, a grande quantidade de crônicas publicadas diariamente nos periódicos da capital, e destaca-se, entre eles a coluna "A Cidade", no jornal Diário de Notícias. Os instrumentos que permitem a criação de séries com estas crônicas, entretanto, ou não existem, ou são insuficientes: a tarefa do pesquisador, debruçando-se sobre o material impresso, apresenta dificuldades de todos os tamanhos. Propõe-se então, com este artigo, aplicar a teoria de seriação utilizada em fontes imagéticas, adaptada para o uso de materiais escritos e veiculados em jornais.

Para tanto, será adaptada a metodologia que Jérôme Baschet (1996) apresenta para a seriação de imagens medievais e as três principais "formas" de séries propostas pelo autor: a rede de imagens constituídas por obras; o *corpus* construído pelo pesquisador; e o "hipertema", uma "rede das redes" de múltiplos temas ou motivos. As ferramentas utilizadas para a tentativa de adaptação de documentos escritos à metodologia de Baschet serão, especificamente, a compreensão e aplicação dos conceitos de "temas" e "motivos" no corpo do texto das crônicas escritas por Roque Callage[2] na coluna "A Cidade", publicada entre 1925 e 1930. Inicialmente será apre-

2 Roque Callage (1886-1931): jornalista, escritor e cronista gaúcho. Roque Callage também foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 1920, sendo responsável pelo setor de Folclore da instituição.

sentada uma breve delimitação do gênero "crônica", suas especificidades e diferenças para com outros gêneros jornalísticos. Após esta enunciação, serão discorridas as dificuldades que o pesquisador encontra ao analisar e trabalhar com a criação de séries por meio de documentos originários de jornais, revistas e periódicos, e as possibilidades de aproximação entre a metodologia de Baschet e a tarefa de seriar crônicas. Por fim, será aplicada a metodologia proposta e especificada em um pequeno *corpus* de crônicas.

1 A crônica como representação literária do dia-a-dia

As particularidades que definem as diferenças entre uma crônica e um conto, apesar de inúmeras, são de difícil delimitação. Um ponto fundamental, entretanto, é o conceito de "narrativa que registra o circunstancial", enunciado por Jorge de Sá, no livro *A crônica* (2005). O autor parte do exemplo da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel[3], onde é assinalado o exato momento no qual o embrião da estrutura da crônica, como gênero literário, nasce no Brasil. Este texto de Caminha é posto, assim, como um indelével espécime da excelência do cronista, pois recria com engenho e arte, tudo o que se registra no contato direto entre as duas culturas, a europeia e a americana, e fiel às circunstâncias, emaranha todos os elementos disponíveis – o contato entre o europeu e o "selvagem", seus costumes, as características da flora e fauna, etc. – para que seu texto transforme, ao final, a pluralidade de retalhos em uma unidade significativa (DE SÁ, 2005).

Crônica e conto encontram-se próximos apenas na delimitação da brevidade de sua narrativa. Diferentemente de um conto, cuja densidade específica centra-se na exemplaridade de um instante da condição humana, sem realizar juízo de valores morais, a crônica é o resultado de uma equação onde o jornalismo se soma à literatura e marca o registro circunstancial realizado por um "narrador-repórter" que relata um fato para um público específico. A crônica, assim, passa por um processo de limitação, onde a ideologia do veículo de imprensa corresponde ao interesse de seus consumidores, que por sua vez são direcionados pelos proprietários do periódico[4]. O limite espacial da crônica, dentro de uma página de jornal, é apresentado como mais uma diferença em relação ao conto, já que a economia de espaço, usualmente delimitado pela presença de reportagens e publicidade, lhe oferece a oportunidade de florescer sua riqueza estrutural (ibid.).

3 Datada de 01º de maio de 1500, a íntegra da carta foi "redescoberta" em 1773 e desde então reproduzida em diversas publicações. Neste artigo foi utilizada a edição de 1981, publicada pela editora Record.

4 Recomenda-se, para esta situação, os preceitos de "Indústria Cultural", criados por Theodor Adorno e Max Horkheimer (2002).

A crônica, embora não apresente a densidade de um conto, caracteriza-se pela liberdade de seu autor, que pode transmitir a aparência de despreocupação e aparente superficialidade no desenvolvimento de seu texto. Esta formatação muitas vezes flerta com a de uma reportagem, mas diferentemente desta última, o cronista dá a impressão que se mantém na superfície de seus próprios comentários, evitando dar corpo a um personagem ficcional que possa se passar por narrador. O autor, assim, torna-se o próprio narrador de sua crônica e tudo o que escreve tem a aparência de realmente ter ocorrido, como se os leitores estivessem à frente de uma reportagem (ibidem.).

A aparência de simplicidade deste gênero não significa que não haja a possibilidade de rebuscamentos e floreios em sua elaboração, mas decorre do fato que a crônica herda do jornal diário a precariedade e a efemeridade do que nasce no começo de uma leitura e termina antes de acabar a própria página, no instante em que o leitor encerra sua relação diária com o jornal. A crônica, assim como o jornal, nasce, vive e morre em um período de 24 horas (ibidem.). Quando se procura o significado do termo "crônica", o dicionário Houaiss nos apresenta o seguinte verbete:

> (...) compilação de fatos históricos apresentados segundo a ordem de sucessão no tempo, um texto literário breve, em geral narrativo, de trama quase sempre pouco definida e motivos, na maior parte, extraídos do cotidiano imediato, uma prosa ficcional, relato com personagens e circunstâncias alentadas, evoluindo com o tempo (...). Atualmente abrange um noticiário social e mundano. Originalmente a crônica limitava-se a relatos verídicos e nobres; entretanto, grandes escritores a partir do século XIX passam a cultivá-la, refletindo, com argúcia e oportunismo, a vida social, a política, os costumes, o cotidiano etc., do seu tempo em livros, jornais e folhetins (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 877).

Este gênero se caracteriza por representar um relato de acontecimentos sociais, políticos ou culturais, onde o autor se coloca no papel de personagem (narrador) em um determinado espaço temporal, composto por um número reduzido de personagens e muitas vezes carregado de humor, onde a pressa de escrever se junta a um dialogismo equilibrado entre o coloquial e o literário. O coloquialismo, quando deixa de ser a transcrição exata de uma frase para transforma-se em um diálogo, apresenta-se como a mais clara característica da crônica. Outro ponto marcante da crônica é a opinião explícita pelo escritor, onde também se destaca o cunho jornalístico (FERRO; FERRO, 2013).

2 Percalços e aplicação da metodologia serial de Baschet

Nos últimos decênios do século XX, o debate sobre uso de jornais, revistas e periódicos como fontes de pesquisa pelos historiadores tem conquistado gradativamente mais espaço e relevância. Antes excluída da historiografia por ser considerada representante de ideologias e interesses políticos, a análise de periódicos aos poucos ganha terreno e novas perspectivas, conforme explica Tania Regina de Luca, no capítulo "História dos, nos e por meio dos periódicos", presenta no livro *Fontes Históricas*, organizado por Carla Pinsky (2008). Com a ampliação do espectro de pesquisa do historiador, assim como o surgimento de novos temas e a alteração da concepção de "documento histórico", passou-se a privilegiar outras fontes, dentre as quais se destacam os meios de comunicação. Como representam a sociedade da qual fazem parte, os periódicos tornam-se fontes fundamentais para os estudos dos mais diversos temas, como os processos de imigração, as reformas urbanas de infraestrutura e saneamento das cidades, o trabalho industrial, as atividades políticas, culturais e econômicas, etc. Tais temas, hoje, só obtiveram grande visibilidade graças à sua permanência nas páginas dos jornais.

Esse alargamento do campo de pesquisa ocorre devido à capacidade dos impressos de reunir em suas páginas diversos espaços, editorias e colunas variadas de representação social[5]. A impressa propicia não apenas a ampliação das fontes do historiador, mas principalmente a possibilidade de verificar e conhecer as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes sociais[6], etc. (DE LUCA, 2008). A dimensão representativa da imprensa, ou seja, sua legitimação em representar o dia-a-dia da sociedade, assim como de reconstruir os fenômenos culturais e os estereótipos sociais, fazem dos jornais um catalisador e receptáculo de memórias.

A discussão em torno das publicações na imprensa, sobre a delimitação entre veracidade e interpretação, neutralidade e imparcialidade, também é apresentada por de Luca (2008). Segundo a autora, o historiador dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimen-

5 Para compreensão do conceito de "representação social", consultar Bourdieu (1994), Chartier (2002) e Durkheim (2000).

6 Segundo Bourdieu (1996), é possível compreender as "classes sociais" como um elemento móvel, em constante atrito, onde seus atores sociais disputam os espaços nos campos sociais. A construção da "classe" ocorre em função de uma articulação interdependente de uma série de fatores constitutivos, com pesos diferentes, em momentos e espaços sociais distintos.

to e o próprio acontecimento. Quem se debruça na pesquisa dos jornais e revistas, trabalha com o que se tornou notícia, elencando uma série de questões, onde será preciso discutir as motivações que levaram à decisão de dar, ou não, publicidade a um determinado material. Entretanto, o fato de ser "publicado" implica a necessidade de avaliar o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir (ibidem.).

Esta enorme variedade de fatores que interagem na composição e publicidade de uma reportagem, coluna, crônica e outros espaços dentro dos periódicos, confere um novo problema para a elaboração de pesquisas: a necessidade de seleção e posterior seriação do *corpus* documental. A dificuldade em utilizar um único método para a pesquisa com periódicos, assim como para a criação de séries de documentos, é apresentada não apenas por Tânia de Luca, mas o sentimento é compartilhado por Marialva Barbosa (2007), e Maurice Mouillaud e Sérgio Dayrell Porto (2002). Como de Luca elucida (2008):

> A variedade da fonte imprensa é enorme e as suas possibilidades de pesquisa são amplas e variadas. Assim, não é viável sugerir um procedimento metodológico ou mesmo técnicas de pesquisa que deem conta de tantas possibilidades.

Na tentativa de apontar uma possibilidade de criação de séries documentais em periódicos, propõe-se utilizar a metodologia desenvolvida por Jérôme Baschet e aplicada em sua obra *L'iconographie médiévale* (2008), como suporte teórico. Entretanto, algumas transposições devem ser realizadas, já que o autor faz o uso de imagens em sua pesquisa e este artigo pretende compreender um meio de erigir um *corpus* documental através da criação de séries de crônicas publicadas em jornais. Baschet oferece um método de trabalho no qual são utilizados três conjuntos de séries imagéticas, criando, inicialmente, uma "rede de imagens constituída por um grande número de obras"; o segundo passo da criação das séries é constituído pelo *corpus* construído pelo próprio pesquisador; e por fim cria-se uma forma de seriação na qual impera o conceito de "hipertema", a rede na qual são acessados os "temas" e "motivos". (BASCHET, 2008). Procura-se aqui lidar com a predominância deste último tipo de série, mas sem negligenciar os dois primeiros. Não há a intenção de realizar um exercício demasiado longo de compreensão e assimilação de conceitos, mas sim utilizar os três formatos propostos pelo autor e adaptá-los, na medida do possível, para a elaboração de séries distintas de crônicas.

Tendo o objeto literário definido, neste caso o documento delimitado como "crônica", é preciso determinar algumas necessidades quanto à abordagem metodológica de seriação. Quando se especifica o tipo de "serialidade" que deve conduzir o estudo, o *corpus* de redes formado por um conjunto de temas iconográficos, designados como "objetos hipertemáticos", forma agrupamentos de documentos constituidores de unidades de organização temática, onde a junção de vários temas de unidades estruturais cria a necessidade de utilização de hipertemas. Estas distinções entre os temas dos documentos não devem ser aplicadas de modo engessado e estático, mesmo porque as análises podem envolver vários níveis de temas que criariam, quando combinados, diversos hipertemas (BASCHET, 1996).

A metodologia de seriação desenvolvida a partir de estudos de imagens medievais foi apresentado por Jérôme Baschet no artigo *Inventivité et sérialité des images médiévales. Pour une approche iconographique* élargie, pulicado em 1996 na revista *Annales: Historie, Science Sociales*. O autor utiliza, neste artigo, o conceito de "imagem-objeto", onde a adição de palavra "objeto" define na imagem medieval uma característica marcante: sua funcionalidade. A iconografia medieval não se restringiu simplesmente a imagens ou desenhos, mas desempenhou uma função relacional com o seu suporte, seja ele um livro, uma parede, um vitral ou um pedaço de madeira. A relação entre as artes visuais e a realidade histórica está longe ser simples e definitiva, portanto, o desenvolvimento de algumas questões é necessário para buscar compreender a interação frutífera entre história social, política e econômica, com a história cultural. A necessidade de reconhecer a especificidade de determinadas abordagens na relação entre história e imagens, admite, apesar de complexo, o envolvimento entre produções visuais e a realidade social com a qual eles estão vinculados. Com a produção literária este caminho é muito similar. Os documentos devem levar o historiador a uma análise em perspectiva, onde o profissional, consciente das ligações e elos entre a sociedade e os vestígios documentais produzidos por ela, necessita de instrumentos e ferramentas adaptáveis para seu trabalho de pesquisa (ibidem.).

Antes de postular sobre as possibilidades de trabalho em periódicos através da utilização da metodologia de Baschet, é necessário discorrer algumas linhas sobre dois conceitos pontuais: "tema" e "motivo". Partindo da compreensão que uma série nunca será homogênea, pois sempre haverá documentos – no caso do trabalho de Baschet, imagens, pinturas, afrescos, quadros, etc. – com elementos que apresentarão diferenças entre si, a delimitação de temas e motivos se torna necessária para a precisa identificação das singularidades entre os materiais pesquisados. Compreende-se "tema" como a discriminação de um documento, a temática na qual o *cor-*

pus pesquisado estará reunido; enquanto o "motivo" é formado por diversos elementos que constituem um tema maior. Toma-se como exemplo para elucidar o significado de um tema, algumas pinturas renascentistas e da Baixa Idade Média: é possível criar uma série de obras cujo tema seja "Madona e o menino", onde podemos reunir pinturas como *A adoração dos magos* (1504) de Albrecht Dürer[7], *A virgem com o menino* (1295) de Giotto[8], *Madonna Willys* (1490) de Bellini[9], e *Madona e a criança* (1433) de Fra Angelico[10]. Já os motivos são os detalhes, os elementos constituintes do documento que formam um tema mais amplo. Mantendo o exemplo de "Madona e o menino", os motivos seriam as auréolas sobre as cabeças, as vestimentas de cor azul, presentes nas imagens de Maria utilizadas na seriação, a posição das mãos, a imagem etérea com a qual as madonas são representadas, enfim, os elementos que possam identificar o tema da imagem. Nota-se que a noção de "perspectiva[11]", comum às imagens criadas no período renascentista, mas raras às da Idade Média, não é utilizada como "motivo" no exemplo da série proposta por "Madona e a criança" (SCHMITT, 2007). Isto demonstra como períodos temporais distintos, onde técnicas e compreensões algumas vezes díspares de elaboração de documentos, podem e devem ser utilizados na criação de séries documentais.

Identificadas as diferenças entre os conceitos de tema e motivo em um *corpus* de imagens, é necessário adaptá-los para sua utilização em documentos literários. Como o corpo documental proposto para a análise é composto por crônicas, e sua característica principal é registrar o circunstancial (DE SÁ, 2005), nove grandes temas podem ser apresentados: Política; Economia; Cotidiano; Artístico e Cultural; Modernidade e Urbanização; Metalinguagem; Relação entre Campo e Cidade; Esportes; e Indivíduos Excluídos. O fato de uma crônica se enquadrar em mais de um tema não exclui e tampouco inviabiliza sua utilização, apenas denota a dificuldade em utilizar um "método pronto" para a pesquisa. A discussão de delimitação dos temas, em alguns casos, se mostra óbvia. Temas como Política, Esportes e Economia tratarão, necessariamente, de crônicas cujo conteúdo abarque assuntos relacionados à economia, esportes e política, seja em âm-

7 Imagem 01.

8 Imagem 02.

9 Imagem 03.

10 Imagem 08.

11 "Perspectiva", neste caso, refere-se à profundidade, ou ao "plano" que o "motivo" toma em relação aos outros componentes dos quadros. Nas imagens renascentistas é possível perceber que os artistas utilizam diversos planos, colocando o "motivo" no primeiro e os demais elementos restam em "perspectiva", o que contribui para o efeito de movimento que a imagem pode oferecer.

bito local, regional ou nacional. Um pouco mais de cuidado deve-se ter com os outros seis temas.

Quando um documento tratar de um tema como o Cotidiano, por exemplo, onde a cidade e sua sociabilização se tornam o cerne do documento, é necessário ficar atento ao fato de que possa haver um entrecruzamento de temas. O mesmo ocorre com os temas Artístico e Cultural (contribuições artísticas e culturais, como resenhas de livros, exposições, cinema, música etc.), Modernidade e Urbanização (aqui estão delimitadas as modificações urbanísticas e os avanços em prol da modernidade), Metalinguagem (este tema versa sobre a própria crônica, quando o assunto tratado no documento é o diálogo do escritor com o seu próprio espaço no jornal), Relação entre Campo e Cidade (relações entre diversos temas abordados através da dicotomia campo/cidade, ou mesmo rural/urbano) e Indivíduos Excluídos (onde se encontram os personagens à margem da sociedade, os "subterrâneos[12]"). José de Souza Martins, em *Exclusão social e a nova desigualdade* (2015), indica a existência de um falso problema de exclusão social, com contradições e vítimas de processos sociais e econômicos. Estes Indivíduos Excluídos não estão à margem dos sistemas de poder e de sociabilização, mas constituem parcela importantes destes.

Talvez a maior dificuldade para o pesquisador repouse na delimitação dos motivos utilizados para criar o tema, já que os campos imagético e literário, apesar de ambos utilizarem símbolos e em várias ocasiões valerem-se um do outro, são de naturezas próprias. Jean-Claude Schmitt, em *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média* (2007), associa o uso da narrativa para a legitimação de imagens, e embora o espaço temporal que o autor analisa e para o qual esteja se referindo seja distinto daquele proposto por este artigo, suas considerações não apenas permanecem válidas como também pertinentes. Parte-se da concepção inicial e objetiva que o conceito de motivos, quando aplicado em documentos literários, se constituiria de conjuntos de palavras, onde, conforme a necessidade do pesquisador, podem ser excludentes ou não excludentes, ou mesmo complementares. Subjetivamente, a delimitação de motivos deve passar por uma análise semântica onde serão valorados não apenas o conjunto de palavras, mas seu sentido e a interpretação de sentenças. Talvez um exercício possa exemplificar esta complicada prática com maior facilidade. Ao analisar apenas os títulos de três crônicas de Roque Callage, "Crítica sobre hábitos

12 Jack Kerouac, em "Os Subterrâneos" (2006), também apresenta uma categorização interessante para os personagens de sua obra: os "subterrâneos" são os excluídos, aqueles que vivem à margem da sociedade e que procuram se esconder.

do teatro em Porto Alegre[13]", "Direitos dos animais que são maltratados[14]" e "Consumo de tóxicos em Porto Alegre[15]", pode-se delimitar, inicialmente a primeira crônica, no tema Artístico e Cultural, se aplicarmos a delimitação do motivo "teatro" ao tema, e as duas seguintes em Cotidiano, quando utilizadas as palavras, "direitos" e "consumo" como motivos. Se utilizássemos "Porto Alegre" como motivo para o tema Cotidiano, por exemplo, haveria a tendência de a primeira crônica ser classificada no tema Cotidiano, além do tema Artístico e Cultural. Temos, então, dois títulos de crônicas que, quando analisados através dos motivos "teatro", "direitos" e "consumo", estão designados em temas distintos; mas quando se pensa no motivo "Porto Alegre", inserem-se em um único tema. No momento em que a discussão ocorre através da semântica, da análise textual, e é considerada toda a extensão dos títulos, o resultado é idêntico ao da primeira comparação: um documento inserido no tema Artístico e Cultural e dois em Cotidiano.

3 Aplicação da metodologia de seriação

Ao concluir a explanação sobre o tema e o motivo, e principalmente a dificuldade em trabalhar com este último elemento, é necessário aplicar a metodologia já apresentada. Para tanto, propõe-se a análise não apenas de títulos, mas do conteúdo de crônicas escritas por Roque Callage, já que este trabalho tem por objetivo desenvolver uma maneira de criar séries com os documentos produzidos por este escritor na coluna "A Cidade" para o jornal Diário de Notícias, entre os anos de 1925 e 1931. Serão analisadas cinco crônicas, publicadas nas sextas-feiras durante o período do mês de julho de 1927, onde serão utilizados os nove temas já elencados no capítulo anterior e aplicados motivos para a delimitação das publicações dentro destes temas. Os motivos utilizados, objetivamente, serão "Porto Alegre", "teatro", e "livro", quando se propõe o tema Artístico e Cultural; "praça", "reunião", "bairros", "leitor" e/ou "leitora", "carta" e/ou "cartão" e "cidade", quando o tema for Cotidiano; e "automóveis", quando o tema tratado for modernidade e Urbanização. Subjetivamente, também será realizada a análise diacrônica – análise linguística dos termos utilizados – e sincrônica – simultaneidade dos termos – da significação do corpo do texto.

Em "Crítica sobre hábitos do teatro em Porto Alegre", publicada em 01/07/1927, encontra-se os motivos "Porto Alegre" e "teatro", quando é analisado objetivamente não apenas no título, mas o documento. Apesar de não

13 Diário de Notícias, 01 jul. 1927.
14 Diário de Notícias, 03 jul. 1927.
15 Diário de Notícias, 07 jul. 1927.

ser o suficiente para rotulá-lo unicamente no tema Artístico e Cultural, um trecho expõe subjetivamente, através de análise textual, esta possibilidade:

> Nunca Porto Alegre teve tão feliz oportunidade para assistir, para gozar verdadeiras noitadas de arte como as que vem proporcionando para meia dúzia de pessoas a Companhia Vera Sergine. Entretanto é o que você está vendo: - o teatro quase que às moscas! Não me admira de mais nada. O que acontece com Vera Sergine é o mesmo que aconteceu com Salvani, com Clara Della Guardia, com Mimi Aguglia e com todas as grandes figuras da cena, que nos tem visitado. Simplesmente uma vergonha, meu amigo!... (CALLAGE, 01/07/1927).

É de maneira clara que podemos incluir esta crônica no tema Artístico e Cultural quando o jornalista escreve sobre a oportunidade de Porto Alegre "assistir" e "gozar" de noites com apresentações teatrais. A análise semântica e textual, quando analisada em conjunto com os motivos "Porto Alegre" e "teatro", corrobora com a análise preliminar do título.

No dia 08 de julho de 1927, na crônica "Reunião de escritores e intelectuais", encontram-se os motivos "Porto Alegre", "reunião" e "livros", o que, em conjunto, classifica este documento como tema Artístico e Cultural, a exemplo da análise anterior. A presença de "escritores" e "intelectuais", tanto no título quanto no corpo do texto, apesar de não serem utilizados como motivos para esta seriação devido à sua especificidade, quando submetidos à análise subjetiva, assim como o motivo "reunião", tomado em empréstimo do tema Cotidiano, legitimam a inclusão do texto no tema:

> Reuniram-se, há dias, em torno de uma modesta mas simpática mesa de um dos nossos restaurantes, os intelectuais desta capital com o propósito de prestar uma homenagem aos autores dos livros ultimamente aqui publicados. Essa homenagem, como era de ver, resumiu-se num jantar de expressiva cordialidade e que não faltaram as boas iguarias sensibilizadoras do apetite gastronômico, bem como o fino encanto da palestra dos deuses, animada de vez pela espiritualidade generosa de um legítimo Caxias reconfortante. Ariel e Epicuro entrelaçaram-se, assim afetuosamente, numa confraternidade digna dos mais altos louvores (CALLAGE, 08 jul. 1927).

Na crônica "Falta de água em vários bairros", publicada em 15/07/1927, é possível encontrar os motivos "Porto Alegre", "bairros", "car-

tão", "cidade" e "leitora". Seu conjunto, assim como o título e o conteúdo do documento, possibilita classificá-la como pertencente ao tema Cotidiano. Apesar do motivo "Porto Alegre" estar presente, e este já ter sido utilizado para delimitar as duas primeiras crônicas no tema Artístico e Cultural, nesta situação também valida a delimitação da crônica no tema Cotidiano. A análise subjetiva do conteúdo do documento, onde o autor revela o conteúdo de uma carta enviada por uma leitora, confirma a prévia avaliação objetiva através dos motivos:

> A nossa água – a maravilhosa linfa guaibense, nestes últimos dias deu para faltar em vários pontos da cidade. Ainda ontem, fazendo coro às reclamações que temos recebido nos chegou às mãos o seguinte cartão:
>
> "Sr. cronista da 'Cidade'. Saudações.
>
> Peço-vos o obséquio de reclamar pela sua seção 'A Cidade', contra a falta d'água que nos flagela, principalmente nesta época de gripes. Ainda anteontem tendo chegado em minha casa o médico para ver os meus doentes, não me foi possível oferecer-lhe água para lavar as mãos, isso porque as torneiras dos encanamentos não pingavam uma só gota. Calcule, sr. cronista, o dissabor para uma dona de casa. Como ter assim higiene com os doentes? Pela publicação dessas linhas muito grata ficará a constante leitora – C. P." (CALLAGE, 15 jul. 1927),

O tema Cotidiano reaparece na crônica de 22/07/1927, intitulada "Carta do leitor sobre desordem no Alto da Bronze", onde os motivos "carta", leitor" e "praça" são elencados. Assim como o documento anterior, o cronista publica a íntegra da correspondência recebida de um leitor, e por seu conteúdo se tratar da sociabilização em um espaço público de Porto Alegre, tanto as análises objetiva e subjetiva tornam correto o tema Cotidiano aplicado a este texto:

> Com maior interesse abrimos espaço hoje, nesta coluna, para a seguinte carta que acaba de nos ser dirigida e cuja publicação, nos é solicitada:
>
> "Porto Alegre, 20 de julho de 1927.
>
> Sr. Cronista de 'A Cidade'. – Leitor assíduo do conceituado 'Diário de Notícias' e sincero apreciador de vossa crônica em benefício da nossa progressiva capital, venho vos chamar a atenção para certos fatos locais que naturalmente vos passam despercebidos. Existem, nesta capital, como se sabe, algumas destinadas ao cultivo de vários desportos. A

> praça nº 1 (Alto da Bronze) é onde se verificam certos fatos dignos de comentários...” (CALLAGE, 22 jul. 1927).

Por fim, a última das cinco crônicas, “Desaparecimento de carros de praça”, publicada em 29/07/1927, com os motivos “praça”, “automóvel” e “cidade”, pode ser classificada no tema Modernidade e Urbanização. A análise subjetiva do documento, onde o autor elucida a transição dos carros de tração animal para os movidos a combustível, carrega um forte indício da mudança tecnológica pela qual passava a urbe, o que valida sua delimitação temática:

> Há dezoito ou vinte anos, se tanto, o carro de tração animal era o único veículo para o transporte de passageiros. Daquela época para cá, à maneira que os automóveis começaram a surgir, matando gente como quem mata cachorro, os carros começaram a diminuir de tal modo que, segundo nos informam, na última semana desapareceu o último carro de praça que ainda se aventurava a passear por aí o seu “passadismo” impenitente, procurando, num derradeiro esforço, fazer concorrência ao auto vertiginoso. Foram-se assim os coches de luxo, as “vitórias”, os “landaus”, que eram o brilho das carruagens elegantes de outros tempos. E com eles desapareceram também as finas parelhas de puxadores, que costumavam mostrar a sua elegância e o seu garbo nas ruas acidentadas da nossa capital (CALLAGE, 29 jul. 1927).

As cinco crônicas analisadas apresentam três temas distintos: dois documentos enquadram-se no tema Artístico e Cultural; outros dois no tema Cotidiano, e um no tema Modernidade e Urbanização. A análise objetiva, diretamente com os motivos já elencados, propõe alguns apontamentos: inicialmente, a análise apenas através dos motivos, sem a compreensão semântica do corpo do texto, apesar de ser extremamente útil, pode levar o pesquisador a incorrer em algumas precipitações. Tem-se como exemplo o motivo “reunião”, onde seria utilizado para o tema Cotidiano, mas mostrou-se mais apto, no caso da segunda crônica, ao tema Artístico e Cultural; e o motivo “Porto Alegre”, que assim como “reunião”, também sofreu uma mudança de valor e foi utilizado para legitimar o tema Cotidiano, no terceiro documento analisado. Um segundo ponto é a possibilidade de cruzamentos entre os temas. Apesar de este breve trabalho abarcar apenas cinco crônicas no período de um mês, a compreensão do corpo textual permite levantar algumas oportunidades de classificação de crônicas em dois temas distintos, como o caso da última, que apesar de estar incluída em Modernidade e Urbanização, também poderia transitar pelo tema Cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de análise e de delimitação de motivos, quando aplicado à literatura, é extremamente laborioso e necessita de árdua atenção por parte do pesquisador. A necessidade em utilizar os motivos de modo objetivo, e submeter subjetivamente a crônica à análise semântica e textual, diminui a margem de erro da seriação e permite a criação de hipertemas entre as diferentes elaborações de séries, e apesar deste artigo utilizar um corpo documental restrito – cinco publicações em apenas um mês –, a possibilidade de trânsito das crônicas entre mais de um tema é claro e apropriado. Quando a pesquisa abrange um *corpus* documental de tamanho considerável (o trabalho de Roque Callage no Diário de Notícias é composto por aproximadamente 1500 crônicas), as possibilidades de cruzamentos entre os temas dos documentos passa a se tornar realidade.

A abordagem hipertemática evoca uma análise da crônica onde se destaca uma rede de relações produzida a partir do significado dos temas propostos pela pesquisa. Com sua lógica própria, esta rede de temas cresce de acordo com seu quadro de operações e limitações, o que em muitos casos pode superestimar sistematicamente o objeto estudado e desconsiderar uma especificidade singular de documentos apenas por estes não conseguirem ser encaixados apropriadamente em uma série. Quando o documento é submetido subjetivamente à análise textual e semântica, apoiadas na compreensão objetiva dos motivos, é possível delimitar com precisão os temas propostos pelo pesquisador, mas como toda ação humana, a possibilidade de equívocos está sempre presente.

O exercício proposto neste *corpus* de documentos, onde se procurou adaptar e aplicar a metodologia de análise iconográfica medieval de Jérôme Baschet para o campo da literatura, apesar das dificuldades e iniciais percalços, mostrou-se válido e elucidativo. O constante trabalho de adaptação e reinterpretação da metodologia de Baschet, assim como o de análise dos documentos, continuará sendo exercido, visto que este artigo apenas abordou um primeiro contato entre a criação de séries do autor e os objetos de estudo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas. In: *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa Brasil 1900-2000***.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BASCHET, Jérôme. Inventivité et sérialité des images médiévales. Pour une

approche iconographique élargie. In: *Annales Histoire, Sciences Sociales*, n. 1, 1996, p. 93-133.

_____. *L'iconographie médiévale*. Paris, Galimard, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Esboço da teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu /Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Sobre a televisão.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CALLAGE, Roque. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 01 jul. 1927.

_____. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 03 jul. 1927.

_____. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 07 jul. 1927.

_____. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 08 jul. 1927.

_____. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 15 jul. 1927.

_____. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 22 jul. 1927.

_____. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 29 jul. 1927.

CHARTIER, Roger. ***À beira da falésia:*** a história entre as incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002

_____ *A história cultural: entre práticas e representações***.** Lisboa: Difel, 2002.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

DE SÁ, Jorge. *A crônica*. São Paulo: Editora Ática, 2005.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa:* o Sistema totêmico da Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FERRO, Ana Paula Rodrigues; FERRO, Fábio. Crônica: gênero textual entre jornalismo e literatura. In: *Revista da Faculdade Eça de Queirós,* ano 3, n. 11, 2013.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manuel de Mello. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

KEROUAC, Jack. *Os subterrâneos***.** Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade.* São Paulo: Paulos, 2015.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O Jornal*: da forma ao sentido. Brasília: EDUNB, 2002.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens*. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru: Edusc, 2007.

Recebido em 28/01/2020
Aprovado em 11/06/2020

IMAGENS

Figura 1 - A adoração dos magos (1504) - Albrecht Dürer

Fonte: Wahooart.com.

Figura 2 - A virgem com o menino (1295) - Giotto

Fonte: Wahooart.com.

Figura 3 - Madonna Willys (1490) - Bellini.

Fonte: Wahooart.com.

4 - Madona e a criança (1433) - Fra Angelico

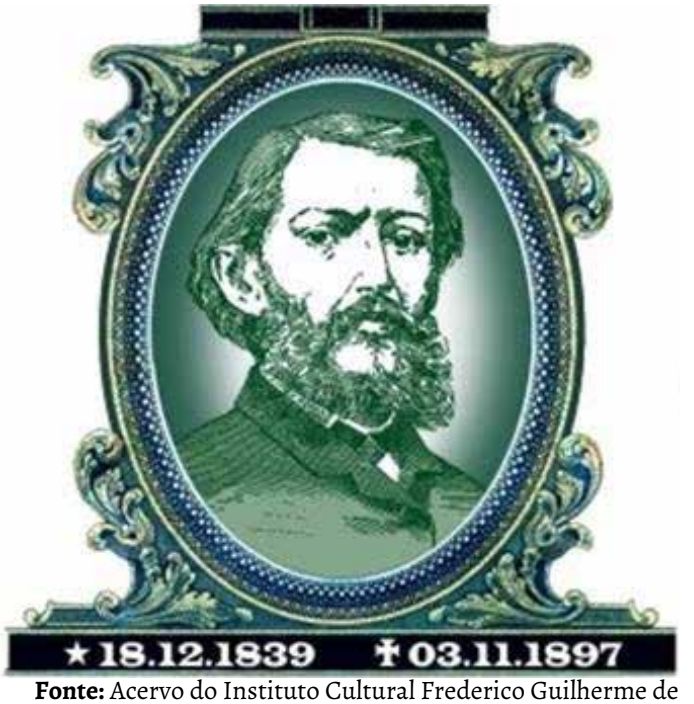
Fonte: Wahooart.com.

FREDERICO GUILHERME DE ALBUQUERQUE: 180 ANOS

FREDERICO GUILHERME DE ALBUQUERQUE: 180 YEARS

Luís Severiano Soares Rodrigues[1]

Ilustração 1: Retrato de Frederico Guilherme de Albuquerque



Fonte: Acervo do Instituto Cultural Frederico Guilherme de Albuquerque (ICFGA).

RESUMO

Esse artigo busca, divulgar a vida e a obra do botânico e naturalista gaúcho Frederico Guilherme de Albuquerque, nas suas contribuições para a ciência agrícola brasileira, nos processos de aclimatação de espécies e divulgação científica, associado a sua faceta de empresário. Trazendo assim às gerações atuais a relevância de sua obra, bem como a importância da mesma. Para tanto, buscou-se coletar as referências atuais sobre a mesma, bem como referências da época do referido cientista, dando assim a real dimensão do seu trabalho, através de trabalhos seus

1 Economista pela Universidade Federal Fluminense. Pós-graduado em História da Relações Internacionais pela UERJ. Sócio Correspondente do IHG de Niterói. Membro do Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio de Janeiro.

na Revista de Horticultura, além de notícias em periódicos vários que oferecem uma significativa amostra da repercussão do seu trabalho que era conhecido em todo o território nacional e também no estrangeiro.

Palavras-chave: Botânica. Agronomia. Aclimatação. Empreendedorismo.

ABSTRACT

This article seeks to disseminate the life and work of the botanist and naturalist from Rio Grande do Sul, Frederico Guilherme de Albuquerque, in his contributions to Brazilian agricultural science, in the processes of acclimatization of species and scientific dissemination, associated with his facet as a businessman. Thus bringing to the present generations the relevance of his work, as well as its importance. To this end, we sought to collect the current references about it, as well as references from the time of the scientist, thus giving the real dimension of his work, through his works in the Revista de Horticultura, in addition to news in several journals that offer a significant sample of the repercussion of his work that was known throughout the national territory and also abroad.

Keywords: *Botany. Agronomy. Acclimatization. Entrepreneurship.*

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo, a reconstituição da trajetória do botânico Frederico Guilherme de Albuquerque, hoje apenas lembrado pelo pioneirismo na introdução do eucalipto no Brasil. Para tanto usaremos o método dedutivo, através da análise das fontes primárias, principalmente daquilo que o cientista escreveu uma vez que seu trabalho de divulgador científico foi notável; tudo o que escreveram sobre ele, notadamente nas fontes jornalísticas. Dada a amplitude da sua carreira, abordaremos diversas nuances dela, tais como a de aclimatador de espécies, a de pesquisador do Museu Nacional, a de divulgador científico pelo seu trabalho na Revista de Horticultura, a de empresário do ramo botânico, sua atividade nas diversas sociedades científicas a que pertenceu. Por fim procuraremos dar uma noção do respeito que seu nome alcançou nacionalmente como cientista e homem empreendedor.

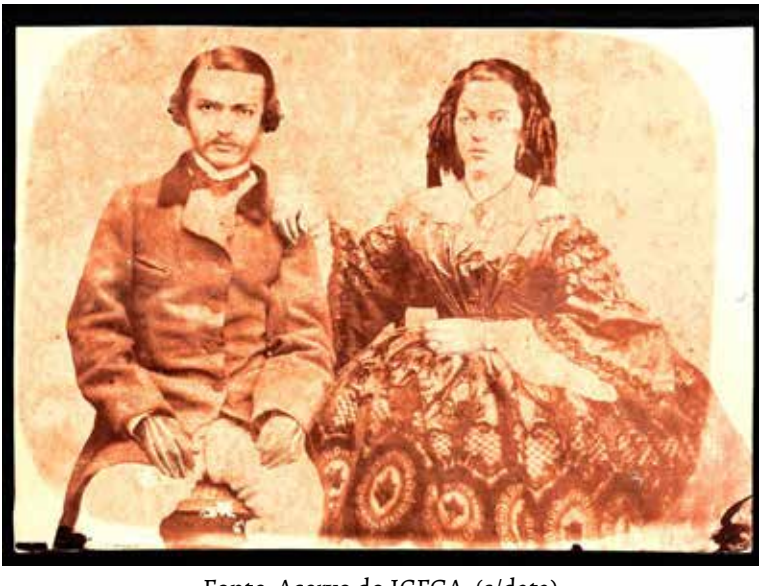
1 Origens, Formação e Descendência

Descendente de açorianos que vieram povoar o sul do Brasil, seus antepassados se estabelecem em Desterro (SC) e na Colônia de Sacramento, e posteriormente em Rio Grande (RS), na primeira metade do século XVIII, onde nasce Frederico em 18 de dezembro de 1839. Seu pai Major Manoel Joaquim de Souza Medeiros, Cavaleiro da Ordem da Rosa, negociante em Rio Grande, acumulava uma longa lista de serviços prestados à Pátria, tendo exercido as funções de juiz de direito interino e de delegado de polícia em Rio Grande, tendo sido também oficial das tropas de milícias tanto

em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, constam várias contribuições suas ao Tesouro Nacional, seja na compra de título de empréstimo da dívida pública, conforme solicitação de Martim Francisco Ribeiro de Andrada (ALBUQUERQUE, 1997, p. 5) e doações para o aparelhamento da Marinha de Guerra, foi também membro fundador da Praça, hoje Câmara, de Comércio da cidade de Rio Grande e seu presidente no biênio 1848/1849.

Sua formação começou no Collégio de Bellas-Letras em Desterro e posteriormente cursado dois anos na Escola Central 1858/59, depois denominada Escola Politécnica, no Largo de São Francisco na capital do Império, quando retorna para Rio Grande, dedicando-se as ciências naturais, que denotamos, se dá por um autodidatismo empirista, daí sua dedicação a aclimatação de espécies úteis, tanto para fins alimentícios, quanto para fins industriais, sendo seu laboratório inicial a sua fazenda da Marambaia, na ilha dos Marinheiros, na Lagoa dos Patos ao largo de Rio Grande. A aclimatação de espécies botânicas estrangeiras no Brasil vem a ser uma prática antiga e muito incentivada pelas autoridades desde o período colonial, com vistas ao aproveitamento em escala de novas possibilidades de produção, sendo o Jardim Botânico do Rio de Janeiro um exemplo de instituição criada com esse intuito, e a existência de instituições congêneres foi uma constante no Império português e isso vale para os outros países colonialistas como Grã-Bretanha e França.

Ilustração 2: Retrato do casal Frederico Guilherme de Albuquerque e Maria Ephigênia de Lorena



Fonte: Acervo do ICFGA, (s/data)

Frederico de Albuquerque deixou vasta descendência (teve 11 filhos) do seu consórcio com Maria Ephigênia de Lorena, que o honraram dignamente o seu nome, com destaque para o seu primogênito Jorge de Albuquerque, que paralelamente as suas funções de funcionário da Cia Leopoldina Railway, foi um poeta de valor; e o seu caçula Alexandre de Albuquerque, engenheiro e arquiteto de renome, que foi diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, além de ter editado trabalhos relevantes no ensino da construção civil e ter assinado projetos importantes. Este último em 1912 doou a biblioteca do pai para a Escola Politécnica de São Paulo. (CARAMORI, 2015, p. 178).

2 A Comissão Científica do Pacífico

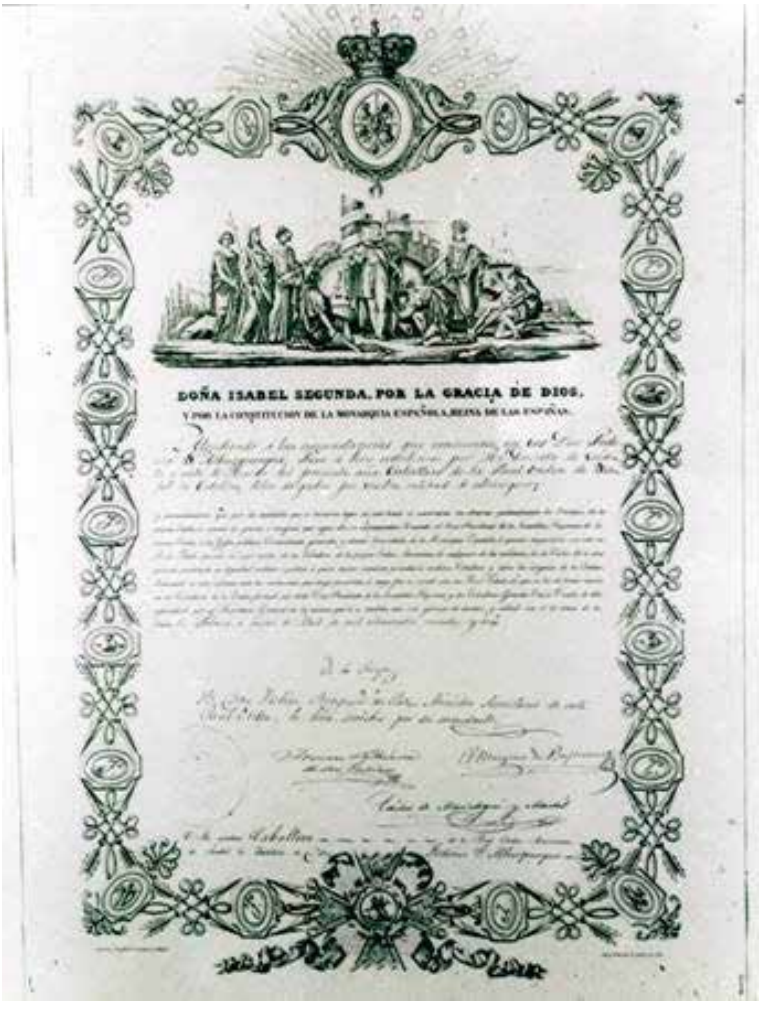
Frederico de Albuquerque, torna-se conhecido nacionalmente, após a rainha da Espanha, S.M. Católica. D. Isabel II, lhe conceder em 1866, a Real Ordem de Isabel, a Católica, no grau de cavaleiro, pelos relevantes serviços prestados à expedição do Pacífico, última grande expedição científica espanhola, quando da passagem desta por Rio Grande em 1862. Com relação a essa expedição retiramos algumas passagens do Diário de Don Francisco de Paula Martínez y Sáez, referentes a novembro de 1862:

> *Día 27.- (...) Después de almorzar, con objeto de aprovechar el tiempo que creí sería corto, marché a casa de don Federico G. Albuquerque, a quien venía recomendado por el dueno de la fonda de Desterro.*
> *Fui recibido por él con amabilidad y me mostró algunos peces, alguna ave viva, un zorro del país, plantas parásitas, etc. Le indiqué mi deseo y determinamos salir inmediatamente al campo.*
> *(...) El amable Albuquerque nos suplicó que fuesemos después de comer a su casa para mostrarnos sus colecciones que habia hecho desempaquetar. Las tenía dispuestas para poder ser trasladadas a otro punto de la provincia en donde pensaba establecerse.*
> *Comimos bastante bien y después de descansar un momento, fuimos a su casa, en donde nos sirvieron té que tomamos con la familia.*
> *Quedamos sorprendidos al ver el número e importancia de los mamiferos y aves, todos del Brasil y la mayor parte de la provincia, que conserva en piel, unos preparados por un francés que permaneció algunos años en el país y otros por el mismo Albuquerque. No son menos notables los insectos que conserva y de los que dio algunos ejemplares a nuestro encargado de este ramo. Separó algunas pieles de vertebrados tanbién con este objeto, así como algún pez y crustáceo.*

> *Día 28- (...) La tarde fue tan lluviosa que no salí de casa. Por la noche estuve en la de Albuquerque que con los compañeros y concertamos una expedición viendo que no venía el buque que esperábamos.*
> *Día 29 – Aunque me levanté a las 5 y media no fue posible que estuviesen las cosas necesarias para expedición preparadas hasta las 8 y media. A esta hora,(...), me dirigí a casa de Albuquerque; con éste, su criado e Isern nos embarcamos para visitar la isla de los Marineiros. (...).*
> *(...) Sobre todo, llamaba la atención, racimos de orugas de algunas pulgadas, con manchas rojas sobre fondo claro; pelos rígidos, largos y de fuerte coloración; la simetría con que estaban colocadas en el ápice de los ramos, y el verde subido de las hojas de la planta, formaban un bonito contraste. Albuquerque no las había observado en este estado de abundância en los años anteriores. (...)*
> *Nos reíamos de ver el grupo que formábamos. Sobre todo a mí me chocaba la viveza, inteligencia y amabilidad del joven negro criado de Albuquerque; cargado de utensilios de caza, no descuidaba la recolección de objetos por los que, según supe, le ofrecía premios su simpático amo.*
> *(...) Algunas aves acuáticas nadaban cerca, a las que tiraba Albuquerque y quería coger su cariñoso perro.*
> *Llegamos con felicidad y suplicamos a Albuquerque que comiése con nosotros, como en efecto lo hizo. En ella estuvo Paz, que había ido a visitarnos, y allí mismo dispusimos expedición.*
> *Me acosté temprano a descansar satisfecho de la excurción; no había gran número de objetos, pero había habido orden, concierto y ben deseo.* (MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1994, p.73,74).

Desse relato temos uma aproximação interessante do homem e do cientista ao lidar com pesquisadores estrangeiros.

Ilustração 3: Diploma de cavaleiro da Real Ordem Americana de Isabel, A Católica, conferido a Frederico de Albuquerque



Fonte: Acervo do ICFGA

Curiosamente em 29 outubro de 1867, o *Diário do Povo* (RJ), na p. 02, nos traz nas notícias do Sul do Império, referente à 19 de outubro em Rio Grande, o seguinte relato: "Em consequência de um forte temporal. Desabara, na Ilha dos Marinheiros, a casa do Sr. Frederico de Albuquerque, não tendo sofrido sua família incômodo algum". Na verdade, na ilha dos Marinheiros, Frederico de Albuquerque tinha o seu principal campo de experiências, na sua fazenda Marambaia onde ficava também a sua casa.

3 O Eucalipto

Com relação ao eucalipto, que consagra o seu nome na história agrícola brasileira, este se inscreve nas suas práticas de aclimatação de espécies úteis que o faz ser muito lembrado, na verdade é uma referência constante, em textos atuais sobre o assunto, por ter sido um dos introdutores do eucalipto no Brasil, com diversas variedades, entre elas o Eucalyptus globulus, com sementes recebidas da Sociedade de Aclimatação de Paris, tendo a cidade de Rio Grande um exemplar plantado por ele na praça próximo à catedral. O Bulletin de la Société Impériale Zoologique d`Acclimatation, em várias edições, como p.ex. (1867, p. 18), e (1870, p.101), entre outras dá ampla divulgação aos seus experimentos nessa área, bem como aos surpreendentes resultados alcançados pela aclimatação dessa espécie de planta nas regiões temperadas do Brasil, informação essa também destacada no *Jornal de Horticultura Prática* (p. 31), editado na cidade do Porto em 1874, realçando os resultados alcançados por ele. Bem como o Jornal *La Belgique Horticole*, (1874, p. 84).

Ilustração 4: Junto à catedral de Rio Grande o eucalipto plantado por Frederico de Albuquerque

Fonte: Foto do autor

4 A vinda para o Rio de Janeiro

Em 1872, S.M. I. o Sr. D. Pedro II, convida Frederico de Albuquerque para trabalhar no Museu Nacional, cargo em que ele toma posse em 1874 como praticante da seção de botânica, nesse mesmo ano, ele é aceito como sócio efetivo na Associação Brasileira de Aclimatação do Rio de Janeiro, onde manterá uma atividade constante, já como membro do Conselho de Administração, dedicação que manterá até o fim dos seus dias. No Museu Nacional, já em 1875 é promovido a adjunto da Seção de botânica. Nesse mesmo ano Frederico de Albuquerque é premiado com a medalha de prata na primeira exposição hortícola de Petrópolis, patrocinada por S.A.I. D. Isabel, princesa imperial do Brasil, sendo premiado também na segunda exposição de Petrópolis em 1876, quando recebe a Menção Honrosa em plantas ornamentais, na exposição de 1877 recebe a medalha de bronze pelo seu trabalho de editor da Revista de Horticultura *(GAZETA DE NOTÍCIAS*, 13 abri. 1877, p. 02). Nesse período do Museu Nacional Frederico Albuquerque aparece relacionado na coluna – Chronica local – do jornal *O Globo* do Rio de Janeiro, entre as pessoas que tiveram a honra de cumprimentar o Imperador e a Imperatriz na semana finda (14 set. 1875, 06 out. 1875 e 10 nov. 1875) relações aonde também se encontra o Dr. Ladislau Netto diretor do museu, sem a presença deste temos em (03 ago. 1875, 27 set. 1875 e 03 nov. 1875) e em notícia de cumprimentos à Princesa Imperial Regente Dona Isabel e seu digníssimo esposo o Sr. Conde d`Eu, temos Albuquerque no Paço da cidade em 18 abri. 1876 e 01 maio 1876 e no paço Isabel em 27 jul. 1876. Mesmo depois de ter saído do Museu Nacional Frederico de Albuquerque é mencionado como tendo cumprimentado o Imperador na *Gazeta de Notícias* de 14 jan. 1878 e entre as demais personalidades que tiveram a mesma honra destacamos o Sr. J. Rodrigues Barbosa, o almirante barão de Angra, o barão do Lavradio e o conselheiro Moraes e Valle.

Frederico de Albuquerque, se destaca também, pelo seu entusiasmo pela divulgação conhecimento agrícola em geral e principalmente nas escolas. Assim nas palestras ministradas sobre botânica em 1875, dentro dos cursos públicos do Museu Nacional, abertos a todos os interessados que quisessem assisti-los, coube a Frederico de Albuquerque, em 19 de agosto, falar sobre horticultura ornamental, preleção essa publicada no jornal "*O Globo*" do Rio de Janeiro em 26 de agosto, onde ele tece considerações filosóficas acerca da evolução conhecimento humano, bem como exprime sua opinião que a horticultura ornamental marca o mais alto grau de uma civilização humana no campo das belas artes, posto que só uma civilização avançada está preparada para apreciar a utilização de vegetais dispostos artisticamente para o embelezamento das cidades e bem estar da população, citando toda a evolução desse desenvolvimento ao longo da história.

Sobre esse assunto publicou em 1878, O jardineiro brazileiro: noções de agricultura, horticultura e paisagens adaptadas ao clima do Brazil.

Ilustração 5: Diploma da Associação Brazileira de Acclimação pertencente a Frederico de Albuquerque

Fonte: Acervo ICFGA

5 O Beliche no Rio de Janeiro

Frederico de Albuquerque, cria no Rio de Janeiro um Instituto de Sementes, onde comercializa além de sementes, também plantas ornamentais, instrumentos agrícolas importados e pequenos animais. Esse Instituto ficou conhecido como Beliche, tendo o mesmo se localizado no Engenho Novo, o jornal *O Globo* de 25 mar. 1875, assim comentou o surgimento do Beliche:

> Horticultura. O Sr. F. Albuquerque. já conhecido como diretor de moderno estabelecimento de horticultura no sul do Império, acaba de abrir outro igual nesta cidade, situado entre as estações da estrada de ferro D. Pedro II, Engenho Novo e Todos os Santos.
> Dispondo dos conhecimentos botânicos que tanto auxiliam o horticultor, cremos que o Sr. Albuquerque dotará a capital com um estabelecimento modelo.
> Pelo primeiro catálogo, correspondente ao mês de Março,

> vê-se que embora criado há seis meses, dispõe já o estabelecimento de grande variedade de videiras, entre as quais muitas de origem americana, que mais facilmente se prestam a ser aclimadas entre nós. Além da coleção de videiras, possui já o estabelecimento, outras plantas, como sejam cycadeas, coníferas, gesnenaceas, etc.

Com relação a esse empreendimento registramos que no jornal *O Cruzeiro* de 19 jul. 1878, na seção Junta Comercial relativo aos contratos, alterações e distratos sociais realizados entre 08 e 13 de julho, encontramos:

> Frederico Albuquerque e os comanditários, José Rufino Rodrigues Vasconcellos e Américo Rodrigues de Vasconcellos, para o comércio de plantas, flores e árvores frutíferas, nessa Corte, com o capital de 18.000$, sendo 6.000$ dos comanditários, sob a firma de F. Albuquerque.

Destes sócios, temos que o primeiro vem a ser um empreendedor que se destacou em diversos negócios, era maçon da Grande Oriente Unido, membro da Imperial Irmandade de Nª Sª da Glória do Outeiro e membro da primeira diretoria da Associação de socorros à invalidez denominada – Previdência. O segundo, oficial de engenheiros do Exército, que chegou a general de brigada.

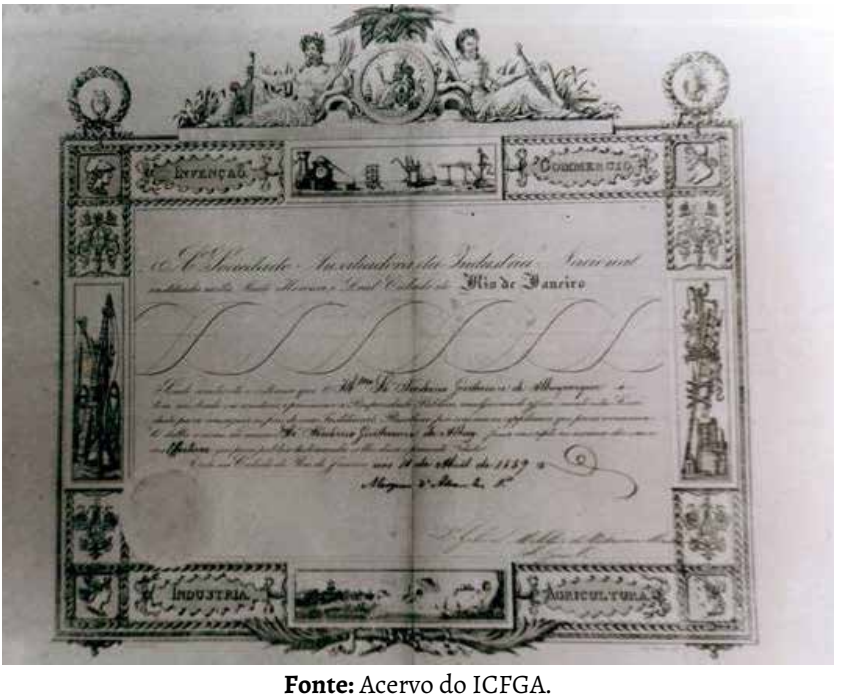
6 Vinculação a instituições científicas e ou corporativas

As instituições a que Frederico de Albuquerque, estava ligado como sócio, além da Sociedade Brasileira de Acclimação (Rio de janeiro), são: a Sociedade Rio Grandense Beneficente e Humanitária (São Paulo), Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - 1859 (Rio de Janeiro), Società Geográfica Italiana (Roma), Sociedade de Comícios Agrícolas, e como se verá mais adiante, da Sociedade Nacional da Agricultura (Rio de Janeiro). Como curiosidade temos que em homenagem a Frederico de Albuquerque, o seu amigo e cientista, João Barbosa Rodrigues ao descobrir uma nova espécie de planta deu-lhe o nome de Sinningia albuquerqueana (REVISTA DE HORTICULTURA, fev. 1878, p. 38).

Na sua vida profissional deu grande ênfase na participação das instituições científica e corporativas, onde nota-se sua constante presença nas páginas d`O Auxiliador da Indústria Nacional, órgão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, desde a seu ingresso naquela organização em 1859 como sócio efetivo, seja na participação nas sessões do Conselho Administrativo, seja na remessa de exemplares da Revista de Horticultura, seja remetendo informações das suas atividades quando em São Paulo,

sendo em 1896 nomeado colaborador na revista da sociedade, conjuntamente com outros destacados cientistas. Registrando-se pelo menos uma indicação sua para sócio efetivo, que vem a ser a do Dr. Antônio Augusto de Carvalho Monteiro, advogado, por Coimbra, residente em Lisboa, nascido no Rio de Janeiro, sendo este uma figura de destaque em Portugal, onde recebeu a alcunha de Monteiro dos Milhões pela sua grande fortuna, era dono de uma grande e importante (a mais importante) coleção camoniana e se destacou pelo seu altruísmo.

Ilustração 6: Diploma da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional pertencente a Frederico de Albuquerque



Fonte: Acervo do ICFGA.

7 Interlocutores Estrangeiros

Frederico de Albuquerque, ao longo de sua carreira, se correspondeu com diversas importantes instituições no exterior, com as quais empreendeu construtivo e frutífero diálogo desde a década de 1860 até a sua morte, onde destacamos Louis Agassiz solicitando a sua colaboração para o Museu de Cambridge em 1865. O tema videiras ensejava os contatos D. J. Léon Souberain da Societé Imperiále Zoologique de Acclimatation em 1868. O intercâmbio de semente e plantas era o tema dos contatos com o Muséum de Histoire Naturelle se dava com Charles Naudin em 1869. Outro interlocutor dentro da Sociedade Imperial de Aclimatação da França era o

Secretário geral Conde d`Épresmesnil. O funcionamento da Societé Paternelle Colonie Agrícole de Mettray foi o assunto abordado com Fredéric-Auguste Demetz e José Luiz Martins. O intercâmbio de sementes e plantas era o tema de contato do Smithsonian Institute através de Joseph Henry. Sobre intercâmbio de plantas e sementes, uma vez mais com Charles Naudim, agora em Colliore nos Pireneus orientais. Plantas ornamentais com Jan Verschaffelt de Gand – Bélgica e sobre o mesmo tema com A. E. Mazel de Marselha. Na década de 1880 na agora rebatizada de Société Nationale d`Acclimatation de France com o secretário geral Q. Geoffroy de Saint-Hilaire. O intercâmbio de plantas e sementes foi tema de conversações com o Diretor Raphael Noter do Institute Agronomique de Cipaza prés Marengo na Argélia, esse mesmo tema foi abordado, uma vez mais, com Charles Poillieux, vice-presidente da seção de vegetais da Sociedade de Aclimatação da França. Com o secretário assitente do Departamento de Agricultura norte americano Edwin Treeits o tema foi a Luffa Cylindrica Acutângula. A luffa também foi tema de contatos com A. Devéze de Yokohama – Japão e M.L.Q van Ledden Hulseboschi de Amsterdã. Na Austrália temos a correspondência com L.A. Bernays presidente as Queensland Acclimatation Society, cujo temas tratados foram a Luffa e a fundação de uma sociedade de aclimação em São Paulo. (ALBUQUERQUE, 2016, p.93-114).

8 A Revista de Horticultura

Seu entusiasmo pelo poder do conhecimento, levou-o a publicar em 1876 a Revista de Horticultura, que começa em janeiro daquele ano e vai até dezembro de 1879, em fascículos mensais, de 20 páginas ilustrados, onde são veiculados artigos do próprio Frederico e de vários colaboradores, entre eles vários cientistas de renome que apoiavam e/ou colaboravam com artigos, com destaque para o Dr. João Barbosa Rodrigues, além de artigos estrangeiros de interesse da lavoura nacional, traduzidos pelo próprio editor. Hoje os quatro volumes que correspondem a edição completa da Revista de Horticultura, são bastante raros.

Uma análise sobre o pensamento de FGA pode ser feita através das inúmeras ideias defendidas por ele na sua Revista de Horticultura (RH), onde o cientista busca levar para um público amplo, que vai do hortelão ao grande agricultor, passando pelo jardineiro amador uma gama de conhecimento que pudessem viabilizar práticas racionais e potencializadoras da produtividade nesse campo da economia nacional. Assim Albuquerque vai se pronunciar sobre a necessidade do ensino de práticas agrícolas nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e ginasial (em um país eminentemente agrário), em contrapartida àqueles que defendiam a criação de

escolas agrícolas, ideia esta que o mesmo provava ser inviável pelos custos altos e de pouca amplitude. Também em relação aos efeitos negativos da escravidão sobre o estágio de desenvolvimento da agricultura ele teceu considerações pertinentes. Outro ponto significativo e premonitório do mesmo vem a ser a questão da derrubada indiscriminada das florestas e a prática das queimadas comumente usadas pelos agricultores brasileiros, com o governo devendo exercer, segundo ele, o seu poder coercitivo, proibindo tais práticas, bem como exigindo a aplicação de práticas mais eficientes no trato da terra, como o uso da charrua, do arado e de adubos, tudo isso remetendo ao ensino dos mesmos nas escolas por todo o país. Em janeiro de 1879 (RH), já reforçava o discurso da necessidade de se intensificar a corrente do fluxo migratório da Europa para o Brasil, como forma de se conseguir os braços que a lavoura precisava, no entanto alertava que as condições que os imigrantes encontravam aqui em nada ajudava a que estes convencessem outros seus conterrâneos a segui-los, muito pelo contrário. Corajoso Albuquerque não se intimidava em confrontar ideias divergentes das suas em prol de um debate construtivo do qual só poderia gerar o desenvolvimento da ciência nacional, inclusive mesmo quando a divergência era com amigos como o Dr. Nicolau Moreira, que na Seção Agrícola do jornal O Globo, de 25 maio 1875, responde alguns questionamentos de Albuquerque em relação a algumas características físico-químicas do café amarelo que estava sendo produzido experimentalmente na região de Botucatu no interior paulista. Sintetizando temos que Albuquerque buscava através da divulgação científica e da divulgação de conhecimentos práticos, auxiliar a lavoura nacional a dar um salto de produtividade, atitude essa que o coloca entre aqueles que pugnaram pela grandeza do Brasil.

Um dos elementos que ajudavam o esforço da publicação da revista era a assinatura de exemplares feita pelo Ministério da Agricultura na gestão do Conselheiro Tomáz Coelho, assinatura essa que certamente cobria os custos fixos para a edição da mesma, no entanto com uma mudança de Ministério, substituído por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, a nova gestão suspende essa aquisição, como noticiado em O Cruzeiro (p. 5), jornal do Rio de Janeiro, a 24 fev. 1878: "Por aviso do Ministério do Império, datado de 23 do corrente, mandou-se cassar o pagamento da quantia de 250$000 mensais a Frederico de Albuquerque pela assinatura de 500 exemplares da Revista de Horticultura, visto não consignar a lei do orçamento vigente, fundos necessários para tal despesa".

Sobre esse baque F. Albuquerque assim se expressa na Revista de Horticultura de março, 1878, p. 42-43:

> A <Revista> e a Derrubada: (...) A situação que caiu julgou dever proteger uma publicação da natureza da Revista; a situação que se levanta, não seria lógica se a não procurasse destruir; são opiniões, e felizmente para esta boa terra cada um tem a opinião que quer, e, o que é melhor ainda, fica contente com ela. Sirva-nos de consolo que mais de uma pessoa desinteressada entende que estamos prestando ao país serviço mais real, do que se levássemos nosso concurso a qualquer dos dois partidos, que em luta estéril se debatem sobre a pátria agonizante, em vez de cuidar de salvá-la do abismo; e também as seguintes palavras que enviadas por um órgão importante de nossa imprensa, publicado em um país que, felizmente para ele, bem pouco se parece com o nosso, nos chegaram ao mesmo tempo que a notícia do corte sofrido pela Revista: "É de jornais como a Revista de Horticultura que precisamos no Brasil".
> São opiniões; o Sr. Ministro do Império não concorda com a ilustrada redação da Aurora Brasileira, do mesmo modo que não concorda com o Sr. Ministro um nosso correspondente, que não temos o prazer de conhecer, nem a honra de ser por ele conhecido, mas que conhecendo a Revista nos escreve : «É realmente vexatória a noticia que recebi. Pobre Brasil, com tais cidadãos e com governadores tão cegamente econômicos o que será de ti e do futuro de novas gerações perante o espantoso progresso do mundo inteiro?!... Muito pode a ignorância... e é o caso de perdoar aqueles que não sabem o que fazem».

Na edição de dezembro de 1878, p. 221, já deixava transparecer que o esforço da edição da mesma estava cada vez maior:

> Revista de Horticultura.— Completa hoje a Revista o terceiro ano de sua existência e nós, que ao começá-la, lhe fadávamos vida muito mais curta, não podemos deixar de novamente agradecer aos assinantes que nos têm ajudado, e aos raros amigos que mais intimamente se interessando por ela, lhe tem acudido com seus escritos ou cuidado de aumentar-lhe a circulação; a imprensa agradecemos também o alento que nos tem dado, animando-nos a continuar em tão árdua tarefa, o que, só a troco de sacrifícios multiplicados, temos podido fazer.
> *O nosso programa não tem, em verdade, sido até hoje completamente cumprido; para essa falta, bem involuntária, pedimos desculpa; tanto mais que uma publicação como a Revista nunca pode ser, como ela vai sendo, a obra quase exclusiva de um ho-*

> *mem, mais sim o resultado do concurso de muitos agricultores, horticultores ou simples amadores.*
> Quisessem eles, como ousamos esperar no princípio, comunicar-nos os resultados interessantes de sua prática e os frutos de sua observação, e a Revista ocuparia, com facilidade, lugar distinto entre as publicações análogas, feitas nas partes mais adiantadas da Terra.
> Que os nossos lavradores se lembrem pois que o sucesso intelectual da Revista não pode ser devido ao esforço de um só homem, do mesmo modo que o sucesso material não deve depender exclusivamente de seus sacrifícios.
> Numerosos colaboradores, e assinantes mais numerosos ainda, é só quanto lhe pedimos para chegar ao resultado desejado: eles que experimentem e se convencerão prontamente.

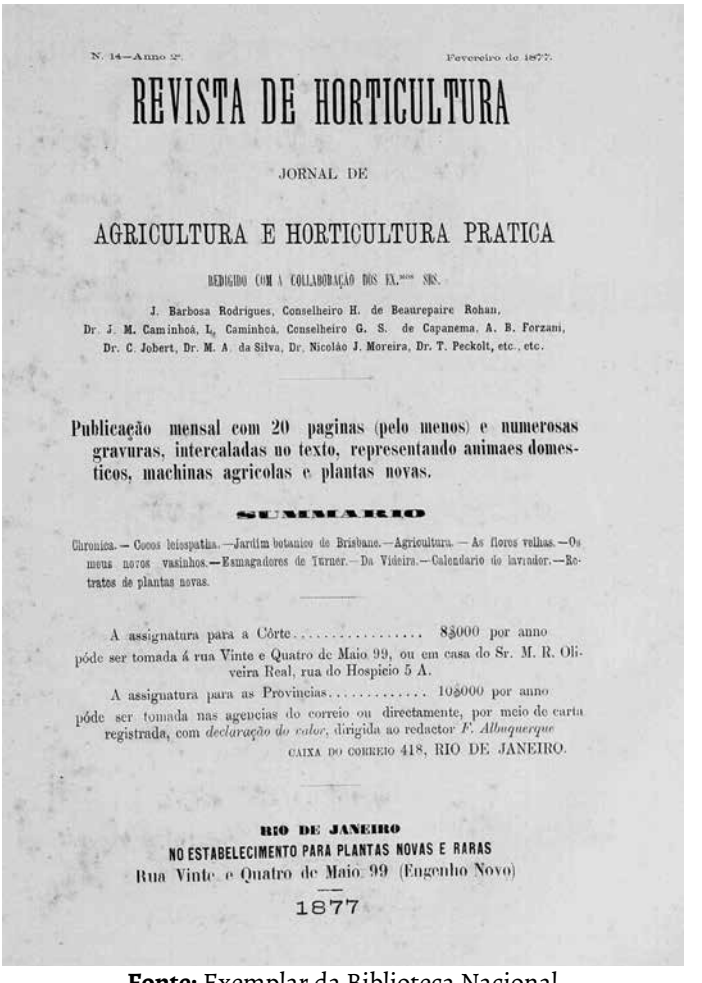
Por essas palavras podemos ver que Frederico de Albuquerque, esperava sinceramente que os seus leitores implementassem os conhecimentos que ele divulgava na revista, bem como tinha a ansiedade de que eles retornassem seus sucessos para serem divulgados. A imprensa especializada deu destaque a esse esforço, como se pode ver no Jornal *La Belgique Horticole* (1877, p. 252, p. 382).

Curiosamente em artigo no *Jornal da Tarde* de 15 dez. 1880, p. 2-3, portanto após a edição do último número da Revista de Horticultura, o Sr. Américo Brasiliense, chama atenção sobre a importância da mesma para a província de São Paulo e para o país:

> Adepto sincero de entusiasta de todos os recursos, com que pode ilustrar-se a inteligência pública, eu aplaudo a empresa, que sobre si toma o ilustre Sr. Frederico de Albuquerque, de publicar nesta capital a Revista de Agricultura e Horticultura Prática.

9. Um defensor de Charles Darwin

Ilustração 7: Capa da edição de fevereiro de 1877 da Revista de Horticultura



N. 14—Anno 2º. Fevereiro de 1877.

REVISTA DE HORTICULTURA

JORNAL DE

AGRICULTURA E HORTICULTURA PRATICA

REDIGIDO COM A COLLABORAÇÃO DOS EX.mos SRS.

J. Barbosa Rodrigues, Conselheiro H. de Beaurepaire Rohan, Dr. J. M. Caminhoá, L. Caminhoá, Conselheiro G. S. de Capanema, A. B. Forzani, Dr. C. Jobert, Dr. M. A. da Silva, Dr. Nicoláo J. Moreira, Dr. T. Peckolt, etc., etc.

Publicação mensal com 20 paginas (pelo menos) e numerosas gravuras, intercaladas no texto, representando animaes domesticos, machinas agricolas e plantas novas.

SUMMARIO

Chronica.—Cocos leiospathia.—Jardim botanico de Brisbane.—Agricultura.—As flores velhas.—Os meus novos vasinhos.—Esmagadores de Turner.—Da Videira.—Calendario do lavrador.—Retratos de plantas novas.

A assignatura para a Côrte..... 8$000 por anno
póde ser tomada á rua Vinte e Quatro de Maio 99, ou em casa do Sr. M. R. Oliveira Real, rua do Hospicio 5 A.

A assignatura para as Provincias..... 10$000 por anno
póde ser tomada nas agencias do correio ou directamente, por meio de carta registrada, com *declaração do valor*, dirigida ao redactor *F. Albuquerque*
CAIXA DO CORREIO 418, RIO DE JANEIRO.

RIO DE JANEIRO
NO ESTABELECIMENTO PARA PLANTAS NOVAS E RARAS
Rua Vinte e Quatro de Maio 99 (Engenho Novo)

1877

Fonte: Exemplar da Biblioteca Nacional.

Nas páginas da Revista de Horticultura, Frederico de Albuquerque defendeu intensamente a teoria de evolução das espécies, de Charles Darwin, tendo inclusive criado célebre polêmica com o Dr. Ladislau Neto, diretor do Museu Nacional, que segundo o autor, contribuía para a estagnação da ciência no Brasil, posto que, o quê em parte se ensinava no país, não evoluía face ao conservadorismo do mesmo em relação a teorias importantes que estavam sendo divulgadas e comprovadas nos países avançados, o que mais adiante surtirá efeito:

> En este mismo año de 1876, en sus clases de botánica en el Curso Público del Museo Nacional, hizo (Netto) duras críticas al trabajo sobre plantas insectívoras presentado por Darwin y Hooker en la – British Association of Belfast-, en 1874. Según el redactor de la Revista de Horticultura, Frederico Albuquerque, Netto afirmó que los naturalistas ingleses habían exagerado en sus observaciones para defender sus ideas evolucionistas, llamándoles – charlatanes (Curso do Museu – REVISTA DE HORTICULTURA, v.1, n. 4, 1876). La postura crítica de Netto con respecto al trabajo de Darwin y Hooker, hizo a Albuquerque iniciar duros ataques a él y a sus explicaciones botánicas dadas durante los años seguientes. Mas, es preciso observar que Ladislau Netto, en 1878, cuando publicó el programa de sus cursos de botánica en los Archivos del Museo Nacional, en un pasaje en que habló de la evolucíon, se mostró adepto de las ideas de Haeckel diciendo, por ejemplo: *La identidad de estructura que ofrecen todas las células, tanto vegetales como animales justifica em el más alto grado la perfectibilidad de la doctrina evolutiva que les da el reino de los 'Protistas'* – *(DOMINGUES E SÁ, 1999, p. 94).*

Denotamos que para isso, Frederico de Albuquerque, estava embasado, numa constante atualização e experimentações, somando-se a uma rede de conexões internacionais e nacionais, do mesmo, que mostram uma presença científica prática e teórica, que, como dito antes, vão do intercâmbio de ideias com sociedades científicas estrangeiras, bem como a troca de espécimes de sementes para aclimatação, tanto com as ditas sociedades científicas quanto com cientistas renomados como p. ex. Louis Agassiz, nos Estados Unidos da América, além de cientistas no Japão, Austrália e Europa, e um número expressivo de correspondentes nas mais diversas províncias do Império.

9 Mudança para São Paulo

Já desligado do Museu Nacional, em 1877 Frederico de Albuquerque, aceita o convite do Conselheiro Antônio Prado, para fundar no município de Santo André (SP), uma escola de viti-vinicultura, que no entanto não se concretiza. Frederico funda um novo Beliche, nos mesmos moldes do anterior, onde consegue destaque, tanto comercial, tendo sido sondado a respeito da criação de uma filial do mesmo na Bahia, quanto científico. Em 1878, publica " O Jardineiro Brazileiro", onde o autor mostra o seu entusiasmo pela agricultura de espécies ornamentais, como uma vertente da produção agrícola, o que vem a colocá-lo, de novo, como um homem a frente do seu tempo, haja vista, serem hoje as plantas ornamentais uma vertente ímpar no espectro de produtos agrícolas comercializados, e o seu estabelecimento comercial era

uma referência para a aquisição de rosas, camélias, azaleias, entre outras plantas ornamentais (PESSOA, 2015). Nesse trabalho onde o autor trata do paisagismo, fica patente a admiração pelo Dr. A F M Glaziou, a quem inclusive o autor dedica um volume da sua Revista de Horticultura (1878).

Ilustração 8: Diploma da Sociedade Rio-Grandense Beneficente e Humanitária (São Paulo) pertencente a Frederico de Albuquerque

Fonte: Acervo do ICFGA

Sua trajetória em São Paulo foi extremamente proveitosa, conquanto sua reputação foi elevada nos meios comerciais, científicos e também no serviço público. Em 1880 se estabelece na rua do Braz, 96. Em 1881, estava estabelecido na rua de S. Bento, 34 sob a firma F e J: Albuquerque (Casa Especial de Sementes, Instrumentos e livros tanto de Horticultura como de Agricultura). Publicou diversos artigos sobre agricultura nos periódicos da capital paulista, com destaque para – Viticultura: O vinho em S. Paulo, publicado em duas partes no *Diário Popular*. Vale notar que sua coleção de vides americanas em São Bernardo do Campo era considerada uma das

mais variadas do Estado. Exerceu a chefia da seção agrícola da Companhia Ceres Paulista, sediada em Mogy das Cruzes, da qual veio a ser diretor. Foi membro do Conselho Fiscal da Companhia Evoneas de Santo Amaro. Na diretoria eleita para os anos de 1891/92, da Sociedade Sul Rio-grandense exerceu o cargo de tesoureiro. Um fato que reforça o prestígio de Albuquerque, vem a ser o fato de ter participado como mesário nas eleições de 1891, para deputado, na 2ª seção da Zona eleitoral de Santa Ephigênia, situada na escola pública da Rua São João, numa época em que alguns poucos homens de bem tinham a ilusão de que a república seria um avanço para o nosso país, anteriormente (na monarquia) era eleitor na zona eleitoral de São Bernardo, para onde teve o domicílio eleitoral transferido em 1888, anteriormente votava no Braz (CORREIO PAULISTANO, 17 out. 1886, p. 3). Registramos também uma homenagem à sua pessoa por parte da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de São Paulo que lhe outorgou um belo diploma.

Um fato a se destacar na passagem de Frederico de Albuquerque por São Paulo, foi a elaboração por ele, de um mapa da parte central capital paulista, onde ele destaca os principais prédios e monumentos e destaca em detalhes os jardins públicos, por ele elaborado em função da dificuldade por ele encontrada para se localizar na cidade naquele momento inicial da sua estadia, trabalho esse gravado por Jules Martin. (GALVÃO, 1981; BLAKE, 1895). Em 13 de julho de 1877, o Jornal *O Globo* do Rio de Janeiro na página 3, dá a seguinte notícia: "De S. Paulo recebemos um lindo mapa da capital dessa província, contendo além da planta topográfica, a estampa dos seus edifícios mais notáveis. Este interessante mapa é publicado pelos Srs. Frederico Albuquerque e Jules Martin. Sobre o mapa vêm traçadas as linhas férreas urbanas".

Do Rio de Janeiro e de São Paulo seu nome se irradiou pelo Brasil, posto que Albuquerque anunciava os seus produtos por todo o Brasil, como no *Jornal da Lavoura* (Órgão Especial da Lavoura do Maranhão) de 15/10/1876, nesse mesmo jornal, na edição de 30/11/1876 temos a transcrição de um artigo da Revista de Horticultura sobre o Café da Libéria de autoria de F. Albuquerque, e na mesma edição são anunciadas mudas dessa planta vendida no Beliche a 25$000 réis a unidade e quatro por 100$000 réis.

Ilustração 9: Mapa da capital da Província de S. Paulo, de 1877, de autoria de Frederico de Albuquerque e de Jusles Martin

Fonte: Acervo do Arquivo Municipal de São Paulo

Como empresário F. Albuquerque, nessa fase paulista do Beliche procura dar ênfase a diversificação de culturas e a introdução de animais de criação no país, como podemos ver pelas notícias do Jornal do Agricultor do Rio de Janeiro:

(Publicação essa, da qual a firma F & J: Albuquerque, eram agentes especiais em São Paulo, jan./jun.,1880, p. 320):

> O Sr. Frederico de Albuquerque, nosso ilustrado colega redator da Revista de Horticultura, e introdutor das vinhas americanas na província do Rio Grande do Sul, ora estabelecido na capital da província de S. Paulo, está no propósito

> de introduzir e aclimatar nessa província, diversas raças de animais europeias e asiáticas. Já recebeu um casal de porcos ingleses berkshire, raça reputada a melhor das conhecidas para toucinho, assim como diversos casais de faisões prateados e comuns de colar, galinhas da raça Creve coeur, Houdar, Dorhing, Hamburgo, prateadas. Holandezas, pretas de topete branco, Brahmapootra, Conchinchinas, Carijós e Negras do Japão, e Malaias.
> Consta-nos que muitos outros animais são esperados e introduzidos brevemente.
> Fazemos votos pelo êxito dessa feliz tentativa.

Observamos que essa notícia também foi dada pelo jornal de São Paulo *A Constituinte* (órgão liberal diário) de 19 abril de 1880, citando como fonte o Jornal *A Província*, jan./jun.,1881, p. 79:

> O Sr. Frederico de Albuquerque, este ilustre rio-grandense, de quem por mais de uma vez temos tido ocasião de falar, com relação ao magnífico estabelecimento de aclimatação de plantas e animais, que fundou em S. Paulo, e ao qual tem procurado dar o maior desenvolvimento, acaba de receber diretamente da França, mais alguns exemplares; contando-se entre esses – uma porca escolhida da pura raça Berkshire, tão reputada pelos entendedores – e alguns casais de collins, da Califórnia.
> O collin é uma ave útil, ultimamente aclimatada na Europa, onde hoje vive já quase em estado doméstico e de cuja introdução muito de ocuparam, na ocasião, os jornais especialistas.

Seu trabalho continuava repercutindo em outras unidades do Império, como registramos na seguinte notícia veiculada no jornal *A Folha Nova*, do Rio de Janeiro, de 19 dezembro de 1882:

> O Sr. Frederico Albuquerque, de S. Paulo, ensaiou o plantio de algumas variedades de trigo e outras de aveia, obtendo resultado que convida a novas e mais vastas tentativas. A terra em que fez a experiência era de má qualidade, mas isso não obstou a que as espigas vingassem e bem nutridas e granuladas que elas são, segundo nos informam.

Em matéria intitulada GALINHA CRÉVE-COEUR: (jul./dez.1885, p. 119)

> O introdutor desta raça no Brasil, foi o Sr. Frederico de Albuquerque, distinto e ilustrado horticultor brasileiro, a quem a Província do Rio Grande do Sul, deve a introdução e a aclimatação da videira americana e que atualmente se empenha em tornar uma realidade a fabricação de vinho em larga escala na Província de S. Paulo.

F. Albuquerque, publicou artigo em duas partes com o título – Viticultura – O vinho em S. Paulo, no *Diário Popular*, conforme informa o *Correio Paulistano* na Seção Jornal dos Jornais.

Em matéria intitulada CULTURAS DAS MELANCIAS (Cucubita citrullus): (jan./jun.,1890 p. 317)

> D`entre as muitas variedades d`esse fruto destacaremos as seguintes que são especialmente recomendadas por Frederico de Albuquerque distinto agrônomo paulista (sic), (em 1888 já havia relacionado as suas: cultura da abóbora e a cultura do feijão):
> Orgulho do Beliche. (pesando de 15 a 20 kilos).
> Rainha de Cuba. (quando bem cultivada chega ao peso de 50/60 kilos).
> Primeira de todas. (extraordinária precocidade).
> Seminole. (oriunda da Flórida – EUA).
> Volga. (oriunda da Rússia).
> Orgulho da Georgia. (recomendada às hortas que mandam seus produtos ao mercado).
> Sem Rival. (muito precoce e muito doce).
> Triunfo. (oriunda do Mar Negro).
> Abolicionista. (maturação precoce e de aroma e gosto excelente).

Com relação *ao Jornal do Agricultor*, devemos acrescentar que o mesmo publicou vários textos de F. Albuquerque, como por exemplo, na edição de abril de 1882, onde encontramos os seguintes textos: Plantas dos Herbários – conservação das cores, p. 241; Multiplicação das Folhas, p. 254; Lesmas, p. 272.

Na edição de janeiro de 1887, temos a matéria A Consolda do Cáucaso, que F. Albuquerque, assina do Sitio do Beliche, S. Paulo, 16 dez., 1886.

Outra cultura a que se dedicou foi a introdução da Luffa aegyptiaca, a popular bucha, ainda hoje muito usada, numa época em que não havia fibras sintéticas, representando portanto, uma opção interessante de uso de uma fibra vegetal com utilidade na higiene corporal, além de utilidade medicinal, por exemplo.

Funcionando com a razão social F. Albuquerque & Filhos, o Beliche anualmente publicava um catálogo chamado Sementes do Beliche, que era enviado aos mais diversos clientes pessoas físicas e jurídicas, além de jornais do país, como a *Tribuna Liberal* e *Don Quixote*, este de Ângelo Agostini, do Rio de Janeiro; o jornal *Minas Gerais*, de Ouro Preto, ainda capital do Estado mineiro; ou A Cidade de Ytu, periódico da cidade homônima em São Paulo, entre muitos outros, o que lhe rendia uma propaganda gratuita, pois as folhas agradeciam a remessa do catálogo publicamente em suas páginas. Constando o catálogo de 1896 no acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. F. Albuquerque já fazia questão de mostrar seu estabelecimento como um "Estabelecimento Especial para introdução e propagação de sementes, animais de raça e instrumentos agrícolas." E de fato sua empresa gozava de renome nacional.

Em 27 maio de 1888, o *Diário de Notícias*, na p. 2, do Rio de Janeiro acusa o recebimento do:

> Catálogo Illustrado da Casa dos Srs. F. Albuquerque & Filho, introdutores e propagadores de parreiras, productos das sementes do Beliche, estabelecidos na estação de S. Bernardo da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, S. Paulo. É um bello livro com boas gravuras de diversos productos da lavoura e instrumentos agrícolas e dois lindos cromos representando cachos de uvas brancas, contendo excelentes informações acerca dos productos do estabelecimento dos Srs. F. Albuquerque & Filho.
> Damos parabéns aos distinctos agricultores pelos resultados magníficos do seu trabalho e recomendamos ao nosso público as excelentes sementes e arbustos das plantações d`aqueles indústriais, para que compense os seus bons serviços à lavoura do nosso paiz, comprando em uma casa séria as plantas de que carecer. O catálogo é enviado grátis a todos os que desejarem possuí-lo.

Em 1889, Frederico de Albuquerque é nomeado Administrador dos Jardins Públicos da capital da província de São Paulo, cargo em que foi confirmado, após o golpe de Estado que impôs a república aos brasileiros, como Inspetor dos jardins públicos, do agora Estado de São Paulo, a permanência nesse cargo vai até 1892.

Vale ressalvar que sua obra no tocante ao paisagismo, foi recentemente objeto de análise do pesquisador Guilherme O. M. Dourado, na sua defesa de tese de mestrado na USP, com o título "Belle-époque dos jardins: Da França ao Brasil do século XIX ao início do século XX. Plantas ornamentais (introdução)", que analisa a sua obra de 1874 a 1892, como horticultor

e editor da Revista de Horticultura. Em 2012 esse trabalho de Guilherme Dourado teve uma edição artística belamente organizado por Bia Hetzel e Silvia Negreiros, com o título "Glaziou e as Raízes do Paisagismo no Brasil".

10 Método de Trabalho

Uma das práticas que podemos observar no modo de trabalho de FGA, vem a ser a criação dos campos de experiências, onde ele realizava as suas experimentações, assim temos a fazenda da Marambaia na Ilha dos Marinheiros em Rio Grande, e ainda no Rio Grande do Sul em 1871 na Serra dos Tapes, distante três léguas de Pelotas. Em São Paulo, as vides americanas de seu campo de experiências em São Bernardo eram famosas (58.000 parreiras de qualidade), posteriormente ele ofereceu esse terreno, onde também funcionava o Beliche, para venda (1891) para as instalações da futura Escola de Viticultura, então em organização pelo Estado de São Paulo, negócio esse que não se efetivou e o Beliche de São Paulo ficou funcionando como filial. No Rio de Janeiro, além do Beliche na Piedade, arrendou um terreno na estrada de Santa Cruz, 69, que solicitou ao comissariado da circunscrição o aterramento de uns pântanos existentes na cimeira deste, conforme o DOU de 27/05/1895. Em 1897, às vésperas da sua morte, vai visitar o Barão da Taquara, em Jacarepaguá, para negociar o arrendamento de terras para um novo Campo de Experiências.

Sobre esse tema o *Auxiliador da Indústria Nacional,* jul./ago./set., 1896, p. 148, assim se refere:

> A instrução agrícola, não resolverá por si só o problema, mas será um dos mais fortes elementos para a solução e o meio que se nos afigura, até certo ponto, mais eficaz para difundi-la é a fundação de campos de experiência e de demonstração, que têm constituído o escopo de uma propaganda enérgica e patriótica promovida por uma plêiade brilhante de amigos da lavoura, tais como os Drs. Ennes de Souza, Campos da Paz, Vaz Pinto e Frederico Albuquerque. Faça o governo Municipal o que já empreendeu com resultados este último cidadão, de notória competência profissional, e terá cooperado para o levantamento da pequena lavoura neste Distrito.

11 A vini/viticultura

Com relação ao pioneirismo de Frederico de Albuquerque, ainda temos a sua intensa campanha da difusão da ideia e defesa da viticultura como uma indústria de relevância nacional, através de artigos na imprensa e na publicação de livros sobre o assunto, que começam em 1867 com o artigo "A indústria do vinho" publicado no Diário do Rio Grande, ao qual se somam mais outros vinte artigos sobre o tema , publicados em periódicos do Rio de Janeiro e São Paulo até 1893, passando pela publicação em 1876, de uma memória apresentada ao ministro da agricultura , Conselheiro Thomáz Coelho, sob o título "Da Videira – Sua origem e história – conveniência de sua cultura – variedades preferíveis".

Esse pioneirismo de F. Albuquerque tem um grande reconhecimento atualmente:

> Para abordar esse período inicial, tomo como estudo de caso, os artigos sobre vitivinicultura da Revista de Horticultura – Jornal de Agricultura e Horticultura Prática (Rio de Janeiro, Typografia Universal E. & H. Laemmert), que foi a primeira do gênero em horticultura, de propriedade do horticultor Frederico de Albuquerque, e por ele editada, no período entre 1876 e 1879. Destaco que essa análise não deve ser vista como o principal exemplo ou modelo. Ela é um ponto de partida para que outros estudos venham analisar comparativamente em outras revistas e jornais da época a vitivinicultura em suas páginas.
>
> Na Revista de Horticultura, em diferentes seções, encontramos notas e artigos sobre a vitivinicultura estrangeira e nacional. Desta última, são citados, por exemplo, produtores da Ilha dos Marinheiros e de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, de Itabira, em Minas Gerais e de Bragança, no estado de São Paulo. Merece destaque não somente por isso, mas por ser uma revista cujos conselheiros eram membros das classes políticas imperiais e das instituições científicas que viam na divulgação das ciências uma das maneiras de trazer o progresso ao país, ao lado das escolas profissionais, museus e conferências públicas. (OLIVER, 2009, p. 51).

Tendo feito inclusive a introdução e aclimatação de diversas variedades de videiras americanas na sua estação experimental na Ilha dos Marinheiros. Vemos também aqui o cientista visionário, se levarmos em conta o grande desenvolvimento que esta indústria tem hoje, notadamente no próprio Rio Grande do Sul.

No começo de 1889, o *Diário de Pernambuco* de 04 de janeiro, reproduz uma matéria do *Jornal do Comércio*, da Corte, onde destacamos a seguinte parte:

> Exposição Brasileira Preparatória (para a Exposição Internacional de Paris) VI – Quase no fim d`este breve retrospecto da indústria nacional, a que deu ocasião a exposição preparatória, foi-nos muito agradável verificar que as manufaturas de paulistas começaram a enviar seus produtos. Em questões industriais a abstenção é ainda mais prejudicial do que nas políticas. Retirar-se de um concurso é renunciar à competência e igualmente a fornecer o consumo. (...)
> É justo fazer menção especial dos vinhos exibidos pelo Sr. F. Albuquerque. São das novidades de 1887 e 1888, branco e tinto doce, e estão acondicionados em elegantes meias garrafas. Pela primeira vez, reconhecemos em nossos vinhos um tipo especial e aceitável, que não é o chileno nem o americano e ainda menos o europeu. As duas qualidades expostas distinguem-se pela suavidade e apetitoso sabor do tinto e pela brandura natural e pureza do branco. São vinhos perfeitamente apropriados ao consumo das boas mesas, e aos quais não se pode notar a mácula do álcool de cana não desinfetado, que é o tropeço de alguns dos nossos produtos, e a acidules extrema que caracteriza outros. Já reconhecíamos o Sr. F. Albuquerque como escritor especialista e propagador das nossas videiras, e agora como vinificador é, sem dúvida, um dos principais do Brasil. Consta-nos que a sua adega está vazia, tendo vendido toda a safra. (...).

No *Auxiliador da Indústria Nacional* (1889), essa coletânea de artigos do *Jornal do Comércio*, é publicada na íntegra (p. 221), nos informa que F. Albuquerque recebeu o diploma de mérito dos expositores do sétimo grupo (bebidas), pelos vinhos de uva, branco e tinto. Temos aqui a consagração dos esforços de Frederico Albuquerque no tocante a indústria do vinho no Brasil, como viável e desejável, desde que trabalhada com profissionalismo.

12 A volta para o Rio de Janeiro

Em 1892, retorna ao Rio de Janeiro, onde reinstala o Beliche, próximo à estação da Piedade da Estrada de Ferro Central do Brasil, dando prosseguimento aos seus experimentos e práticas comerciais. Sua saída da posição de Inspetor dos Jardins Públicos da capital paulista se deu em função da incompatibilidade dele com as novas autoridades republicanas,

que não davam importância para aquela repartição, em flagrante contraste com as autoridades monarquistas anteriores, para desgosto do republicano Albuquerque de ter de admitir que o seu trabalho era respeitado pelas autoridades do regime deposto. Esse retorno ficou registrado nas páginas de *O Paiz* (10 jul. 1892), na primeira página, onde nos diz que:

> Chegou de S. Paulo o cidadão Frederico Albuquerque inspetor dos jardins públicos do Estado de S. Paulo.
> Consta-nos que o Sr. Albuquerque foi chamado a esta capital para tomar conta de comissão importante a ciência ainda muito pouco estudada entre nós.
> Trabalhador, inteligente, pertinaz nos estudos a que se dedica, o honrado republicano bem merece dos que devem olhar para o desenvolvimento das instituições instrutivas e científicas da nossa terra.

Em continuidade das informações acerca desse retorno de Albuquerque ao Rio de Janeiro nos dá a seguinte notícia em 26 jul. 1892:

> O Sr. Frederico Albuquerque, inspetor dos jardins públicos em S. Paulo, assumiu ontem a direção do Jardim Zoológico, que vai ser agora transformado em jardim de aclimação, com o intuito principal de domesticação de animais e plantas da nossa fauna e flora.
> Dispondo de toda competência, muito podemos esperar do Sr. Albuquerque, que alias não dispensa, mas antes solicita o auxílio público e da imprensa fluminense, para completo êxito de sua tarefa.

No entanto, essa ligação com o Jardim Zoológico demorou pouco tempo, posto que a forma alternativa que o seu idealizador, o barão de Drummond, criou para financiar a manutenção do mesmo não agradou o novo diretor, pois tratava-se de um tipo de loteria associando números a determinados animais, e que mais à frente foi popularizado com o nome de jogo do bicho. Por tratar-se de um jogo de azar desagradou o mesmo que resignou ao cargo.

No âmbito da Sociedade dos Comícios Agrícola, à qual se filiou em 1892, era membro da Comissão Agrícola do Distrito Federal, dedicou-se a realização dos Comícios Agrícolas nessa unidade federativa, onde os interessados se reuniam para discussões sobre os temas pertinentes aos interesses da lavoura. Esses encontros eram públicos e muito divulgados na imprensa, além de serem objetos de coberturas jornalísticas. Procuravam os organizadores chamar atenção para os problemas dos agricultores e pro-

porem soluções, tais como incentivos a comercialização, tributação simplificada, tributação territorial, incentivos à compra de insumos, muitos desses importados. Nesses comícios também se organizavam exposições de maquinários e espécimes de plantas e animais, além de se realizarem palestras técnico-científicas, por pessoas altamente gabaritadas nos meios técnicos e comerciais, para o público como um todo, o quê também dava uma conotação social ao evento. Muitos desses eventos se realizaram no seu Estabelecimento de Sementes, próximo à estação da Piedade, tendo a satisfação de receber, em 04 jan. 1897 conforme notícia de "*O Paiz*", o Sr. Vice-presidente da República Dr. Manoel Victorino, que exerceu a presidência honorária do comício, e o prefeito do Distrito Federal Dr. Furquim Werneck. Pelas grandes proporções em importância que esses comícios tomaram e a figura de F. Albuquerque tomou dentro deles, "*O Paiz*" de 07 abr. 1897 noticia a elevação de Frederico Albuquerque, conjuntamente com os Drs. Campos da Paz e Germano Vert à condição de membros honorários dos Comícios Rurais, pelos relevantes serviços prestados à lavoura nacional, tendo a Comissão Rural de Irajá lhes outorgado os referidos diplomas.

Verificamos então que a mudança para o Rio em nada altera a situação de F. Albuquerque no panorama da agricultura brasileira, tendo agora o Beliche instalado nas duas principais capitais do país e sua reputação continuava a mesma. Para comprovarmos o quanto as opiniões de F. Albuquerque eram tidas em conta, verificamos no trabalho – Monografia sobre Tarifas Aduaneiras, na seção de Economia e Finanças da Revista da Faculdade de Direito de São Paulo (p. 137), de autoria do Dr. João Pedro da Veiga Filho, professor dessa faculdade, de 07 set. 1896 a seguinte citação:

> Presentemente, escreveu o Snr. F. Albuquerque, no *Jornal do Comércio* de julho último, não há um único produto de agricultura, a não ser a farinha de mandioca e o café, que não nos venha do estrangeiro, desde o capim e o milho, para darmos aos nossos animais , até a carne, o pão e o vinho com que nos alimentamos e para maior vergonha, até o próprio açúcar começou a ser importado n'este país açucareiro, pois preferimos dedicar os nossos canaviais a produção da aguardente.

E corrobora a afirmação de Albuquerque na seguinte nota:

> A "*Gazeta Comercial e Financeira*" de 18 de Julho último informa que a exportação só do Uruguai para o Brasil no último semestre foi de 261.572 fardos de carne seca, 199.759 sacos de milho, 72.534 sacos de farinha de trigo, 35.943 sacos de farelo, 15.839 cabeças de gado, 2.522 sacos de trigo em grão,

> 555 caixões de carnes conservadas, 442 sacos de alpiste entre outros gêneros.

Essa última informação já nos dá uma ideia da precariedade da agricultura brasileira no começo da república, realidade que é corroborada pelo Sr. Ennes de Souza, amigo de Albuquerque, que um trecho da notícia do Oitavo Comício Agrícola, na *Gazeta de Notícias* de 07 set., 1893, nos dá uma boa ideia:

> Leu o Dr. Ennes de Souza um ofício do Dr. Paula Souza, ministro da agricultura, a ele dirigido como presidente dos comícios agrícolas, notificando-lhe haver pedido no Congresso Nacional os necessários recursos para a prática das exposições agrícolas, concursos regionais, e dos prêmios, sobre os quais, entretanto, ainda se não pronunciou o poder legislativo. Lê um trecho da Imprensa portuguesa, por onde se vê que o desânimo pelas coisas da agricultura n`aquele país e a falta de cuidados dos poderes públicos n'este assunto são semelhantes aos nossos.

Os trabalhos de Albuquerque continuam sendo aproveitados em coletâneas, em 1893, no Livro do Lavrador, de Manoel Dutra – livro primeiro da Encyclopédia Rural Brasileira, o autor transcreve dois trabalhos de F. Albuquerque, a quem adjetiva como notável e ilustrado horticultor, retirados da Revista de Horticultura, a qual ele se refere como excelente periódico. São eles: Cultura da Cerejeira (Cerasus vulgaris) p. 132 e Cultura da Tortelia (Tortelia fragrans), p. 216.

Em 16 de janeiro de 1897 é membro fundador da Sociedade Nacional da Agricultura, que por sugestão do Dr. Ennes de Souza lhe é oferecida a presidência, da qual declina, aceitando a primeira vice-presidência honorária, tendo no entanto, a despeito do cargo honorífico, auxiliando muito a instituição na sua consolidação, posto ser um entusiasta desse tipo de associação, para fortalecimento da lavoura, em bases estruturadas nos vários aspectos que ela envolve, daí sua enorme colaboração na elaboração dos estatutos da mesma (POLIANO, 1945, p. 27).

13 Um entusiasta da mecanização agrícola

Como entusiasta do progresso técnico, na Revista de Horticultura e também na Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, defende o processo de mecanização da agricultura, pelos seus inquestionáveis ganhos de produtividade, e que ele ajudou a difundir no país, inclusive como importador e distribuidor dos equipamentos, norte-ameri-

canos, Planet, além de divulgador de experiências práticas que comprovassem essa vantagem (HENRIQUES, 2010, p. 124-125) e é aplaudido, por esse fato, pelo Dr. Campos da Paz, em carta ao jornal *O Estado de Minas*, 31 jul., 1894:

> Sr. Redator – N`O Estado de Minas de 05 do corrente, em um artigo de fundo bem lançado, v. discute com proficiência o projeto recusado pelo senado mineiro sobre aquisição de maquinismos de lavoura aperfeiçoados para serem, pelo custo, cedidos aos lavradores, e nesse artigo afirma-se que tais maquinismos não são encontrados nos nossos mercados.
> Aplaudindo, sem reservas, a patriótica atitude de v. convencido como estou, de que no desenvolvimento da lavoura está a riqueza desse grande Estado, peço licença para dizer, que em minha cultura de videiras, alguns desses maquinismos já são empregados e foram adquiridos por intermédio do Sr. F. Albuquerque, do Rio de Janeiro, que possui deles grande coleção e os vende a preço módico.
> O Sr. F. Albuquerque não é um negociante de instrumentos de lavoura; é um exímio agrônomo, cuja longa vida tem sido dedicada à cultura da vinha em S. Paulo e que fundou recentemente no Rio de Janeiro um estabelecimento hortícola, onde a preço módico, fornece aos agricultores todas as variedades de sementes para horta, jardim e grande lavoura e todos os maquinismos de lavoura, os mais aperfeiçoados e os mais modernos, como sejam arados, enxadas, grades, semeadores, etc.
> Desses instrumentos já tenho feito uso de arados e sobre tudo da enxada Planet Junior, com a qual um trabalhador inteligente, se bem que de pouca força, faz, sem grande esforço, serviço de capina que reclamaria dez bons dos nossos trabalhadores.
> O principal fim dessa comunicação é lembrar um alvitre, qual seja o de promover o governo, para o que não precisa de autorização do congresso, uma exposição desses instrumentos para o que convidaria expositores, facilitando a distribuição de catálogos mandando mesmo confeccionar um catálogo explicativo que seria distribuído pelas diversas municipalidades do Estado.
> Estou certo de que o Sr. Albuquerque e outros concorreriam à exposição e não faltam no Estado de Minas profissionais habilitados a confeccionarem o catálogo explicativo e o governo os tem mesmo no funcionalismo público, segundo penso.
> (...) Ouro Branco, 25 de julho de 1894.

14 Uma Tragédia Familiar

Dos dissabores que a república trouxe ao Brasil, Frederico de Albuquerque, foi contemporâneo do assassinato de seu primo e cunhado, Comandante Frederico Lorena, uma das lideranças da Armada revoltada, e mais dois sobrinhos Lorena (Delfino e Pedro) nos fuzilamentos em Desterro (SC), um dos berços dos Albuquerque/Lorena, na sanha assassina do Mal. Floriano, contra os revoltosos da Armada e da Revolução Federalista (RODRIGUES, 2011). Tendo inclusive Frederico de interpelar o presidente da república, Prudente de Morais, por carta, sobre a confirmação de sua morte (ALBUQUERQUE, 2016, p. 115). E essa era uma angústia da sociedade, tanto que Joaquim Nabuco, no seu "O Dever dos Monarquistas", afirma e pergunta:

> Temos seis anos de república; tínhamos uma tradição de humanidade a mais bela da América: de abolição sem guerra civil, de guerra exterior sem conquista, de revoluções sem vinganças, e hoje? Onde está Lorena? Onde estão os filhos de Trajano de Carvalho? Onde está o marechal Batovi? Onde está o barão de Serro Azul, com os seus companheiros de vagão? Onde está Saldanha da Gama? (NABUCO DE ARAÚJO,1895, p. 28-29).

Essa tragédia familiar é um dos indícios de que Lima Barreto, morador do bairro de Todos os Santos, bem próximo do bairro do Engenho Novo e da Piedade, onde se localizou respectivamente o Beliche nas suas duas fases cariocas, se inspirou em Frederico de Albuquerque e no comandante Lorena, passando pelas ligações de amizade desses com o gal. Fonseca Ramos, cunhado do filho primogênito de Albuquerque - Jorge de Albuquerque, que pelo lado florianista se notabilizou na defesa de Niterói durante a Revolta da Armada, para criar o seu personagem Policarpo Quaresma (RODRIGUES, 2015).

15 Um Personagem de Ficção

Desse despertar do seu nome para o conhecimento das gerações atuais, vemos-lo em 2012 como personagem de um livro de ficção – A Máquina de Madeira, de Miguel Sanches Neto, livro que conta a história do padre Francisco João de Azevedo que foi o inventor de uma máquina taquigráfica que foi premiada na Exposição Nacional de 1861, esse invento vem a ser um precursor da máquina de escrever, e no decorrer do livro surge a inverossímil visita de Frederico ao padre em Recife no ano de 1870, e diznos o padre que Albuquerque, que era o editor da Revista de Horticultura,

alguns anos antes dela começar a existir, disse a ele que seu jardim era uma selva. Mas a ficção comporta outra inverossimilhança como no final do livro o padre deixando Recife em 1880, para morrer na sua cidade natal "João Pessoa", ou seja, quando o indivíduo que daria, no futuro, seu nome à Cidade da Paraíba tinha apenas dois anos de idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto da obra de Frederico de Albuquerque, mostra as várias facetas de um cientista e homem de ação, cujo pioneirismo e empreendedorismo é inegável, seja na introdução do eucalipto no Brasil; na sua defesa da indústria do vinho como vertente viável e relevante para o país; sua difusão da horticultura; nos seus esforços de divulgação do conhecimento agrícola, tanto no aspecto científico, quanto aspectos práticos e financeiros que envolvem a grande lavoura de exportação; na sua defesa da policultura como fonte de estabilização dos preços dos gêneros agrícolas nos centros urbanos; nos seus esforços, enquanto empresário, de difundir inovações, tanto técnicas quanto no aspecto de melhoramento das espécies e variedades mais viáveis a obtenção de produtividade satisfatória para as culturas. Abolicionista, já em 1863, alforria um escravo que lhe coube por herança. Tudo isso somado, coloca Frederico de Albuquerque entre aqueles que muito pugnaram por um Brasil melhor. O seu desparecimento prematuro aos 58 anos, de ataque cardíaco, a 03 de novembro de 1897, foi muito pranteado, face ao respeito e admiração que seu nome inspirava pelo seu labor e dedicação ao país. *O Paiz*, 14 jan., 1898, p. 2. Traz a seguinte notícia:

> Esteve solene a sessão realizada anteontem na Escola Politécnica, pela Sociedade Nacional da Agricultura, em homenagem ao seu 1° vice-presidente honorário, o agrônomo brasileiro Sr. Frederico Albuquerque, recentemente falecido.
> Aberta a sessão pelo Dr. Ennes de Souza, presidente da sociedade, teve a palavra o orador oficial Dr. Domingos Sérgio de Carvalho, 2° secretário, que, depois de tocante discurso, leu o brilhante elogio histórico e biográfico do finado.
> O Dr. Ennes, ao encerrar a sessão, usou ainda da palavra, declarando, em sentidas frases, que a Sociedade Nacional da Agricultura considerava como seu pupilo o filho menor do finado, atualmente em educação no colégio militar; que seria oportunamente inaugurado na sede social, como um incentivo e um ensinamento, o retrato desse venerando amigo da lavoura; e que a comissão agrícola do Distrito Federal, de que é presidente, resolvera conceder o seu prêmio

> "da pequena lavoura" (medalha de ouro), da última exposição realizada no prado do Turf Club, ao benemérito e incansável batalhador, ora extinto, devendo esse prêmio ser entregue à sua família.
> Terminou o Dr. Ennes a sua alocução, declarando que a Sociedade Nacional da Agricultura dera pêsames à família de Frederico Albuquerque, pela perda desse seu extremoso chefe; porém que ela, gloriava-se por ter tido em seu seio um patriota da estatura moral e cívica desse abnegado cidadão.

As homenagens à sua memória foram muitas, seu nome batiza ruas nos municípios de Rio Grande (RS), Rio de Janeiro e Niterói (RJ) e São Paulo (SP). Quando da construção da sede da Caixa de Amortização, hoje Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), na rua Primeiro de Março no Rio de Janeiro, a SNA, sugere o seu nome para compor a galeria de retratos de brasileiros ilustres. Sobre isso "*O Paiz*" de 14 fev., 1899, primeira página, traz a seguinte notícia:

> Tendo o pintor brasileiro Antônio Parreiras, consultado a Sociedade Nacional da Agricultura Brasileira, presidida pelo Dr. Ennes de Souza, sobre a indicação de um vulto notável, que tenha prestado relevantes serviços à agricultura brasileira, a fim de fazê-lo figurar no painel a ela dedicado na decoração do Palácio da Amortização, confiada a esse emérito artista, resolveu aquela associação indicar o nome do finado Frederico Albuquerque, seu dedicado ex-1° vice -presidente honorário.

E ainda hoje, lá ele está, entre João Caetano e o Marquês do Herval, sob o seu retrato a palavra Lavoura, testemunhando o sentido de uma vida.

O Beliche seguiria em frente sob o comando de seu filho Lúcio de Albuquerque, tanto no Rio de Janeiro, transferido para o Caminho dos Pilares, 2; quanto em São Paulo transferido para a Chácara da Boavista na Penha. Perdurando até 1907, quando é vendido pelos demais sucessores do grande cientista.

Ilustração 10: Retrato de Frederico de Albuquerque existente no salão nobre do antigo Palácio da Amortização, hoje, Centro Cultural da Justiça Eleitoral-RJ

Fonte: Foto do CCJE.

17 Uma mensagem póstuma

Duas publicações póstumas, certamente encaminhadas por ele pouco antes da sua morte, ficaram como que uma última mensagem na busca de iluminar as mentes dos agricultores e das autoridades que se diziam responsáveis pela agricultura brasileira. A primeira na *Gazeta de Petrópolis* de 11 nov., 1897, na seção agrícola, em artigo intitulado "As sementes", onde chamava a atenção para a necessidade de se produzir sementes no país, ao invés, de as importar, posto que as sementes importadas já chegavam velhas aqui, enquanto novas sementes produzem efeito muito melhores, e comunicava as suas experiências, em um estabelecimento apropriado para a produção dessas boas sementes:

> Ultimamente eu fiz, no Beliche, em S. Paulo, alguns ensaios de produção de sementes, que, desde o começo, somente por serem novas e escolhidas, causaram verdadeira sen-

> sação entre as pessoas que as empregaram, e que todas se davam pressa em comunicar-me, surpresas, o resultado de suas observações.

Em seguida cita o exemplo norte-americano, como uma prática, que poderia incrementar a agricultura brasileira:

> No último relatório que tenho presente, o secretário da agricultura, o Sr. J. Rusk, falando dessa distribuição gratuita de sementes, diz ao Congresso da União: «Os resultados que deve produzir uma distribuição inteligente de sementes são de grande importância. Pela substituição de variedades aperfeiçoadas às que já se tem tornado de menos valia, e pela introdução de sementes de plantas novas, com cuja cultura a riqueza e a saúde da nossa população pode ser grandemente aumentada, os produtores deste país colherão forçosamente grandes benefícios.»

Nessa última passagem Albuquerque deve ter entendido que os americanos não eram prósperos por viverem numa república, como alguns por aqui se iludiam (Prado, 1961), mas por serem empreendedores e inteligentes.

O outro artigo publicado em O *Matto-Grosso*, de 08 jan., 1898, onde ele trata da Ervilha de Cheiro, que diz ser a planta com a "mais bela de todas as flores", onde ele tece longas considerações sobre a forma de cuidar dos elementos necessários para o cultivo dessa planta, finalizando dessa forma:

> É de supor que todo aquele ou toda aquela que ler estas linhas, se tornará um entusiasta da ervilha de cheiro e fará tudo o que puder para espalhar a cultura desta belíssima flor.
> Tendo em mente que três coisas são necessárias para o maior sucesso:
> Boa semente, boa cultura, e entusiasmo.

Deixando assim um lema para motivar o sucesso das gerações futuras.

O autor é economista e historiador.

Agradecimentos:

Ao Instituto Cultural Frederico Guilherme de Albuquerque pelas ilustrações cedidas, do seu acervo, para esse artigo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco Tomasco de. *Um Escorço Biográfico*. Niterói: Edição do Autor, 1997.

ANDRADE, Edmundo Navarro de. *O Eucalipto*. [S.l. : s.n.], 1939.

ARTÍNEZ Y SÁEZ, Francisco de Paula. *Diário de Don Francisco de Paula Martínez y Sáez:* Miembro de la Comisión Científica del Pacífico (1862-1865). Madri: Editorial CSIC, 1994.

BEDIAGA, Begonia. Revista Agrícola (1869-1891) sensibilizar o lavrador e plantar ciências agrícolas. *HISTORIA,* Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 169-195, jan/abr, 2013.

BENINCASA, Vladimir. Jardins Rurais: a europeização da paisagem cafeeira paulista. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO – DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 3, 2014, Belo Horizonte. *Anais*...Belo Horizonte, 2014.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brazileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

CARAMORI, Leonardo Capelossi; LIMA, Solange Ferraz de. *A biblioteca da Escola Politécnica de São Paulo e seus acervos de engenharia civil e arquitetura entre 1894 e 1928*. 2019. 298 f. Tese (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03122015-142712/ >. Acesso em: 10 jul. 2019.

CARDOSO, Rafael Said Bhering. *A monocultura do Eucalipto e suas implicações*. Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/geografia/a-monocultura-eucalipto-suas-implicacoes.htm>. Acesso em: 08 ago. 2019

DEAN, Warren. *A Botânica e a Política Imperial:* Introdução e Adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial. Disponível em: < http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/deanbotanicaimperial.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

DOURADO, Guilherme Onofre Mazza. *Belle-époque dos jardins*: da França ao Brasil do *século XIX e início do século XX*. 2008. 224f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, 2008.

DUTRA, Manoel. *Livro do lavrador ou tratado completo de agricultura theorica e prática*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1893.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Identificação Ampelográfica de Videiras Americanas e Híbridas Cultivadas na MRH. *Circular Técnica,* n. 12, ago., 1986.

GALVÃO, B. F. Ramiz. *Catálogo da Exposição de História do Brasil da Biblioteca Nacional*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

GENS LEOPOLDINENSIS et Recreiencis. Niterói: Edição do Autor, 2016.

GLICK, Thomas F.; RUIZ, Rosaura; PUIG-SAMPER, Miguel Angel. (Orgs.). La introducción del Darwinismo en Brasil: las controvérsias de su recepción. In: *El darwinismo en España e Iberoamérica.* [S.l.]: Editorial CSIC Press, 1999.

HENRIQUES, Amilson Barbosa. *A Cultura Rotineira e a Lavoura Racional*: Proposições na Revista Agrícola (São Paulo, 1895-1907). 2010. 292f. Dissertação de Mestrado. UNESP Assis-SP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93367/henriques_ab_me_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 out. 2019

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia (Org.). *Glaziou e as Raízes do Paisagismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Manati, 2012.

LOSADA, Janaina Zito; PUIG-SAMPER, Miguel Ángel; DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. *Um Álbum para o Imperador*: a Comissão Científica do Pacífico e o Brasil. Rio de Janeiro: EDUFU, 2013.

MACIEL, Márcia Wojtowicz. A educação ambiental como instrumento na busca de soluções para os problemas socioambientais na ilha dos Marinheiros. *Meio Ambiente em Debate,* Brasília, n.28, 1999.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. *Revista CPC*, São Paulo, n.15, p.7-26, nov. 2012; abr. 2013.

_____. O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil - memória, inventário e salvaguarda. 2015. 436f. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281271?locale=pt_BR>. Acesso em: 25 out. 2019.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista*: Imprensa e práticas culturais em tempos de república. São Paulo: Edusp, 2001.

MARCHIORI, José Newton Cardoso. *Primórdios da Silvicultura no Rio Grande do Sul*. 1- Nota Sobre a Introdução do Gênero Eucalyptus L`Her. Balduinia, n. 44. p. 21-31, mar. 2014.

NABUCO DE ARAÚJO, Joaquim Aurélio. *O dever dos Monarchistas*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

NETO, Miguel Sanches. *A Máquina de Madeira*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

OLIVER, Graciela de Souza. Cultura científica e vitivinicultura paulista, 1880 – 1920. In: *Territorios del Vino*, Montevideo, n. 4-5, p. 40-65, jun./dic., 2009.

PEREIRA, Waldick. *A Mudança da Vila* (História Iguaçuana). Nova Iguaçu:

SMCEL– PMNI, 1997.

PESSOA, Ana; FASOLATO, Douglas; ANDRADE, Rubens de. (Orgs). *Jardins históricos*: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

POLIANO, Luiz Marques. *A Sociedade Nacional da Agricultura:* Resumo Histórico. Rio de Janeiro: Gráfica Econômica, 1945.

PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. 3. ed. São Paulo. Brasiliense, 1961.

QUEIROZ, Luiz Roberto de Souza; BARRICHELO, Luiz Ernesto George. *O Eucalipto* - Um século no Brasil. São Paulo: Duratex, 2007.

REVISTA da Madeira, n. 59, set. 2001. Disponível em: <http://www.remade.com.br/br/revistadamadeira_materia.php?num=20>. Acesso em: 15 set. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS. DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO. *Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

RODRIGUES, Luís Severiano Soares. Vida e Morte do comandante Lorena. *Revista do Clube Naval,* Rio de Janeiro, n. 358, abr./maio/jun., 2011.

TRÊS Amigos, Lima Barreto e o seu Policarpo Quaresma e a tragédia republicana brasileira. *Gazeta Imperial*, p. 6-9. set. 2015. Disponível em: <http://www.brasilimperial.org.br/imagens/gazeta/GAZETA_Setembro2015.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

SÁ, Magali Romero; Domingues, Heloísa Maria Bertol. O Museu Nacional e o ensino das ciências naturais no Brasil do século XIX. *Revista da SBHC*, n. 15, p. 79-88, 1996.

SAMPAIO, Alberto José de. *A Secção de Botânica no primeiro século de existência do Museu Nacional*. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/publicacoes/wp-content/arquivos/05%20Arqs%20v%2022%20p%2037-47%20A%20Sec%C3%A7%C3%A30%20de%20Botanica.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

SILVA JÚNIOR, D. da. *Manual do viticultor brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Carioca, 1888.

SILVA, Valéria Mara da. *Educando Homens Para Educar Plantas*: orquidofilia e ciência no Brasil (1937-1949). 2013. Tese (DOUTORADO) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013.

Recebido em 16/01/2020

Aprovado em 11/06/2020

O CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA DO INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL: CURRÍCULOS, INGRESSANTES E DIPLOMADOS

THE TECHNICAL COURSE OF ARCHITECTURE OF INSTITUTE OF FINE ARTS OF RIO GRANDE DO SUL: CURRICULUMS, INGRESSANTS AND DIPLOMATES

Bruno Cesar Euphrasio de Mello[1]

RESUMO

A graduação em Arquitetura do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, criada em 1945, é reconhecida como pioneira na formação de arquitetos no Estado. Todavia, uma experiência do próprio Instituto a precedeu: o Curso Técnico de Arquitetura. Mas muitos de seus aspectos permanecem desconhecidos: Qual foi seu período de vigência? Que currículos adotou? Quem o cursou? Quem se diplomou Técnico? Este trabalho realiza uma historiografia do Curso Técnico de Arquitetura do Instituto gaúcho em busca de respostas a essas questões. Para elaborá-la, a pesquisa teve como *corpus* a documentação administrativa do Instituto de Belas Artes, reunida no arquivo do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A história aqui construída se fez a partir da seguinte premissa: a experiência do Curso Técnico de Arquitetura foi uma etapa decisiva para a autonomia do ensino e da atividade profissional.

Palavras-chave: Curso Técnico. Arquitetura. Instituto de Belas Artes. Rio Grande do Sul. Historiografia.

ABSTRACT

The graduation in Architecture of the Institute of Fine Arts of Rio Grande do Sul, created in 1945, is recognized as a pioneer in the training of architects in the State. However, an experience of the Institute itself preceded it: the Technical Course in Architecture. But many aspects of this technical course remain unknown: What was its period of validity? What curriculum adopted? Who attended it? Who became a Technician? This work makes a historiography of the Technical Course of Architecture of the Instituto gaúcho in search of answers to these questions. To elaborate it, the research had as corpus the administrative documentation of the Institute of Fine Arts, gathered in the archive of the Institute of Arts of the Federal University of Rio Grande do Sul. The history built here was made from the following premise: the experience of the Technical Course in Architecture was a decisive step towards the autonomy of teaching and professional activity.

Keywords: *Technical Course of Architecture. Institute of Fine Art. Rio Grande do Sul. Historiography.*

1 Arquiteto e Urbanista, Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor de Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

INTRODUÇÃO

A graduação em Arquitetura do Instituto de Belas Artes[2] do Rio Grande do Sul, criada em 1945, é reconhecida como pioneira na formação de arquitetos no Estado (FIORI, 1992; RIBEIRO, 2002, [1987] 2005; BERED, 2002; MACEDO, 2002; PADÃO, ROVATI, 2002). Contudo, uma experiência do próprio Instituto a precedeu: o Curso Técnico de Arquitetura. Apesar de estudado (FIORI, 1992; SIMON, 2003), alguns de seus aspectos permanecem desconhecidos: Qual foi seu período de vigência? Quais currículos adotou? Quem o cursou? Quem se diplomou Técnico? Este trabalho realiza uma historiografia do Curso Técnico de Arquitetura do Instituto gaúcho em busca de respostas a essas questões.

Do ponto de vista teórico-metodológico o artigo dialoga com a pesquisa historiográfica. Os dados aqui revelados foram obtidos por meio de pesquisa documental nos arquivos do Instituto de Artes da UFRGS. O *corpus* da pesquisa compreendeu a documentação administrativa do Instituto de Belas Artes (IBA) – atas do Conselho Técnico Administrativo, das reuniões da Congregação, relatórios de atividades, cadernetas de frequência, livros de médias, de diplomados, dentre outros. A história aqui construída se fez a partir da seguinte premissa: que a experiência do Curso Técnico de Arquitetura foi uma etapa decisiva para a autonomia do ensino e da atividade profissional. O processo de autonomia da Arquitetura – como domínio profissional e acadêmico – em relação às Belas Artes e às Politécnicas foi lento e gradual, e a formação técnica, no contexto gaúcho, foi um de seus momentos preparatórios.

1 O Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul

O Instituto Livre de Bellas Artes do Rio Grande do Sul teve sua "acta de instalação" assinada em 22 de abril de 1908 (ESTATUTOS, 1908). Fundado após a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial (1895), a Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896), a Faculdade de Farmácia e Medicina de Porto Alegre (1898) e a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900) (PESAVENTO, 2004), o Instituto participou do projeto civilizatório republicano regional de grupos profissionais criarem e manterem suas instituições de ensino (SIMON, 2003). Primeiro vieram as guiadas pela razão. Era hora de uma instituição guiada pela expressão poética e estética (SIMON,

2 Ao longo deste artigo, utilizaremos Instituto de Belas Artes para nos referir à instituição-palco da história aqui descrita e analisada. Ela teve muitos nomes no decorrer do recorte temporal aqui definido – Instituto Livre de Belas Artes, Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, Instituto de Belas Artes da Universidade de Porto Alegre.

2003).

O parágrafo único do primeiro artigo do seu primeiro estatuto apresentava os cursos que realizariam "o ensino theorico e pratico das Bellas Artes" (ESTATUTOS, 1908). Refere o texto:

> Este ensino será feito mediante cursos systematisados, formando dous grupos ou secções distinctas: - a Escola ou Conservatório de musica (...); - a Escola de artes, compreendendo a pintura, esculptura, a architectura e as artes de applicação industrial (ESTATUTOS, 1908).

A Arquitetura era, como se percebe, uma das Artes, assim como a Pintura e a Escultura, por exemplo. Entretanto, ela não constou entre os conteúdos ministrados na instituição no início de seu funcionamento. Mais tarde, em 1922, no novo regulamento, a referência à Arquitetura desapareceu. O estatuto posterior, de 1927 (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1927), reincorporou a Arquitetura como conteúdo a ser ensinado. Apesar disso, ela nunca compareceu às salas de aula. Poucos anos após, em 1934, o estatuto foi novamente alterado. Como em 1922, a referência à Arquitetura, seja como curso ou conteúdo a ser ministrado, foi removida.

Postos em perspectiva, os documentos de 1908, 1922, 1927 e 1934 demonstram a hesitação do Instituto em relação ao ensino da Arquitetura. Mesmo nos momentos em que compareceu textualmente nos regulamentos e estatutos, a Arquitetura não foi ensinada concretamente.

Em novembro de 1934, "no intuito de dar uma organização uniforme e racional ao ensino superior no Estado" (RIO GRANDE DO SUL, 1934) foi criada, pelo Decreto Estadual 5.758, a Universidade de Porto Alegre. Seu artigo 2º determinou que o IBA fosse incorporado a ela.

O músico e professor Tasso Bolívar Dias Corrêa assumiu a direção do Instituto em 1936, nesta nova conjuntura. A partir daí a Arquitetura foi paulatinamente sendo incorporada ao Belas Artes. O relatório sobre as atividades do Instituto do ano de 1936 evidencia isso (INSTITUTO DE BELAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE, 1937). Nele, Corrêa anota: "Suggiro, entretanto, que ainda seja estudada a possibilidade desse curso [de Arquitetura] ficar a cargo deste Instituto, dada a grande importância do indispensável preparo artístico no exercício da profissão de architecto" (INSTITUTO DE BELAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE, 1937, p.18). O diretor, assim, fez com que o IBA assumisse definitivamente a Arquitetura como conteúdo a ser ministrado.

Nesse mesmo ano de 1936, Tasso Corrêa criou o curso de Artes Plásticas. Em seu currículo – semelhante ao dos cursos de Pintura, Escultura e Gravura da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, instituição -referência ao ensino gaúcho (MELLO, 2016) – consta, pela primeira vez, a disciplina de *Architectura Analytica* (INSTITUTO DE BELAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE, 1937). Ela estava dividida em duas partes, ministradas no primeiro e no segundo anos do curso. Para dirigi-la, o diretor do Belas Artes convidou, ainda em 1936[3], seu irmão Ernani Dias Corrêa.

Segundo Simon (2003), Ernani Corrêa foi o personagem que tornou possível a relação entre o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e o Instituto de Belas Artes gaúcho. Ele se diplomou engenheiro-arquiteto na instituição carioca. De acordo com a documentação que consta em sua pasta funcional[4], "foram seus colegas de turma Atílio Corrêa Lima, autor do plano da cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiaz e Lúcio Costa, planejador de Brasília, capital da República Federativa do Brasil" (ERNANI, [196-?], p.3)[5].

Necessário mencionar que o irmão de Tasso Corrêa, responsável por introduzir a Arquitetura no IBA, não estimava sua titulação. Texto de sua pasta funcional refere que "a seu contra-gosto Ernani recebeu o título de engenheiro-arquiteto e, assim, foi registrado no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 8ª Região, em 1934" (ERNANI, [196-?], p.3). Foi após sua formatura que a instituição carioca "restabeleceu o sensato [grifo nosso] título de arquiteto" (ERNANI, [196-?], p.3). Ou seja, o que incomodava Ernani Dias Corrêa em sua titulação era a referência à Engenharia. Ele queria ser reconhecido apenas como arquiteto. Essa referência é relevante, pois representava um desejo em distinguir claramente a Arquitetura da Engenharia.

3 Há, no arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, certidão que indica que Ernani Dias Corrêa foi professor catedrático da cadeira de Arquitetura analítica e Arte decorativa do IBA desde 15 de maio de 1936.

4 Este documento, sem data e não assinado, parece ser uma espécie de autobiografia escrita por Ernani Dias Corrêa. Supomos isso, pois a documentação apresenta pormenores de sua vida que dificilmente seriam expostos por outra pessoa. Exemplos desses pormenores são a breve biografia de seus pais, a morte prematura de dois de seus irmãos, o início de sua vocação desenhando fachadas de casas e sua dedicação ao futebol.

5 Contudo, documento da mesma pasta funcional indica que Ernani Dias Corrêa formou-se na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro na turma de 1925. Já Lúcio Costa, por sua vez, segundo informação biográfica da Casa de Lúcio Costa (http://www.casadeluciocosta.org/), se formou na ENBA-RJ em 1924. Ou o dado de que foram colegas de turma está equivocado ou Ernani Dias Corrêa atrasou o curso em um ano. Esta segunda opção nos parece a mais plausível, pois, em 1919, Ernani Dias Corrêa "fez o serviço militar como reservista de segunda categoria no Tiro de Guerra nº 5" (ERNANI, [196-?], p.3).

A concepção de Arquitetura que Ernani Corrêa defendia a distinguia da Engenharia ou da Arquitetura preconizada pelos engenheiros. Conforme ele, "era costume desses engenheiros [da cidade de Porto Alegre] esboçarem a planta baixa e dar para o desenhista passar a limpo com a incumbência de adaptar uma fachada e executar os desenhos dos cortes" (ERNANI, [196-?], p.4). Era uma "ignorância de compor arquitetura" (ERNANI, [196-?], p.4). Preocupado com esta situação, Ernani Corrêa buscou "elucidar a maneira de proceder na Arquitetura e na construção, distinguindo a profissão do arquiteto que era tida pelos engenheiros como creador de fachadas, pois, a Arquitetura, para eles, era tão somente a fachada do edifício" (ERNANI, [196-?], p.4). Esta forma "ignorante" de compor Arquitetura – como desenhista de fachada submisso às determinações do engenheiro – era a concepção que Ernani Corrêa combateria em sua atuação como docente e integrante de entidade de classe.

Ainda como parte deste esforço de Ernani Dias Corrêa em afirmar a Arquitetura como campo autônomo, ele também militou pela autonomia e organização de classe dos arquitetos, sendo o primeiro presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Rio Grande do Sul (IAB-RS), em 1948. Esta entidade tinha como finalidade "proporcionar aos arquitetos residentes no Estado, meios de coordenar seus esforços na defesa da profissão e desenvolvimento da arquitetura" (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 1948). E uma das maneiras que Ernani já vinha buscando para alcançar as finalidades definidas posteriormente pelo Departamento gaúcho foi seu envolvimento com a *Architectura Analytica*. Pioneira no ensino de Arquitetura dentro do IBA, a disciplina se manteve como parte do currículo do curso de Artes Plásticas durante anos – até pelo menos a década de 1960.

Mas a criação de *Architectura Analytica* no curso de Artes Plásticas não era suficiente. Outro passo seria dado para a afirmação da Arquitetura nos anos seguintes: a criação do Curso Técnico de Arquitetura. Trataremos mais detalhadamente dele a seguir.

2 O Curso Técnico de Arquitetura

O Decreto Estadual nº 7.672, de 5 de janeiro de 1939, retirou o IBA da Universidade de Porto Alegre (SIMON, 2003). Nesse mesmo ano, em 16 de janeiro, o Conselho Técnico Administrativo do Instituto discutiu e aprovou a proposta de instalação do Curso Técnico de Arquitetura (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1939c). Seu currículo foi organizado em disciplinas anuais. Para percorrê-lo na totalidade seriam necessários três anos. O currículo está expresso no Quadro 1.

Quadro 1 – Currículo do Curso Técnico de Arquitetura, 1939

CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA, 1939.	
1º ano	Desenho figurado (1ª parte); Modelagem (1ª parte); História da Arte (1ª parte); Geometria descritiva.
2º ano	Desenho figurado (2ª parte); Modelagem (2ª parte); História da Arte (2ª parte); Perspectiva e Sombras; Arte decorativa (1ª parte); Arquitetura Analítica (1ª parte)
3º ano	Arquitetura analítica (2ª parte); Arte decorativa (2ª parte); Estruturas de construção; Composição clássica e moderna.

Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1939c.

Nele, conforme aponta Fiori (1992), há "predominância clara de disciplinas ligada à área estético-artística, aproveitando a estrutura já existente na instituição" (FIORI, 1992, p.174). *Arquitetura Analítica*, disciplina do 2º e 3º anos, é a única que refere explicitamente a Arquitetura. Além dela, *Estruturas de Construção* e *Composição Clássica e Moderna* são disciplinas que trazem temas atinentes à construção civil (a primeira, relacionada à tectônica, a segunda ao projeto). As demais são compartilhadas com as belas artes.

Fiori crê que a formação oferecida pelo curso técnico não se limitou à de executores de trabalhos gráficos. Abriu espaço, também, para "formar profissionais em condições de compor um projeto, pelo menos em seus elementos básicos" (FIORI, 1992, p.177). Entretanto, esta perspectiva não corresponde à experiência descrita por Ernani Corrêa, apresentada anteriormente.

Sobre o Curso Técnico de Arquitetura, Ernani Corrêa comentou, em carta de 1946, dirigida ao presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-RS), Lelis Espartel, que "em 1939, foi criado mais o curso de Desenhistas Técnicos de Arquitetura, destinado a preparar, como indica a denominação do curso, auxiliares técnicos para escritórios de arquitetura" (CORRÊA, 1946).

Sendo assim, segundo o professor do Belas Artes, o curso foi cria-

do para formar auxiliares que responderiam a uma demanda do mercado de construção: a de desenhistas de Arquitetura. Esses desenhistas, quando formados, se colocariam no mercado de trabalho em condição análoga àquela combatida pelo próprio Ernani: como profissionais submissos executando desenhos técnicos para os engenheiros. Não era a constituição de um corpo profissional autônomo, mas acessório. No entanto, a partir daí, passava-se a formar um corpo profissional identificado com a Arquitetura atuante na construção civil.

Voltando ao curso técnico, mesmo autorizado pelo Conselho Técnico Administrativo em 16 de janeiro, o Curso Técnico de Arquitetura não foi referido nos novos estatuto (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1939b) e regulamento (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1939a) do IBA, aprovados em 1939. A única referência à Arquitetura se limitava à incorporação de *Architectura Analytica* ao curso de Artes Plásticas. Isso nos leva a supor que a inauguração do curso técnico foi uma iniciativa experimental.

Em 1941 o curso técnico foi remodelado e incorporou mais disciplinas. Na reunião do Conselho Técnico Administrativo, de 14 de março daquele ano, o diretor do Instituto propôs sua reorganização. Era necessário, conforme ele, ampliar "a parte de caráter técnico" (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1941). O novo currículo, aprovado nesta reunião, está exposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Currículo do Curso Técnico de Arquitetura, 1941

CURRÍCULO DO CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA, 1941	
1º ano	Geometria descritiva; Arquitetura analítica (1ª parte); Anatomia artística (1ª parte); Desenho; Desenho de modelo vivo e modelagem.
2º ano	Perspectiva e sombras – Estereotomia; História da Arte (1ª parte); Arte decorativa (1ª parte); Desenho (molduras, ornatos, capitéis simples, máscaras, grifos e capitéis ricos).
3º ano	Elementos de construção – topografia; Pequenas composições de arquitetura; História da Arte (2ª parte); Arte decorativa (2ª parte).

4º ano	Materiais de construção – Terrenos e Fundações; Sistemas e detalhes de construção; Grandes composições de arquitetura; Higiene de habitação – Saneamento de cidades.

Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1941.

A alteração ocorrida em 1941 estendeu o curso em mais um ano – aumentando de três para quatro anos. O primeiro passou a ser o mesmo do curso de Artes Plásticas. Por isso, os alunos, se nele aprovados, poderiam "matricular-se no 2º [ano] de Artes Plásticas ou no 2º [ano] de Técnico de Arquitetura" (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1941).

O segundo ano dos dois cursos (1939 e 1941) é semelhante. As alterações significativas estão no terceiro e quarto anos, em que se pode perceber a ampliação de seu "caráter técnico-arquitetônico-urbanístico".

No terceiro, foram incorporadas as disciplinas *Elementos de construção – topografia* e *Pequenas composições de arquitetura*. No quarto, *Materiais de construção – terrenos e fundação*, *Sistemas e detalhes de construção*, além de *Grandes composições de arquitetura* e *Higiene de habitação – Saneamento de cidades*. As disciplinas de composição – ou seja, projeto arquitetônico – se tornaram duas. E apenas uma delas se referia à cidade.

Cabe ressaltar, para além das disciplinas que se referem à construção, as que se dedicavam à composição – pequena ou grande. À exceção da disciplina *Sistemas e Detalhes de Construção*, todas as do último ano desta reformulação farão parte do futuro curso de graduação em Arquitetura do IBA quando ele for criado em 1945 (MELLO, 2016). Logo, esta alteração curricular parece ser uma preparação para constituição do curso que pretenderá formar arquitetos, não mais auxiliares técnicos-desenhistas.

Em 1942 o curso passou por uma crise. Em 15 de abril, a ata da reunião do Conselho Técnico Administrativo registra que o diretor do Instituto "explicou as dificuldades que havia em manter o 4º ano do Curso Técnico de Arquitetura, em vista da despesa relativamente grande e o número pequeno de alunos" (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1942b). Apesar disso, os professores decidiram manter o curso, dada sua importância. E convidaram o professor José Lutzenberger para as novas disciplinas. Decidiram ainda que "se reformasse a seriação desse curso, igualando o seu segundo ano à segunda série do Curso de Artes Plásticas, e readaptando o programa das cadeiras do 4º ano" (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1942b). Todavia, não encontramos nos arquivos do Instituto de Artes da UFRGS documentos que apresentassem claramente as "readaptações" implantadas ou as "novas cadeiras".

Em 1943, mais uma reorganização do currículo do Curso Técnico foi realizada. A reunião do Conselho Técnico Administrativo, de 2 de março, aprovou a seguinte proposta:

> 1ª e 2ª séries [ou anos] idênticas às do Curso das Artes Plásticas, 3ª série [ou ano] – 1ª cadeira[:] Arte decorativa, 1ª ´parte; 2ª cadeira – Materiais de construção. Terrenos e fundações. Elementos de construção. Noções de Topografia; 3ª cadeira. Teoria e Filosofia da Arquitetura. Composição de arquitetura (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1943).

Para perceber as alterações do Curso Técnico de Arquitetura entre 1939 e 1943, é necessário comparar seus currículos. O Quadro 3 coloca-os lado a lado.

Quadro 3 – Currículos do Curso Técnico de Arquitetura (1939/1941/1943).

CURRÍCULOS DO CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA (1939 /1941/1943).			
	1939	1941	1943
1º ano	1. Geometria descritiva. 2. Desenho figurado (1ª parte); 3. Modelagem (1ª parte); História da Arte (1ª parte);	1. Geometria descritiva; 2. Desenho; 3. Desenho de modelo vivo e modelagem; 4. Arquitetura analítica (1ª parte); 5. Anatomia artística (1ª parte);	Idêntico ao curso de Artes Plásticas
2º ano	4. Perspectiva e Sombras; 5 .História da Arte (2ª parte); 6. Arte decorativa (1ª parte); 7. Desenho figurado (2ª parte); 8. Modelagem (2ª parte); 9. Arquitetura Analítica (1ª parte)	6. Perspectiva e sombras – Estereotomia; 7. História da Arte (1ª parte); 8. Arte decorativa (1ª parte); 9. Desenho (molduras, ornatos, capitéis simples, máscaras, grifos e capitéis ricos).	Idêntico ao curso de Artes Plásticas

3º ano	10. Arquitetura analítica (2ª parte); 11. Estruturas de construção; 12. Composição clássica e moderna; 13. Arte decorativa (2ª parte).	10. Elementos de construção – topografia; 11. Pequenas composições de arquitetura; 12. História da Arte (2ª parte); 13. Arte decorativa (2ª parte).	1. Arte decorativa; 2. Materiais de construção – Terrenos e fundações – Elementos de construção – Noções de topografia; 3. Teoria e Filosofia da Arquitetura – Composição da Arquitetura.
4º ano		14. Materiais de construção – Terrenos e Fundações; 15. Sistemas e detalhes de construção; 16. Grandes composições de arquitetura; 17. Higiene de habitação – Saneamento de cidades.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao comparar os currículos de 1939 e 1941, percebe-se que aumenta o número de disciplinas de "caráter técnico" e de composição – grande e pequena. O trato com a cidade, apesar de incorporado em 1941, era conteúdo pouco expressivo. A comparação entre os currículos de 1941 e 1943 demonstra, por outro lado, que, além da sobreposição dos cursos de Artes e Técnico em Arquitetura nos dois primeiros anos, as disciplinas "técnicas" foram agrupadas em apenas uma (*Materiais de construção – Terrenos e fundações – Elementos de construção – Noções de topografia*). As de composição, idem (*Teoria e Filosofia da Arquitetura – Composição da Arquitetura*). Essas aglutinações fizeram o curso voltar a ser de três anos. E a disciplina que fazia referência à cidade desapareceu.

O curso técnico permaneceu funcionando mesmo após a criação do curso de graduação em Arquitetura, em 1945. E, finalmente, em 30 de janeiro de 1946, a ata do Conselho Técnico Administrativo do Belas Artes menciona a transformação do Curso Técnico de Arquitetura "em Curso Técnico de Desenho e Decoração, providenciando-se sua reorganização numa se-

riação de três anos" (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1946). O Curso Técnico foi, enfim, extinto neste ano, pois, com a criação da graduação em Arquitetura, já não havia razões para titular técnicos neste domínio profissional.

Entretanto, sua importância para o IBA é destacada por Fiori (1992) e Simon (2003). Fiori salienta "o papel deste curso técnico como um passo significativo em direção à criação do curso superior de arquitetura" (FIORI, 1992, p.5). Já Simon, afirma que o "Curso Técnico de Arquitetura, que funcionou no IBA-RS [Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul], se de um lado foi um estágio na área e um ensaio geral para o seu curso superior, também serviu como porta de entrada de profissionais qualificados de Arquitetura no Instituto" (SIMON, 2003, p.375).

Como foi possível constatar, a incorporação da Arquitetura ao IBA foi gradual – desde a primeira iniciativa, representada pela incorporação da disciplina de *Arquitetura Analítica* ao currículo do curso de Artes Plásticas até a experiência do Curso Técnico de Arquitetura. Superada esta fase inicial, o corpo diretivo da instituição percebeu que era hora de criar um curso de graduação.

O começo do processo que culminaria com a criação, em 1945, do curso de graduação em Arquitetura do IBA se deu anos antes. Na reunião do Conselho Técnico Administrativo, de 27 de maio de 1942, "por indicação do conselheiro Ernani Dias Corrêa, discutiu-se favoravelmente a creação do Curso de Arquitetura. Entretanto, ficou resolvido que se procedesse estudos mais demorados, antes de se decidir em definitivo" (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1942a). A discussão sobre a criação da graduação em Arquitetura ocorreu, como se pôde verificar, por sugestão de Ernani Corrêa e durante a vigência do curso técnico.

Poucos anos após, em 1944, duas reuniões registram sua fundação. A ata da reunião extraordinária do Conselho Técnico Administrativo, de 21 de setembro, assinala que sua convocação foi feita "com a finalidade de propor a criação do Curso de Arquitetura, nos moldes do da Escola Nacional de Belas Artes" (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1944b). A aprovação foi unânime. Dias depois, em 29 de setembro, a Congregação se reuniu em sessão extraordinária. Em pauta, "a criação do Curso de Arquitetura, a aprovação do Regimento Interno, nomeação dos professores do novo Curso, e demais providências a serem tomadas para a instalação dêsse curso" (INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL, 1944a). Novamente a sugestão foi aprovada por todos.

Mais de um ano após as decisões do Conselho Técnico e da Congregação, em 26 de novembro de 1945, foi sancionado o Decreto Federal nº

19.991, o qual autorizou o funcionamento do curso de graduação em Arquitetura no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul (BRASIL, 1945).

3 Ingressantes e diplomados

Mas, afinal, quem integrou o corpo discente do Curso Técnico de Arquitetura do IBA? E quem efetivamente se diplomou Técnico em Arquitetura?

A lista de ingressantes e diplomados, exposta a seguir, foi construída a partir do cruzamento de informações obtidas em documentos diversos, todos reunidos no Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. Foram eles: (i) Fichas de histórico escolar e matrícula dos estudantes do IBA; (ii) Livro de Médias (LIVRO, 1939, 1940, 1941); (iii) Livro de registro de diplomados, nº 2 (LIVRO, [s.n.]); (iv) Relação de diplomados do Curso Técnico de Arquitetura (RELAÇÃO, 1944, 1985); (v) Diplomas de egressos; (vi) Cadernetas de frequência das disciplinas ministradas.

Não foi possível estabelecer uma lista completa com todos os ingressantes. Há contradições e incompletudes na documentação consultada. Entretanto, pode-se revelar com maior segurança a relação de ingressantes dos três primeiros anos de funcionamento do curso.

Ele começou a receber ingressantes em 1939. A primeira turma, que contou com 12 estudantes, teve os seguintes matriculados: Carlos Eugênio Godolphin Brambilla, Danilo Tavares Corte Real, Elyr Ramos, Iberê Camargo, Jayme Nascimento, Leda Pavão, Luiz Franco Moura, José Aurevil de Marchi, Ruy Angilo Oliva, Simeão de Carvalho Meira, Walmyr Rozsanyi e Wilson Talaia de Moura.

A segunda turma, de 1940, teve 13 ingressantes. Foram eles: Aquileia Irma Cortese, Breno Cortez Campomar, Carlos Alberto Dariano, Carlos Alberto Schilling Simoni, Eunice Pfeiffer Lobato, João Carlos Vieira da Rosa, José Beck Machado, Lydio Costa de Andrade, Marlowa Monteiro Netto, Sylvio Osório Filho, Ruy Bastian, Vasco Prado Gomes da Silva, Virginia Alexandra Cortese.

A terceira turma, de 1941, teve os seguintes 16 ingressantes: Achilles Dal Forno, Anna Irene Bolsoni, Artemio João Ulian, Djalma Fonseca Sandes, Edú Guedes Machado, Geraldo Werner Knippling, Géssi Araujo, Jahir Maria Soares, Jorge Rodrigues de Carvalho, Lourival Candido dos Santos, Miroques Casartelli de Lima, Oscar de Camilis, Rubem Fialho, Ruy Moreira Pinto, Serafim Gasulha, Thomaz Widholzer.

A partir de 1942, não é possível estabelecer precisamente a relação dos ingressantes. As informações são incompletas, há muitos transferidos

oriundos do curso de Artes Plásticas – como, por exemplo, a quase integralidade de estudantes dos anos de 1945 e 1946. Apesar disso, pode-se definir, com algum nível de precisão, a listagem a seguir.

A quarta turma, de 1942, contou com pelo menos os seguintes 6 ingressantes: Caio Rosa Ilha, Carlei Scandiuzzi de Oliveira, João Batista da Silva Filho, Octaviano Tozzi Filho, Paulo de Mesquita Rothmann, Thomaz Grey.

A quinta turma, de 1943, teve ao menos os seguintes 7 ingressantes: Cândido Cerqueira Bello, Circe Maria de Campos, Helena Leal Machado, Haydée Cosme, Jairo dos Santos, Jorg Casagranda, Odaléa Maria Joana Blaggi Casagrande.

A sexta turma, de 1944, teve ao menos os seguintes 2 estudantes: Jacob Matiotti Ceccato e Zelí Souza Martins.

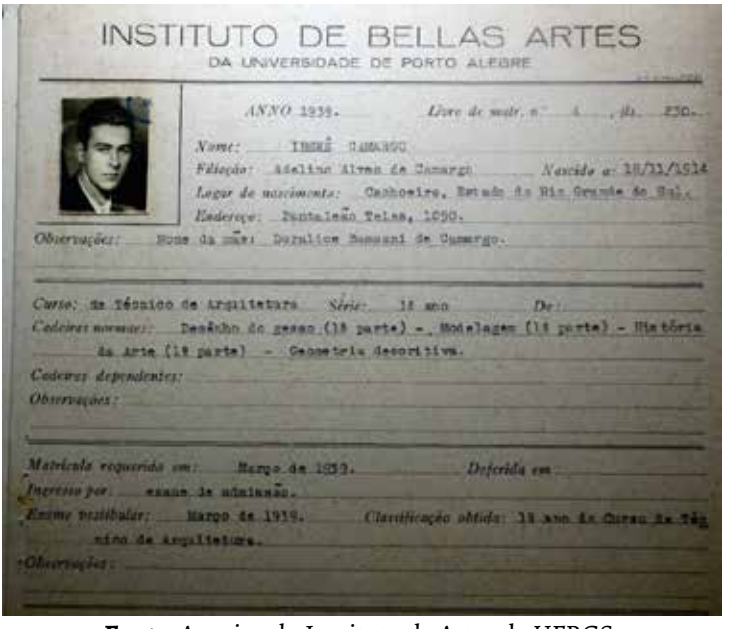
A sétima turma, de 1945,contou com ao menos os seguintes 4 ingressantes: Arthur Thompson, Cely Clara Diel, Fernando Martinelli, Hilda Peixoto Mylius.

A oitava e última turma de ingressantes, de 1946, teve ao menos os seguintes 5 estudantes: Araci Cervasio, Fernando Francisco Picoral, Irineu Anzolch, Osmar Przybylski, Ottokar Edmund Schirmer.

Chama a atenção, ao longo do período de funcionamento do curso (1939-1946), a grande quantidade de abandonos. Sete estudantes da turma de 1939 deixaram o curso. Na turma de 1940, outros sete. E nos anos subsequentes as desistências se mantiveram expressivas.

Dentre os estudantes que abandonaram o curso, estão, por exemplo, Iberê Camargo (ingressante de 1939) e Vasco Prado (ingressante de 1940). Iberê Camargo, hoje reconhecido como um dos grandes artistas plásticos brasileiros, cursou os três anos do curso Técnico de Arquitetura (de 1939 a 1941), mas não colou grau. Seu aproveitamento foi insuficiente no 3º ano do curso – teve média 3 em *Arquitetura Analítica II* e média 5 em *Arte Decorativa II*, *Pequenas Composições de Arquitetura* e *Elementos de Construção e Topografia*. O outro importante artista plástico que também integrou o corpo discente do Curso Técnico de Arquitetura foi Vasco Prado. Segundo sua ficha de histórico escolar, ele cursou apenas o primeiro ano, em 1940.

Figura 1 – Trecho superior da ficha de matrícula de Iberê Camargo no Curso Técnico de Arquitetura do IBA do Rio Grande do Sul, 1939.



INSTITUTO DE BELLAS ARTES
DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE

ANNO 1939. Livro de matr. nº 4, fls. 230.

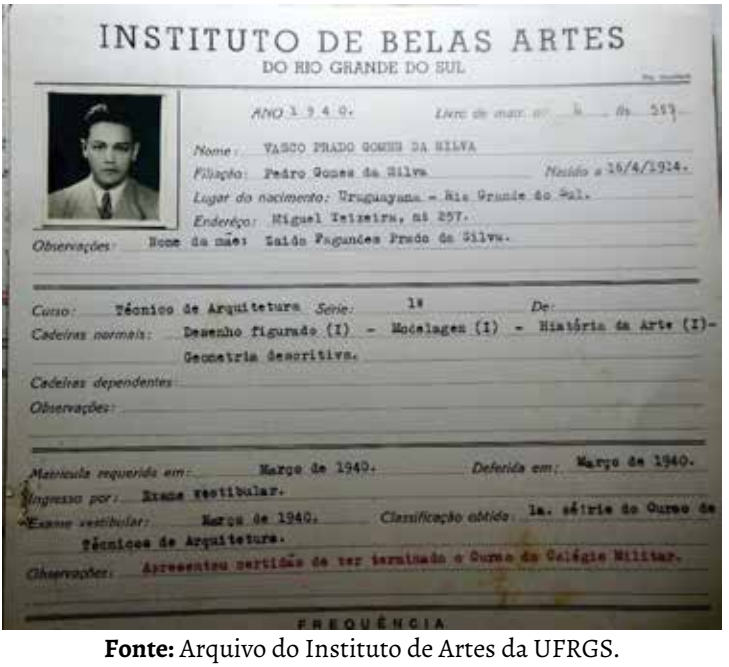
Nome: IBERÊ CAMARGO
Filiação: Adelina Alves de Camargo Nascido a: 18/11/1914
Lugar de nascimento: Cachoeira, Estado do Rio Grande do Sul.
Endereço: Pantaleão Telles, 1050.
Observações: Nome da mãe: Doralice Bassani de Camargo.

Curso: de Técnico de Arquitetura Série: 1ª ano De:
Cadeiras normais: Desenho de gesso (1ª parte) - Modelagem (1ª parte) - História da Arte (1ª parte) - Geometria descritiva.
Cadeiras dependentes:
Observações:

Matrícula requerida em: Março de 1939. Deferida em
Ingresso por: exame de admissão.
Exame vestibular: Março de 1939. Classificação obtida: 1ª ano do Curso de Técnico de Arquitetura.
Observações:

Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Figura 2 – Trecho superior da ficha de matrícula de Vasco Prado Gomes da Silva no Curso Técnico de Arquitetura do IBA do Rio Grande do Sul, 1940.



INSTITUTO DE BELAS ARTES
DO RIO GRANDE DO SUL

ANO 1940. Livro de matr. nº 4, fls. 593.

Nome: VASCO PRADO GOMES DA SILVA
Filiação: Pedro Gomes da Silva Nascido a 16/4/1924.
Lugar do nascimento: Uruguayana - Rio Grande do Sul.
Endereço: Miguel Teixeira, nº 257.
Observações: Nome da mãe: Zaida Fagundes Prado da Silva.

Curso: Técnico de Arquitetura Série: 1ª De:
Cadeiras normais: Desenho figurado (I) - Modelagem (I) - História da Arte (I) - Geometria descritiva.
Cadeiras dependentes:
Observações:

Matrícula requerida em: Março de 1940. Deferida em: Março de 1940.
Ingresso por: Exame vestibular.
Exame vestibular: Março de 1940. Classificação obtida: 1a. série do Curso de Técnicos de Arquitetura.
Observações: Apresentou certidão de ter terminado o Curso da Colégio Militar.

FREQUÊNCIA

Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Além dos abandonos, outro fato chama a atenção: a quantidade de transferências do curso de Artes Plásticas para o Técnico de Arquitetura. Isso se tornou possível, como já referido, a partir dos anos de 1941/1942, quando os primeiros anos de ambos passaram a ser iguais. Dessa forma, diversos ingressantes do curso de Artes Plásticas migravam para o Técnico de Arquitetura após a conclusão do segundo ano.

Exposta a lista de ingressantes, passemos à lista de diplomados. O curso Técnico diplomou, ao todo, entre os anos de 1941 (primeira turma de formandos) e 1946 (última turma de formandos), 32 profissionais. As turmas e os diplomados estão listados no Quadro 4.

Quadro 4 – Lista de diplomados por turma/ano.

Turma/ano	Nome diplomados	Total diplomados
1941	Elyr Ramos, Jayme Nascimento, Simeão de Carvalho Meira, Walmyr Rozsanyl	04
1942	Carlos Alberto Dariano, Aquileia Irma Cortese, Eunice Pfeifer Lobato, Leda Pavão, Marlowa Monteiro Netto, Rubem Costa, Virginia Alexandra Cortese.	07
1944	Circe Maria de Campos, Djalma Fonseca Sandes, Edú Guedes Machado, Rubem Fialho.	04
1945	Paulo de Mesquita Rothmann, João Batista da Silva Filho, Octaviano Tozzi Filho.	03
1946	Aracy Cervasio, Caio Rosa Ilha, Celí Clara Diel, Fernando Francisco Picoral, Haydée Cosme, Hilda Peixoto Mylius, Jairo Bernardo dos Santos, Jorg Casagranda, Irineu Ansolch, Jacob Matiotti Ceccato, Norberto Eugênio Dick, Odaléa Maria Joana Blaggi Casagrande, Osmar Przybylski, Ottokar Edmund Schirmer.	14

Fonte: Elaborado pelo autor.

Importante destacar que não houve formatura em 1943. Isso se deve à alteração curricular ocorrida em 1941, que estendeu o curso de três para quatro anos. Outro fato a ressaltar é a quantidade de diplomados (14) em 1946, ano de seu encerramento.

A experiência do Curso Técnico de Arquitetura teve, enfim, vida curta – apenas 8 anos –, mas diplomou um número expressivo de profissionais (32), dado o contexto histórico em que vigorou. Seu fim esteve, obviamente, relacionado ao começo da graduação em Arquitetura, iniciada no ano de 1945, como mencionado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto no início deste artigo, a experiência do Curso Técnico de Arquitetura é evidência de que a formação em Arquitetura nem sempre teve a formatação que conhecemos atualmente – de curso de graduação, autônomo. A Arquitetura já foi ensinada em nível técnico, para formar pessoal habilitado a exercer a profissão em condição de subordinação aos engenheiros, como desenhistas.

Entretanto, quando colocada em seu contexto histórico, é possível perceber que sua trajetória deu início à constituição de um corpo profissional que se descolava da Engenharia e se reconhecia como pertencente ao âmbito exclusivo da Arquitetura. E esse foi um importante passo para autonomia do ensino e, finalmente, da atividade profissional.

Outro fato relevante a se destacar é a vinculação entre o fazer "técnico em Arquitetura" e o desenho (seja de fachadas, de plantas ou outras representações da construção). Sendo assim, o caráter – ou a personalidade – do arquiteto foi se construindo, ao menos no contexto sul-rio-grandense, como o do profissional que elabora desenhos que devem conduzir de maneira precisa uma construção. E se, a princípio, este fazer esteve submetido aos escritórios de Engenharia, ele foi paulatinamente se afirmando como um fazer próprio – e autônomo – dos arquitetos.

Seguir a trajetória do Curso Técnico de Arquitetura é, enfim, acompanhar a lenta e gradual constituição do campo da Arquitetura no Rio Grande do Sul e no Brasil.

REFERÊNCIAS

BERED, Emil. Impressões sobre os acontecimentos ligados à fundação da Faculdade de Arquitetura. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma (Orgs.). *Arquitetura UFRGS*: 50 anos de histórias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

BRASIL. Decreto Federal nº 19.991, de 26 de novembro de 1945. *Autoriza o funcionamento do curso de arquitetura no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul*, de Porto Alegre.

CORRÊA, Ernani Dias [carta] 23 de agosto de 1946, Porto Alegre [para] ESPARTEL, Lelis, Porto Alegre. *Responde oficio do CREA que solicitava informações sobre o Instituto de Belas Artes*.

ERNANI Dias Corrêa, nascido em... [*Pasta Funcional de Ernani Dias Corrêa*. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 196-?].

ESTATUTOS do Instituto Livre de Bellas Artes do Rio Grande do Sul. *A Federação*, Porto Alegre, p.2, 22 ago. 1908.

FIORI, Renato Holmer. *Arquitetura moderna e ensino de arquitetura*: os cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951. Dissertação (mestrado em História do Brasil), IFCH-PUCRS, Porto Alegre,1992.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL – DEPARTAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL. *Estatutos do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil organizados e aprovados pelo Conselho Diretor em sessão realizada aos 7 dias do mês de Abril de 1948*. Porto Alegre, 1948.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata da sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo*, realizada em 30 de janeiro de 1946.

_____. *Ata da sessão extraordinária da Congregação*, realizada em 29 de setembro de 1944a.

_____. *Ata da reunião extraordinária do Conselho Técnico Administrativo*, realizada em 21 de setembro de 1944b.

_____. *Ata da 32ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo*, realizada em 2 de março de 1943.

_____. *Ata da 26ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo*, realizada em 27 de maio de 1942a.

_____. *Ata da 25ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo*, realizada em 15 de abril de 1942b.

_____. *Ata da 18ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo*, realizada em 14 de março de 1941.

_____. *Regulamento*. Aprovado em sessão da Congregação realizada em 24 de março de 1939. Porto Alegre, 1939a.

_____. *Estatutos. Aprovados em sessão da Congregação* realizada em 23 de janeiro de 1939. Porto Alegre, 1939b.

_____. *Ata da primeira Sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Belas Artes*, realizada em 16 de janeiro de 1939c.

_____. *Estatutos approvados* em sessão de 18 de dezembro de 1927. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Livraria do Globo, 1927.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE. *Relatório de 1936 apresentado pelo Director Dr. Tasso Corrêa*. Porto Alegre, 1937.

MACEDO, Francisco Riopardense de. A criação da Faculdade de Arquitetura. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma (Orgs.) *Arquitetura UFRGS:* 50 anos de histórias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

LIVRO de médias, 1939. *Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul*. [Porto Alegre], 1939.

LIVRO de médias, 1940. *Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul*. [Porto Alegre], 1940.

LIVRO de médias, 1941. *Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul*. [Porto Alegre], 1941.

LIVRO de registro de diplomados, nº 2. Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul. [Porto Alegre, s.n.].

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. *O Urbanismo dos arquitetos*: genealogia de uma experiência de ensino. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional), PROPUR-UFRGS, Porto Alegre, 2016.

PADÃO, Fabiano Mesquita; ROVATI, João Farias. *Faculdade de Arquitetura*: 1952-2002. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2002.

PESAVENTO, Sandra J. Um dia, um outro tempo... In: OLIVEIRA, Carmen Regina de; LICHT, Flavia Boni. *UFRGS 70 anos*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

RELAÇÃO de diplomados: *Curso Técnico de Arquitetura*. Serviço Público Federal, Instituto de Artes, Arquivo. [Porto Alegre], 1985. 3f.

RELAÇÃO dos formandos de 1944. *Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul*. [Porto Alegre, 1944?]. 1f.

RIBEIRO, Demétrio. A arquitetura no período 45-50 [1987]. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma (Orgs.). *Demétrio Ribeiro*. Porto Alegre: IAB/RS; Livraria do Arquiteto, 2005.

_____. Um depoimento sobre a criação, por Tasso Corrêa, do ensino de Arquitetura no Rio Grande do Sul. In LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma (Orgs.) *Arquitetura UFRGS*: 50 anos de histórias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. *Decreto Estadual nº 5.758, de 20 de novembro de 1934*. Crea a Universidade de Porto Alegre.

SIMON, Círio. *Origens do Instituto de Artes da UFRGS*: etapas entre 1908-1962 e contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema das artes visuais do Rio Grande do Sul. Tese (doutorado em História), IFCH-PUCRS, Porto Alegre, 2003.

Recebido em 19/05/2020

Aprovado em 19/06/2020

CONEXÃO TEXAS: OS MISSIONÁRIOS ESTADUNIDENSES E A OBRA EDUCACIONAL METODISTA EM PASSO FUNDO/RS (1920-1957)

TEXAS CONNECTION: THE AMERICAN METHODIST MISSIONARIES AND THE EDUCATIONAL METHODIST WORK IN PASSO FUNDO/RS (1920 - 1957)

Roberto Biluczyk[1]

RESUMO

Este artigo busca apresentar um breve panorama sobre a atuação dos missionários da Igreja Metodista, oriundos dos Estados Unidos, envolvidos na fundação e consolidação do Instituto Educacional Metodista, até 1942 chamado de Instituto Ginasial, em Passo Fundo/RS. As referidas personalidades foram fundamentais para o desenvolvimento da área da educação no município e mantiveram sua influência e ação mesmo após a autonomia nacional desta Igreja. Diante do enfrentamento de questões pontuais e do exercício de suas funções práticas, os metodistas apresentaram um modelo concreto escolar em um contexto ao mesmo tempo precário e favorável. O levantamento de informações para esta pesquisa foi realizado a partir de fontes nacionais e internacionais, incluindo artigos e periódicos de comunicação social, valorizando a leitura e a interpretação de recursos pouco explorados antes das transformações historiográficas ocorridas no século XX. Entender pormenores da obra metodista ajuda a compreender parte da história de Passo Fundo.

Palavras-chave: Instituto Educacional. Igreja Metodista. Missionários. Passo Fundo.

ABSTRACT

This article seeks to present a brief description of the actions of the missionaries of the Methodist Church, natives of United States, involved in the foundation and consolidation of the "Instituto Educacional Metodista" until 1942 called "Instituto Ginasial", in Passo Fundo, located in the Brazilian state of Rio Grande do Sul. The referred personalities were fundamental to the development of the educational area in the city and kept their influence and action even after the national autonomy from that Church. Facing punctual questions and the exercise of their practical functions, the Methodists presented a tangible scholar model in a context, at the same time, precarious and favorable. The survey of information for this research was carried out from national and international sources, including articles and press products, valuing the reading and interpretation of resources that were poorly explored before the historiographic transformations of the 20th century. Understanding details of the Methodist work helps to understand part of the history of Passo Fundo.

Keywords: Instituto Educacional. Methodist Church. Missionaries. Passo Fundo.

1 Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista Prosuc II/Capes.

INTRODUÇÃO

O município de Passo Fundo/RS, situado no norte do Rio Grande do Sul, foi emancipado de Cruz Alta/RS em 1857. Do ponto de vista educacional, ele demorou a desenvolver obras ligadas à área da instrução, chegando ao século XX dotado de ações públicas ou privadas consideradas escassas à demanda na imensa territorialidade.

A situação só mudou em 1920 com a fundação do Instituto Ginasial[2] – hoje conhecido como Instituto Educacional Metodista (IE). Missionários da Igreja Metodista oriundos dos Estados Unidos fundaram e solidificaram o educandário, exercendo nele sua ação religiosa e sua liderança ativa. A historiografia do município, porém, não costuma detalhar pormenores relativos ao desenvolvimento da obra metodista no campo educacional. As informações geralmente se apresentam de maneira colateral, enfatizando os conflitos religiosos entre católicos e metodistas, como na pesquisa de Medeiros (2007), ou mesmo expondo generalidades sobre as ações, de maneira institucional ou memorialística.

Intencionando apresentar as iniciativas que conduziram à instalação da escola, este artigo se utiliza de fontes ainda pouco exploradas, encontradas junto a periódicos publicados pela Igreja Metodista nos Estados Unidos, disponíveis *online*. Entre essas fontes está *The Missionary Voice*[3], principal informativo sobre as missões metodistas no país da América do Norte. De igual forma, procura-se expor elementos observados e descritos por historiadores estadunidenses, como Sledge (2006), os quais tiveram acesso a documentos que proporcionam a obtenção de novos dados sobre o tema.

A partir de sua criação, o Instituto Ginasial tornou-se símbolo de desenvolvimento. O interesse de profissionais da educação, leigos e religiosos metodistas estadunidenses fez com que a sociedade passo-fundense usufruísse de uma peculiar experiência de ensino. Essa conexão entre dois locais geograficamente tão distantes desperta indagações sobre os desdobramentos seguintes.

Ao longo do período estudado, percebe-se também que a imprensa

2 Entre 1920 e 1931, antes da reforma ortográfica da língua portuguesa, grafou-se o nome da escola como Instituto Gymnasial. Para fins de padronização, neste artigo utilizou-se a grafia vigente: Instituto Ginasial.

3 *The Missionary Voice* (em tradução literal, A Voz Missionária) foi uma revista criada pela Junta de Missões da Igreja Metodista Episcopal do Sul em 1911, visando informar mensalmente os fiéis sobre os trabalhos desenvolvidos ao redor do mundo pelos missionários metodistas. Editada em língua inglesa, circulou até abril de 1932, quando foi substituída pela revista *World Outlook* (tradução livre: Perspectiva Mundial).

local, através do jornal *O Nacional*[4], acompanhou constantemente os movimentos de consolidação do educandário no município. A oportunidade e a pertinência de se pesquisar em periódicos de comunicação social é relativamente recente, tanto no Brasil como no mundo, motivando-se especialmente pelas transformações historiográficas observadas ao longo do século XX (LUCA, 2008, p. 111).

Até meados dos anos 1970, poucas pesquisas históricas se utilizavam de periódicos como fontes, especialmente em virtude da tradição, que apontava para o uso científico de documentos, vistos como mecanismos oficiais de obtenção de informações fidedignas (LUCA, 2008, p. 111). Com a instrumentalização de noções teóricas oriundas de outras ciências, em caráter interdisciplinar, a História pode desenvolver novos olhares sobre os objetos de estudo, a partir de recursos outrora inéditos ou pouco empregados[5] (LUCA, 2008, p. 112).

O ofício e os critérios do historiador o habilitam para extrair conhecimentos de novas fontes, atentando-se para a subjetividade que as mesmas podem apresentar. No período analisado por esta pesquisa, a imprensa atuava sob um caráter político opinativo, muito próximo da literatura, chamado pelos pesquisadores de "imprensa de opinião", que difere do modelo atual que defende a imparcialidade (ZICMAN, 1985, p. 91). Por essa razão, o padrão empregado nos discursos pode refletir pontuais paixões e interesses dos redatores sobre temas especiais. Conhecendo o modo de operação das fontes pode-se analisar as atividades desenvolvidas pelos personagens históricos, a partir de suas ações documentadas.

Percebe-se que, mesmo após circunstâncias desfavoráveis, metodistas estadunidenses permaneceram em Passo Fundo, administrando a escola. Os caminhos educacionais trilhados por eles estão demarcados, temporalmente, neste texto, pela fundação do IE, em 1920, e pela aposentadoria de seu ilustre diretor, William Richard Schisler (1889-1971), no final de 1957, período em que o educandário foi comandado predominantemente por estadunidenses.

4 *O Nacional* é um jornal passo-fundense fundado em 1925, adquirido no final da década de 1930 por Múcio de Castro (1915-1981). Posteriormente, Castro tornou-se deputado estadual pelo PTB (1955-1959).

5 Este artigo procura se desenvolver a partir dos procedimentos descritos por Luca (2008, p. 142) sobre a pesquisa histórica por meio de periódicos, considerando a multidisciplinaridade, evidenciando o caráter dos veículos de imprensa empregados como fonte e os dados por eles apresentados. No entanto, tende-se a privilegiar a interpretação do discurso e/ou a obtenção e a apresentação do conteúdo, em detrimento de uma análise mais quantitativa das informações, modelo comum entre historiadores. Isso também ocorre em razão das múltiplas fontes complementares utilizadas ao longo da redação do artigo.

Este artigo também visa evidenciar pontos cruciais prévios da experiência metodista no município, como a parceria entre Jerome Walter Daniel (1884-1955) e Mary Elizabeth Decherd (1874-1954) e as construções dos edifícios-sede da instituição. Pontuada por três atos, a interação e conexão entre brasileiros e estadunidenses se fez em prol do ensino e em nome da fé metodista em Passo Fundo.

1 A Igreja Metodista: das origens à chegada ao Brasil

Para compreender o desenvolvimento da iniciativa educacional metodista, a ação de suas lideranças em Passo Fundo e a conexão entre a missão, o município sul-rio-grandense e o estado do Texas, nos Estados Unidos, faz-se necessário traçar um breve histórico sobre a própria Igreja Metodista, desde sua fundação até sua chegada ao Rio Grande do Sul.

O metodismo é uma corrente religiosa protestante surgida por intermédio de reuniões de acadêmicos da Universidade de Oxford, na Inglaterra, realizadas entre 1729 e 1735 (NASCIMENTO, 2003, p. 94). Seus principais expoentes foram os irmãos John Wesley (1703-1791) e Charles Wesley (1707-1788), mais tarde ordenados pastores anglicanos, e George Whitefield (1714-1770), que romperia com o movimento em 1741. Nos encontros, os estudantes realizavam estudos bíblicos, a fim de reforçar suas práticas cristãs.

O movimento "ganhou o nome de 'metodista' pela característica de sistematização e organização em sua vida intelectual, espiritual e devocional ao cristianismo" (FONSECA, 2009, p. 76). Naquele período, a influência do Iluminismo era predominante no âmbito universitário inglês. Com isso, o metodismo buscou reunir "de uma só vez disciplina metódica e espiritualidade, racionalidade e emocionalidade, ciência e religião" (NOVAES, 2003, p. 107).

O aperfeiçoamento dos estudos religiosos junto ao ambiente universitário paulatinamente começou a atingir novos públicos, como operários da Inglaterra em plena Revolução Industrial. Por meio de sua proposta de avivamento do anglicanismo, o metodismo se utilizou de pregações em locais diferenciados, a exemplo de logradouros públicos. Os metodistas preconizam a fé esclarecida como um dispositivo de alcance social, reforçado pela prática educacional (ESCOTT; POLIDORI, 2010, p. 127).

A fé protestante se desenvolveu no território britânico em 1534, quando Henrique VIII (1491-1547) rompeu relações com a Igreja Católica e fundou a Igreja Anglicana. Suas colônias do norte da América também receberiam influências do modelo cristão inglês. Ao mesmo tempo, outras

vertentes cristãs se destacavam na Europa e encontrariam possibilidades de estabelecimento no território que viria a compor os Estados Unidos.

Trata-se de uma prática comum entre os protestantes o incentivo à alfabetização e ao estudo, a fim de facilitar a leitura e a interpretação da Bíblia. Graças a isso, nos Estados Unidos, houve grande preocupação, desde o século XVII, com o estabelecimento de escolas primárias, a fim de que todos pudessem ler e escrever (KARNAL, 2016, p. 48). Havia também possibilidade de um grupo considerado como "eleito" se voltar ao ensino superior. A primeira universidade fundada nas Treze Colônias, Harvard, foi constituída em 1636 (KARNAL, 2016, p. 50).

Com os metodistas, o primor pelo ensino não foi diferente. "John Wesley considerava que a educação e a atividade religiosa deveriam caminhar lado a lado, como algo inseparável" (SATHLER; BARROS, 2017, p. 158). Dessa maneira, em 1748, fundou a primeira escola na Inglaterra de orientação metodista, a *Kingswood School*, guiando-se no "propósito de forjar cristãos" (BARBOSA, 2003, p. 129). Wesley ainda defendia a relação entre a instrução e uma série de princípios, como a autodisciplina, a ética do trabalho e a promoção do conhecimento, em paralelo com as práticas e a vivência cristãs (SATHLER; BARROS, 2017, p. 159).

O metodismo não tardou em se estabelecer no território estadunidense, onde encontrou maior chance de se firmar como uma igreja independente, no final do século XVIII. A Igreja Metodista Episcopal tornou-se assim, a primeira iniciativa autônoma da corrente religiosa. Essa não era a meta original dos Wesley, que permaneceram filiados à Igreja Anglicana até o fim de suas vidas e buscavam reformá-la, mas se tornou um processo natural, devido a questões nacionais do país norte-americano, pós-independência (NOVAES, 2003, p. 108).

Um dos principais conceitos ligados ao metodismo se refere à conversão ao cristianismo por meio das práticas. De tal modo, não apenas membros do clero se configuram como evangelizadores, mas também leigos são valorizados no processo. Tudo isso contribuiu para a organização de missões envolvendo pessoas engajadas nas causas pertinentes, almejando-se a ampliação da atuação religiosa e educacional em novos territórios (NASCIMENTO, 2003, p. 95).

O projeto missionário metodista estadunidense trazia em si não apenas a essência das ideias wesleyanas, mas também a visão de mundo dos habitantes daquele país, especialmente após meados do século XIX, inspirando-se em valores pregados internamente, sistematizados pelo Destino

Manifesto[6], que atribuía àquele povo, o papel de eleito à transformação do mundo (CÉSAR, 2003, p. 65).

Em 1836, fundamentou-se a primeira entrada da religião no Brasil, a fim de instituir uma obra no país. Igualmente, outros países latino-americanos receberam membros do movimento religioso. A efêmera experiência foi encerrada seis anos mais tarde em toda a América Latina, devido a dificuldades pessoais dos missionários e limitações de recursos e créditos financeiros (LIMA E SILVA, 2006, p. 89).

Em 1844, divergências ideológicas causaram a cisão da Igreja Metodista Episcopal em dois ramos, ao sul e ao norte dos Estados Unidos. O principal motivo da divisão se deu pela não aceitação do escravismo por bispos do norte do país, enquanto na porção meridional a prática era comum (MEDEIROS, 2007, p. 68)[7]. A Guerra de Secessão, que separou ideologicamente os Estados Unidos entre 1861 e 1865, encontraria a mesma justificativa entre a população.

O cenário bélico e a derrota do sul no conflito causaram a emigração de inúmeros estadunidenses a outros países americanos. Entre eles, o metodista Junius Eastham Newman (1819-1895), que assumiu a responsabilidade de reintroduzir a missão religiosa de sua fé no Brasil, fixando-se a partir de 1867 no interior do estado de São Paulo. Newman foi o precursor de obras religiosas e educacionais naquela região, organizando-as dentro de um panorama de limitações após 1871 (MEDEIROS, 2007, p. 69).

Em 1876, John James Ransom (1853-1934), também oriundo dos Estados Unidos, muda-se para o Brasil em missão, amplificando a experiência metodista no país, que ganhou planejamento e possibilidades de expansão (LONG, 1968). Ransom se radicou na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, fundando nela uma igreja dois anos após sua chegada (MEDEIROS, 2007, p. 69).

Enquanto a missão da Igreja Metodista Episcopal do Sul aos poucos se fixava em território brasileiro, a Igreja do norte se responsabilizou pelos países latino-americanos de língua espanhola, a exemplo de Argentina e

6 A doutrina filosófica e política do Destino Manifesto, propagada especialmente durante o século XIX, envolve a crença de que os habitantes dos EUA compõem um povo eleito por Deus para o desenvolvimento da civilização no mundo. Seus fundamentos são essencialmente econômicos e religiosos. Com isso, exaltam-se suas virtudes e propagam-se ações, algumas vezes baseadas na conquista territorial, conforme visto no expansionismo à oeste realizado naquele país no período.

7 A Igreja do norte, referida neste texto em diversas ocasiões, seguiu se chamando Igreja Metodista Episcopal. A variante ao sul adotou o nome de Igreja Metodista Episcopal do Sul. A separação entre as igrejas nos Estados Unidos durou até 1939. A partir de 1968, ao se fundir com outra denominação, passou a ser conhecida naquele país como Igreja Metodista Unida.

Uruguai. A organização situada neste último país, com influências sul-rio-grandenses e, com o apoio de Ransom, foi a responsável pela introdução da religião no Rio Grande do Sul.

2 Obra educacional e religiosa metodista no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a chegada oficial do metodismo foi em 1885, por uma missão uruguaia. O médico e pastor missionário nascido em Jaguarão/RS, João da Costa Corrêa[8], acompanhado de sua família, e a jovem professora uruguaia, Carmen Chacon (1869-1889), deram atenção às questões religiosas e educacionais em Porto Alegre/RS, considerando os pensamentos arraigados no ideário metodista, atentando-se ao ensino de mulheres e das classes sociais mais baixas (FONSECA, 2009, p. 79). Pela iniciativa de Corrêa e Chacon, criou-se o Colégio Evangélico Misto nº 1, que se converteria no atual Colégio Metodista Americano, obra pioneira da Igreja Metodista no estado no campo educacional (ALMEIDA, 2013, p. 271).

A corrente religiosa em 1885 não era propriamente uma novidade no Rio Grande do Sul. Desde anos antes, o próprio Corrêa realizou intervenções em visitas esporádicas a inúmeras localidades, onde se ocupou de pregações e distribuição de Bíblias. Seu trabalho evangelístico impressionou J. J. Ransom, em passagem pelo Rio Grande do Sul, em 1877. No estado, "os interesses comuns de expansão da causa metodista levaram a que as duas igrejas americanas se unissem e implementassem a difusão de seu credo" (MEDEIROS, 2007, p. 72). Os metodistas do sul dos Estados Unidos ganharam a exclusividade sobre a missão brasileira em 1899, através de um acordo com os nortistas, que cederam suas propriedades e obras. Em 1900, o ato foi formalizado pela Conferência Anual Brasileira da Igreja Metodista (LONG, 1968).

As primeiras iniciativas metodistas em Passo Fundo deram início em 1902, quando o Reverendo James Milas Terrell (1868-1943), pastor estadunidense radicado em Cruz Alta/RS, passou a realizar visitas periódicas ao município. Rapidamente, a fé metodista conquistou adeptos, sendo notoriamente apoiada por protestantes originários de outras regiões e por membros da Maçonaria (CARDOSO, 2001, p. 64).

Tal situação desagradou a Igreja Católica, que viu sua rival conquistar novos fiéis entre destacados membros da sociedade, em um panorama desfavorável a ela mesma. Se até 1889, no Brasil Império, a Igreja de Roma era considerada como oficial, a partir da Proclamação da República passou a disputar a preferência popular com outras denominações cristãs. Ao mes-

8 Não são conhecidas com precisão suas datas de nascimento e falecimento.

mo tempo, a postura de líderes católicos no embate contra maçons e protestantes desfavorecia e desgastava a Igreja Católica. Assim, para sustentar seus ideários, levantaram teorias e promoveram ataques a seus concorrentes, que, unidos, se defendiam e contra-atacavam (MEDEIROS, 2007, p. 84-86).

Em setembro de 1911, o Reverendo Antônio Patrício Fraga (1880-1955) foi designado para residir no município. O estabelecimento de um pastor faria com que a religião ganhasse maior chance de se difundir entre os cidadãos passo-fundenses. Em abril de 1912, sua congregação contava com 24 membros, número que ascendeu com o passar dos anos (MEDEIROS, 2007, p. 102). A forma de atuação dos metodistas permitia pregações e ações fora dos templos, método fortemente utilizado ao longo do tempo.

A presença do Reverendo Jerome Walter Daniel, a partir de 1915, tornaria maior a atuação da organização religiosa, favorecendo a obtenção de objetivos mais amplos. Doravante, caracteriza-se o primeiro ato do desenvolvimento da obra educacional metodista: a parceria entre J. W. Daniel[9], Mary Elizabeth Decherd e os universitários metodistas texanos.

3 J. W. Daniel e Mary E. Decherd: missionários pelo metodismo passo-fundense

Candidato ao trabalho missionário, Jerome Walter Daniel, um dos onze filhos de uma família residente em uma área proeminentemente rural do estado do Texas, converteu-se ao metodismo em 1908, durante sua graduação, realizada na Universidade do Texas[10]. Uma vez formado, buscou capacitação em um seminário, ligado à Universidade Vanderbilt[11], para se tornar pastor, tomando contato com o estudo de novos idiomas (SLEDGE, 2006, p. 6).

9 Optou-se neste trabalho por utilizar a forma mais comum de abreviação de nomes entre as fontes pesquisadas, principalmente quando houver referência a Jerome Walter Daniel. No caso, ele será diversas vezes apresentado como J. W. Daniel, e não apenas Daniel, para evitar confusões com outros membros da religião, sobretudo com Daniel Lander Betts, seu sucessor na obra passo-fundense.

10 A *University of Texas* é uma instituição de ensino superior pública estabelecida em 1883 na cidade texana de Austin, EUA. Atualmente, é designada como *University of Texas at Austin*. Muitos símbolos empregados pelo Instituto Ginasial desde sua fundação foram inspirados naqueles utilizados por essa universidade, a exemplo do brasão e do lema, *Disciplina Praesidium Civitatis* (traduzido do latim como "A disciplina é a garantia da civilização").

11 *Vanderbilt University* é uma instituição de ensino superior privada sediada em Nashville, Tennessee, EUA, fundada em 1873. A Igreja Metodista Episcopal do Sul participou ativamente de seu conselho administrativo por cerca de quarenta anos, desligando-se das funções em 1914.

No decorrer de seus estudos evangelísticos, interessou-se pelo trabalho missionário da Igreja Metodista, àquela altura realizado em várias partes do mundo. Entretanto, para participar das missões, o jovem pastor precisava apresentar ao órgão interno que regulava a escolha dos trabalhadores, o nome de três pessoas como referência. Escolheu dois pastores com os quais teve contato durante sua formação e sua ex-professora, Mary Elizabeth Decherd (SLEDGE, 2006, p. 6).

Mary Elizabeth Decherd era professora de Matemática na Universidade do Texas. Graduou-se em 1892, concluindo sua formação complementar em 1897, por sua *alma mater*. Sua família se destacava na área da medicina e da educação (THE DECHERDS..., 1963, p. 31). Tornou-se uma liderança no meio acadêmico, atuando também em obras cristãs na Igreja Metodista Universitária[12].

Edmund Francis Cook (1867-1957) era, naquele momento, secretário de relações exteriores das missões da Igreja Metodista Episcopal do Sul. No encargo de suas atividades, Cook enviou uma carta a Decherd, em janeiro de 1914, perguntando sobre o caráter de seu ex-aluno e seu potencial para a função missionária. A professora o descreveu como uma pessoa exemplar, dotada de bom senso, firmeza, equilíbrio e calma, entre outros predicados. Com a contundente recomendação, J. W. Daniel foi efetivado, iniciando sua preparação específica (SLEDGE, 2006, p. 6).

Ao ser informado de que passaria a atuar no Colégio União, em Uruguaiana/RS, J. W. Daniel iniciou uma campanha de arrecadação de fundos para viabilizar sua viagem e permanência no Brasil. A Junta de Missões delegou 750 dólares ao pastor para seu sustento no primeiro ano de trabalho. O número 750 fazia alusão ao número de estudantes metodistas matriculados na Universidade do Texas naquele ano. Com um dólar doado por cada um, o sustento básico do Reverendo se garantiria (SLEDGE, 2006, p. 7).

Ao chegar ao Brasil, residiu por curto período em Uruguaiana, atuando no educandário adquirido pelos metodistas em 1908. A referida escola foi fundada em 1870 e administrada por Aleixo Vicente Vurlod (1837-1910), um francês protestante de outra denominação (STABILE; TIMM, 2007, p. 41). Com a compra, a atuação educacional da Igreja Metodista se daria em dois extremos geográficos distintos dentro do Rio Grande do Sul – Porto Alegre e Uruguaiana.

Em 1915, J. W. Daniel foi transferido para Passo Fundo, cidade onde desenvolveu sua obra mais concreta, tanto do ponto de vista religioso como

12 Congregação metodista estadunidense, muito próxima da Universidade do Texas, tanto em localização como em ação.

do educacional. Naquele ano, uma assembleia realizada em setembro sustentou a necessidade de que todos os locais atendidos pela Igreja Metodista no Rio Grande do Sul contassem com escolas paroquiais de ensino primário, coordenadas por seus membros (MEDEIROS, 2007, p. 100).

Mary Decherd continuou a colaborar com a missão de J. W. Daniel, adquirindo um papel fundamental para a concretização das ações que viriam a ser realizadas nos anos seguintes. A professora motivou a *University of Texas Epworth League*[13], um grupo de jovens metodistas, a se engajar em uma campanha para arrecadação de donativos, possibilitando financeiramente, dessa forma, o trabalho da Igreja em Passo Fundo. O dinheiro angariado entre estudantes metodistas texanos foi empregado no aperfeiçoamento da obra religiosa passo-fundense e em seus desdobramentos na área do ensino (SLEDGE, 2006, p. 8).

Um dos principais frutos da parceria entre o pastor e a professora foi a construção do templo de alvenaria da Igreja, em terreno localizado na Avenida Brasil, esquina com a Rua Bento Gonçalves, no centro da cidade. O referido lote era propriedade da Igreja Metodista desde setembro de 1909, tendo sido concedido pelo intendente municipal, Gervásio Lucas Annes (1853-1917), expoente da Maçonaria (KRAMER; WAIHRICH, 2007, p. 41). No entanto, houve certa dificuldade em erguer o templo pela ação local. As somas cada vez mais expressivas oriundas dos universitários texanos viabilizaram a edificação da sede da Igreja (SLEDGE, 2006, p. 10).

Considerando a proeminência do debate educacional na essência da Igreja Metodista, havia a necessidade de desenvolver em Passo Fundo, uma obra voltada ao ensino. Diferentemente do que ocorria nos Estados Unidos, o município contava com uma estrutura incipiente na área da educação básica. As iniciativas mais relevantes datavam do final do século XIX, quando professores independentes montaram salas de aula autônomas para ensinar estudantes que nelas se matriculavam (GEHM, 1976, p. 17).

A ação pública era consideravelmente precária, desenvolvendo-se mais firmemente de forma tardia, a partir dos primeiros anos do século XX. Apenas em 1911, o primeiro colégio público, denominado Colégio Elementar[14], começaria a se organizar, ganhando sua sede própria vários anos

13 De acordo com Eula Kennedy Long (1968), as Ligas Epworth foram criadas em 1889 nos Estados Unidos, a fim de unificar a ação de grupos de jovens metodistas. Dividem-se em quatro departamentos: literário, missionário, devocional e social. O nome da organização alude à terra natal dos irmãos Wesley, na Inglaterra, a cidade de Epworth. Essa configuração de campanha, junto a grupos internos da Igreja, para fins arrecadatórios tornou-se comum no auxílio das missões, especialmente após a iniciativa de Decherd.

14 Atual Escola Estadual de Ensino Médio Protásio Alves, localizada na Avenida Brasil, centro de Passo Fundo, em frente à Praça Ernesto Tocchetto.

depois. Outras ações educacionais, de cunho confessional católico, se mostraram efêmeras. Havia uma sensível dificuldade em consolidar, por meios comuns, qualquer disposição a respeito do tema (GEHM, 1976, p. 19).

Os filhos das classes mais altas eram habitualmente enviados para estudar em grandes centros, como Porto Alegre. As poucas vagas no setor público atendiam especialmente aos imigrantes, tornando-se altamente seletivas, excluindo grupos étnicos, como indígenas, afrodescendentes e caboclos, que ficavam desprovidos de oportunidades de ascensão e instrução (ROSSO; SIQUEIRA, 1998, p. 94).

Naquele período, Passo Fundo era territorialmente extensa, englobando em seu mapa político grande quantidade de localidades que viriam, durante o século XX, a se tornar novos municípios (ROSSO; SIQUEIRA, 1998, p. 92). A distância expressiva entre esses povoados e a sede e as dificuldades logísticas entre o munícipio e a capital, Porto Alegre, também eram apontados como empecilhos contundentes ao seu desenvolvimento econômico e social. Apesar disso, Passo Fundo era considerado um município em pleno crescimento.

Diante de todos esses fatores, a municipalidade começava a se preocupar com o cenário caótico que envolvia a baixa oferta de ensino local. Ciente das experiências de sucesso metodistas em Porto Alegre e em Uruguaiana, a Câmara Municipal do município articulou a doação de um terreno à Igreja Metodista, a fim de que nele se construísse uma escola que servisse de modelo a todas as demais que viessem a ser instaladas no futuro em Passo Fundo (NASCIMENTO, 1992, p. 54).

O lote doado pelo município abrigava até então a Praça Boa Vista. Era um local tido como distante do núcleo central, à beira da zona urbana. Apesar disso, a chance de edificar um robusto complexo escolar vinha ao encontro da ideia inicial de J. W. Daniel, que havia imaginado, dentro de suas possibilidades, a instalação de uma simples estrutura de escola paroquial, seguindo a recomendação de sua Igreja. A trajetória do Instituto Ginasial de Passo Fundo se iniciou em 15 de março de 1920.

J. W. Daniel estava, a partir de então, frente a um novo desafio: viabilizar a edificação da nova estrutura escolar e corresponder às expectativas do poder público e de sua Igreja. Para isso, mais uma vez a ação de Mary Decherd se fez fundamental, angariando junto aos estudantes texanos donativos que serviriam ao erguimento dos prédios escolares. O Instituto funcionou inicialmente em estrutura provisória de madeira, nos fundos do templo metodista central (NASCIMENTO, 1992, p. 54).

A meta foi alcançada e as construções se iniciaram dentro do tempo esperado pela municipalidade e pelos metodistas. Assim, concluiu-se a

missão de J. W. Daniel em Passo Fundo, que se transferiu durante o ano de 1921 para Cruz Alta, na companhia de sua esposa, a professora metodista Maggie Lee Kenney Daniel (1886-1964), após uma curta licença. A missionária também possuía sensível atuação junto à iniciativa escolar de sua Igreja, pois, antes de seu casamento, em 1917, trabalhou por longo período como docente em Porto Alegre no Colégio Americano.

A transferência de J. W. Daniel foi interpretada como um ato de reconhecimento às suas ações em Passo Fundo, pois naquele momento Cruz Alta era a sede do distrito metodista. Sua influência presbiteral, assim, se daria de maneira mais relevante naquela organização. Em pouco tempo, o pastor alcançou novas missões no Rio Grande do Sul, permanecendo no Brasil até 1936, quando retornou a seu país de origem, inicialmente para um período de licença, posteriormente convertido em transferência definitiva (JAIME, 1963, p. 165). A ausência direta de J. W. Daniel não desmotivaria os esforços de Mary Decherd, cada vez mais ativos apesar dos desafios que se apresentariam. A emergência de novas lideranças marcou o segundo ato da conexão entre Passo Fundo e o Texas.

4 Novos missionários e as transformações nas relações Texas-Passo Fundo

Com a promoção de J. W. Daniel, um novo pastor foi delegado ao cuidado da Igreja Metodista de Passo Fundo, o Reverendo Daniel Lander Betts (1887-1965). Betts concomitantemente assumiu a direção do novo educandário e a condução das construções que se iniciavam. Fannie Virginia Scott Betts (1896-1983), sua esposa, conhecida como Francisca Betts, trabalhou na escola em várias funções, destacando-se como professora do jardim de infância (CORPO..., 1928).

Àquela altura, era necessário encaminhar a construção da escola, considerando prazos legais oriundos da doação e a observação dos alunos texanos, que estavam diretamente interessados na conclusão dos prédios. D. L. Betts, que era natural do estado da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, superou adversidades e imprimiu um tom pessoal ao andamento das obras (GEHM, 1976, p. 24).

O acompanhamento das atividades pelos acadêmicos metodistas texanos e demais interessados nos frutos das missões no Brasil foi através do mensário *The Missionary Voice*, veículo de imprensa oficial da Igreja Metodista Episcopal do Sul, publicado nos Estados Unidos, dedicado às informações sobre o trabalho missionário ao redor do mundo.

Por meio desta publicação, obtêm-se dados referentes às visitas em

1922 de autoridades da Igreja a Passo Fundo, como os bispos John Monroe Moore (1867-1948) e Hoyt McWhorter Dobbs (1878-1954). As lideranças também visitaram outras cidades sul-rio-grandenses, como Santa Maria/RS, onde igualmente eram construídas estruturas escolares[15]. O informativo descreve que as ações brasileiras deixaram impressões positivas nos bispos (BISHOP..., 1922, p. 291).

No ano seguinte, quem visitou o Instituto Ginasial, já construído e em pleno funcionamento, foi Mary Decherd. A educadora texana registrou suas apreciações sobre a cidade, na edição de novembro de 1923, de *The Missionary Voice*. Durante os três meses em que passou por várias cidades brasileiras, Decherd salientou a hospitalidade de seus anfitriões, afirmando que se sentiu em casa, diante, especialmente, das semelhanças entre Passo Fundo daquele período e o Texas, confirmadas por uma fotografia tirada do topo do edifício principal do educandário (DECHERD, 1923, p. 330). Com isso, buscava persuadir o leitor quanto à importância da sequência da campanha.

Entre o final de 1922 e o início de 1923, duas imponentes construções de alvenaria passaram a fazer parte do cenário urbano do bairro Boqueirão, em Passo Fundo. O Prédio Texas, de frente para a Avenida Brasil, recebeu a estrutura administrativa, como a direção, a secretaria e a biblioteca, um auditório e as salas de aula. O nome faz menção ao engajamento universitário texano pela obra. O segundo prédio era localizado na Rua Paissandu, esquina com a Rua Coronel Miranda, nos fundos da escola e sediou o internato masculino, sendo denominado Prédio Daniel, em homenagem a seu fundador e primeiro diretor, J. W. Daniel (GEHM, 1976, p. 24)[16].

Daniel Lander Betts, ao assumir a dianteira da escola, implantou vários recursos pioneiros naquele que deveria servir de exemplo às ações educacionais futuras. Para minimizar a distância entre o educandário e o centro da cidade, o Reverendo fez circular por muitos anos uma diligência, espécie de carruagem, para o deslocamento de alunos e professores entre os dois pontos. Sua ideia é considerada a primeira iniciativa em prol do transporte escolar em Passo Fundo (GEHM, 1976, p. 28).

The Missionary Voice também apresentava notícias traduzidas do

15 Em Santa Maria, foi fundado o Colégio Metodista Centenário. Em Porto Alegre, além do Colégio Americano, foi construído o Porto Alegre College, atualmente denominado Centro Metodista Universitário IPA – Instituto Porto Alegre. O prédio principal do IPA apresenta semelhanças com o Prédio Texas, erguido em Passo Fundo na mesma época.

16 O terreno onde se encontrava o Prédio Daniel foi adquirido pelos metodistas em 1921 (INSTITUTO..., 1942, p. 2). A edificação foi destruída em 21 de julho de 1994 por um incêndio (INCÊNDIO..., 1994, p. 1).

português para o inglês, fundamentadas em informações publicadas pela imprensa local, especialmente nos jornais *A Época* e *A Voz da Serra*[17]. Por meio do mensário, é possível descobrir que as missões conquistaram muitos jovens metodistas estadunidenses, muitos deles interessados em atuar na escola passo-fundense. Destacamos dois deles, que ocuparam a chefia do educandário: Charles Herbert Marshall (1897-1965) e Eugene Chesson (1897-1967).

Charles Herbert Marshall foi diretor do Instituto Ginasial a partir de 1925, sendo o primeiro missionário leigo a desempenhar o cargo. Sua formação acadêmica, assim como a de J. W. Daniel e a de vários outros professores que passaram pelo Instituto, deu-se através da Universidade do Texas. Cumpriu sua missão acompanhado por sua esposa, Bernice Earl Hall Marshall (1899-1996), também professora. Em sua chegada, a escola fundada cinco anos antes contava com 138 alunos e 66 alunas (MEDEIROS, 2007, p. 118).

O educador prestou seu serviço missionário como diretor até meados de 1927. Pouco se sabe sobre sua vida subsequente. Em abril daquele ano, *The Missionary Voice* publicou um artigo de sua autoria, no qual detalha a situação da escola no final de 1926 e como ela vinha se adaptando às leis educacionais brasileiras, que exigiam exames de admissão para alunos e inspeções públicas periódicas.

Conforme C. H. Marshall[18] (1927, p. 101), a aprovação nas inspeções governamentais foi um "grande passo" para a escola. O diretor informou aos leitores do periódico que o reconhecimento recebido parecia ter "um grande peso para o povo em geral". Em razão disso, a escola recebia "pedidos de informações de todos os lados", especialmente sobre formas de ingresso de novos estudantes. O Instituto Ginasial era, de acordo com o missionário, a única escola em um raio de duzentas milhas[19] a conquistar tal feito (MARSHALL, 1927, p. 101).

Seu texto, que se inicia com uma nota do editor a respeito do papel de Mary Elizabeth Decherd no processo de criação da escola, ainda conta com uma fotografia dos alunos, funcionários e professores, posando em frente à edificação principal. "Nenhum projeto em nossa história missionária mostrou-se tão bonito quanto o movimento direcionado ao Brasil, efetuado pelos estudantes metodistas do Texas", descreve o epílogo que complementa a carta do diretor (MARSHALL, 1927, p. 101).

17 *A Voz da Serra* foi um jornal que circulou entre 1916 e 1923 e entre 1924 e 1925 em Passo Fundo. Já *A Época* circulou no município entre 1921 e 1924.

18 Nas citações de C. H. Marshall, traduções nossas.

19 Medida equivalente a cerca de 322 quilômetros.

Já Eugene Chesson, missionário nascido no estado da Carolina do Norte, Estados Unidos, assumiu os trabalhos de diretoria em 1929. Há poucos registros públicos sobre sua atuação, muito em razão da transição da religião no Brasil. Mary Josie Foy Chesson (1897-1990), sua esposa, também lecionou no educandário. Durante sua gestão, começou a despontar a firme liderança de um novo missionário leigo, William Richard Schisler, nomeado seu assistente e vice-diretor.

Apesar dos esforços de Decherd na causa passo-fundense, no final da década de 1920, uma série de dificuldades alterou o panorama da relação Texas-Passo Fundo. O país estadunidense começava a sentir os primeiros efeitos da crise financeira que culminou na quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. As autoridades metodistas envolvidas na missão comunicaram à engajada professora universitária que já não era possível contar com os abundantes donativos (SLEDGE, 2006, p. 14).

Ciente do contexto econômico nacional, a direção da Igreja Metodista Universitária retirou seu apoio à ação da liga orientada por Decherd. Mesmo sob protestos, a professora voltou-se às missões da igreja local. Seu recolhimento não minimizou o fato de a educadora ter promovido, ao longo de cerca de quinze anos, o desenvolvimento da missão metodista em Passo Fundo, com seu poder de persuasão e disposição ao trabalho (SLEDGE, 2006, p. 15).

Os efeitos da crise financeira fizeram também com que muitos missionários, interessados em períodos de licença, tivessem dificuldades para viajar de volta ao país de origem. Caso conseguissem regressar, encontrariam empecilhos para retomar seus trabalhos nos países onde desempenhavam suas missões, tendo, algumas vezes, de renunciar a suas funções. As restrições econômicas impostas motivaram a volta definitiva aos Estados Unidos de vários religiosos e leigos, lotados no Brasil e em outros países (SLEDGE, 2006, p. 13). Ao mesmo tempo, muitos resolveram ficar no país sul-americano, estabelecendo-se sob um novo contexto.

Naquele momento, igualmente, começava a se desenhar uma nova configuração para a Igreja Metodista no Brasil. Em busca de autonomia desde muitos anos antes, a organização religiosa brasileira se emancipou da igreja estadunidense em 02 de setembro de 1930. Com isso, as lideranças que comandariam a Igreja e as obras metodistas a partir de então residiriam no Brasil. Não havia mais dependência de conselhos ou comandos oriundos da sede, nos Estados Unidos (LONG, 1968).

Apesar das adversidades, o Instituto Ginasial contou com diretores e professores de origem estadunidense ao longo dos anos que se seguiram aos eventos emancipatórios. As missões não se encerraram com a autono-

mia, apenas diminuíram suas proporções. Essa modificação nas relações ficaria clara junto ao terceiro período de destaque da história da escola: a condução de William Richard Schisler ao cargo de diretor.

5 William Richard Schisler e a consolidação do educandário

Apesar da influência texana ter sido drasticamente diminuída com as transformações apresentadas nos contextos nacional, internacional e interno da Igreja, os estadunidenses, em geral, seguiram trabalhando intensamente na obra educacional de Passo Fundo, ditando seu destino a partir de suas experiências, nos anos seguintes aos eventos anteriormente descritos.

Considerando desde a fundação da escola até a atualidade, nenhum diretor superou a marca de permanência de William Richard Schisler. Missionário leigo, nascido no Arkansas, nos Estados Unidos, Schisler se transferiu ao Brasil em 1921, na companhia de sua esposa, Frances Purcell Schisler (1889-1983) (FALECEU..., 1971, p. 6). Assim como ocorrido com J. W. Daniel, sua primeira experiência no país se deu em Uruguaiana, onde desempenhou o cargo de diretor do Colégio União. Em 1929, foi nomeado para trabalhar em Passo Fundo, como vice-diretor no Instituto Ginasial, assumindo a nova incumbência no ano seguinte.

A partir de 1933, após o retorno de Eugene Chesson a seu país de origem, W. R. Schisler assumiu a direção do educandário, cargo que ocupou até 1957, com breves licenças e viagens ligadas à Igreja Metodista. O desempenho do professor na função – bem como seu amplo interesse em ações da sociedade local – o tornaria marcante entre todos os educadores que estiveram à frente do Instituto. A história de Schisler e a do Instituto se entrelaçaram, sendo difícil dissociá-las.

O tratamento pessoal e a posição de evidência dos diretores do educandário não eram nenhuma novidade no contexto, conforme salientam anúncios e notícias de jornais da época. No entanto, com William Richard Schisler, a situação foi consideravelmente especial. Seu aniversário, em 19 de maio, tornou-se motivo de saudação, com a realização de campeonatos esportivos e festividades. Em 1932, quando ainda ocupava a vice diretoria, por exemplo, a data foi saudada com uma partida de basquete (VIDA..., 1932).

Desde seus primeiros momentos, os alunos do Instituto Ginasial participavam de competições esportivas e treinamentos, nos muitos campos disponíveis junto à estrutura escolar. Em 1934, foi inaugurado um ginásio de madeira para as referidas práticas. O pavilhão recebeu o nome de W.

R. Schisler e estava localizado nos fundos do Prédio Texas. Demolido durante a década de 1970, substituído por estrutura de alvenaria estabelecida em 1981, continua a homenagear seu ilustre comandante (NASCIMENTO, 1992, p. 54).

A escola, além de consolidada no cenário educacional privado da cidade, ganhava visibilidade nacional, através de reportagens em revistas, como *A Noite Ilustrada*[20], publicada na capital federal, Rio de Janeiro, onde se podiam ver fotos do educador como uma personalidade de destaque. Ao se colocar no papel de um turista que entra pela primeira vez em Passo Fundo, segundo a revista:

> O observador é dominado pelo desejo de visitar, de olhar de perto, de conhecer nos seus detalhes essa modelar organização de ensino que é o Instituto Ginasial de Passo Fundo, cujo reitor é o Sr. William Richard Schisler, estimada e austera figura de mestre, permanentemente interessado na solução do nosso ainda um tanto grave problema educacional (INSTITUTO..., 1942, p. 2).

Mesmo nos períodos de ausência, o casal Schisler era recordado pela imprensa e pela sociedade. Em 1944, por exemplo, quando estava a cargo de uma missão em Uruguaiana, seu aniversário foi mencionado no jornal *O Nacional*. No início de 1952, prestes a tirar um ano de licença, ocasião em que seria substituído por Daniel Lander Betts, sua despedida rendeu menções públicas e jantares de despedida (BRILHANTE..., 1952, p. 5). Já em 1966, o educador foi recordado novamente em sua data natalícia, salientando-se a troca de correspondências entre ele e membros da sociedade civil passo-fundense, uma vez que ele já não morava na cidade (PROF..., 1966, p. 5).

A habilidade de William Richard Schisler como gestor motivaria ainda a instalação de novos cursos junto ao educandário. Em 1943, ano em que a escola adota a nomenclatura Instituto Educacional (IE), por exemplo, conquistou-se o direito de implantar o curso colegial, tornando-se novamente pioneiro entre seus pares no estado (BRASIL, 1943).

Salienta-se que, durante a permanência de Schisler no município, novos estabelecimentos de ensino também se consolidaram em Passo Fundo, tanto pela ação pública, como pela iniciativa religiosa católica. Nem por isso, o protagonismo social do Instituto foi abalado. Pelo contrário, a capacidade administrativa do diretor também seria ovacionada por alunos de outras instituições.

20 *A Noite Ilustrada* foi uma revista semanal ligada ao jornal *A Noite* (1911-1957), publicada no Rio de Janeiro de 1930 até meados dos anos 1950.

Em 1947, o *Jornal do Dia*[21], de Porto Alegre, noticiava a confraternização entre formandos do Instituto Educacional e do Ginásio Nossa Senhora da Conceição, de propriedade dos Irmãos Maristas. Na oportunidade, o professor Schisler foi convidado como homenageado da formatura da turma do educandário católico. Como medida de agradecimento pelo gesto, o educador ofereceu um chá no refeitório do IE aos educandos das duas escolas.

A medida foi exaltada pelo periódico como um "ato pelo fortalecimento da amizade estudantil em Passo Fundo" (CONFRATERNIZAÇÃO..., 1947, p. 6). Conforme salientado anteriormente, havia certa tensão entre as religiões católica e metodista na cidade, desde a instalação da segunda. Os educandários também competiam entre si em vários quesitos, como nos esportes. O gesto de homenagem era, portanto, algo surpreendente no contexto.

A aposentadoria de Schisler, no final de 1957, acarretou no retorno definitivo do professor aos Estados Unidos. Em reconhecimento a seu trabalho e permanência ao longo de quase três décadas em Passo Fundo, a Câmara de Vereadores lhe conferiu o título de cidadão passo-fundense (PROF..., 1958, p. 5). Da mesma forma, o deputado estadual Múcio de Castro (1915-1981), também proprietário do jornal *O Nacional*, lhe distinguiu honras, por meio de um elogioso discurso, junto à Assembleia Legislativa, em informação reproduzida pelo *Diário de Notícias*[22] (DIÁRIO..., 1958, p. 6).

Os ex-alunos e colegas de trabalho do professor lhe dedicaram um busto, instalado em frente ao Prédio Texas, onde se lê "A William Richard Schisler. Os professores e ex-alunos perpetuam os traços do homem que simboliza o ideal do educador". Sua esposa, Frances, professora e diretora do Departamento Doméstico da escola, da mesma forma, ganhou reverências internas, ao lado de seu marido, em formaturas ao longo dos anos, e externas, junto às senhoras de rotarianos, que integravam a Casa da Amizade, na ocasião de sua partida (ALVO..., 1958, p. 4)[23]. Em visita ao Brasil, em 1962, igualmente o professor ganhou atenção da imprensa local, em sua curta passagem por Passo Fundo.

21 *Jornal do Dia* foi um periódico publicado em Porto Alegre, de 1947 a 1967, fundado pelo político e pensador católico Armando Pereira da Câmara (1898-1975). Inicialmente um diário, tornou-se semanário em suas últimas edições.

22 *Diário de Notícias* foi um jornal diário porto-alegrense fundado em 1925, adquirido em 1930 pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand (1892-1968). Deixou de circular em 1979.

23 Em paralelo com seu dever de diretor, W. R. Schisler se apresentou como um dos fundadores do Rotary Club na cidade, em julho de 1939. Frances Schisler, por sua vez, foi a primeira presidenta de uma obra assistencial incentivada por rotarianos, a Sociedade de Auxílio à Maternidade e Infância (SAMI) (MESQUITA, 1999, p. 138).

Seu falecimento, em 11 de maio de 1971, treze anos após sua mudança de país, causou comoção entre os meios sociais passo-fundenses. Na ocasião de sua morte, determinada por um acidente vascular cerebral (AVC), William Richard Schisler foi recordado por *O Nacional* por aliar ao seu "espírito de educador uma grande visão comunitária" (FALECEU..., 1971, p. 6).

Da mesma forma, foi rememorado pelo auxílio na criação de uma associação que defendia os interesses dos moradores do bairro Boqueirão e pela doação de terrenos onde se edificaram obras assistenciais, como o Lar da Vovó, localizado no bairro Vila Fátima. Naquele ano, seu filho, William Richard Schisler Filho (1924-1997), conhecido como Dico, era o pastor responsável pela Igreja Metodista de Passo Fundo, recebendo atenções e condolências pelo falecimento de seu pai.

Dias mais tarde, em 19 de maio de 1971, data em que completaria 82 anos, *O Nacional* mobilizou uma campanha, a fim de "perpetuar a memória" do educador, através do nome da praça em frente ao Instituto Educacional. O periódico justifica sua ação pelo auxílio de Schisler na formação "do caráter de muitas gerações" (ASSOCIAÇÃO..., 1971, p. 2). A mobilização foi breve e exitosa, uma vez que o referido logradouro adotou o nome de Schisler a partir de setembro daquele ano[24]. A forma como o educador foi tratado pela imprensa, pela sociedade e pelas instituições reflete sua importância social e enfatiza o protagonismo de sua pessoa diante da instituição fundada pelos metodistas estadunidenses em missão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória metodista no campo da educação em Passo Fundo/RS envolvendo estadunidenses se divide em três momentos cruciais e distintos entre si: primeiramente, a história prévia e a instalação do Instituto Ginasial, com a liderança de Jerome Walter Daniel e apoio de Mary Elizabeth Decherd. Posteriormente, sua viabilização, destacando-se especialmente Daniel Lander Betts e os missionários oriundos do Texas e de outras partes do sul dos Estados Unidos. Por fim, a consolidação definitiva, a cargo da gestão de William Richard Schisler.

24 Destaca-se que a referida praça recebeu inicialmente o nome "Mr. Schisler". Em 1986, o decreto foi atualizado, passando o logradouro a se chamar "Praça William Richard Schisler". Outras homenagens ao educador foram realizadas posteriormente, como a designação de uma rua, no bairro Berthier, e a nomenclatura de um loteamento – Professor Schisler. Em Porto Alegre, há uma escola estadual com seu nome, localizada na Rua Visconde do Herval, 970, bairro Menino Deus.

Quanto ao primeiro ato, a liderança de J. W. Daniel e a parceria de Mary Decherd foram essenciais para construir uma escola naquele contexto. Por mais que professores independentes tivessem atitudes que beneficiassem a educação municipal, o próprio poder público reconhecia suas dificuldades. Nesse quesito, a fé metodista das lideranças religiosas influenciou o porvir, uma vez que a atitude missionária está plenamente ligada ao desenvolvimento dos trabalhos envolvendo o ensino.

A doação pública do terreno no bairro Boqueirão, aliada aos donativos dos acadêmicos texanos foram os elementos-chave para a criação do Instituto Ginasial e sua estruturação. Algo impossível de se imaginar anos antes, quando a cidade sofria com baixos índices de alfabetização. Em poucos anos, cursos técnicos, além do ensino de primeiras letras e do ginásio, também contribuíram para a formação do aluno passo-fundense.

A apresentação metodista de fato satisfez as ambições do poder público, que finalmente conheceu seu tão almejado colégio modelo. Por mais que se diga que o Instituto Ginasial atingiu apenas classes mais abastadas, por se tratar de uma instituição de ensino privado, seu caráter de exemplo motivou as necessárias melhorias que se veriam na sociedade no futuro.

Os prédios Texas e Daniel, dotados "dos mais modernos aparelhamentos pedagógicos", segundo o Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional de Passo Fundo, de 1939, mostravam a imponência da proposta metodista em Passo Fundo. As ideias importadas do país da América do Norte, como a diligência de Daniel Lander Betts, carruagem que enfrentou as ruas de chão batido da sede do município, caracterizavam o múltiplo pioneirismo da instituição.

A confiança da Igreja Metodista em seus missionários serviu para alcançar com largo êxito o objetivo implícito em suas ações, uma vez que os trabalhadores da missão estadunidense estavam motivados por seus ideários religiosos. Finalmente, a liderança de William Richard Schisler serviu para solidificar a obra educacional, sob sua figura e orientação. Entre 1920 e 1957, várias gerações se formaram no Instituto Ginasial/Educacional, construindo seus conhecimentos graças à iniciativa metodista.

Do mesmo modo, a fundação de um educandário de inspiração metodista em Passo Fundo fez com que vários educadores brasileiros tivessem oportunidade de desempenhar suas funções docentes desde os primeiros anos da instituição, ocupando posições internas de destaque, em coordenações, e filiando-se, alguns deles, à própria fé protestante. Junto a eles, professores estadunidenses, como Eula Harper (1887-1956), Raymond Autie Taylor (1897-1981) e Audrey Mariam Burke Taylor (1897-1952), por exemplo, também encontrariam terreno fértil para o exercício do magistério e do metodismo.

Tudo o que foi visto neste artigo, desde a obtenção de informações até a percepção sobre o trabalho dos missionários, pode ser conhecido graças, especialmente, aos veículos de comunicação social, sejam os oficiais da Igreja Metodista Episcopal do Sul, sejam os editados em Passo Fundo ou em outras localidades brasileiras. O uso da imprensa tornou eficaz a sistematização dos dados da escola de existência centenária.

A subjetividade evidente na ação humana influenciou nas publicações dos assuntos nos referidos periódicos. Por essa razão, o historiador deve se amparar em seus critérios de análise e nas renovadoras possibilidades previstas na pesquisa por meio da imprensa, para concretizar com excelência a escrita de um conhecimento histórico que faça a sociedade conhecer e/ou reconhecer sua própria trajetória ao longo do tempo.

Após 1958, o Instituto Educacional entrou em uma nova fase, dessa vez com lideranças brasileiras em seu comando[25]. Mesmo assim, outros missionários provenientes dos Estados Unidos regeriam classes no IE, como o casal Ned Foster Walter (1925-2019) e Beverly Ann Warner Walter (1926-2006), já nas décadas de 1960 e 1970. Ex-alunos, como o brasileiro Eduardo Gustavo Otto (1920-1990), diretor entre 1963 e 1974, também teriam papel primordial na continuidade das atividades escolares.

A própria cidade se transformaria, conhecendo novas configurações de ensino básico e superior. A escola enfrentou momentos de instabilidade e renovação nos tempos porvindouros. Em meio às muitas mudanças, os ecos do passado se fazem presentes na atualidade, por meio do pioneirismo dos fiéis metodistas, do Prédio Texas e da história da instituição em si, eternamente amalgamada pela "Conexão Texas".

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. O Crisol: Periódico das alunas do Colégio Americano (Porto Alegre/RS, 1945-1964). *Hist. Educ. (Online)*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 267-290, maio/ago. 2013.

ALVO de expressiva homenagem de despedida o casal William Schisler. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 06 fev. 1958.

25 Salienta-se que durante as ausências de William Richard Schisler, em períodos de licença ou outras missões, brasileiros comandaram a instituição de maneira interina. Dessa forma, o Reverendo José Pedro Pinheiro acumulou a função com a liderança da Igreja Metodista na cidade, em 1935, e o professor Aurélio Amaral, diretor de um setor do colégio chamado Escola de Comércio, administrou a escola entre 1944 e 1945. Sady Machado da Silva, diretor entre 1958 e 1959, foi, portanto, o primeiro brasileiro efetivo no cargo.

ASSOCIAÇÃO Comercial apoia "Uma Praça Chamada Schisler". *O Nacional*, Passo Fundo, p. 2, 20 maio 1971.

BARBOSA, José Carlos. Encostos ou cabeças de pontes? Aspirações de uma escola metodista. *Revista de Educação do Cogeime*, São Paulo, n. 22, p. 127-140, jun. 2003.

BISHOP John M. Moore returned from Brazil Sept. 7th. *The Missionary Voice*, Nashville, Tenn., p. 291, out. 1922. Disponível em: <http://archives.gcah.org>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 11.471, de 3 de fevereiro de 1943*. Autoriza que o Instituto Ginasial de Passo Fundo, com sede em Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, funcione como colégio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-11471-3-fevereiro-1943-463807-publicacaoorig inal-1-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BRILHANTE a homenagem de despedida do casal Schisler. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 5, 02 fev. 1952.

CARDOSO, Luis de Souza. *Sante Uberto Barbieri*: Recorte biográfico de um imigrante italiano no Brasil meridional e sua inserção no metodismo. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2001.

CÉSAR, Ely Eser Barreto. O projeto de escola metodista confessional sob a luz da espiritualidade wesleyana. *Revista de Educação do Cogeime*, São Paulo, n. 22, p. 59-68, jun. 2003.

CONFRATERNIZAÇÃO dos licenciados do Ginásio N. S. da Conceição e do Instituto Educacional. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 6, 06 dez. 1947.

CORPO Docente do Instituto Gymnasial de Passo Fundo para o anno lectivo de 1928. *O Nacional*, Passo Fundo, 25 jan. 1928.

DECHERD, Miss Mary E. At Home in Brazil. *The Missionary Voice*, Nashville, Tenn., p. 330, nov. 1923. Disponível em: <http://archives.gcah.org>. Acesso em: 19 abr. 2019.

DECHERD, Miss Mary E. Texas Methodist Students Undertake Big Task. *The Missionary Voice*, Nashville, Tenn., p. 140, maio 1921. Disponível em: <http://archives.gcah.org>. Acesso em: 19 abr. 2019.

DIÁRIO da Assembleia: Homenagem a Mr. Schisler. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 3, 16 jan. 1958. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx>. Acesso em: 21 maio 2019.

ESCOTT, Clarice Monteiro; POLIDORI, Marlis Morosini. Avaliação e Inovação com TI no Centro Universitário Metodista – IPA. In: LEITE, Denise (Org.). *Inovação, Avaliação e Tecnologias da Informação*. Porto Alegre: Pacartes, 2010, p. 126-148.

FALECEU, ontem, nos Estados Unidos, o prof. William Richard Schisler. *O Nacional,* Passo Fundo, p. 6, 12 maio 1971.

FONSECA, Denise Grosso da. A educação metodista no Brasil e no Rio Grande do Sul: (re)visitando a história. *Ciência em Movimento,* Porto Alegre, ano 11, n. 22, p. 75-83, 2009/2.

GEHM, Delma Rosendo. *Cronologia do ensino em Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 1976.

GUIA Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional de Passo Fundo. Passo Fundo, 1939.

INCÊNDIO destrói um prédio do IE. *O Nacional,* Passo Fundo, p. 1, 22 jul. 1994.

INSTITUTO Educacional de Passo Fundo. *A Noite Ilustrada,* Rio de Janeiro, p. 17, 19 nov. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx>. Acesso em: 21 abr. 2019.

INSTITUTO Ginasial de Passo Fundo. *A Noite Ilustrada*, Rio de Janeiro, p. 2, 28 fev. 1942. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx>. Acesso em: 21 abr. 2019.

JAIME, Eduardo Mena Barreto. *História do Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.n.], 1963.

KARNAL, Leandro. Educação e Religião. In: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2016, p. 47-51.

KENNEDY, James L. *Cincoenta Annos de Methodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Methodista, 1928.

KRAMER, Mara; WAIHRICH, Lorena Postal. *Arquitetura Urbana de Passo Fundo*: 1865-1965. Passo Fundo: Berthier, 2007.

LIMA E SILVA, Gercymar Wellington. Raízes históricas do metodismo brasileiro. Primeira incursão missionária no Brasil. *Revista Caminhando*, São Bernardo do Campo, v. 11, n. 18, p. 81-90, jul–dez 2006.

LONG, Eula Kennedy. *Do meu velho baú metodista*. São Paulo: Igreja Metodista do Brasil, 1968.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MARSHALL, Mr. C. H. Attention, Texas Methodist Students, Texas Hall, Passo Fundo. *The Missionary Voice*, Nashville, Tenn., p. 101, abr. 1927. Disponível em: <http://archives.gcah.org>. Acesso em: 19 abr. 2019

MEDEIROS, Márcia Maria de. *Cara ou Coroa*: Católicos e Metodistas no Planalto Médio Gaúcho (Início do Século XX). Passo Fundo: UPF Editora, 2007.

MESQUITA. Zuleica de Castro Coimbra. Metodismo e educação missionária no Brasil: uma jornada em busca das fontes orais. *Revista do Cogeime*, São Paulo, n. 15, p. 127-139, dez. 1999.

NASCIMENTO, Amós. John Wesley, o Iluminismo e a educação metodista na Inglaterra. *Revista de Educação do Cogeime*, São Paulo, n. 22, p. 89-104, jun. 2003.

NASCIMENTO, Welci. *Conheça Passo Fundo, tchê!* Passo Fundo: Pe. Berthier, 1992.

NOVAES, José Luís Corrêa. Escola, liberalismo e educação metodista no Brasil. *Revista de Educação do Cogeime*, São Paulo, n. 22, p. 105-126, jun. 2003.

PASSO Fundo Institute. *The Missionary Voice*, Nashville, Tenn., p. 235, ago. 1923. Disponível em: <http://archives.gcah.org>. Acesso em: 19 abr. 2019.

PROF. William R. Schisler, "Cidadão Honorário" de Passo Fundo. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 5, 02 fev. 1958.

PROF. William Richard Schisler aniversaria amanhã. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 5, 18 maio 1966.

ROMANCINI, Richard. História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. *XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: INTERCOM/UERJ, 2005.

ROSSO, Miriam Maraschin; SIQUEIRA, Rosimar Serena. Formação Educacional e Cultural em Passo Fundo. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo*: Uma história, várias questões. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 1998. p. 89-100

SATHLER, Luciano; BARROS, Davi Ferreira. Governança das instituições educacionais Metodistas no Brasil. *Revista de Educação do Cogeime*, São Paulo, n. 50, p. 157-164, jan./jun. 2017.

SAUDAÇÃO à Prof. D. Frances Schisler. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 5, 14 jan. 1958.

SHIH, Peter S. T. A Seven-Weeks Trip in Texas in the Interest of Texas-Brazil Student Movement. *The Missionary Voice*. Nashville, Tenn., p. 8. jan. 1923b. Disponível em: http://archives.gcah.org. Acesso em: 19 abr. 2019.

SLEDGE, Robert W. A model home base for missions: Mary Decherd, The University of Texas Epworth League, and the Brazil Mission. *Methodist History*, Madison, NJ, v. 45, n. 1, p. 4-15, out. 2006.

STABILE, Luiz Machado; TIMM, Edgar Zanini. Um século do Colégio Metodista União. *Revista de Educação do Cogeime*, São Paulo, n. 31, p. 37-48, dez. 2007.

THE DECHERDS have it. *Alcalde*. Austin, Texas, p. 31-31. out. 1963. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Wd8DAAAAMBAJ&lpg=PA31&ots=>. Acesso em 01 maio 2019.

VANELLI, Natália Carla; BILUCZYK, Roberto. Primeiros Passos do Ensino Privado em Passo Fundo. In: VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiovan Vinícius. (Org.). *Passo Fundo - Estudos Históricos*. Passo Fundo: Acervus, 2019, v. 1, p. 273-304.

VIDA social. *O Nacional*, Passo Fundo, 19 maio 1932.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo, v. 4, p. 89-102, jun. 1985.

Recebido em 13/06/2019
Aprovado em 20/03/2020

PROPOSTA DE MODELO PARA ESTUDO DOS FLUXOS E DA HIERARQUIA ESPACIAL DAS CIDADES DA SERRA GAÚCHA

MODEL PROPOSAL FOR THE STUDY OF FLOWS AND SPATIAL HIERARCHY OF SERRA GAÚCHA CITIES

Fernando dos Santos Calvetti[1]
Isabella Omizzolo[2]

RESUMO

Partindo de uma tradição de estudos que buscam, desde meados do século XIX, estabelecer modelos matemáticos capazes de descrever o crescimento e desenvolvimento de cidades e regiões metropolitanas, este trabalho analisa a hierarquia espacial da Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Essa região é a segunda concentração urbana em tamanho de população do Estado, além de desempenhar papel de destaque no desenvolvimento econômico e turístico de toda a região. Conceituado entre teorias locacionais clássicas da geografia e da economia e da nova ciência das cidades de Michael Batty, o estudo modela uma possibilidade de medição da movimentação entre as cidades usando de dados abertos e sistemas configuracionais. Neste contexto, o estudo da lógica espacial da região busca contribuir com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da rede logística e de transportes da Serra e de todo o Estado, a partir do entendimento dos fluxos entre as cidades.

Palavras-chave: Hierarquia espacial. Desenvolvimento urbano. Serra gaúcha.

ABSTRACT

Starting from a tradition of studies that seek, since the middle of the 19th century, to establish mathematical models capable of describing the growth and development of cities and metropolitan regions, this work analyzes the spatial hierarchy of the Metropolitan Region of Serra Gaúcha. This region is the second urban concentration in size of the state's population, in addition to playing a prominent role in the economic and tourism development of the entire region. Conceptualized among classic locational theories of geography and economics and the new science of cities by Michael Batty, the study models a possibility of measuring movement between cities using open data and configurational systems. In this context, the study of the spatial logic of the region seeks to contribute to the development and improvement of the logistical and transport network of the Serra and of the entire State, based on the understanding of flows between cities.

Key-words: *Spatial hierarchy. Urban development. Serra gaúcha.*

1 Arquiteto e urbanista, mestre em planejamento urbano e regional, doutorando da FAUUSP no PPG de Arquitetura e Urbanismo e professor da Universidade do Planalto Catarinense
2 Estudante de graduação em Arqutietura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe um modelo que usa de dados econômicos e sociais para auferir um método de medição da hierarquia urbana através do uso de sistemas configuracionais. Seja pelo volume na produção acadêmica, seja pelo destaque que experiências empíricas nesse sentido têm na mídia, entende-se que os estudos na área de planejamento urbano e o desenvolvimento de ferramentas de gestão urbana estão cada vez mais voltados a conceitos de planejamento regional.

Mesmo a nível institucional, parte-se da ideia do planejamento urbano e regional voltado a um conceito que vem sendo trabalhado a partir do Estatuto das Metrópoles. Tal documento fixa diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução de políticas públicas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas oficializadas pelas unidades federativas.

Entende-se o contexto mundial não apenas de pesquisa, mas também do mercado financeiro, de uma busca por dados, cada vez mais valorizados. Igualmente se busca por ferramentas capazes de analisar os mesmos, que vem sendo cada vez mais produzidos em um mundo cada vez mais conectado. Neste sentido, para o estudo das cidades, o uso de softwares de geoprocessamento busca facilitar o entendimento e a aplicação de dados em mapas georreferenciados. Para esta pesquisa, se usa para a análise das relações regionais entre as cidades da Serra, assim como possibilita a criação de modelos que possam ser analisados e replicados a partir de poucos passos metodológicos.

Os estudos mais difundidos sobre a relação regional entre cidades e aglomerações urbanas e a hierarquia entre elas são feitos ainda por órgãos da esfera pública, como o REGIC (Estudo das Regiões de Influência das Cidades, 2013) e o estudo de Arranjos Populacionais (2007). Ambos realizados pelo Insituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que assim como grande parte dos estudos de hierarquia urbana, utiliza de modelos gravitacionais nos seus cálculos.

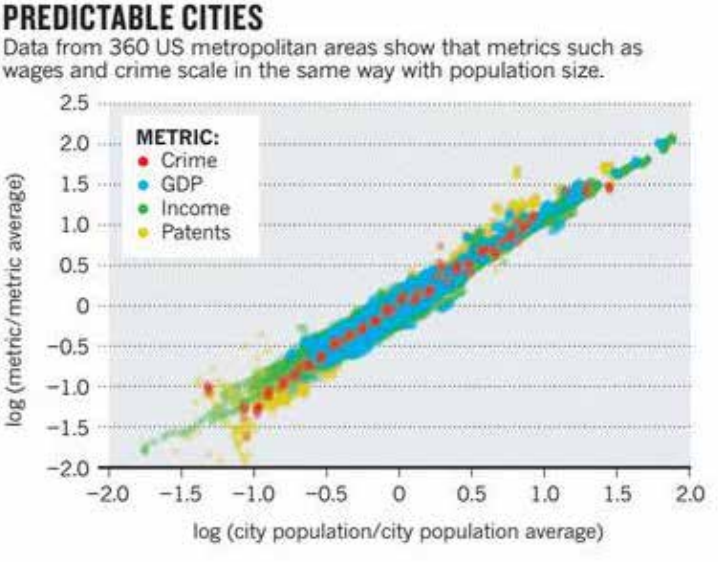
Outra característica intrínseca a tais estudos é que utilizam uma grande quantidade de dados socioeconômicos nos seus cálculos. Tais dados, assim como sua metodologia de levantamento e definição de universo amostral, são de propriedade do IBGE, tornando tais metodologias de difícil levantamento e replicação nos cálculos de pesquisas civis. Esta característica dificulta o acesso e a reprodução da destes mesmos estudos em outros objetos de interesse. Assim, entende-se necessário o desenvolvimento de técnicas alternativas. O objetivo principal da pesquisa na qual esse estudo se insere é desenvolver uma alternativa aos modelos gravitacionais, amplamente utilizados, a partir de dados de fácil acesso e com o uso de sistemas configuracionais.

1 Hierarquia urbana e sistemas configuracionais

A hierarquia das cidades é um assunto tratado em diferentes contextos metodológicos, cultural, histórico e social. Diferentes áreas se propõem a estuda-la, e uma diversidade de modelos já foi proposta na busca do entendimento da relação espacial entre as cidades.

De forma contemporânea, os trabalhos de Bettencourt e West (2007) mostram a importância do tamanho da população de uma cidade para outros indicadores urubanos. Desde número de crimes cometidos ao número de instituições científicas e acadêmicas, muitos indicadores aparentemente sem relação entre si podem ser previstos a partir do número de habitantes de uma cidade (imagem 1).

Imagem 1 Relação entre população e indicadores sociais em cidades dos EUA



Fonte *nature.com/nature/journal/v467/n7318/full/467912a.html*

A partir disso, a importância da população, por entender que uma diversidade de fenômenos e métricas sociais são escaláveis a partir da quantidade de pessoas de um local. Como mencionado, Bettencourt propõe que o tamanho da população de uma cidade seja o dado básico para se calcular outros indicadores e atividades.

A classificação de cidades a partir do seu tamanho é um tema recorrente na economia. Essa abordagem leva em consideração a ideia de um padrão matemático reconhecível na distribuição da população nas cidades que formam um sistema.

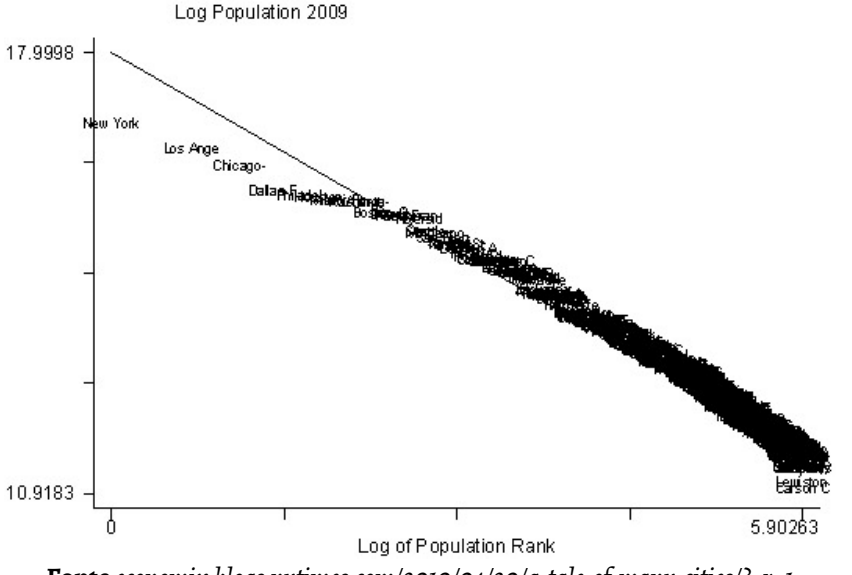
A chamada lei de Zipf (1949), por exemplo, se refere a um padrão de distribuição muito encontrado em diferentes campos das ciências naturais e sociais, aplicável à realidade urbana. A distribuição que segue essa proporção se dá pela lógica de que a frequência do dado estudado – no caso número de pessoas – é inversamente proporcional à sua colocação no ranking dos elementos do sistema, em ordem logarítmica de base natural.

A aplicação teórica dessa lei seria como no seguinte exemplo: em um sistema com n cidades, a maior cidade, que tem uma população de X pessoas, corresponde ao 1º lugar no ranking. A população da 2º cidade seria então de X/2 pessoas, a população da 3º cidade seria de X/3 pessoas, e assim por diante. Até chegarmos à n-ésima cidade do ranking, que apresentaria uma população de X/n pessoas.

O gráfico correspondente aos valores logarítmicos dessa tabela de valores resulta em uma reta. Estudos que aplicaram a lei de Zipf em diferentes lugares do mundo utilizando dados censitários encontraram resultados com congruência de valores consideravelmente alta (imagem 2).

A aplicação desse método por si só é bem interessante, mas insuficiente para se determinar o papel de uma cidade no seu sistema. A lei de Zipf aplicada somente à população das cidades deixa evidentemente muitas outras informações de fora, além de não considerar a distribuição espacial das cidades no sistema.

Imagem 2 Aplicação da lei de Zipf à população dos EUA em 2009.



Fonte *economix.blogs.nytimes.com/2010/04/20/a-tale-of-many-cities/?_r=1*

No trabalho de Holmes e Lee (2010) se evidencia que em áreas populacionais densas a lei de Zipf precisa de ajustes, sendo o comportamento de distribuição nessas áreas diferente de áreas com cidades mais espalhadas. Esse estudo sugere que a lei de Zipf não tem as ferramentas necessárias para estudar a distribuição populacional de um sistema genérico de cidades.

A lei de Zipf resulta em algo muito próximo à distribuição verificada pelo princípio de Pareto (1967). Tal princípio depois foi chamado de "princípio 80-20". Ele afirma que para muitos fenômenos, 80% das consequências vêm de 20% das causas.

Aplicada ao estudo das cidades, tem-se uma distribuição populacional que flutua numa faixa de valores onde aproximadamente 80% da população de um sistema reside apenas nas 20% maiores cidades.

Essas seriam algumas das primeiras tentativas de aplicação de matemática pura ao estudo da distribuição da população nas cidades. Tais aplicações podem ainda ser úteis para pesquisa, embora careçam de maior complexidade nos seus métodos e atribuição de valores.

Em estudo de Gabaix (2004) há uma tentativa de explicação de como é possível essa regularidade da lei de Zipf aplicada à distribuição populacional nas cidades. O trabalho mostra matematicamente que a lei de Zipf aparece em uma área desde que a taxa de crescimento populacional seja independente da sua população inicial.

Tal fenômeno é comumente chamado de lei de Gibrat. Essa proposta também é chamada de "lei dos efeitos proporcionais" e é bastante usada na economia para se calcular e previr tamanhos e distribuições de empresas em um determinado território.

Segundo Gibrat (1931), no processo de crescimento de determinada entidade (empresas, populações, cidades) as taxas de crescimento sempre possuem distribuições idênticas e independentes entre si, com média e variância bem definidas. Tais padrões obedeceriam a uma ordem logarítmica de cálculo.

Na matemática estatística isso é chamado de padrão estocástico. Estes são definidos como padrões onde o seu estado é indeterminado, com origem em eventos aleatórios.

Tanto a lei de Zipf quanto o princípio de Pareto parecem resultar em sistemas que tem poucas grandes cidades e muitas pequenas cidades. Esse tipo de conjuntura as aproxima da pergunta inicial da qual o geógrafo Walter Christaller faz a sua Teoria do Lugar Central (1933).

Para o geógrafo, a resposta para o porquê desse tipo de distribuição começa a se desenhar a partir da observação do comportamento das

pessoas com relação à oferta de bens e serviços dentro das cidades. Surge então a ideia de um Lugar Central, que seria o centro de uma região onde a densidade de população e atividades econômicas é maior que na região complementar.

O consumidor escolhe um centro que representa menor esforço de deslocamento. Compras e serviços mais frequentes e, portanto mais comuns devem estar disponíveis a distâncias pequenas. O consumidor só estaria disposto a percorrer maiores distâncias para compras e serviços menos frequentes e mais especializados. Aparece então o conceito de centralidade para explicar a teoria.

As distribuições tenderiam a uma hierarquia de lugares centrais. Estes lugares seriam o agrupamento de atividades, que forneceriam maior variedade de bens e serviços. Tais agrupamentos seriam capazes de atrair consumidores e instiga-los a percorrer maiores distâncias.

Também se desenvolvem e se aplicam os conceitos de alcance e limite crítico. O primeiro seria a distância máxima que o consumidor viajaria para adquirir um bem ou serviço. Para Christaller isso equivaleria à distância até o centro mais próximo que ofereça esse bem. O alcance máximo seria o ponto onde o preço total de um bem – o seu valor mais o custo do transporte - equivaleria ao valor do bem.

O Limite crítico seria a demanda mínima necessária para que a oferta de um bem ou serviço fosse economicamente viável. Ou seja, a análise do limite crítico determinaria o número e a localização dos centros usando o retorno mínimo necessário para que o empresário pudesse se manter.

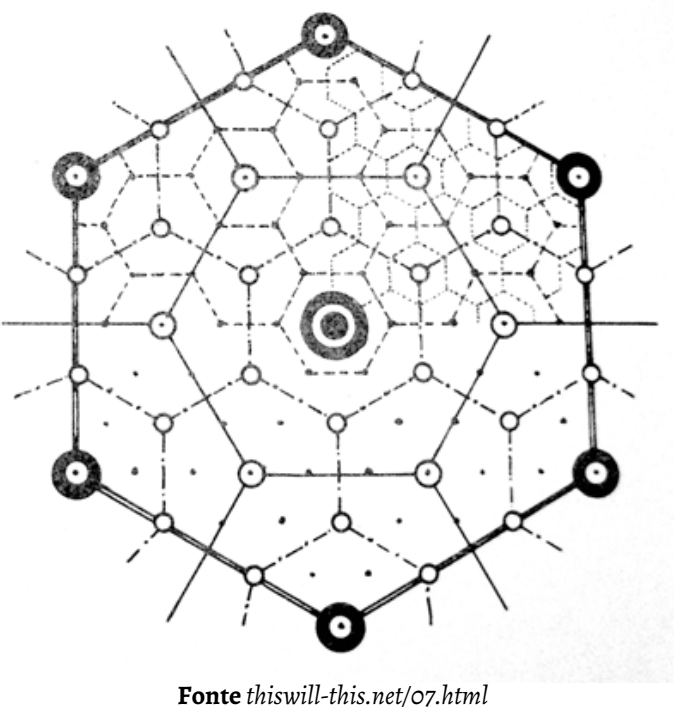
Aqui já é aplicado o conceito de distância. A distância está vinculada à localização espacial entre dois pontos no espaço. A localização das cidades, assim como das populações, comércios e serviços disponíveis ganha importância nessa teoria.

A combinação de alcance e limite crítico resultaria na área de mercado. No seu modelo teórico, que tem entre outros pressupostos uma planície homogênea, com concorrência perfeita e distribuição uniforme da população, Christaller chega à forma hexagonal (imagem 3) para a definição da área de mercado. A forma se justifica por não haver sobreposição de áreas ou partes do terreno sem influência definida, o que ocorreria com a utilização de uma forma circular.

A teoria de Christaller evidencia a importância da rede, do espaço físico para a definição da hierarquia. Mais do que isso, a teoria aponta que a grandeza de uma cidade é diretamente definida pela sua localização na rede. Ela seria o resultado da sua disponibilidade de bens e serviços, o que é definida também pelas cidades no seu entorno imediato. Tem-se a partir da

Teoria do Lugar Central que o estudo da disposição e concentração de bens e serviços é necessário para o entendimento da hierarquia das cidades.

Imagem 3 Hierarquia de cidades a partir da sua localização e área de mercado



Fonte *thiswill-this.net/07.html*

A partir dos conceitos esboçados acima, é possível ter uma ideia melhor da teoria da qual partem muitas das escolhas sobre a metodologia, e de como se pretende usar o geoprocessamento neste exercício.

Dentre os indicadores discutidos por Krafta (1994) sobre desempenho e características atreladas à distribuição espacial das partes que formam o todo, destaca-se para este exercício o modelo de polaridade, onde os pesos são compostos por dois diferentes valores.

O primeiro valor sendo ligado à forma construída (rede) e o segundo a outros atributos. No cálculo participam os pesos das demandas na origem e das ofertas no destino. A distribuição das frações será para todas as entidades que compõe o caminho mínimo. A seguir será apresentado o exercício propriamente dito, assim como o passo-a-passo da sua metodologia.

2 O modelo da Serra Gaúcha

Tanto a definição como a construção do modelo configuracional a ser utilizado nos softwares de geoprocessamento partem dos seguintes pressupostos considerados a partir da bibliografia: (i) a demanda pelos serviços das grandes cidades corresponde não apenas à população local e (ii) a relação de demanda e oferta das cidades é um fator relevante para a determinação da hierarquia de um sistema de cidades.

Destaca-se inicialmente a falta de bibliografia especializada pertinente sobre as relações configuracionais dos municípios da Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), que tem em Caxias do Sul sua maior cidade. Destaca-se também o caráter da atual seção do trabalho, caracterizado como descritivo da metodologia aplicada à construção do modelo de cálculo e seu carregamento com os dados propostos.

A relação do que se chama de oferta e demanda de uma cidade com a população "nativa" e das cidades hierarquicamente menores parece ser influenciada de alguma forma pela distribuição espacial da mesma

Para a construção do modelo, partiu-se das seguintes hipóteses: (i) a posição espacial da cidade no sistema interfere na sua posição hierárquica; (ii) a relação de demanda e oferta tem influência direta sobre o fluxo rodoviário entre as cidades; (iii) a distribuição de unidades comerciais e serviço é mais diretamente ligado ao tamanho do "papel regional" da cidade do que ao tamanho da sua população; (iv) o modelo de polaridade é capaz de descrever a proporção do volume de tráfego entre cidades.

A preparação para a construção do modelo parte do arquivo disponibilizado pelo IBGE com todos os municípios do estado do Rio Grande do Sul, representados por polígonos, até sua transformação em pontos únicos, um para cada município.

A escolha da área a ser trabalhada, a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), deu-se pela existência de cidades com diferentes escalas de tamanho e hierarquia, segundo os estudos prévios do IBGE (2007; 2013). E também pela concentração de 10% dos pontos de pedágio do estado nessa região devido ao alto fluxo rodoviário que passa pelas estradas que ligam e cortam as cidades.

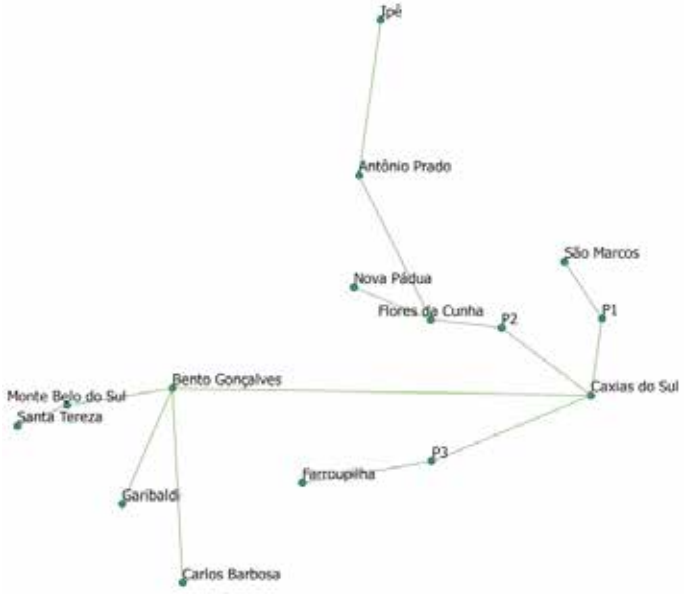
A partir da delimitação do espaço trabalhado, usou-se de mapas e informações disponibilizados pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem do Rio Grande do Sul (DAER) para fazer as conexões necessárias entre os municípios. Partindo destas informações também se mapeou as praças de pedágio e as suas respectivas localizações na rede.

O modelo espacial é assim definido como as cidades e os pedágios sendo representados por pontos. Estes por sua vez estão conectados por

linhas que representam as estradas (imagem 4).

Os dados com os quais o modelo foi carregado foram a população de cada cidade (IBGE), que define a demanda pelos serviços, e o número de estabelecimentos que compõe o setor terciário (levantamento disponibilizado pelo MET), que define a oferta (tabela 2). Além dos indicadores calculados pelo software Medidas Urbanas, também foi calculada com o uso da extensão MMQGIS no software Qgis a chamada Hub Distance, entendida como a soma das distâncias de um ponto para todos os outros (tabela 1).

Imagem 4 Modelo espacial



Fonte Autor com uso de Qgis v2.10.1

	acessibilidade		centralidade		polaridade		potencial		mmqgis	
PEDÁGIO	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
P1	6,9677	32,22102503	2,4116	22,0543586	2,0491	21,85986	2,0491	21,86826	4001,079	25,25165985
P2	6,9677	32,22102503	3,463	31,6695321	2,8307	30,198	2,8307	30,2096	4154,297	26,21864763
P3	7,6893	35,55794994	5,0602	46,2761093	4,494	47,94214	4,4904	47,92214	7689,441	48,52969252

Tabela 1 Indicadores espaciais nos pedágios

Com os resultados obtidos a partir dos softwares, é possível comparar o fluxo virtual nos pedágios com o fluxo real. Tendo as proporções se mantido e, portanto também se mantido a hierarquia entre as praças de pedágio, leva-se a crer que o indicador escolhido, de polaridade, é também capaz de descrever as diferenças hierárquicas entre as cidades.

Fica claro aqui que trata-se exclusivamente de um estudo de morfologia urbana, que leva em conta alguns quesitos e que por consequência exclui tantos outros. Compararam-se então os resultados de polaridade, dos cálculos feitos pelo MMQGIS e o fluxo real diário registrado em cada pedágio da RMSG (tabela 3) a partir do coeficiente de correlação de Pearson.

	FID	municipio	pop	oferta	HubDist
0	0	AntÃ´nio Prado	12837	961	9206.356575376399633
1	1	Bento GonÃ§a...	109926	9196	6268.183866174028481
2	2	Carlos Barbosa	25193	1945	11454.062878407576136
3	3	Caxias do Sul	435564	31101	4556.172749296893926
4	4	Farroupilha	71281	4553	7689.441344882736303
5	5	Flores da Cunha	27135	2430	4154.296938942637098
6	6	Garibaldi	30692	2640	6840.126075053710338
7	7	IpÃª	6017	437	9206.356575377321860
8	8	Monte Belo do...	2670	152	3136.192435641016345
9	9	Nova PÃdua	2445	102	4915.695910302951233
10	10	Santa Tereza	1717	126	3136.192435641016345
11	11	SÃ£o Marcos	20105	1382	4001.079486917543818
12	12	P1	0	0	4001.079486917671147
13	14	P3	0	0	7689.441344882470730
14	13	P2	0	0	4154.296938942637098

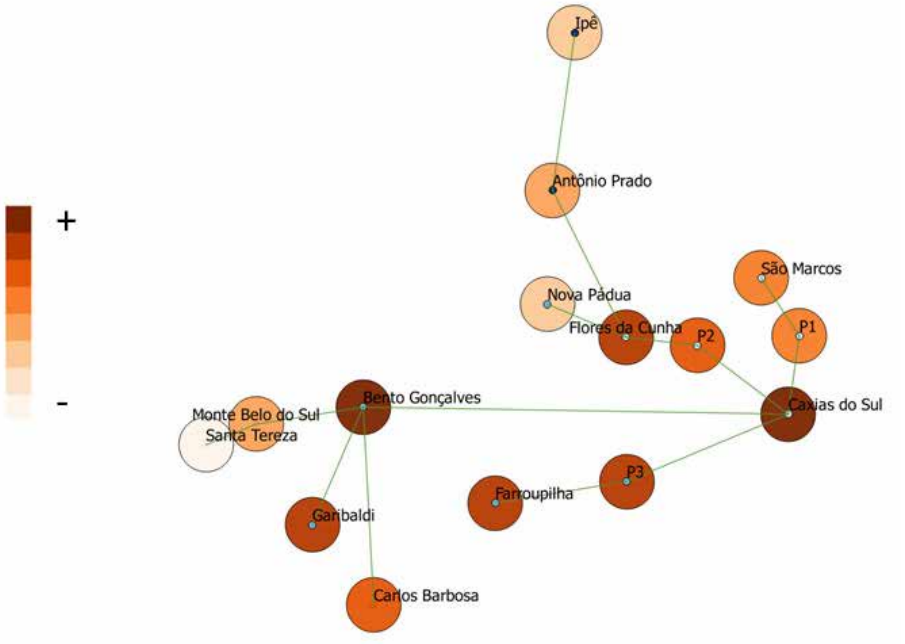
Tabela 2 Características dos municípios RMSG

PEDÁGIO	Fluxo automóvel/dia	%
P1	3377	15,12
P2	3293	21,03
P3	15661	70,13

Tabela 3 Volume diário de tráfego nos pedágios

A relação dos valores reais de tráfego com o calculado pela extensão MMQGIS é de 96,04%. Entre o tráfego e o indicador de polaridade 97,6%, e entre MMQGIS e o indicador de polaridade é de 96,05%. Embora trate-se de um espaço amostral pequeno, são valores que parecem respaldar a escolha da metodologia.

Complementando os resultados numéricos fez-se um mapa de calor com os valores de polaridade de cada município juntamente aos de cada pedágio (imagem 6). A partir do exercício, supõe-se que a polaridade pode ser um bom indicador de hierarquia regional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os objetivos esperados com esse experimento, se destacam possibilitar uma alternativa aos modelos gravitacionais no estudo da hierarquia regional; determinar um indicador capaz de estipular o fluxo entre as cidades a partir da relação oferta-demanda; e mensurar a hierarquia regional a partir desse indicador. A metodologia parece adequada para o cálculo de fluxos entre cidades. Os resultados obtidos a partir da utilização de modelos configuracionais aplicados em softwares de geoprocessamento aproximaram-se dos dados reais das estradas inseridas no estudo.

A utilização de dados dos fluxos reais em pontos determinados das rodovias (pedágios), parece adequado e podem ser considerados como uma espécie de amostragem do que ocorre em toda a malha viária regional. Distorções nos resultados devem ser consideradas e podem ser futuramente estudadas. A provável causa destas pode ter sido principalmente pelo efeito de borda – estradas estudadas são utilizadas por um número muito maior de pessoas, e a quantidade de ofertas, demandas e destinos das populações consideradas não se restringe às cidades da RMSG - e pelo tamanho redu-

zido do espaço amostral – rede estudada faz parte de um sistema muito maior.

A definição da hierarquia espacial de uma região, no caso da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, visa do ponto de vista teórico, contribuir com o entendimento e a discussão de uma cidade no sistema regional que compõe. Do ponto de vista prático, buscou-se contribuir com um modelo acessível e reproduzível em diferentes escalas. Em relação ao objeto estudado, espera-se que a discussão deste tema leve à contribuições de planejamento da logística e dos transportes da região.

REFERÊNCIAS

BETTENCOURT, Luis ; WEST, Geoffrey. Growth, Innovation, scaling, and the pace of life in cities. *PNAS*, v. 107, n. 17, 2007.

CHRISTALLER, Walter. *Die zentralen Orte in Süddeutschland*. Jena: Gustav Fischer, 1933.

GABAIX, Xavier. The Evolution of City Size Distributions. In: HENDERSON, J.; THISSE, Fédéric. (Ed.). *Handbook of Regional and Urban Economics*. Amsterdam: Elsevier, 2004.

GIBRAT, Robert. *Les Inégalités* économiques. Paris: [s.n.], 1931.

HOLMES, Thomas; LEE, Sanghoon. *Agglomeration Economics*. Chicago: The University of Chicago, 2OOO.

KRAFTA, Rômulo. Modelling intraurban configuracional development, Enviroment and planning B. *Planning and design*, v.21, n.1, 1994.

PARETO, Vilfredo. La Courbe de la Repartition de la Richesse. In: *Oevres Completes de Vilfredo Pareto*. Genebra: Busino, 1967.

ZIPF, George. *Human Behavior and the Principle of Least Effort.* Cambridge: Wesley, 1949.

Recebido em 16/02/2020
Aprovado em 24/04/2020

MOINHOS DE VENTO: A FORMAÇÃO DE UM BAIRRO NO CONTEXTO URBANO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE DURANTE AO SÉCULOS XVIII E XIX.

MOINHOS DE VENTO: THE FORMATION OF A NEIGHBORHOOD IN THE URBAN CONTEXT OF PORTO ALEGRE CITY DURING THE 18TH AND 19TH CENTURIES.

Ana Helena Dreissig[1]

RESUMO

A expansão de pequenos núcleos urbanos para a condição de grandes cidades envolve o surgimento de novos bairros, característicos de distintas culturas, que se estabelecem conforme a ocupação territorial. O Bairro Moinhos de Vento fica em uma região de Porto Alegre que a maioria dos historiadores que estudam afirma ser difícil definir a época do aparecimento do bairro. Porto Alegre teve nos séculos anteriores, além das instalações dos moinhos, pequenos aglomerados habitacionais oriundos do patrimônio religioso que o antigo sistema de capitanias ao longo do território brasileiro havia instaurado: os discretos e tímidos arraiais. Dos cinco arraiais distribuídos fora da antiga cidade muralhada, um deles era o Arraial São Manoel e esta foi a primeira construção registrada na zona. Compreendemos assim, que houveram ocupações paralelas no território que hoje contempla o Bairro Moinhos de Vento. Neste trabalho é estudado e analisado o processo de formação do bairro no contexto da cidade, onde procura-se esclarecer pontos importantes da história desta região, começando por quem a ocupou primeira, seguindo das maiores influências e equipamentos urbanos que a região dos moinhos de vento recebera até o final do século XIX.

Palavras-chave: História de Porto Alegre. Moinhos de Vento. Urbanização. Planejamento Urbano. História da Cidade.

ABSTRACT

The expansion of small urban centers to the condition of large cities involves the emergence of new neighborhoods, characterised by different cultures, which are established according to territorial occupation. The Moinhos de Vento neighborhood is located in a region of Porto Alegre that most historians who study say that it is difficult to define the time of the neighborhood's appearance. In the previous centuries, Porto Alegre had, besides the facilities of the mills, small housing clusters from the religious heritage that the old system of captaincy

1 Arquiteta e Urbanista Graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com experiência nas áreas de Arquitetura de Interiores, Edificações, Design Gráfico e Planejamento Urbano. Especialista em Construção Civil pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

throughout the Brazilian territory had established: the discreet and timid camp called arraiais. Of the five distributed outside the old walled city, one of them was the Arraial São Manoel, this was the first built facility registered in the area. Thus, we understand that there were parallel occupations in the territory that today includes the Moinhos de Vento neighborhood. In this paper was study and analyzed the process of formation of the neighborhood in the context of the city, where was seeked to clarify important points in the history of this region, starting with who occupied it first, following the major influences and urban equipment that the region of Moinhos de Vento received until the late nineteenth century.

Keywords: *History of Porto Alegre. Moinhos de Vento. Urbanization. Urban planning. City history.*

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, o processo de expansão de pequenos núcleos urbanos para a condição de grandes cidades envolve o surgimento de novos bairros, característicos de distintas culturas, que se estabelecem conforme a ocupação territorial. As cidades se assemelham, e segundo Petersen Filho (1982, p. 256), são iguais em certos aspectos e problemas, com avenidas, ruas, casas e palácios. Mas para o autor, a diferença está neste conjunto de fatos que entra a história: "[...] onde o passado gera os frutos da inteligência em que cada povo procura aprimorar e enriquecer o seu patrimônio cultural e artístico". (PETERSEN FILHO,1982, p. 256)

O Bairro Moinhos de Vento fica em uma região de Porto Alegre que é considerada como "tão antiga que é capaz de rivalizar com o aparecimento das Azenhas ao longo do sinuoso e sorrateiro Arroio Dilúvio". (SANHUDO, 1961, p. 225). A maioria dos historiadores que estudam esta região de Porto Alegre afirma ser difícil definir a época do aparecimento do bairro, pois nesta zona, cuja expansão vem do eixo da Avenida Independência, afirma Sanhudo (1961, p. 225), que: "[...] como as azenhas, eram diversos os moinhos que pontilhavam o dorso da magnífica cordilheira que ficou famosa como a região dos moinhos de vento". O autor define exageradamente a região como uma espécie de cordilheira por ter uma das maiores altitudes da cidade.

Espalhados pelo território que abrange a Porto Alegre de hoje, além das instalações dos moinhos, existiam pequenos aglomerados habitacionais oriundos do patrimônio religioso que o antigo sistema de capitanias ao longo do território brasileiro havia instaurado: os discretos e tímidos arraiais.

> Um arraial é um aglomerado populacional, um conjunto de casas em torno de uma capela ou arrabalde de um centro maior que com o tempo, em função de seu aumento popula-

> cional, adquiriu o direito de aspirar e efetivamente pleitear o reconhecimento institucional de sua importância crescente. (MARX, 1991, p. 26)

Dos cinco arraiais distribuídos fora da antiga cidade muralhada, um deles era o Arraial São Manoel, que teve sua pedra fundamental lançada em fevereiro de 1878 e por certo período, deu nome ao bairro (SANHUDO, 1961, p. 227). Compreendemos assim, que houve ocupações paralelas no terreno que hoje contempla o Bairro Moinhos de Vento, e o objetivo deste trabalho é estudar as modificações territoriais e compilar informações sobre os diferentes equipamentos urbanos que foram instalados e modificados ao longo dos séculos nesta região.

Esta pesquisa foi motivada pelo desejo compilar informações de um dos bairros mais conhecidos atualmente na cidade de Porto Alegre. A de coleta de dados em fontes primárias e secundárias e a revisão bibliográfica do estado da arte subsidiam a pesquisa a partir de livros, crônicas ou trabalhos acadêmicos sobre esta região. São citados apenas os autores que fazem menção direta à área estudada, desconsiderando possíveis correlações territoriais ou informações generalizadas sobre Porto Alegre, que poderiam incitar conclusões dúbias e/ou não confiáveis. Por esta razão, a bibliografia torna-se diminuta, apesar do extenso recorte temporal.

1 Moinhos de Vento: um bairro de muitas histórias

Acredita-se que a primeira ocupação permanente da região se deu por uma estratégia de sobrevivência de um grupo de casais açorianos que vinham trazendo a monocultura do trigo como seu único meio de subsistência. Na planta de Porto Alegre, datada de 1888, já aparecem, desenhados e identificados, os arraias existentes na região, inclusive o São Manoel, nas proximidades da instalação açoriana.

Os açorianos eram agricultores em sua terra natal, e segundo Souza (2000, p. 44) se estabeleceram primeiramente no Vale do Jacuí, onde, trazendo os seus moinhos, dedicaram-se principalmente ao plantio de trigo, que chegou a ser produzido em grandes quantidades para exportação. Porto Alegre, além de ter sido o local de desembarque inicial, passou a ser o escoadouro natural daquela região através de seu porto, de onde a produção seguia em direção ao mercado nacional (SOUZA, 2000, p. 44).

Figura 1: Planta de Porto Alegre do ano de 1888 com demarcação dos arraiais existentes. Graficação da autora em azul – Arraial São Manoel, e em amarelo – estrada dos Moinhos de Vento. Autoria de João Cândico Jacques

Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS

Com o poder da força motriz, durante um longo período, a água prendeu o homem às margens dos arroios, fazendo com que as cidades tivessem sua formação e expansão urbana a partir de pontos próximos aos cursos d'água, o que aconteceu com Porto Alegre. O vento, em qualquer colina ou mesmo em pequena elevação do terreno tornou-se com o domínio de novas técnicas, o servo permanente e incansável que fazia girar as mós, e com ele o homem atingiu mais um degrau de sua liberdade. O trabalhador da lavoura passou a estar mais independente do alto preço das terras próximas a cursos d'água, podendo movimentar a máquina pela força do vento, desprendendo-se da necessidade da força da água que movia as azenhas e podendo escolher habitar locais de colina, que na época ainda não expressavam valor imobiliário:

> Moinhos de Vento, uma tradição de herança açoriana, os Moinhos que enfeitaram a paisagem da Avenida Independência, nos tempos históricos da cidade e as decorativas pás rodando nos moinhos, nas longas tardes poéticas, de crepúsculo na jovem capital do Rio Grande do Sul. Os moinhos, uma lição de história econômica e sociológica. Lembrança principal do arquipélago dos Açores, repetida e plantada no cenário gaúcho da colônia portuguesa. (LAYTANO, 1982, p. 25)

Dois dos bairros de Porto Alegre - o Moinhos de Vento e a Azenha - levam estes nomes porque homenageiam sistemas utilizados até o início do século XIX, por questões de a terra e o clima propiciarem o plantio. Sanhudo (1961, p. 225) descreve que: "[...] os trigais se espalhavam pela baixada, a qual, era conhecida como Vale do Sabão ao longo da Serra do Mar, nome dado ao alto da Independência e o Moinhos de Vento, que ficavam fora dos muros da cidadezinha". Segundo Macedo (1973, p. 44), há plantas baixas desenhadas logo após a chegada dos açorianos em terras rio-grandenses, de moinhos mais antigos que os da capital, revelando a frequência e permanência daqueles engenhos durante um século, servindo à primitiva economia do estado, até o início de suas demolições, que ocorreu ainda na primeira metade do século XIX, das quais não ficaram de fora, os moinhos instalados na capital.

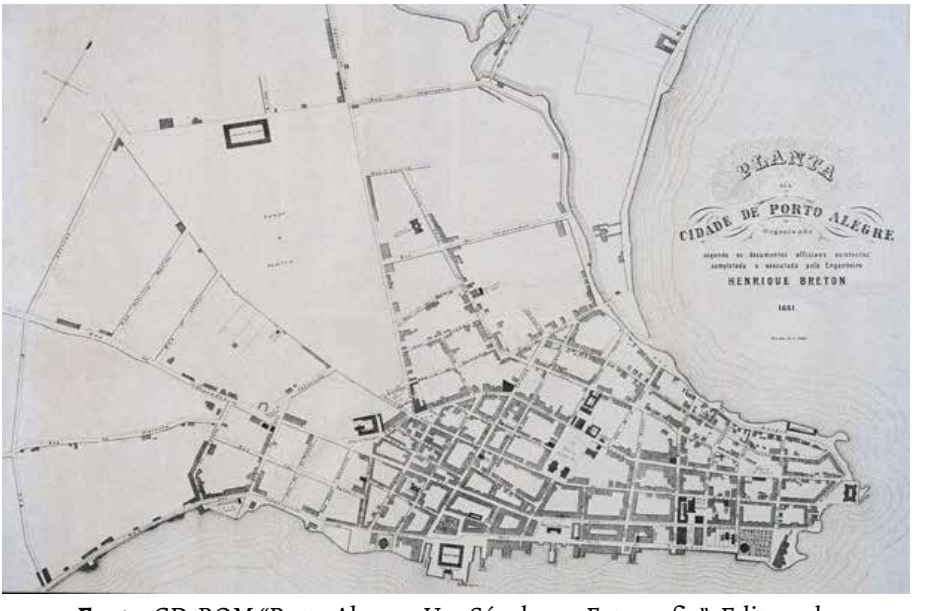
Para Sanhudo (1961, p. 227), o Bairro Moinhos de Vento corresponde ao local que deixou tradição como região produtora de trigo localizada onde eram ainda os "arredores da capital", e considera claro que a invocação abrangia campos e alturas bem mais extensas do que as que atualmente conhecemos. Aponta que desde os anos 1760 uma boa quantidade de moinhos movidos pela força dos ventos estaria instalada, provavelmente ao lado do atual Morro Ricaldone "[...] com as suas toscas e longas pás, viradas para a nascente, recebendo os alísios da viração oceânica", descreve o autor em *Porto Alegre: Crônicas da Minha Cidade* (1961, p. 227).

Após o período imperial, a monocultura deixa de ser um processo lucrativo e torna-se prejudicial para a economia e para o desenvolvimento da cidade - pois impedia a diversidade do zoneamento – e novas classes econômicas ali se instalaram em fase de expansão urbana. Segundo Villaça (2001, p. 103), a posição costeira e a situação regional fizeram com que as principais vias de deslocamento intra-municipal se apresentassem concentradas em uma única direção da cidade – a norte – através da qual é possível atingir todo o país.

É quase certo que as primeiras penetrações na face norte de Porto Alegre tenham se dado depois da abertura do Caminho Novo – a nova estrada cuja função principal era facilitar o acesso de Porto Alegre à região norte do estado, atribuída a onde hoje começa a Av. Farrapos - ainda nas primeiras décadas do século XVIII. Mas até o início do século XIX, os poucos moradores da zona, distribuíam-se vagamente entre *lombas e vastos capões de mato em toda a baixada do Morro do Carneiro* (SANHUDO, 1961, p. 219). A planta baixa da cidade de Porto Alegre do ano de 1835 estampa essa parte das vizinhanças da cidade entremuros, com três logradouros públicos, que atualmente são as ruas Cristóvão Colombo, Ramiro Barcelos e Barros Cas-

sal, e segundo Sanhudo (1961, p. 219) "[...] tanto dentro desse quadrilátero irregular, como em seu arredor, já se desenhavam algumas casas de moradia". Foi dessa época em diante que os bairros desta região começaram a tomar vida, mesmo ainda sem aspectos específicos de bairros, sendo apenas algumas pequenas construções residenciais e raros becos. A planta mais antiga encontrada que ilustra o "quadrilátero irregular" ao qual Sanhudo se referia, foi do ano de 1881, de autoria de Henrique Breton, onde é claramente ilustrada a situação que o escritor detalhou em seu livro publicado em 1961, o já mencionado *Porto Alegre: Crônicas da Minha Cidade*.

Figura 2: Planta de Porto Alegre do ano de 1881
Autoria do desenho: Henrique Breton



Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

Figura 3: Graficação da autora sobre setor da planta de Breton, demarcando as ruas as quais Sanhudo cita e o "Quadrilátero Irregular" ao qual se refere na obra mencionada.

Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

Villaça aponta que a estruturação espacial básica das metrópoles brasileiras tende a se realizar segundo setores de círculos, o que nos remete a um processo espacial urbano bastante conhecido: o de que os bairros residenciais de alta renda "andam" ou "deslocam-se" sempre na mesma direção. Villaça (2001, p. 153) aponta que: "O deslocamento das nossas burguesias decorre de suas diminutas dimensões e do enorme desequilíbrio entre as classes sociais existente no Brasil", o que nos leva ao entendimento de o Bairro Moinhos de Vento já ter sido, por muitos autores, considerado o berço da burguesia Porto-Alegrense. "Relatos embevecidos a seu respeito são feitos oralmente ou em jornais e blogs por visitantes de fora do estado, que o comparam ao Jardins em São Paulo, ao Savassi em Belo Horizonte e a Recoleta e a Palerno em Buenos Aires". (BISSÓN, 2009, p. 11)

Em meio ao processo de segregação urbana que estendeu a instalação da classe alta desde o centro até o Moinhos de Vento, a Avenida Independência é analisada como um divisor de águas da expansão territorial da cidade de Porto Alegre, cuja ocupação surge ainda em fins do século XVIII, tendo iniciado entre a ponta sul da atual Av. Borges de Medeiros e o começo da Rua dos Andradas. Já em meados do século XIX a atual Avenida Independência ainda era conhecida por outro nome – Estrada dos Moinhos de Vento, nome que sucedia o ainda mais antigo nome, Estrada da Aldeia dos Anjos -, estendia-se até onde poucas décadas depois seria instalado o Prado Independência. Souza (1997, p. 37) discorre sobre a área caracterizando-a

como: "[...] quarteirões de tamanhos irregulares com grandes áreas, que futuramente darão lugar à abertura de novas ruas. Este bairro, em torno do Prado, era o Arraial São Manoel, que se estendia na direção da Cristóvão Colombo".

Sem dúvida, a colonização deste local foi obra dos açorianos, e é provável que suas primeiras plantações de trigo, logo após a sua chegada às terras brasileiras, tenham funcionado como um escape para a fome. Assim como as azenhas, os moinhos eram trazidos prontos para a moagem do grão de trigo, - e não fabricados aqui - e a altitude da região desde a atual Av. Independência em seu eixo linear, trazia vantagens para o bom funcionamento da monocultura ali estabelecida. Ainda durante o século XVIII, no período em que as terras rio-grandenses levavam o nome de Continente de São Pedro do Rio Grande, esta região já fornecia: "[...] uma cota apreciável de volume do cereal, e era considerada verdadeiramente de boa qualidade, enquanto seus produtores não moravam permanentemente no local". (SANHUDO, 1961, p. 226)

A produção do trigo nesta região chegou ao seu auge em 1815, descreve Sanhudo (1961, p. 226) que, com a cota de 255 mil alqueires, enquanto no Brasil dos tempos coloniais, ainda reinava o sistema de capitanias. Esta provavelmente foi a razão maior que levou a área a tornar-se mais povoada nesta época de ascensão da economia do trigo. Nas décadas seguintes, apesar das severas leis de punição, o contrabando levou a balança do trigo a uma fase de grande oscilação, colocando este em desequilíbrio durante o fim do período colonial. "Porto Alegre, em 1822, com 11.000 habitantes, continuava a ter uma diminuta área urbana, mas crescia extramuros, pois "Moinho de Vento", apesar de seus "moinhos", já se tornara um pouco povoado". (LAYTANO, 1982, p. 13)

O nome Moinhos de Vento foi dado ao bairro em meados do século XIX, e sua origem ainda é discutida por autores locais. Bisson (2009, p. 18) afirma que próximo à colina que abriga o prédio da atual Santa Casa de Misericórdia havia uma estrada que se dirigia à Freguesia da Aldeia dos Anjos (hoje o município de Gravataí). Em função disso, a rota era conhecida como Estrada da Aldeia, e por volta e 1818, Antônio Martins, conhecido como "Barbosa Mineiro", instalou moinhos de vento nessa via, nas proximidades da atual Rua Barros Cassal, a duas quadras do Centro. Foi neste momento que a saída para Gravataí - a atual avenida independência – começou a ser chamada de Estrada dos Moinhos de Vento. Essas estruturas de moagem de trigo permaneceram ali até 1836, quando houve a determinação militar imperial de que fossem derrubados para não se prestarem como "ponto de tiro alto" sobre a cidade por ocasião do cerco dos farroupilhas. Segundo o

autor, o fato é que os moinhos foram esquecidos, mas o nome ficou.

Para Sanhudo (1961, p. 132), que escreveu décadas antes sobre Porto Alegre - em meados dos anos 1960 - o nome se origina simplesmente do fato que antes do fim do século XVIII, o alto do chapadão foi definitivamente consagrado como Moinhos de Vento em prol das safras que eram ali realizadas, onde residentes de outras regiões da capital instalavam-se temporariamente nas imediações dos engenhos moedores para colher e triturar o trigo. Esta intensa ocupação, para o autor, perdurou até poucos anos antes da Revolução de 30, o que este considera o fim da era do trigo na região.

Independente de qual tenha sido o acontecimento que deu menção ao nome do bairro, o plantio e a moagem do trigo estiveram presentes nesta área até o início do século XIX, de fato. Porém, a situação da monocultura do trigo era de alarmante insegurança, mesmo com sua produção estimulada pela altitude da metrópole. Sanhudo (1961, p. 226) aponta que no ano de 1835, pouco antes da Revolução Farroupilha, o local já se encontrava parcialmente abandonado, pois para conservar a Província Cisplatina, o povo gaúcho teve de enviar grandes contingentes militares a enfrentar os exércitos argentinos, os quais invadiram o território rio-grandense.

Segundo Souza (2000, p. 38): "[...] o advento da revolução que assolou o território rio-grandense entre os anos de 1835 e 1845, provocou o isolamento de Porto Alegre das áreas produtivas mais distantes dentro da Província em decorrência de sua posição como sede do governo". Essa situação intensificou o processo de produção nas colônias de imigrantes em função do abastecimento para a capital sitiada, via rio dos sinos, acelerando o desenvolvimento das mesmas e consequentemente evitando a volta da produção de trigo no chapadão então desocupado. Após o fim da revolução, a agricultura das colônias começou a se especializar, e Porto Alegre passou a ser apenas o centro escoador desta produção.

Até o fim da Guerra dos Farrapos, Porto Alegre não se estendia em grande escala para fora das fortificações ainda existentes, o que dificultava o caminho para canalizar os recursos dos poucos moradores instalados nos seus arredores. Sendo assim, toda a baixada do urbanizado Bairro Floresta – vizinho e grande influência para a formação do Bairro Moinhos de Vento - exibia alguns raros caminhos, espécies de atalhos que a tradição consagrava como becos.

Os referenciais teóricos consultados conduzem claramente ao desfecho de que o eixo de expansão industrial de Porto Alegre na direção norte foi fator de alta influência para determinar a linha de segregação urbana que conduziu as burguesias locais, partindo do centro da antiga cidade, em direção a Av. Independência. Em seu início, o Floresta não teria como

progredir muito, pois não tinha ligação direta com a cidade, uma vez que a Rua São Rafael, hoje chamada Alberto Bins, só foi aberta definitivamente em 1877:

> A planta da cidade de 1835 estampa essa parte das vizinhanças da capital, com três logradouros públicos: uma radial maior, que partia do Beco do Barbosa, também conhecido como Lomba do Barbosa e perdia-se pela mataria do Morro do Carneiro, era o Beco do Chico Pinto. Atualmente essa é a Rua Cristóvão Colombo. O Beco do Carneiro, em ter a moderna Cristóvão Colombo e o Caminho Novo, é a hodierna Rua Ramiro Barcelos. E finalmente a já invocada Lomba do Barbosa, que ligava um largo terreno baldio na boca do Chico Pinto com a velha Costa do Rio. Este último beco é a atual Rua Barros Cassal. E não havia mais nada! (SANHUDO, 1961, p. 219).

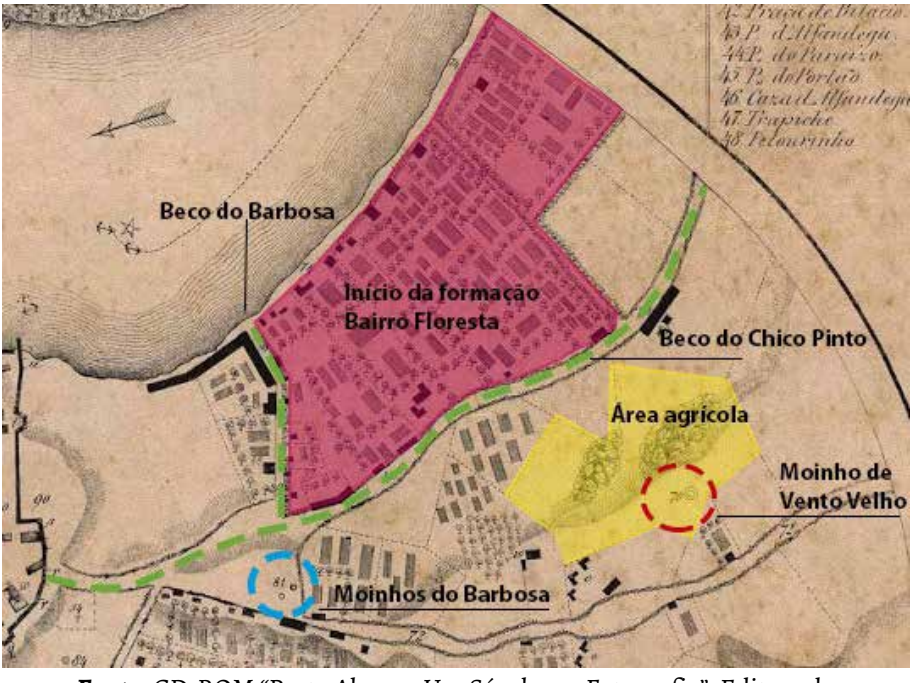
Figura 4: Planta de Porto Alegre do ano de 1839, elaborada por L. P. Dias durante a Revolução Farroupilha. Mostrando a expansão urbana durante a Revolução Farroupilha

Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos

A ocupação do território pelas classes de alta renda em Porto Alegre acompanha paralelamente o seu crescimento de cunho industrial, e por esta razão, a formação do Bairro Floresta ocorreu de maneira mista, abrigando inicialmente uma classe de baixa renda, composta pelo proletariado das novas indústrias instaladas ali ainda em fins do século XIX indo até a encosta do morro Ricaldone, no qual a elite viria a se instalar na parte superior nesta mesma época. O Moinhos de Vento abriga a parte alta do morro, dispondo da melhor vista para as mansões que a classe rica ali construiria poucas décadas depois.

Após o abandono da área do chapadão durante o período da Guerra dos Farrapos, a região que compreende o Moinhos de Vento ainda recebia outras ocupações em seu diminuto território. Segundo as pesquisas de Bissón em sua obra sobre o Bairro Moinhos de Vento (2009, p. 17-18): "[...] a ocupação desta região se deu mais de 100 anos após a fundação oficial da cidade de Porto Alegre - ocorrida em 26 de Março de 1772". O autor se baseia em historiadores que afirmam que a região começou a ser ocupada ainda no tempo do império, quando Maurícia Cândida da Fontoura Freitas e Fernando de Freitas Travassos implantaram o arraial de São Manoel em terrenos de sua propriedade. Um dos mais importantes da época imperial, este arraial continha uma pequena capela aproximadamente onde hoje se localiza a galeria Casa Prado, rodeado por singelas casas e posicionado em frente à praça que hoje leva o nome de Doutor Maurício Cardoso. Este assentamento ligava a já citada Estrada dos Moinhos de Vento com a Estrada da Floresta, que hoje corresponde a Avenida Cristóvão Colombo e os eixos principais do novo loteamento eram as atuais ruas Félix da Cunha e Doutor Timóteo.

Figura 5: Graficação sobre setor da planta de Porto Alegre do ano de 1839, elaborada por L. P. Dias com a localização dos antigos moinhos de vento e as características citadas no texto sobre a formação do Bairro Floresta.



Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

O Moinhos de Vento era, portanto, na virada do século XIX para o XX, uma área campestre, onde se buscava o refúgio da agitação de Porto Alegre. "Provavelmente, a Rua Mostardeiro era a mais habitada do bairro por volta do ano de 1892; 23 prédios térreos e um sobrado" (BISSÓN, 2009, p. 17-18).

1.1 O século XIX e as novas ocupações

O antigo chapadão voltou a ser ocupado ainda no século XIX, quando Antônio José Gonçalves Mostardeiro, vindo da região de Rio Grande, traz sua esposa Laura e seus filhos. A família chega a Porto Alegre no ano de 1864 e instala-se na região, onde foi construída a casa do comerciante, que ficou conhecida como *Chácara dos Mostardeiro*:

> Em termos de largura ela ia da atual Rua 24 de Outubro (esquina com a Ramiro Barcelos) até a Castro Alves, e estendia-se até os limites com as vias agora conhecidas como Miguel Tostes, Mariante e Florêncio Ygartua, chegando até a Quintino Bocaiúva (BISSÓN, 2009, p. 19).

Ainda segundo o autor, a edificação ficava onde atualmente é o encontro das Ruas Mostardeiro e Florencio Ygartua. Posteriormente fora ampliada, e apesar das modificações, a família permaneceu exatamente naquela esquina com o passar das décadas. Ainda no final do século XIX, um dos treze filhos de José e Laura, Hemetério Mostardeiro, começa a negociar parcelas do terreno para diferentes interessados. Assim se dá o início da configuração daquela parte do bairro.

Figura 6: Graficação da autora sobre planta baixa da cidade de Porto Alegre. Redesenho da planta de Porto Alegre do ano de 1906, originalmente por Alexandre Ahrons Trebbi.

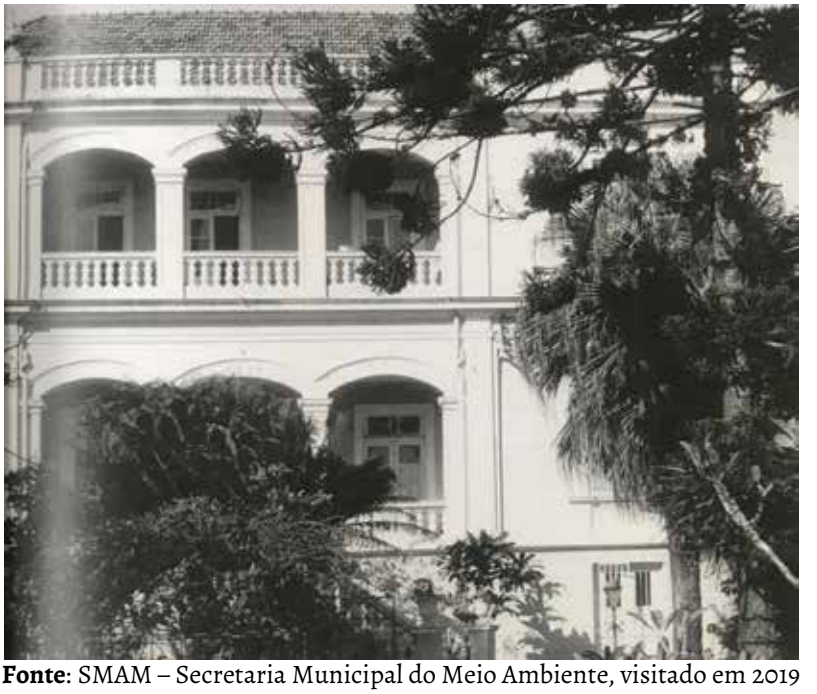
Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

A família Mostardeiro teve grande influência na formação do Bairro Moinhos de Vento, especialmente por ser proprietária de boa parte de suas térreas. Segundo Bissón (2009, p. 19-20): "Tanto a área do atual Parque Moinhos de Vento, quanto vários terrenos vizinhos era o espaço físico correspondente à chácara até o final dos anos 1880".

Figura 7: Chácara Mostardeiro em 1875. Primeira construção na Chácara dos Mostardeiro, no ano de 1875, atualmente onde se encontra a esquina das ruas Dona Laura e Florêncio Ygartua.

Fonte: Museu do Grêmio: Os Três Estádios, publicado em 4 de Maio de 2016

Figura 8: Casa sede da Chácara Mostardeiro, 1918. Publicado no Livro Moinhos de Vento: Memória e Reconhecimento



Fonte: SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, visitado em 2019

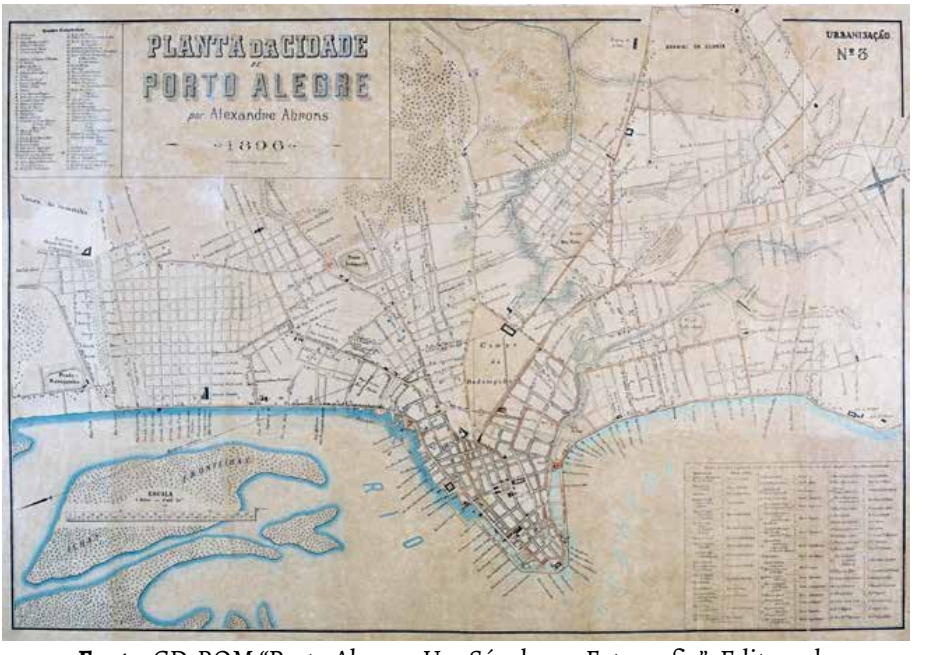
Figura 9: Atual Rua Florêncio Ygartua, esquina com a Rua Mostardeiro, década de 1920, a face oposta do quarteirão onde ficava a Chácara dos Mostardeiro.

Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, autor desconhecido.

Após o período da Revolução Farroupilha, havia entrado em atividade nas terras porto-alegrenses o desporto que trouxe grande influência na estruturação do tecido urbano do Bairro Moinhos de Vento. Em meio às mudanças do setor produtivo, Porto Alegre recebeu as singelas acomodações do que viria a ser seu primeiro prado, este com carreiras improvisadas, era definido como *mais ou menos fixo, e de indiscutível e assinalada afluência,* por Sanhudo (1961, p. 271). Segundo o autor, em poucos anos a atividade do hipismo foi ficando mais assídua e ainda nos anos 1860 as reuniões turfísticas já eram consideradas eventos movimentados e se realizavam em um gramado plano chamado de Farrapo Imperial, parte de uma chácara que pertencia à filha do General Manoel Ribeiro.

Na segunda metade do século XIX, surgiram os primeiros prados locais com pistas em formato específico para corrida de cavalos em Porto Alegre. A planta da cidade elaborada por João Cândido Jacques em 1888 já registrava dois destes, o Prado Rio-grandense no Menino Deus, e o Prado Boa Vista no arraial de São Miguel, entre as Ruas Boa Vista e Santana. A planta de autoria de Alexandre Ahrons datada de 1896, registra mais dois, o Prado Navegantes e o Independência – localizado no atual Parque Moinhos de Vento. Segundo Macedo (1973, p. 44), o aparecimento dos prados se deu suscetivelmente nesta ordem: "Prados do Menino Deus, da Boa Vista, dos Navegantes e por fim, o mais aristocrático de todos: o Prado Moinhos de Vento".

Figura 10: Planta baixa de Porto Alegre do ano de 1896. Autoria de Alexandre Ahrons Trebbi – onde constam os quatro Prados: Navegantes, Independência, Boa Vista e Menino Deus



Fonte: CD-ROM "Porto Alegre - Um Século em Fotografia", Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos

Não é difícil entender por que o Prado Moinhos de Vento se tornou rapidamente o preferido pela alta sociedade porto-alegrense. Com os avanços do esporte ao longo do século XIX, a elite passou a preferir as modernas pistas circulares, que admitiam mais competidores que antigas pistas retas. Geralmente, os hipódromos construídos com esse novo formato estavam situados em amplas áreas verdes, e em função disso, passaram a ser chamados de prados, pois segundo Bissón (2009, p. 21): "todos eles se situavam em meio a campinas planas, cobertas de pastagens".

Em 1894, a instalação do Prado Independência, impulsionou o crescimento do bairro em direção à virada de século, embora o turfe já existisse em Porto Alegre desde o ano de 1856. Foi nesta época em que o comércio central se expandiu na direção do interior, avançando paralelamente ao espigão e a orla, segundo Villaça (2001, p. 204). Por isso a parte alta daquela rua preservou-se como área residencial das elites, a partir do alto do espigão, um dos eixos de expansão residencial das burguesias. A riqueza e a tradição se instalaram, inicialmente, na avenida que parte do centro da cidade e a partir dos anos 1930 a fronteira entre a Av. Independência e o Bairro Moinhos de Vento tornou-se praticamente indistinguível.

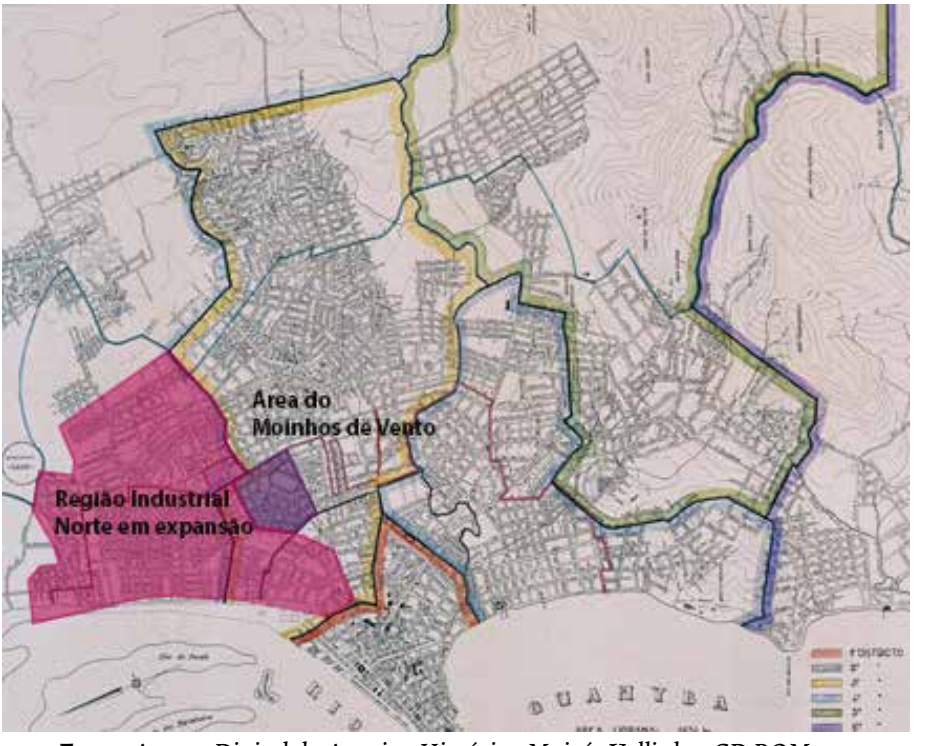
Figura 11: Planta baixa de Porto Alegre de 1906. Setor de Planta de Porto Alegre do ano de 1906 de Alexandre Ahrons, redesenhada por Atílio Alberto Trebbi

Fonte: Acervo digital do IHGRGS

Dentre os limites oficiais do bairro – fixados pela lei municipal 2022 de 07/12/1959 -, as primeiras ruas abertas tiveram origem na divisão da já citada Chácara Mostardeiro, originando as ruas que até os dias atuais conhecemos como Mostardeiro e Dona Laura. Segundo Laytano, pouco depois da criação destes novos logradouros, a região passa a ser habitada por tradicionais famílias porto-alegrenses, todas do alto comércio da capital e da indústria, tornando o Moinhos de Vento, um bairro aristocrático.

Desde sua definição oficial como bairro, o Moinhos de Vento recebeu influência do Turfe. Com a importação inglesa do cavalo Avon - primeiro de raça puro sangue a chegar na Província -, por iniciativa do vereador José Ferreira Porto, foi iniciado o processo de criação de cavalos de corrida nesta região da cidade. Paralelamente ao desenvolvimento da malha urbana, o interesse pelas corridas aumentava gradativamente, já havendo disputas mesmo antes de surgir o primeiro hipódromo – o qual foi fundado ainda em meados do século XIX, pelo médico Ramiro Fortes Barcelos, na região da várzea, onde fica o atual Parque Farroupilha.

Figura 12: Graficação sobre planta baixa de Porto Alegre de 1932, de Francisco Ballanca, com a divisão da cidade em distritos, onde não se identifica limites entre o Moinhos de Vento e Floresta



Fonte: Acervo Digital do Arquivo Histórico Moisés Vellinho. CD ROM. 01.

Nesta época, o terreno que hoje pertence ao Parque Moinhos de Vento estaria provavelmente vazio, tendo sido abandonado pela população. Em uma planta da cidade, que teria sido confeccionada em 1835, por L. P. Dias, Sanhudo (1961, p. 228) afirma que *"já estava registrado para essa zona um vazio com um ponto vago, mais ou menos à altura do atual Colégio Bom Conselho com a indicação de "Moinho de Vento Velho"*. Embora o mapa onde consta esta informação – já analisado nesta pesquisa – date de 1839, na confecção de L. P. Dias, esta informação evidencia que já havia mais de meio século desde que se iniciara o esvaziamento da área, muito provavelmente em prol da necessidade que o estado vinha enfrentando em combater os invasores, culminando nas batalhas da Revolução Farroupilha.

Aos fins do século XIX, instalavam-se no antigo chapadão, as estruturas do Prado Independência, que com equipamentos de luxo, logo iria eliminar as concorrências. O pavilhão de grandes dimensões com espaços majestosos atraía as mais altas camadas da sociedade a irem apostar nas corridas, mantendo os domingos movimentados nesta região. Com quatro prados em funcionamento, o turfe atingiu seu auge em Porto Alegre

na última década do século XIX, ocasionando a atratividade do local para instalações residenciais.

Bissón (2009, p. 25) afirma que: "Os alemães e os teuto-brasileiros foram os primeiros grupos com uma identidade étnica e cultural definida a escolher o Moinhos de Vento como local de construção de suas residências". Provavelmente os fatores que fizeram com que eles viessem para o bairro foram os terrenos baratos - pois a região ainda era considerada distante do Centro de Porto Alegre - e o gosto pelas áreas verdes, seguindo a tendência germânica do culto à natureza:

> Ocupada a Independência, os capitalistas, os altos comerciantes e a classe média-alta, especialmente os de origem alemã, passaram a se instalar no Moinhos de Vento. O processo se acelerou durante e depois da construção da Hidráulica na região. Era até natural que isso ocorresse, considerando o processo natural de expansão da cidade. Pode-se dizer que, a partir do final do século XIX, a moradia das elites em Porto Alegre seguiu uma linha sinuosa e contínua no perímetro urbano. Começou na Rua Duque de Caxias, seguiu pela Independência e chegou até o Moinhos no final dos anos 20. (BISSÓN, 2009, p. 30-31)

Além da instalação da Hidráulica, a abertura da Rua 24 de Outubro já vinha acontecendo desde a primeira década do século XX. Com sua obra já em andamento nos anos 1900, o que se conhecia por Rua Moinhos de Vento – nome dado após o início da urbanização, abandonando a palavra "estrada" – o logradouro só teve sua nomenclatura oficializada no ano de 1933, por meio de Decreto Municipal. A abertura desta rua foi outro fator importante para a urbanização do Bairro Moinhos de Vento, facilitando o acesso à antiga Aldeia dos Anjos – atual município de Gravataí – e melhorando a circulação no bairro, o qual recebia grande demanda de construções, em sua maioria residências de famílias ricas.

Assim, o bairro foi se tornando cada vez mais urbanizado e populoso, tendo suas ruas adjacentes preenchidas pelas luxuosas e ostentadoras mansões das famílias mais abastadas da região. Seus jardins normalmente eram extensos, decorados constantemente recebiam manutenção. Adornos importados como chafarizes e balanços de ferro eram trazidos de navio continente europeu.

A partir das últimas décadas do século XIX, a área só cresceu e recebeu melhorias de infraestrutura, tendo suas ruas pavimentadas, energia elétrica e saneamento de água e esgoto em toda a extensão do bairro (SILVA, 1943, p. 66). Naquela época, o incentivo à requalificação de espaços e

remodelação da malha urbana da cidade levou a prefeitura à contratação de arquitetos e urbanistas para planejar e remodelar algumas áreas da cidade, incluindo a região do atual Bairro Moinhos de Vento.

Figura 13: Jardim no Moinhos de Vento. Jardim de uma das primeiras mansões construídas na região do Moinhos de Vento – próximo ao Morro Ricaldone, no final do século XIX

Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, doado por desconhecido

Figura 14: Hidráulica Guaibense em 1890. Obras de construção dos tanques da Hidráulica Guaibense, 1890

Fonte: Acervo pessoal de Virgílio Callegari, disponível em acervo digital da Fototeca Sioma Breitman

Figura 15: Tanques da Hidráulica Guaibense, 1906

Fonte: Acervo pessoal de Virgílio Callegari, disponível em acervo digital da Fototeca Sioma Breitman

Figura 16: Obra da abertura da Rua 24 de Outubro, 1907

Fonte: Acervo pessoal de Virgílio Callegari, disponível em acervo digital da Fototeca Sioma Breitman

Figura 17: Palacetes da Av. Independência, 1953

Fonte: Fotografado do livro Moinhos de Vento: Memória e Reconhecimento. Disponível em Jockey Club do Rio Grande do Sul

Figura 18: Rua Barão de Santo Ângelo esq. com Rua Hilário Ribeiro, 1953

Fonte: Fotografado do livro Moinhos de Vento: Memória e Reconhecimento. Disponível em Jockey Club do Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo científico de cunho historiográfico, procurou-se entender como se deu a formação do Bairro Moinhos de Vento no contexto urbano da cidade de Porto Alegre. A região começa a se desenvolver em uma época na qual o crescimento urbano ascendia no ramo industrial, o qual influenciou diretamente na configuração do bairro que chamamos até os dias de hoje de Moinhos de Vento.

O Bairro Moinhos de Vento teve seu crescimento impulsionado a partir da segunda metade do século XIX, apesar de já ter sido anteriormente ocupado para diferentes fins. É notável, a partir da pesquisa aqui feita, que este foi o local preferido pelas elites porto-alegrenses para a sua instalação tanto por questões geográficas, como o natural deslocamento dado ao longo da avenida independência em território privilegiado pelas elevadas cotas de relevo.

Desde suas primeiras ocupações, a altitude dos terrenos foi fator de alta influência, fazendo girar as mós com a força do vento e tornando o homem independente da água para tanto. Tanto nos tempos de arraial quando após o seu esvaziamento, o Moinhos de Vento foi uma zona colonizada por famílias tradicionais e este fator o ajuda a ser visto até os dias de hoje como um dos bairros mais conservadores da cidade de Porto Alegre.

Há uma clara discrepância entre as interpretações de autores sobre a origem do nome do bairro, e por esta razão, foi revisado o estado da arte, a fim de explicitar o desconhecimento da origem do nome escolhido. Uma vez que se objetivou aqui apenas a pesquisa historiográfica e a contagem da história deste emblemático local, as análises em cima de mapas e plantas antigas da cidade de Porto Alegre, ilustram claramente o desenrolar desta formação urbana.

A história do Bairro Moinhos de Vento, onde hoje contemplamos diversos equipamentos urbanos, consiste em uma longa e consolidada trajetória, com modificações no tecido urbano e mudanças de equipamento ao longo de mais de dois séculos. A viagem no tempo que este artigo buscou proporcionar, culmina no que temos hoje no coração de uma das regiões mais movimentadas da cidade: um bairro pequeno, diversificado e cheio de histórias.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Ronaldo Marcos. *Porto Alegre* – Um Século de Fotografia. Porto Alegre: Editora da ULBRA, 1997. CD-ROM.

BISSÓN, Carlos Augusto. *Moinhos de Vento:* histórias de bairro de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2009.

LAYTANO, Dante de. *Moinhos de Vento:* os 10 anos de um parque na história de Porto Alegre. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, 1982.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

_____. *Porto Alegre:* História e Vida da Cidade. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1973.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil:* terra de quem? São Paulo: Livraria Nobel S.A., 1991.

PETERSEN FILHO, Germano. *Porto Alegre:* história e urbanização. Porto Alegre: Editora La Salle, 1982.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. *10 Anos do Parque Moinhos de Vento*, 1982.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana no Brasil.* São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do RS, Porto Alegre, n. 148, 2014.

REVISTA História Ilustrada do Grêmio, n. 2, Edição Especial, 1910/1918.

SANHUDO, Ary. *Porto Alegre:* crônicas da minha cidade. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1961.

SILVA, Loureiro da. Um Plano de Urbanização. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Globo, 1943.

SOUZA, Célia Ferraz de. *Contrastes Regionais e Formações Urbanas.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

SOUZA, C. F. de; MULLER, D. M. *Porto Alegre e Sua Evolução Urbana.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil.* São Paulo: Estúdio Nobel, FAPESP, Lincoln Inst., 2001.

WERNER, Gilberto Domingues. *Moinhos de Vento:* Memória e Reconhecimento. Porto Alegre: Edicão do Autor, 2014.

Recebido em 05/01/2020
Aprovado em 11/06/2020

"DO PAPEL PARA A EDIFICAÇÃO": UMA ANÁLISE DO PERCURSO HISTÓRICO DA INSTALAÇÃO DO PORTO PÚBLICO DE PELOTAS-RS.

"FROM PAPER TO BUILDING": NA ANALYSIS OF THE HISTORICAL PATH OS THE INSTALLATION OF THE PUBLIC PORT OF PELOTAS –RS.

Thiago Cedrez da Silva[1]
Elvis Silveira Simões[2]
Edgar Ávila Gandra[3]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo histórico de edificação do Porto público da cidade de Pelotas-RS. A partir de uma análise reflexiva da bibliografia existente sobre o assunto e do cruzamento com fontes primárias de cunho jornalístico e arquivístico, buscaremos compreender quais os elementos que levaram a decadência dos trapiches particulares e a consequente construção de um porto público às margens do canal São Gonçalo na Cidade de Pelotas. Além disso, sua relação com as necessidades comerciais que emergiam diante de uma Pelotas em desenvolvimento urbano e social no início do século XX.

Palavras chaves: Porto. Pelotas. Desenvolvimento Urbano. Desenvolvimento comercial.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the historical process of building the public port of the city of Pelotas-RS. From a reflexive analysis of the existing bibliography on the subject and the crossing with primary sources of journalistic and archival nature, we will seek to understand which elements led to the decay of the private warehouses and the consequent construction of a public port on the banks of the São Gonçalo channel in the city of Pelotas. In addition, its relationship with the commercial needs that emerged in the face of a Pelotas in urban and social development at the beginning of the 20th century.

***Keywords**: Porto. Pellets. Urban Development. Commercial development.*

---

1 Doutorando em História (UFPel). Mestre e Graduado em História (UFPel). Professor na FATEC-Pelotas

2 Doutorando em História (UFPel). Mestre e Graduado em História (UFPel).

3 Graduado em História pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (1995), Mestre em História Ibero-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é Professor Associado I da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) atuando no Departamento de História, no Programa de Pós Graduação em História -PPGH e no Curso de Educação do Campo. Também Lecionou no MBA em Gestão de Pessoas -UNICENTRO-PR. Tem experiência de pesquisa em temáticas sobre História do Trabalho e Movimentos sociais. Foi bolsista do Programa de Estágio Sênior Capes no Exterior na Universidade do Porto-PT. Professor colaborador do CITCEM-Universidade do Porto-PT.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio, pretendemos tecer uma breve análise do processo de edificação do Porto público da cidade de Pelotas-RS e seu impacto na construção urbana e social da cidade. Sua construção teve início a partir do estabelecimento das charqueadas que, rapidamente, influenciaram a transformação do cenário urbano. No Século XIX, eram muito comuns os trapiches privados que escoavam a produção até o porto de Rio Grande-RS – quando enviados para fora da província - ou para o Porto de Porto Alegre-RS quando se configurava um abastecimento interno da região. Nesse cenário, a elite econômica de Pelotas ansiava por um porto aonde dinamizasse a escoação de mercadorias sem ter o ônus privado. Dessa forma, o intuito da ação de construção de um cais público, advém das necessidades comerciais que emergiram, nesta cidade, em sua fase de pujança econômica e, cujo ápice de desenvolvimento, foi à primeira metade do século XX.

Neste artigo, buscaremos dialogar com um leque de fontes que consistem tanto de bibliografias pertinentes sobre o assunto, como também de jornais, folhetos de divulgação e materiais colhidos no Arquivo Morto do Porto Pelotas. Deve-se destacar que, embora se tenha presente uma rica possibilidade de pesquisa que envolvesse a relação com os portos vizinhos, sobretudo de Rio Grande-RS e Porto Alegre-RS, não será foco dessa pesquisa neste momento (o que não será o foco da pesquisa?). E há ainda, apontamentos no decorrer do texto, que poderiam ser aprofundados em uma pesquisa de maior fôlego.

Uma questão importante é que Pelotas não nasceu uma cidade portuária[4], seu Porto Público foi fruto das necessidades comerciais que emergiram nesta cidade. Sendo assim, para melhor compreendermos como decorreu o processo de formação do Porto Público de Pelotas, faz-se necessário apresentar uma sucinta exposição histórica elencando os fatores que viabilizaram essa construção. Assim, optamos por abordar, em um primeiro momento, o período que antecede a construção da instalação portuária pública na cidade.

Existe um aspecto muito característico de estruturas urbanas com portos locais: o porto interage com o espaço urbano onde ele é estabelecido. Além disso, propicia a criação de um ambiente singular, visto socialmente como lócus masculino e militarizado. No entanto, é poroso na medida em que permite que mulheres vivenciem em maior ou menor grau neste referido espaço ocupando profissões marginalizadas como prostituições, lava-

4 No entanto, destaca-se a utilização do potencial de navegação que a Lagoa dos Patos possui, só que privadamente. Contrário á cidade de Rio Grande que teve seu processo de edificação tangente com seu Porto Marítimo.

deiras, vendedoras, bem como fazendo das famílias dos obreiros do porto, indústria e segmento militar. Este multifacetário espaço, vivencia vigilância permanente, tanto por parte dos gestores do porto, como também pela administração local da cidade para manter da segurança ou a normalidade da produção e circulação de mercadorias nesta região.

Este fenômeno não se restringe somente a Pelotas, trata-se de uma caraterística urbana mundial. Abrindo espaço para resistência de quem lá habita e trabalha. No caso de Pelotas, a relação da cidade com seu sistema fluvial - desde os momentos iniciais de sua edificação - estimula afloramento de trapiches com variadas funções de abastecimento e circulação de mercadorias, inclusive, sendo sinônimo de prestígio possuir um "cais privado" em sua propriedade charqueadora.

Neste caso, situamo-nos no século XVIII, no qual havia, nesta região, com o desenvolvimento das charqueadas, trapiches particulares que serviam como ponto de exportação dos produtos derivados do gado[5]. Esta pratica portuária estará presente até o início do século XX, após este período, presenciamos um núcleo urbano organizado e a cidade de Pelotas está em pleno desenvolvimento comercial e industrial.

Em relação ao segundo momento supracitado do processo de formação da orla portuária, está a edificação do Porto público, que foi pensado "atendendo as solicitações das áreas econômicas e, de acordo com sua orientação político-administrativa, o Governo do Estado, apoiado no Decreto n°18.553, de 31 Dezembro de 1928 procede as medidas necessárias à construção de instalações portuárias na cidade".[6] Sobretudo, a partir da pressão da associação comercial de Pelotas que foi fundamental para o término das obras.

Contudo, no nosso entender, não foi planejado ou previsto, o impacto das mudanças no tecido social desta região. É significativo o fato que, como posteriormente iremos abordar, houve um redirecionamento de edificações familiares mais humildes para região portuária e, por sua vez, as construções de moradias mais elitizadas para região norte da cidade.

1 A gênese do Porto

Será a partir do século XVIII, que começará a se originar o povoado que dará origem a cidade de Pelotas, denominada de Freguesia de São

5 Sobre os trapiches é interessante destacar que os mesmos apenas tratavam de suprir uma necessidade, sem, contudo ser o embrião de um porto. Esse projeto só será discutido e implantado, após a década de 1920.

6 Disponível em: < http://www.lagoadospatos.com.br/porto_pelotas.asp >. Acesso em: 5 dez.2009.

Francisco de Paula, época também das charqueadas, momento em que Pelotas tornar-se-á o pólo beneficiador e distribuidor dos produtos originados do gado para demais regiões.

Para entender a necessidade da criação das charqueadas, temos que levar em consideração o próprio processo de povoamento da terra e sua apropriação econômica. Em especial, seu mundo rural que circundava. As charqueadas só foram edificadas pelo fato de ocorrer um rápido processo de expansão do gado na região sul do Brasil. Sobre esta questão, Eduardo Arriada (1994) no seu estudo sobre a gênese e o desenvolvimento urbano de Pelotas (1780-1835), faz uma análise da pecuária e o crescimento econômico da região e Pelotas, salientando que:

> A estância vai marcar um aspecto fundamental na economia do Rio Grande do Sul, principalmente por causa das possibilidades geradas pela riqueza oriunda dos imensos rebanhos bovinos. Com ela tem início o fracionamento do território sulino e o primeiro ensaio de fixação do homem á terra, pois, antes, o que havia, era só a fixação do homem determinados locais, via de regra postos militares. (ARRIADA, 1994, p. 32)

Sendo assim, neste período, a economia da província do Sul era basicamente sustentada pela pecuária e a produção de cereais, tendo como destaque o trigo. Além deste, produzia-se erva mate e milho. A cultura do trigo começou no Rio Grande do Sul com a ocupação portuguesa em 1737. Sendo que as exportações deste produto em níveis mais expressivos começaram na década de 1780.

O desenvolvimento agrícola que ocorreu, principalmente, nas colônias de imigração alemã instaladas nas áreas dos rios dos Sinos, Caiu, Taquari e Jacuí - propiciou o impulsionamento da economia e urbanização da capital da Província de São Pedro, Porto Alegre. Apesar do grande volume de produção e escoamento de mercadorias do cais da capital, no período correspondente aos anos de 1820 a 1858, ocorre uma relativa "estagnação para o crescimento da cidade, no âmbito econômico e ainda, com uma taxa de crescimento populacional de 1,1% a 0,8%". (SINGER, 1977, p. 152)

Para Dalva Reinheimer (2010), a capital ficou "eclipsada pelas cidades do Sul", Rio Grande e Pelotas, que se desenvolviam com a produção e exportação dos derivados da pecuária. (REINHEIMER, 2010, p.48). É importante ressaltar que Rio Grande possuía o único porto oceânico da Província, sendo por isso, ponto estratégico e importante para economia brasileira pela exportação do charque advindos de pelotas pelo transporte hidrográfico fluvial.

Porto Alegre volta a crescer, no que se refere à economia, com o ressurgimento das atividades agrícolas a partir de 1850. A ligação fluvial da capital com o interior norte e sul da província foi basilar para esse crescimento. Produtos como milho e feijão preto, farinha de mandioca, a banha (de porco) e o arroz fomentaram o aumento da economia e seu fluxo comercial de importação e exportação no cais portuário da capital.

Conforme Reinheimer (2010), por volta do período de 1860, Porto Alegre volta a competir com a hegemonia das transações comerciais no Sul do Brasil com as cidades exportadoras dos produtos advindos da campanha, Pelotas e, principalmente, Rio Grande.

O trecho acima reforça a necessidade econômica e estratégica da região para a edificação de um porto central para Pelotas, demonstrando que não foi só a partir da expansão das charqueadas no Rio Grande do Sul, em específico em Pelotas, que se deu a exploração da margem do canal São Gonçalo - como um canal de escoação. Pois, havia um significativo movimento e expansão comercial desde a época da produção de trigo abarcando outros produtos que permeavam os trapiches Pelotenses, o cais de Porto Alegre e de Rio Grande:

> Os produtos das charqueadas se dirigiam de Jaguarão e Pelotas para Rio Grande e daí eram exportados para outros portos nacionais e estrangeiros. Também era por essa linha de navegação que entravam os gêneros importados, usados em larga escala, principalmente nas charqueadas que estavam estabelecidas as margens do canal São Gonçalo. Os produtos da pecuária, que estavam ligados à exportação do Rio Grande do Sul, correspondiam à política nacional e recebiam os maiores incentivos. (REINHEIMER, 2010, p. 72-73).

Desta maneira, tais mercadorias e escravos também se tornaram importante para o cenário econômico, assim como as charqueadas, para alavancar o comércio hidrográfico e auxiliar na construção de trapiches portuários que possibilitará a consolidação do ideário de construção do atual porto. Um aspecto importante refere-se à posição privilegiada da cidade às margens do Canal São Gonçalo, sendo navegável. Por muito tempo, constituía-se como a única via de acesso rápido a Porto Alegre, indo os navios até a Lagoa dos Patos e de lá, subindo para o Rio Guaíba. Portanto, a região onde se formou a urbe Pelotense, serviu como centro de escoação da produção agrícola e pecuária para as demais regiões da província e do País.

Cabe salientar que, o território onde se edificou em 1812, a Freguesia de São Francisco de Paula e que dezoito anos depois, em 1830, atingirá a condição de Vila sob o mesmo título, possuía características geográficas diferente das demais regiões. Nesta zona fluvial e litorânea, as condições de abrigo não eram propícias para construção de habitações, visto que possuía um local baixo, alagadiço, por isso dificultava a concentração da população, mas não impedia o processo de circulação de mercadorias. Todavia, diferente de outras regiões do Brasil, o processo de urbanização não se deu no sentido litoral-centro, mas sim ao contrário.

No município do Rio Grande, centro urbano vizinho à freguesia, conseguiu boas condições de abrigo em seus terrenos próximos ao mar de modo a propiciar a formação de núcleos habitacionais que se organizaram ao seu redor com facilidade.[7] Talvez, seja por isso que Rio Grande, desde sua fundação, foi o centro de importantes atividades industriais e portuárias.

Ainda sobre as condições territoriais, na época da localização da freguesia, havia uma discussão, entre os grupos influentes da localidade, sobre a implantação de um núcleo urbano em uma área menos inundável. Exemplificamos isso conforme verificado em Gutierrez (1993):

> [...] que vai ao encontro do São Gonçalo. E Boaventura R. Barcellos apoiava o capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos. **Discutia-se sobre os locais menos inundáveis ou a possibilidade de um porto.** O padre Felício Joaquim da Costa foi escolhido [...], para advogar, junto á corte do Rio de Janeiro, pretensões dos moradores da margem norte do São Gonçalo. (GUTIERREZ, 1993, p.167). [Grifo do autor].

É perceptível a iniciativa/desejo da elite local, na sua visão de organização da estrutura urbana o estabelecimento de um porto que atendesse às suas necessidades comerciais, bem como à noção de desenvolvimento e progresso vigentes à época em apreço.

Além da questão geográfica, outro fator propiciou o desenvolvimento de um núcleo urbano para longe das margens do Arroio Pelotas[8] e a construção do um porto no Canal São Gonçalo, na qual se pode dizer que foram as condições de higiene vinculada ao discurso médico/sanitarista do final do século XIX e início do Século XX. Ressaltamos que, neste momen-

7 Para mais informações sobre o processo de urbanização do munício de Rio Grande ver: MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

8 Adoto a denominação Arroio por ser a mais usual, embora haja indícios de este se tratar, na verdade, de um rio.

to, a produção nas charqueadas está em pleno desenvolvimento, logo o mau cheiro, os dejetos, enfim, confrontavam o discurso médico supracitado[9]. Consequentemente, o deslocamento e loteamento de terrenos a partir da margem do Canal São Gonçalo ocorreram em direção ao que atualmente conhecemos como centro da cidade.

Portanto, o local onde atualmente está localizado o Porto de Pelotas estabeleceu-se pela valorização dos terrenos conformados naquele local e pelo fato de querer beneficiar o embarque concentrado de um número maior de mercadorias, em especial o charque, para outros locais.

Uma contribuição interessante para este estudo foi o trabalho de Martha Costa Potsch (2002), em sua análise da área portuária de Pelotas e sua identidade, onde as atividades portuárias, em sua atual localização, datam de, aproximadamente, 1815, que a cidade era a "capital da Campanha", pois o gado de toda a região era trazido pelos fazendeiros, e aqui era charqueado pelos escravos das regiões norte do Brasil.

Como em outras regiões do mundo neste período, não foi difícil de imaginar a repercussão econômica do empreendimento charqueador. Tendo em vista que o charque foi um produto importante, servindo tanto como alimento dos escravos, como também por suas características de produção ampliando a escravidão no extremo sul do Brasil.

Já sobre as implantações do pólo charqueador escravista pelotenses, se tem vários estudos do seu surgimento e organização[10], mas o que nos interessa aqui são as atividades portuárias nesta localidade. Portanto para elucidar está movimentação em Pelotas, recorreremos novamente a Spencer Leitman:

> [...] as grandes quantidades de carne salgada que produziam eram embarcadas para os portos do norte do Brasil, de onde eram redistribuídas para as fazendas ao longo da costa. Os navios costeiros brasileiros faziam esse comércio, mas os navios estrangeiros, mais interessados no couro, transportavam também carne seca salgada e descarregavam-na nos portos brasileiros antes seguirem para os Estados Unidos ou para Europa. (LEITMAN, 1979, p. 99).

9 Sobre a questão do mau cheiro advindo das charqueadas, podemos captar tal elemento através dos relatos de viajantes que passavam pela localidade. Cita-se, por exemplo: Saint-Hilaire, Jean Baptiste Debret, Nicolau Dreus, dentro outros.

10 Cita-se, por exemplo: GUTIERRES, Ester J. B. *"Sítio charqueador pelotense"*, in: História Geral do Rio Grande do Sul: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

Também é significativa a observação que o historiador Mario Osório de Magalhães faz sobre as exportações em Pelotas no tempo das charqueadas, ressaltando que:

> [...] Nos primeiros tempos, a carne seca era conduzida de iate até o porto de Rio Grande. De lá para as vilas e cidades marítimas do Brasil, para os Estados Unidos e para a Europa. Foi em 1876 que atracou no porto de Pelotas o *Tampico,* primeiro navio em que se exportou diretamente o charque para os Estados Unidos. (MAGALHÃES, 1981, p. 46-47)

Por muitos anos, só se viajava de navio, pois as estradas eram de difícil acesso. Deste modo, Pelotas teve grande importância no transporte hidroviário, pois, conforme León (1996), existia as companhias de navegação a vapor que realizavam diversas linhas, dentre estas as linhas: "Porto Alegre-Pelotas e Pelotas-Santa Vitória – Pelotas – Rio Grande", bem como o norte do país.

Aliás, em se tratando de embarcações, Pelotas possui um destaque: segundo León (1996) se construiu, em 1832, por iniciativa de Domingos José de Almeida e Gonçalves Chaves, o primeiro barco a vapor da província: a famosa barca *Liberal. C*onstruída num estaleiro que ficava no extremo sul da atual Rua Marechal Deodoro, bem no encontro do São Gonçalo com o arroio Santa Barbara (com seu leito desviado), o que tornou conhecida a parte sudoeste da cidade, até o inicio do século XX, como bairro Estaleiro posteriormente denominado de Bairro Porto.

Após a emancipação da Vila do Rio Grande - no começo da década de 1830 - o então município de São Francisco de Paula, crescia na sua proporção urbana e industrial saladeiril. Sobre este período de efervescência mercantil do charque, Magalhães aponta informações significativas sobre o meio comercial dos charqueadores via navegação fluvial. Segundo o autor:

> Para os industriais, o tempo relativamente desocupado (em virtude da curta safra das charqueadas), o charque e o couro vendidos a altos preços nos mercados e a manutenção, desde logo, de um contato indireto com os grandes centros (os navios que levaram charque, couro e até linguiça defumada não haveriam de voltar vazios: vinham carregados de mantimentos, móveis, quadros, livros figurinos europeus) foram fatores que alargaram, num ritmo crescente, a sua visão de mundo. Permitiram-lhes, uma certa elegância, uma certa aproximação ás artes-numa palavra, um relativo requinte social, mais evidente nos seus filhos bacharéis. (MAGALHÃES, 1998, p. 13-14)

Esta fase de apogeu do ciclo do charque propiciou, para o autor, as condições necessárias para que a cidade autodenominada, por seus habitantes, como a "Princesa do Sul", ou ainda, a "Atenas Rio-grandense". É importante salientar que essa autodeclaração, como bem reforçou o referido historiador, sustentou-se em cima do "suor do negro, na punição do escravo, na faca assassina, na degola do boi, no arroio tinto de sangue, no cheiro da carniça, nas mantas de carne sob o calor do sol". (MAGALHÃES, 1998, p.14).

Um ponto importante para destacar em relação à mão de obra neste período charqueador na qual as atividades portuárias davam-se através dos trapiches particulares dessas indústrias, os trabalhos braçais eram feitos pelos escravos. Os próprios negros que participavam do processo de charqueamento também exerciam a função de trabalhadores portuários, envolvidos também na própria circulação de escravos. Isso se deu intensamente até o final do século XIX, pois devido a uma serie de acontecimentos, como por exemplo, a abolição da escravatura, onde os negros, marginalizados, passaram/continuaram a trabalhar em diversos setores da orla portuária com precárias condições de trabalho características do período.

Digno de nota, com o dever histórico, não somente negros, mas também outras etnias passaram a exercer as funções portuárias vinculadas ao uso da força física no carregamento de mercadorias.

Deste modo, tendo em vista a modernização dos meios de produção, decaem as charqueadas em comparação ao processo de transformação iniciado com o fim da escravidão, pelas novas relações e técnicas de produção, bem como pelas novas formas de relação de trabalho. A partir disso, a urbe pelotense viu surgir as suas primeiras fábricas e a indústria frigorífica.

2 A instalação do cais portuário nas margens do Canal São Gonçalo

Uma questão já levantada refere-se que a implantação de um porto às margens do Canal São Gonçalo partiu da necessidade da indústria saladeiril entre outras e que a implantação de serviços especializados no apoio ao processo de escoamento dos produtos produzidos nesta redondeza motivou uma reestruturação urbana, levando à necessidade de incluir um porto público no tecido urbano Pelotense.

Neste contexto de movimento portuário fluvial, conforme já mencionamos, cada charqueador possuía um atracadouro próprio para despachar suas mercadorias enviando para outras regiões e ainda receber supri-

mentos e outras especiarias. No entanto, conforme Arriada (1994), em 1834, a Câmara Municipal já disporia de um logradouro para o estabelecimento do porto com inicio no terreno da antiga alfândega (Rua Benjamim Constant) e estendendo-se até o local onde funcionava o Frigorifico Anglo S/A. Podemos inferir que já havia neste momento, interesse por parte da administração pública em direcionar e concentrar as mercadorias num único local e escoá-las a partir das margens do Canal de São Gonçalo. No entanto, havia um problema que dificultava o empreendimento desse projeto neste período. Embora a movimentação comercial sendo fluvial, pelos arroios próximos ao canal de São Gonçalo, existia obstrução em seu calado por parte de areias ou detritos. Sobretudo nas redondezas da barra, local do encontro com a Lagoa dos Patos. Este impasse só foi resolvido em 1868 com a contratação de uma empresa responsável pela dragagem e ampliação do calado de navegação.

Segundo a historiadora Beatriz Loner (2010), a partir de 1876, o porto pelotense já neste logradouro da Câmara Municipal, "começou a receber embarcações maiores, até 700 toneladas". Além disso, com os aterramentos nesta região portuária da cidade propiciou que viessem a se instalar, indústrias e equipamentos complementares (depósito, armazéns, etc.) que utilizavam, com intensidade, as instalações Portuárias. Ainda, neste período:

> A Praça do Comércio de Pelotas, em comunicado ao comércio nacional e internacional, afirmava que, de julho de 1877 até 26 de dezembro de 1878, ele recebera cerca de 50 navios nacionais e estrangeiros, o que é um excelente número para aqueles anos. Em 1882, são dados por terminados os trabalhos de desobstrução da barra do São Gonçalo (embora em largura menor do que se estipulava no contrato) restando apenas às escavações do canal do Seitia. (LONER, 2010, p. 197)

Foi a partir deste momento que as obras do Porto de Pelotas começam a caminhar rumo ao seu processo de construção no atual local do porto pelotense, diante de uma disputa política iniciada após a colocação de uma mesa alfandegaria na urbe. Sobre esses acontecimentos, Loner demonstra em mais detalhes o desfecho do ocorrido:

> Anteriormente, havia sido instalada uma coletora de impostos em 1850, depois elevada para Mesas de Rendas em 1859. Como resultado da desobstrução da barra e do aumento do tráfego de navios de grande calado, em 1878 foi autorizado o alfandegamento da Mesa de Rendas da cidade. Contudo,

> em 1881, Rio Grande conseguiu a retirada da Alfândega da cidade de Pelotas, pois se sentia prejudicada em seus negócios e alegava ser o São Gonçalo péssimo para navegação, além de dificultar a fiscalização contra o contrabando. Apesar da mobilização dos comerciantes e políticos pelotenses nesse episódio, lutando para o re-alfandegamento da cidade, apenas em 10 de julho de 1907 se consegue o estabelecimento de uma Alfândega em Pelotas. (LONER, 2010, p. 198)

Um aspecto que, em qualquer época, gera discussões entre o setor público e privado, é referente à aplicação de impostos. Neste período de análise, esta questão dos impostos já causava divergências. Neste período (1870-1880), o governo organiza uma comissão[11] para estudar a barra de Rio Grande, que passou a ser subvencionada pelo Governo Imperial. As atenções para um melhoramento do escoamento das mercadorias para um local que tivesse maior acesso por parte de embarcações nacionais e estrangeiras ficam voltadas para o extremo sul da Província. Neste caso, as estruturas portuárias de Pelotas e Rio Grande. Este último, por possuir um porto Oceânico, torna-se privilegiado em questões de incentivos e investimentos de infraestrutura portuária e logística de navegação. Ou seja, os portos que possuíam seu fluxo através da navegação fluvial, Porto Alegre e Pelotas-por exemplo, passam a sentir o impacto dessa atuação política. Segundo Reinheimer (2010), o cenário formado gerou uma:

> [...] falta de atenção do governo à navegação fluvial a questão dos impostos que recaíam sobre o setor sem o devido retorno. Outra questão era a legislação vigente, que vinculava as verbas e projetos do governo federal e provincial para a navegação interior às obras no porto de Rio Grande à via férrea, com benefícios para as últimas. O setor público se mostrou contraditório ou inoperante em relação à navegação. As mudanças econômicas e sociais já estavam acontecendo quando ocorreu a ruptura política, ou seja, a Proclamação da República (REINHEIMER, 2010, p. 77).

Na imagem abaixo, podemos perceber como estava à estrutura do cais para o atracamento de embarcações no porto pelotense para o trans-

11 Segundo Reinheimer, "tratava-se de um grupo de técnicos criado para estudar e melhorar o porto de Rio Grande. Esses técnicos formavam a 'Comissão de Melhoramentos da Barra'. Pela Lei nº1344, de 27 de maio de 1881, a comissão também ficou encarregada de estudar as condições de navegabilidade dos rios interiores, com o objetivo de melhorar as condições dos rios Jacuí, Taquarí, Caí, Sinos, e estabelecer um sistema de viação interligado, via Guaíba e Lagoa dos Patos, com o porto de Rio Grande. (REINHEIMER, 2010, p. 75)

porte fluvial. Assim como as construções civis que tinham sido edificadas até o período.

Fotografia 1: Instalações portuárias no São Gonçalo-1895.

Fonte: Arquivo Morto do SPH-Pelotas

Através deste desenvolvimento que começou entre o final do século XIX e o início do século XX, devido a "uma diversificação e aceleração da industrialização na orla portuária, ocorreu em seu entorno a formação de núcleos habitacionais de baixa renda, característicos do início da formação do proletariado urbano" (WEINER, 1992, p.117). Logo, a mão-de-obra empregada, tanto na construção do porto como nas tarefas braçais de circulação de mercadorias deste, advinha basicamente das pessoas que habitavam os núcleos da região portuária. E estes núcleos eram compostos por pessoas de diferentes regiões como, por exemplo, Bagé, Canguçu, Camaquã[12]. A ilustração abaixo se remete ao período de construção dessa estrutura durante o século XIX:

12 Essa constatação surgiu através da análise das Fichas Funcionais dos Portuários que constam no arquivo morto da Superintendência do Porto de Pelotas.

Fotografia 2: Construção dos trapiches centrais as margens do Canal São Gonçalo, s.d (Sem Data).

Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional

Outro fator que impulsionou a movimentação portuária da "Atenas Rio-Grandense" foi a construção de uma linha férrea[13] que ligaria Bagé-Pelotas-Rio Grande. Estrutura esta que alavancou significativamente o número de escoação de mercadorias através do seu porto local. Esta ferrovia foi iniciada em 1881, e inaugurada em 1884. O ramal ferroviário que ligava a estação ao Porto de Pelotas, de iniciativa da Intendência, entrou em uso em 1906. Embora, em 1903, descarregou-se a primeira tropa de gado na orla portuária.

Desta forma, a escoação de mercadorias do interior da região sul chegava muito mais rápido em relação aos sistemas anteriores, propiciando assim um aumento na demanda de importações e exportações. Tangentemente, há o estabelecimento de empresas em volta da orla portuária na qual gera todo um aumento na economia da urbe, e mais do que isso, há um acréscimo de mão-de-obra para suprir este desenvolvimento.

13 Para mais informações ver: SCHMITZ, Maira Eveline. *Nas asas do vapor*: construção do espaço ferroviário em Pelotas/RS (fim do séc. XIX – início do séc. XX). Dissertação de Mestrado, Pelotas, 2013.

Fotografia 3: Início das obras de um cais portuário público, ano 1912.

Fonte: Arquivo Morto SPH-Pelotas

Para elucidar a movimentação do porto nesse período, é interessante o estudo que Magalhães faz do Período em tela, reforçando a posição estratégica do Porto de Pelotas e a importância da construção de uma linha férrea:

> O Porto de Pelotas era movimentadíssimo no passado. Por ele ou pela viação férrea é que chegavam os forasteiros; de navio é que os nossos avós se aventuravam até Buenos Aires ou até Rio de Janeiro, de lá partindo às vezes para Europa. Nesse vaivém havia sempre a aglomeração de muito povo, seja para participar do entusiasmo e da nostalgia das percepções e despedidas, seja pela curiosidade de conhecer os vapores imponentes que aportavam em Pelotas. (MAGALHÃES, 1981, p.47)

Outra interessante fonte sobre o Porto de Pelotas é a narrativa que Antônio Jayme Aurora faz sobre sua rotina, enquanto criança, na orla portuária pelotense na década de 1920:

> Hoje é dia de atividade no Porto [Sic], é sexta-feira, dia da chegada de Aratimbó[14]; Êstes Aras marcaram época na cidade de Pelotas. Ornamentavam aqueles velhos trapiches; o comércio estava com seus estoques de mercadorias em dia; a tripulação a gastar na cidade; havia movimento, era uma

14 Aratimbó era o nome de uma das embarcações que costumava atracar no cais portuário pelotense.

> satisfação ver os velhos trapiches lotados de navios. À noite, as pessoas davam seus passeios noturnos, iam até o Porto e sentiam-se felizes em ver aqueles navios iluminados e sentir o cheiro do lubrificante das máquinas. (AURORA, s.d. p. 28)

Diante disso, é possível observar as mudanças no tecido urbano da cidade de Pelotas com a construção do seu Porto. Essa edificação foi marcante no imaginário social da época. Há uma sensação de um progresso econômico diluído no corpo social.

3 A criação do porto público

Devido a desenvolvimento econômico e comercial da cidade de Pelotas, a União autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a construir e explorar o Porto dessa cidade, sob o decreto n°18.553, em 31 de dezembro de 1928. Embora sua confirmação viesse somente através do decreto n° 24.526, de 2 de julho de 1934 e n° 24.617, de 9 de julho de 1934.[15]

Após o decreto de 1928, as obras de construção de um Porto organizado para auxiliar as atividades econômicas locais só tiveram inicio em 20 de novembro de 1933, com base no projeto fornecido pelo Estado, mas alterado pela proponente. Em 5 de outubro de 1933, foi assinado o contrato com a firma Costa & Boegh para efetuar a construção do porto local. O projeto regia a construção de 464 metros de cais de atracação e três armazéns com cem metros de comprimento e vinte de largura.

Ilustrando esse processo, o jornal A Opinião Pública[16] emitia matérias em primeira página sobre o andamento das obras no cais do Porto Pelotense. No Jornal, o redator fala das diversas dificuldades que a construtora vem enfrentando no canteiro de obras portuárias. Ainda assim, coloca que as obras estão dentro do prazo e que tudo ocorrerá como o planejado. Além disso, faz um breve histórico da construtora, enumerando suas obras e contribuições para o crescimento da região sul.

Destarte, devido uma série de falhas administrativas a firma Costa & Boegh, faliu em 28 de novembro de 1936, gerando assim um contratempo para as obras do cais portuário. Em uma tentativa de solucionar o problema, foi criado uma Comissão das Obras do Porto de Pelotas (COPP) passando a responsabilidade da execução das obras para administração direta do Estado em 6 de fevereiro de 1937. Só que desde a falência do contratante até

15 PEREIRA, Idem. p. 23.

16 A OPINIÃO PÚBLICA, Pelotas, n °72, de 27 de março de 1934. p. 1-6.

meados de 1939, as obras no cais deram-se em ritmo lento. O descaso com o Porto foi explícito, de modo que afetou a economia da cidade. Insatisfeitos com o que ocorria, a Associação Comercial de Pelotas fez diversas reclamações, via imprensa, para com os responsáveis pela obra. E o interessante é que - num curto período de tempo - foram publicadas no jornal A Opinião Pública uma série de reportagens que demonstram a indignação e luta por providências, dos meios que dependem do funcionamento do Porto.

Estes dois trechos do Jornal A Opinião Pública demonstram claramente esse momento:

> O governo do Estado não necessitaria que lhe fixassem a attenção, nos effeitos da paralysação das obras no Porto de Pelotas, para compreende-lhes a nocividade. Esta, sobre attingir os interesses locaes, estorvando a navegação, e por consequencia, prejudicando a nossa economia com os damnos causados ao commercio e a agricultura, aphanha o tesouro Estadual por que a interrupção das obras, se prolongada, acarreterá em novas despezas. [...] é inexplicavel o marasmo governamental, deante das obras portuárias. [...] o governo, todavia, nem se quer respondeu aos telegramas da Associação Commercial [de Pelotas], não tendo, até hoje, por outro lado, em qualquer acto evidenciado o intento de reencentar a construção do Porto. [...] O prefeito Municipal deve endereçar um appello, ao Governador do Estado, afim de que apresse a terminação do melhoramento, reencentado os trabalhos antes de estarem inutilizáveis os primeiros e antes da paralyzação desatar-se em novos malefícios. (A OPINIÃO PÚBLICA, 28/12/1936, p. 1)[17]

O segundo texto publicado pelo jornal diz o seguinte:

> O fracasso dos srs.Costa e Boegh acarretará estorvos de monta,a construcção do nosso porto,tão necessário para o progresso de Pelotas.A paralyzação das obras prolongar-se -á ,se o governo não for estimulado a chamar,com urgência ,concorrentes á execução dellas. Como quase nada a empresa fallida realizou, sem que a fiscalização governamental com isso se preocupasse,os seus successores, nos trabalhos ,não os concluirão improvisamente.Uma vez,portanto, que o governo não se apresse em dar a Pelotas o porto que ella merece, pela sua importância commercial ,longo tempo ainda passará,sem que tenhamos melhoramentos. Dahi

17 Optamos por manter a grafia original em todas as citações feitas neste trabalho, conforme as publicações do Jornal A Opinião Pública.

> esperamos que os propugnadores do prestigio, das causas benéficas ao progesso local e ao embellezamento da cidade, se dêm a esforços para que a administração publica não retardem as providencias necessárias ao prosseguimento das obras do porto.(A OPINIÃO PÚBLICA, 18/11/1936, p. 1)

É notável o descontentamento dos representantes comerciais frente a essa demora na retomada das obras do cais portuário, pois afeta todo o ritmo de desenvolvimento que este setor já havia tido. Sem entrar em muitos detalhes, mas, além da economia, todas as pessoas que dependiam do trabalho, sejam diretamente ligadas à construção do Porto ou das próprias atividades portuárias, também foram afetadas; de modo que tiveram de buscar outros meios de subsistência para sobreviverem frente a essa problemática.

Após incansáveis chamativas e protestos de descontentamento do que estava ocorrendo na construção da orla portuária, A Secretaria da Fazenda contrata a firma Gruen & Bilfinger, em 11 de maio de 1942, para dar continuidade às obras. Esta nova empresa foi responsável pela elaboração de um novo projeto de cais a ser construído à frente do existente. Sendo que, esse projeto foi aprovado pela portaria n°696, de 06 de agosto de 1948 do Ministério de Viação e Obras Públicas[18].

Para finalizar este trecho do trabalho, entre a contratação desta nova firma, em 1942 e os protestos em prol de providencias da retomada das obras do Porto Pelotense, temos em 1940, no dia 21 de fevereiro, a inauguração do Porto pela administração Estadual onde estiveram presentes vários representantes de empresas locais, bem como lideres nacionais. Desta forma, este foi um dos marcos para propiciou a atenção e a retomada das obras. Para compreendermos melhor, neste mesmo ano, através dos trapiches particulares em operação ocupados pelo estado registrava-se um movimento portuário de 311 mil toneladas em cargas[19]. A partir deste momento, pode-se dizer que o Porto de Pelotas e a própria cidade em si, terá um novo período de sua História, marcado por desenvolvimentos estrutural-socioeconômicos, bem como o surgimento de novos problemas, que, no momento, não nos cabe discutir.

18 Disponível em: < http://www.lagoadospatos.com.br/porto_pelotas.asp >. Acesso em: 5 dez., 2009.

19 CANAL ABERTO, *Informativo da Superintendência de Portos e Hidrovias-SPH*. Porto Alegre, ano 1, n. 1, out., 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da proposta deste ensaio, traçada no início do texto, que visava à análise do processo de formação do Porto de Pelotas entre o século XVIII e meados da década de 1940, conseguimos perceber que sua edificação no atual local se deu por alguns motivos peculiares, por exemplos: a posição geográfica em que se estratificou a cidade. Sendo esta posição um fator positivo para a economia local e regional; o estabelecimento do Porto, às margens do Canal São Gonçalo, fez com que a própria característica estrutural da cidade se volta para o norte da região litorânea; a higiene nas charqueadas, assim como o mau cheiro que permeava a cidade devido ao processo de charqueamento. Estes são, segundo nossa pesquisa, alguns fatores que possibilitaram o estabelecimento do porto às margens do Canal São Gonçalo, levando em consideração a sua importância econômica para a cidade e região sul.

Somam-se ao processo referido, as questões sobre os problemas administrativos que ocorreram durante sua edificação, bem como as suas repercussões nos jornais em caráter local e regional. Nesta perspectiva, consideramos que isto foi basilar na escolha do atual local portuário.

Esta pesquisa vem contribuir para o enriquecimento de estudos sobre o assunto em tela, na medida em que há poucos materiais específicos do processo de construção do Porto de Pelotas neste período. Portanto, como foi citado logo no início, este foi apenas um pano de fundo para um estudo a ser desenvolvido sobre o presente assunto. Pois, há todo um universo de questões a ser analisado como, por exemplo, o labor portuário pelotense, suas relações com outras categorias ou com outros portos. De forma ou de outra, apenas buscamos contribuir para ampliar o leque dos estudos sobre essa temática.

Soma-se a esta questão, o fato de que a construção de um porto público em Pelotas propiciou não só as condições de avanço econômico para urbe, como também oportunidades de criação de postos de trabalho e incentivo a empresas de diversas áreas a se instalarem na zona portuária. Desta forma, é perceptível alguns valores simbólicos ligados à visão de progresso que o porto propiciaria para cidade. Portanto, se sua edificação emergiu como uma necessidade comercial e social da elite econômica, no devir histórico, transformou-se em uma dimensão social de diferentes culturas e interesses.

Logo, o porto pode ser pensado como a porta de recepção da cidade com o mundo, tendo em vista que ali chegam pessoas de diferentes regiões, mercadorias básicas para o consumo, objetos culturais e artísticos. Em contrapartida, exportam-se também os valores matérias e imateriais

de agentes históricos que aqui nasceram e desenvolveram-se ao longo da trajetória histórica da "Princesa do Sul". Dessa forma, o porto modificou o cenário urbano e marcou um espaço diferenciado na cidade conforme apresentamos neste texto.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO da Biblioteca Pública de Pelotas. Material consultado: Jornal *A Opinião Pública* (1920 a 1950).

ARQUIVO Morto da Superintendência de Portos e Hidrovias –SPH – Pelotas. *Canal Aberto, Informativo da Superintendência de Portos e Hidrovias-SPH*. Porto Alegre, ano 1, n. 1, out. 2005.

ARQUIVO Morto da Superintendência de Portos e Hidrovias –SPH- Pelotas. Material consultado*: Fichas Funcionais de identificação dos trabalhadores Portuários de Capatazia de Pelotas entre os anos de 1940 a 1970.*

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas:* Gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835). Pelotas: Armazém Literário, 1994.

AURORA, Antônio Jayme. *O garoto do Porto:* contos de suas andanças pelo Brasil*.* Porto Alegre: Metrópole, [s.d.].

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias.* Pelotas: Editora Universitária, 1993.

_____. *"Sítio charqueador pelotense".* In: História Geral do Rio Grande do Sul: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

LEITMAN, Spencer L. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos:* um capítulo da história do Brasil no séc. XIX. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LEÓN, Zenia. *Pelotas: sua história e sua gente.*_Pelotas. Universitária/ UFPel, 1996.

LONER, Beatriz Ana; LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório. [Org.]. *Dicionário de História de Pelotas.* Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010.

_____. *História e tradições da cidade de Pelotas.* 2. ed. Pelotas: IEL/UCS/RS, 1981.

_____. *Pelotas agrícola e pastoril* (História da Associação Rural). Pelotas: Armazém Literário, 1998.

MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande*: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

OSÓRIO, Helen. *"Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes*

que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825". In: Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PEREIRA, Clésis Niara Luna. *O processo de desativação do porto de Pelotas/RS*: uma alternativa para viabilizar a sua reativação. 2000. Monografia (Conclusão do curso de Geografia), Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Pelotas, 2000.

POETSCH, Martha Costa. *Área portuária de Pelotas e a sua Identidade. Pelotas*. 2002. Tese (Doutorado em Integração Regional). Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Pelotas, 2002.

REINHEIMER, Dalva N. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha.* São Leopoldo: OIKOS, 2010.

SCHMITZ, Maira Eveline. *Nas asas do vapor: construção do espaço ferroviário em Pelotas/RS* (fim do séc. XIX – início do séc. XX). Dissertação de Mestrado, Pelotas, 2013.

SPH-Pelotas. Disponível em:< http://www.lagoadospatos.com.br/porto_pelotas.asp >.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* São Paulo: Nacional, 1977.

WEINER, Günter. *Urbanismo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

Recebido em 15/07/2019
Aprovado em 19/03/2020

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

Instituições culturais e redes de cooperação intelectual no RS dos anos 1920: o IHGRGS e o APERS [1]

Jefferson Teles Martins[2]

Nesta palestra, inicialmente, quero retomar o contexto intelectual brasileiro e sul-rio-grandense do primeiro pós-Guerra, relacionando a visita de Olavo Bilac ao Rio Grande do Sul, em 1916[3], com a organização dos intelectuais locais em torno no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1920, e de uma agenda intelectual que colocava o regionalismo a serviço do nacionalismo, para resolver a questão da integração do Rio Grande do Sul ao todo da nacionalidade. Em seguida, quero ressaltar a cooperação interinstitucional como estratégia de um grupo de agentes que atuava em diversas instituições, públicas ou não, entre elas o Arquivo Público do Estado, o Museu Júlio de Castilhos e o IHGRGS para o mútuo fortalecimento dessas instituições e a consolidação de um conjunto de posições estratégicas de prestígio intelectual.

A Primeira Guerra Mundial gerou profundas mudanças no universo intelectual brasileiro. Nesse contexto, emergiu o *"novo* nacionalismo", que teve como resultado concreto a criação da *Liga de Defesa Nacional*, cuja vanguarda foi assumida por intelectuais como Olavo Bilac e Coelho Neto. As sociedades europeias que antes eram vistas como modelo a ser seguido, passaram a ser criticadas e passaram a ser avaliadas negativamente, como sociedades "velhas" e "ultrapassadas", abrindo espaço para a valorização dos caracteres nacionais, vistos, agora, como o "novo" e o "futuro", cheios de possibilidades para um "brilhante" devir. Por outro lado, a crise de hegemonia por que passava o pacto oligárquico, que deu os primeiros sinais de fissura na Campanha Civilista (1910), abriu a estrutura de *oportunidade* política para que ocorresse a reconversão de intelectuais como Olavo Bilac e Coelho Netto – em meio à crise da hegemonia do Parnasianismo que já dava sinais de esgotamento – para questões políticas e sociais, buscando assegurar o domínio simbólico do campo literário e sobre a definição dos critérios legítimos da produção intelectual. É em meio a este conjunto

1 Palestra proferida no Arquivo Público do Estado no Painel *O Arquivo Público e a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: cooperação interinstitucional*, dia 12 de março de 2020.

2 Doutor em História, membro efetivo do IHGRGS.

3 Analisei a visita de Olavo Bilac no artigo "A visita de Olavo Bilac e a implantação do programa nacionalista entre os intelectuais gaúchos". In: RIHGRGS, Porto Alegre, n. 152, p. 53-68, julho de 2017.

de transformações e crises que surge a *oportunidade* para os intelectuais se inserirem no mundo social, tomar *posições* e ocupar *espaços* no campo de poder, rompendo com o isolamento que os caracterizou nas primeiras décadas republicanas. Os intelectuais mediante a redefinição do seu *papel* na sociedade passam a ocupar, ou reivindicar, a posição de porta-vozes e vanguarda dentro de um programa nacionalista, que tinha como "missão" criar a Nação (SKIDMORE, 1975; VELLOSO, 1993; PECAUT, 1990).

Esse movimento nacionalista do primeiro pós-guerra instaurou uma *agenda* intelectual a ser seguida, na qual figurava, com prioridade, o estabelecimento de uma identidade nacional, mas também afetou os próprios *critérios* de *reconhecimento* e *legitimação* intelectual. Os intelectuais se auto investem da condição de portadores da "identidade nacional". As produções da literatura e da arte deveriam, a partir de então, ter uma função social e didática para serem aceitas como legítimas: ensinar ao cidadão o amor à Pátria (PECAUT, 1990; VELLOSO, 1993). As periferias do "campo" intelectual brasileiro não ficaram infensas a estas transformações nos padrões de legitimação da esfera intelectual, quanto ao papel dos homens de letras e quanto à agenda intelectual.

Em 1916, Olavo Bilac, em sua cruzada de propaganda nacionalista, esteve durante trinta dias no Rio Grande do Sul, dos quais 14 somente em Porto Alegre, em múltiplas solenidades, como conferências, privadas e públicas, desfiles, jantares, etc., pregando a criação de uma unidade da Liga de Defesa Nacional e a profissão ao culto nacionalista. Foi formada uma comissão central para organizar todas as recepções e festas que se fariam ao "ilustre brasileiro". Fizeram parte desta comissão futuros membros do Instituto Histórico, efetivos e correspondentes, como o Monsenhor Mariano da Rocha, Benjamim Flores e Alcides Maia. Desde a despedida no Rio, a visita de Bilac foi revestida de caráter oficial, contando com a presença do representante do presidente da República, General Faria, também o deputado federal do PRR Joaquim Osório e o presidente do Banco do Brasil, Homero Batista.[4] Na ocasião do primeiro dia da estada de Bilac em Porto Alegre, um dos "novos" escritores, que despontava como um "*de mais largo futuro entre os da sua geração, no Brasil*", Mansueto Bernardi, foi convidado a recitar, no Palácio Municipal, um poema que mandou imprimir em edição especial comemorativa da visita de Olavo Bilac.[5]

O jornal *O Diário* estampava o editorial de boas-vindas ao poeta:

4 Joaquim Osório e Homero Batista foram sócios correspondentes no quadro de fundadores do IHGRGS.

5 O poema chamado *Exaltação* (1916).

> Porto Alegre tem a honra de hospedar Olavo Bilac, a mais pura glória das letras brasileiras, o mais nosso dentre os poetas nacionais. "O Diário" presta a sua homenagem ao grande poeta e ao brasileiro ilustre que depois de ter engrandecido a pátria com o seu estro, empreende, neste momento a mais bela e desinteressada campanha do nosso reerguimento moral como povo e como nacionalidade. A Ésquilo concedera a Grécia o prêmio de dirigir um exército como recompensa de haver magnificado com as suas tragédias. Que o Brasil, nessa jornada, se deixe guiar pelo maior dos seus poetas.[6]

O poeta da Liga de Defesa Nacional disse às autoridades sul-rio-grandenses reunidas na Intendência Municipal na noite da sua recepção:

> Rio-grandenses, mais do que nunca o Brasil precisa hoje de vós e confia em vós! Já sendo crentes, sede apóstolos! Já sendo soldados, sede instrutores! Heróis, filhos de netos de heróis, criai novas legiões de heróis! E continuai, aumentai, multiplicai infinitamente o vosso heroísmo, em favor da unidade, da força, da defesa, da paz e da glória do Brasil![7]

No quarto dia da visita, o poeta falou aos intelectuais locais, numa conferência organizada pela Academia de Letras do Rio Grande do Sul[8], que teve lugar no Teatro São Pedro:

> A literatura que aqui praticais é boa literatura. Todos os vossos livros que já li, trazem a luz e o aroma do vosso ar e dos vossos campos. A vossa história e os vossos costumes, a alma da vossa terra e da vossa gente, poesia da natureza e poesia do povo, vivem nas páginas que tendes imaginado e publicado. É o melhor louvor que vos posso dar. **Exalço e abençoo o vosso nacionalismo literário**. Não vos contaminou o vício da arte dissolvente, em que pontificam distribuidores de palavras ocas, professando que o talento pode reinar sem o patriotismo, como sem a moral. Homens de

6 *O Diário*, Porto Alegre, 1 de outubro de 1916, p. 1. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

7 *O Diário*, Porto Alegre, 2 de outubro de 1916, p. 1. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

8 Entre os membros da Academia de Letras do Rio Grande do Sul estavam Mariano da Rocha, Aquiles Porto Alegre, João Pinto da Silva, Alcides Maia, José Paulo Ribeiro, João Maia, Lindolfo Collor, Otávio de Faria, Tancredo Fernandes de Melo, Manuel Joaquim de Faria Correa, todos futuros fundadores do IHGRGS.

> letras, sois os mesmos homens simples, amigos da vossa gente, e cidadãos na vida corriqueira e na vida da arte, cidadãos entre os vossos filhos e entre os vossos livros, nos lares que fundastes com vosso afeto e nas obras de ficção que aparelhastes com a vossa inteligência.
> Se agradecendo as boas palavras de animação que me dirigistes, venho entreter-vos de assunto que não de pura técnica literária, é porque sei que **a vossa literatura é fruto e flor do vosso patriotismo**. E sei também que o vosso povo vos escuta com carinho e vos lê com confiança... **Dizei-lhe, senhores, que ele deve, como vós, persistir no seu culto regionalista, amando o seu torrão, e cada vez mais se integrando no culto nacionalista, na adoração da unidade da Pátria**. E dizei-lhe que, para os povos dignos, como para os homens nobres, a mais bela virtude é a do desinteresse. [...] A vossa literatura é uma força. Já a aproveitastes para a coesão e consciência dos rio-grandenses: coligindo e catalogando as lendas do povo, os contos singelos e as ingênuas trovas dos vossos campinos, e depois, com o vosso talento e a vossa cultura, estabelecendo em romances e poemas os vários aspectos do trabalho, das lutas, do amor, do entusiasmo de toda a vida da população – de certo modo criastes a existência moral da sociedade em que viveis, porque a fixastes em beleza artística. **Deveis agora aproveitar esta força para uma multiplicação de coesão e consciência – para o trabalho da unidade da Pátria**. Professai e pregai, em todas as páginas que escreverdes, este princípio: a riqueza, o progresso, a ventura de cada um dos fatores da federação não devem ser unicamente inventados e aumentados para o engrandecimento próprio, mas para o engrandecimento do Brasil (grifos meus).[9]

Pesava sobre o Rio Grande do Sul o estigma de "corpo estranho à Nação". Se, por um lado, havia a constatação de que não existia uma identidade nacional (a qual deveria ser criada), por outro, o Rio Grande do Sul estava mais defasado que outras regiões na sua integração ao quadro da nacionalidade pela desconfiança que pesava sobre o estado em virtude da experiência seccionista de 1835 e da sua proximidade e similaridades culturais com o Prata. Portanto, antes de dar sua contribuição para a criação da identidade nacional, era preciso resolver as suspeitas que recaíam sobre a integração dos sul-rio-grandenses ao Brasil. Nesse sentido, Olavo Bilac indicou a chave discursiva para os intelectuais sul-rio-grandenses resolverem esse dilema e desfazerem aquele estigma. Disse Bilac:

9 *O Diário*, Porto Alegre, 5 de outubro de 1916, p. 5.

> A mais bela das virtudes é o desinteresse. O Rio Grande do Sul de todos os trechos da terra brasileira, é talvez o que mais tem sofrido em lutas pela liberdade e pela dignidade da nação, em guerras em favor da formação da nossa soberania. Já ele nos salvou, a todos nós, em dias tristes.[10]

É nesse contexto intelectual e ideológico que foi criado o IHGRGS, em 1920, numa das salas do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, por pesquisadores da história local que haviam atendido ao apelo de Olavo Bilac, em 1916, e que assumiram para si a missão de dizer ao Brasil "o que é o Rio Grande" e de sepultar as desconfianças sobre o patriotismo dos rio-grandenses na esteira das comemorações do bicentenário da independência do Brasil, corrigindo as "inverdades que se diziam sobre o Rio Grande" e utilizando a chave discursiva sugerida por Bilac de que o Rio Grande era o "sentinela da nacionalidade".

A instituição criada e acomodada por dois anos no APERS - sob o patrocínio do seu diretor Florêncio Abreu, que acumulou também o cargo de presidente do IHGRGS - inaugurou uma tendência, primeiro no meio intelectual que depois se estendeu ao campo político, de unificação das elites e superação das clivagens presentes desde a Revolução Federalista de 1893 e, que, ainda se manifestariam na revolução assisista, em 1923. O IHGRGS congregava membros de vários espectros político-partidários e ideológicos, desde o presidente do estado Borges de Medeiros até o líder das oposições, Assis Brasil. O IHGRGS antecipava, desta forma, em quase uma década a pacificação do estado e união das elites políticas regionais.

No momento da criação do IHGRGS, seus membros se viam com a responsabilidade de "abrasileirar o Rio Grande"; posteriormente, na segunda metade da década de 1920, boa parte estaria engajada na missão política de "agauchar o Brasil" (GUTFREIND, 1998).

Outro aspecto importante é o caráter coletivo da criação do IHGRGS. A instituição reunia membros de vários segmentos e estratos sociais: professores, advogados, políticos, padres, militares, jornalistas. Um dado importante daquele grupo era a ocupação de seus membros em quadros e repartições do funcionalismo público, que permite caracterizá-los, principalmente, como oriundos de setores médios urbanos. Boa parte tinha ligações orgânicas com o Partido Republicano Riograndense. A mobilização coletiva desse grupo foi possível graças à tomada de consciência dos intelectuais locais que começaram a se ver como grupo e construir uma identidade coletiva. Os sentimentos comuns que davam a liga ao grupo e

10 Idem.

reflete o pensamento mais geral dos intelectuais gaúchos: 1) de que o Rio Grande do Sul estava predestinado a ser uma liderança "moral" para o Brasil; 2) a percepção de que se diziam "inverdades" e "calúnias" sobre o Rio Grande do Sul, que precisavam ser revistas e desmentidas; 3) o sentimento de que havia certa "prevenção" para aquilo que se gerava no Rio Grande do Sul em termos de produção cultural.

A criação do IHGRGS foi marco inicial do processo de institucionalização da história no Rio Grande do Sul[11] e que definiu os rumos da historiografia sul-rio-grandense pelas décadas seguintes. O reconhecimento e a legitimidade institucional foram construídos pari passu ao reconhecimento dos seus intelectuais pelos pares nacionais e pelo espaço de poder local. Esse processo de reconhecimento requereu a formação de redes intelectuais nacionais e internacionais. A criação do Instituto foi iniciativa de um grupo de indivíduos que fez das salas do Arquivo Público do Estado um espaço de sociabilidade intelectual, ou porque trabalhavam ali ou porque realizavam suas pesquisas naquela repartição. Faziam parte desse grupo, Florêncio Abreu, diretor do Arquivo, Eduardo Duarte, funcionário do mesmo órgão público, Otávio Augusto de Faria, diretor da Repartição de Estatística que funcionava junto ao Arquivo Público, José Paulo Ribeiro, notário, e ainda o tenente Souza Docca, que frequentava o Arquivo a fim de realizar suas pesquisas em busca de subsídios para o seu livro *As Causas da Guerra do Paraguai* (1919). Somavam-se a eles, os padres jesuítas João Batista Hafkemeyer e Carlos Teschauer, que, segundo depoimento de Eduardo Duarte, trabalhavam diariamente no mesmo espaço, em pesquisas de caráter histórico. Estes e outros foram os primeiros idealizadores e articuladores da mobilização pela criação do IHGRGS em 1920.

A colaboração interinstitucional foi uma importante estratégia utilizada pelos fundadores do IHGRGS para obter o fortalecimento e sucesso da instituição. Entre as transformações ocorridas na esfera intelectual gaúcha nas primeiras décadas do século XX, pode-se destacar a conquista de um espaço institucional de atuação para os intelectuais rio-grandenses, através da formação e consolidação de um conjunto de posições estratégicas de prestígio intelectual e da formação de uma rede de colaboração entre instituições culturais, públicas ou não, entre as quais podem ser citadas o IHGRGS, o Arquivo Público, o Museu do Estado Júlio de Castilhos.

11 A pesquisa histórica no RS não nasceu com a criação do IHGRGS, mas com ele foi iniciada a institucionalização do saber histórico. Antes, havia a pesquisa histórica individual realizada por estudiosos em arquivos estrangeiros e nacionais, a maior parte fora do Rio Grande do Sul, ou ainda, pelos esforços individuais de pesquisadores que conseguiam coletar documentos e montar arquivos particulares, como foi o caso de Alfredo Ferreira Rodrigues.

Estas instituições, nas décadas de 1920 e 1930, foram dirigidas pelo mesmo grupo de agentes e formavam uma rede de cooperação, tanto no âmbito "político" quanto no aspecto logístico de seu funcionamento que envolvia desde a organização de arquivos e documentos até a etapa de divulgação de resultados de pesquisa e estudos históricos. As oito reuniões preparatórias para a criação do Instituto Histórico ocorreram na "sala principal" do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, na época dirigido por Florêncio Abreu, e que foi presidente do IHGRGS até 1934. Depois de fundado o Instituto, quando ainda não possuía sede própria, teve como primeira sede provisória o próprio Arquivo Público. Posteriormente, o IHGRGS foi "abrigado" no Museu Júlio de Castilhos, então dirigido por Francisco Rodolfo Simch. No ano de 1925 ocorreu a reorganização dessas instituições do estado. O Museu deixou de fazer parte da Secretaria das Obras Públicas e passou à responsabilidade da Secretaria do Interior e do Exterior[12]. Nessa reorganização, a 2ª Seção do Arquivo Público, que correspondia ao arquivo histórico, foi transferida para o Museu Júlio de Castilhos, com o referido pessoal.[13] Nesse ano, já havia sido feita a troca das diretorias do Arquivo Público e do Museu. Alcides Maya tornou-se diretor do Museu do Estado e Francisco Rodolfo Simch foi nomeado diretor do Arquivo Público.[14] Essa reorganização da estrutura da gestão cultural do estado revela o nível político da cooperação e influência dos agentes intelectuais dentro do espaço de poder. Se o IHGRGS estava sediado no Museu, fazia mais sentido aos seus agentes que o Arquivo Histórico fosse desmembrado do Arquivo Público e trazido para o Museu. Durante cinco anos a principal função do Museu foi abrigar o IHGRGS e seus membros, já que não esteve aberto à visitação pública de 1925 até 1929, a não ser aos pesquisadores do Departamento de História Nacional (SOUZA, 2014, p. 42-44).

A seção de História anexada ao Museu, em 1925, ficou sob a direção de Eduardo Duarte, que era um agente central nesse processo de colaboração institucional. Ele foi o principal responsável pela organização da documentação histórica presente no Arquivo Público. Ao mesmo tempo, foi o responsável pela redação da Revista do Arquivo Público (e depois do Museu e Arquivo Histórico) e da Revista do IHGRGS. A relação colaborativa entre o IHGRGS e o Museu (do Estado) Júlio de Castilhos perdurou até o ano de 1943. Tanto Alcides Maya, quanto Franscico Rodolfo Simch eram membros fundadores do IHGRGS, e este último foi eleito seu presidente em 1934.

Assim, fica demonstrado a relação estreita entre instituições, seus

12 Decreto 3527, de 13 de outubro de 1925 (SOUZA, p. 40).
13 Decreto 3528, de 13 de outubro de 1925 (SOUZA, p. 40).
14 Decreto 3473, de 15 de maio de 1925 (SOUZA, p. 40).

agentes e o espaço de poder para o fortalecimento institucional e a consolidação de posições de prestígio intelectual dentro da gestão cultural do estado nos anos 1920 e 1930.

REFERÊNCIAS:

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Riograndense**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo Ática, 1990.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VELLOSO, Monica. A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, vol. 6, n. 11, 1993.

Fontes:

O Diário, Porto Alegre, 1 de outubro de 1916, p. 1. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

O Diário, Porto Alegre, 2 de outubro de 1916, p. 1. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

O Diário, Porto Alegre, 5 de outubro de 1916, p. 5. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

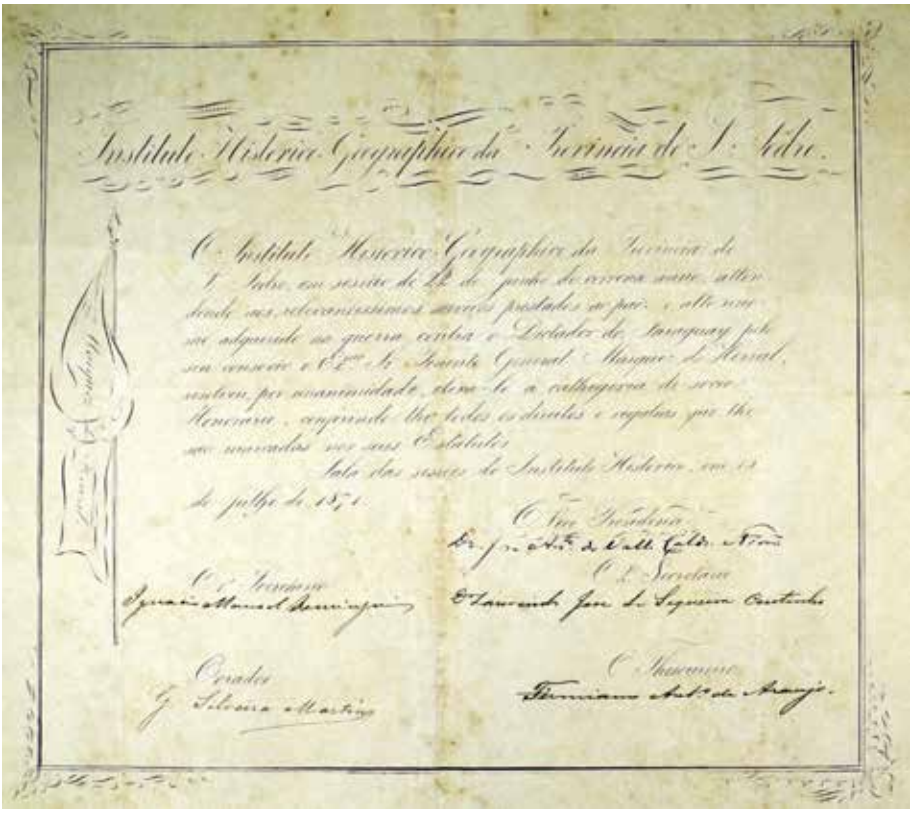
Fonte bibliográfica:

SOUZA, Vanessa Becker. Museu Júlio de Castilhos: 111 anos de História em Arquivos. Porto Alegre: EDIJUC/IHGRGS, 2014, p. 42-44.

Documentação

Comentário sobre o diploma de sócio honorário conferido ao Marquês do Herval, pelo Instituto Histórico Provincial

Luciana Fernandes Boeira[1]



O documento que ora se apresenta é um diploma de sócio honorário, datado de 15 de julho de 1871 e conferido pelo antigo Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) a um de seus mais ilustres associados, o General Manuel Luís Osório, Marquês do Herval, em sessão ocorrida no dia 22 de junho daquele mesmo ano.

Aparentemente, se poderia crer tratar-se da emissão de um documento usual no cotidiano de uma associação letrada oitocentista. E realmente o seria, não fosse a data excepcional de sua produção: o ano de 1871, período no qual o Instituto Histórico já não se reunia com regularidade e havia muito não publicava sua outrora prestigiada revista trimensal. Ou

1 Doutora em História

seja, a conferência da honrosa distinção ao General Osório demonstra que havia, por parte dos letrados do Instituto, uma intenção muito maior que aquela de simplesmente homenagear um de seus associados: era essencial ao Instituto marcar sua presença na cena política e social rio-grandense da nascente década de 1870, ligando a agremiação a um nome de peso não somente na província sulina, mas também a alguém que fosse aplaudido e reconhecido no centro do país. Portanto, a aposta do Instituto era alta: laurear um grande homem e, assim, tentar injetar ânimo em seus pares para, quem sabe, dar uma sobrevida à agremiação agonizante.

Poucos meses antes, no dia 16 de fevereiro de 1871, o médico e poeta José Antônio do Valle Caldre e Fião, que respondia como vice-presidente do Instituto, assim desabafava em carta enviada ao amigo e presidente da casa, o Conde de Porto Alegre, Manoel Marques de Souza, sobre o estado em que se encontrava a associação: "O Instituto não tem se reunido, porque diz-me o Dr. Ignácio, o Sr. Andradesinho tem posto suas dificuldades na entrega do Arquivo. Veremos o que se pode fazer" (HAFKMEYER, 1923, p. 280). O poeta estava não somente prestando contas ao velho companheiro, mas também buscava apoio na figura forte e influente do Conde, afinal, a agremiação histórica até aquele momento, estivera entrelaçada ao vulto varonil de Manoel Marques de Souza, que sucessivamente era reeleito para a presidência do Instituto. Para além de reconhecido herói militar, o Conde era, ainda, uma das grandes lideranças políticas da Província, atuando, assim como a maioria dos quadros que compunham o Instituto, no Partido Liberal Progressista.[2]

A preocupação do poeta Caldre e Fião para com o futuro da instituição histórica era genuína: desde que, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, se iniciaram as movimentações em torno da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), as dificuldades para manter o

2 Por volta de 1850, o peso da centralização política era grande no país. Na década seguinte, com o retorno dos liberais ao Parlamento e ao governo, as reivindicações por maior autonomia às províncias e municípios, dentro da defesa de uma ideia de descentralização política, retornariam à pauta. Nessa época, de 1853 até 1862, predominou no país uma política conhecida como Conciliação Partidária, seguida de um período liberal até 1868, quando os conservadores retornaram ao poder (CARVALHO, 2012, p. 103). O Partido Liberal Progressista surgiu em meio às constantes rearticulações partidárias ocorridas no Rio Grande do Sul desse período. Em 1852, criou-se a Liga e, no mesmo ano, surgiu a Contra-Liga, organizada por políticos que não aceitaram a Liga. Enquanto na primeira predominavam conservadores, a Contra-Liga era de maioria liberal. E foi dessa Contra-Liga que nasceu o Partido Liberal Progressista (Piccolo; Vizentini, 1979, 1980, p. 134). A Liga dominou a Assembleia rio-grandense de 1852 a 1855, enquanto os liberais progressistas a controlariam de 1856 até 1865, quando a efervescência política foi interrompida. O Conde (na época, ainda Barão) de Porto Alegre e Caldre e Fião se mantiveram ligados aos progressistas.

Instituto em funcionamento se fizeram presentes. Isso porque muitos dos nomes que compunham seu quadro social estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, na contenda armada. O próprio Manoel Marques de Souza, que, como se observou, era a figura central em torno da qual orbitava a associação, partiu cedo para os campos de batalha, ausentando-se por longo período. "A voz do dever chama-me ao campo de honra e eu não tenho tempo de demorar-me aqui (...)" (HAFKMEYER, 1923, p. 278), discursou, antes de partir. No retorno, ao se deparar com um Instituto retraído, percebeu a necessidade de reaquecer as vozes e estimular seus colegas a retomarem os trabalhos há tempos inertes:

> O nosso silêncio ante esta importante travessia do tempo tem sido um resfolegar, em que tereis junto muito cabedal para a tradição que vos estava confiada. Reparastes: é mister que vos levanteis e que mostreis à província que sois dignos dela e de memorar muito feito titânico, muitas aspirações, muitas lições proveitosas. Tendes muito a fazer, o concurso de novos homens de letras ser-vos-á preciso; a reorganização de vosso quadro social será obra que vos deva ocupar e que absorverá vossos cuidados. (HAFKMEYER, 1923, p. 279).

Nesse sentido, prestar tributo ao Marquês do Herval casava perfeitamente com o momento de retomada dos trabalhos da casa, pois sua figura representava com precisão o tipo de homem ilustre a quem o IHGPSP desejava se ligar.

Surgido em 1860, o Instituto provincial era a segunda tentativa de criação de uma agremiação histórica, aos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em solo rio-grandense.[3] Sua missão sempre foi a de registrar os feitos gloriosos dos heróis e homens ilustres da Província, a fim de contar a história da pequena pátria sob a ótica do rio-granden-

3 Uma primeira tentativa, malograda, se dera em 1855, também na capital, Porto Alegre, pelas mãos do então Presidente da Província, o Conselheiro do Império João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, que era associado ao IHGB. Naquela ocasião, Sinimbu se uniu ao mesmo Barão de Porto Alegre para criar aquela que seria a primeira filial local do IHGB, fundado havia 17 anos (em 1838, portanto), na capital do Império do Brasil. Embora não haja maiores informações quanto a essa tentativa de fundação do IHGPSP, se sabe que a instituição chegou a contar com uma pequena diretoria, presidida pelo próprio Sinimbu, pelo Barão, na qualidade de vice-presidente, e de, pelo menos, outros dois membros fundadores, o médico Manoel Pereira da Silva Ubatuba (também sócio do IHGB desde 1846) e Machado Ourique, que cumpriria a função de secretário da agremiação. Segundo Renato Costa (1982, p. 43), o falecimento de Ourique e o afastamento de Sinimbu da Presidência da Província, em junho de 1855, teriam sido os dois principais fatores que marcaram o prematuro desaparecimento da instituição recém-fundada.

se e, assim, marcar presença na cena da história nacional que se construía no Brasil do Oitocentos.

Nessa perspectiva, nada mais justo que conferir "todos os direitos e regalias" ao Marquês do Herval ao elevá-lo à categoria de honorário, como diz o diploma, pois era estratégico atrair a atenção da sociedade rio-grandense à retomada dos trabalhos da agremiação.

Assim como o Conde, o Marquês do Herval lutara e se destacara com louvor nos campos de batalha do Paraguai. A luta armada, apesar de ter provocado sérios prejuízos econômicos e políticos ao Império de D. Pedro II, trouxe inequívocos benefícios aos rio-grandenses. Era sabido na Corte que a vitória brasileira na campanha militar não teria sido possível sem homens do porte do General Osório e ele se tornou o militar mais respeitado do pós-guerra, superando, inclusive, o Duque de Caxias:

> Politicamente, Osório tornou-se ministro de Estado e senador, ou seja, ocupou o topo da elite política nacional. O Osório militar se utilizava de suas amplas redes sociais com seus camaradas do Exército para obter ganhos eleitorais na política e ampliar o poder do Partido Liberal. (...) E o Osório nobilitado pela Coroa reforçava os ganhos obtidos em ambas as esferas, pois, agindo não somente como general, mas também como marquês, ele conquistava o respeito e admiração de todas as famílias ricas e nobres do Império, pois aos olhos de muitos os seus atos eram reconhecidos pelo Rei. (VARGAS, 2010, p. 246).

Embora, em um passado recente, a cisão do Partido Liberal na Província de São Pedro tenha colocado, de um lado, Caldre e Fião e o Barão junto aos Progressistas e, de outra parte, Osório tenha permanecido unido aos Liberais Históricos, o novo momento político trazido com a década de 1870 novamente aproximava as facções liberais. A partir de 1868, Osório se tornou, incontestavelmente, o chefe dos liberais no Rio Grande do Sul. Em 1869, antes mesmo de a guerra chegar ao fim, seu prestígio lhe possibilitou obter o título de Marquês do Herval. Em 1871, antes de ganhar a homenagem do IHGPSP, uma pomposa solenidade militar, em Porto Alegre, fez Deodoro da Fonseca entregar uma espada de honra ao General Osório. Aos 63 anos, coberto de pompa e já ostentando o título de sócio honorário do IHGPSP, a sólida e célebre figura de Osório servia como pilar para a hegemonia dos liberais na Província: superadas as rusgas políticas que um dia os afastaram, era momento de reconhecer a importância política do Marquês do Herval:

> Em dezembro de 1871, o Conde de Porto Alegre manifestou-se afirmando que Osório, depois do Imperador, era "o cidadão mais prestigioso do Brasil" e escreveu-lhe perguntando se os liberais deveriam participar das eleições. (VARGAS, 2010, p. 256).

Os resultados da reaproximação logo vieram: sob a proteção do Marquês, em 1872, no auge de seus 68 anos, o Conde se elegeu deputado pelos Liberais. O mesmo aconteceu com o jovem Gaspar Silveira Martins, orador do IHGPSP na ocasião da diplomação de Osório na casa. Silveira Martins também assina o documento aqui analisado. Anos mais tarde, inclusive, mas antes da conhecida briga política que os separou, Silveira Martins e Osório compuseram o mesmo governo, sendo, respectivamente, Ministros da Fazenda e da Guerra no Gabinete Sinimbu (1878-1880), o mesmo político que fundou, aliás, o primeiro Instituto Histórico na Província sulina, em 1855.

Uma pena, porém, que o prestígio político de Osório não tenha auxiliado a reerguer o letárgico Instituto Histórico. A 07 de maio de 1872, Caldre e Fião novamente escrevia ao amigo Manoel Marques de Souza: "O Instituto vegeta, enquanto V. E. aqui não chega. Os sócios tudo esperam de V. E." (HAFKMEYER, 1923, p. 281).

Não havia mais espaço de ação para a antiga agremiação histórica em meio às diversas sociedades letradas que se formavam na Província naquelas décadas finais do século XIX: a renovação e os novos ares trazidos com a juventude ligada ao Partenon Literário ditariam os caminhos da escrita da história e da literatura no Rio Grande do Sul oitocentista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional: 1830-1889* - vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

COSTA, Renato. "Os três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRS, n. 123, 1982, pp. 43-51.

HAFKEMEYER, J.B. "Manoel Marques de Souza". In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul*. III e IV Trimestre, Anno III. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1923, pp. 276-284.

PICOLLO, Helga; VIZENTINI, Paulo. "Contribuição para a interpretação do processo político-partidário sul-rio-grandense no Império". In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre:

UFRGS, 1979 e 1980, Anos VII e VIII, pp. 119-139.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1980.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1969-1973. 3 volumes.

VARGAS, Jonas. "Marechal, marques e senador. Política, nobreza e guerra no Segundo Reinado a partir da trajetória do General Osório (1808-1879)". In: *História: Debates e Tendências* – vol. 10, n. 2, jul./dez. 2010, p. 244-263.

Quintana e o IHGRGS: crônicas de um acervo famíliar

Alexandre Veiga[1]

Acervo MiQ/IHGRS[2]

NÃO BASTA SABER AMAR...

Para Milton Quintana

Neste mundo, que tanto mal encerra,
não basta saber amar,
mas também saber odiar,
não só servir à paz, mas também ir para a guerra.
Seguiremos assim o próprio exemplo
de Jesus, que tanto amor pregou na Terra...,
quando Ele,
num ímpeto de cólera,
a relhaço expulsou os vendilhões do templo!

A cor do invisível, 1989

Neste 30 de julho de 2020, a cultura brasileira celebra os 114 anos de Mário de Miranda Quintana. Nascido em Alegrete, na região da campanha do Rio Grande do Sul, em 1906, o maior poeta do estado escreveu textos que promoveram o encontro de temas de notória complexidade com profunda reflexão, sendo famoso principalmente por seus "quintanares". Sua biografia poética, porém, não contemplou muitos registros do seu mundo da infância ou adolescência. Cedo veio estudar em Porto Alegre, depois esteve, em mais de uma oportunidade, no centro cultural do país, o Rio de Janeiro. Mas foi na capital do Rio Grande do Sul que se estabeleceu em definitivo, tornando-se uma das suas principais figuras.

A relação do poeta Mário Quintana com a Porto Alegre dos anos 1950, quando aqui se instalou de vez, guarda algumas referências impor-

1 Historiador, arquivista, Mestre em Comunicação e Informação e Doutor em História pela UFGRS, é servidor público do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

2 Este documento, como todos os demais que não tiverem outra indicação, integram o Acervo Milton Quintana (MiQ), sob os cuidados do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

tantes com relação ao mundo em que escolheu viver: urbano, agitado e efervescente – para os padrões do período, é claro, ou como vai deixar registrado no Caderno H, "O progresso [que é] é a insidiosa substituição da harmonia pela cacofonia"[3]. Vendo Porto Alegre como uma "pequena cidade grande", e buscando sistematicamente contrastar essa cidade de muitas vozes ao seu universo interior, idílico e fantasmagórico, Quintana pouco se referia ao mundo que o havia visto nascer, tendo se identificado, desde sempre, com o cenário urbano que a metrópole oferecia. É a esta Porto Alegre, onde Quintana percorria as ruas desconhecidas, a que se vê referida em seu mais famoso poema, "O Mapa", sentindo as dores dessas ruas por onde jamais iria passar.

Essa relação do poeta com a cidade, e principalmente com os temas que por aqui transitavam, foi marcada pelo distanciamento de sua origem interiorana, na pacata e rural Alegrete de seu nascimento. Tal circunstância sempre ficou demarcada por algumas referências esparsas que o poeta fazia quanto à sua origem e sua relação com a tradição gauchesca, como se pôde ver em expressões próprias de sua personalidade. Questionado, certa feita, sobre a homenagem que lhe queria prestar sua cidade natal, saiu-se com essa:

> Outra coisa que achei extraordinária - e no mesmo sentido – foi que Alegrete, minha terra natal, resolveu gravar um poema meu em praça pública: a principal da cidade. Fiquei numa situação terrível, aquilo já tinha sido votado, mas como é que eu ia escolher um poema? Se eu achava que não poderia escolher, muito menos outros poderiam. Mas eu não podia cometer a grosseria de recusar. Em discussões que tive com o prefeito e o presidente da Câmara, disse-lhes que não podia escolher um poema porque um engano em bronze é um engano eterno. Discutiu-se, discutiu-se, e ficou assentado que ficaria apenas isto na placa: "UM ENGANO EM BRONZE É UM ENGANO ETERNO".[4]

Já suas relações com a cidade escolhida pra viver, e com vários de seus personagens, são bastante conhecidas. De jornalista do Estado do Rio Grande a tradutor na Editora da Globo, de escritor no Correio do Povo às diversas participações na Feira do Livro, divulgando suas obras, esteve sempre presente na cena cultural porto-alegrense. Uma questão que permanece em aberto, no entanto, é sua relação com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

3 Quintana, Poesia Completa, pág. 236

4 Quintana, M. Da preguiça como método de trabalho, 1987

Essa instituição, que já contava à época com seus trinta anos de refundação – havia tido uma primeira fase ainda no século XIX, sendo reinstalado em agosto de 1920 – foi uma questão significativa, posto que faziam parte do IHGRGS diversos intelectuais que eram protagonistas do mesmo cenário cultural que Quintana esperava participar. Ainda assim, o poeta pouco ou talvez nunca freqüentou o Instituto, sem que se saibam as razões para isso.

A resposta pode estar no próprio acervo do IHGRGS, onde se encontram acondicionados expressivos conjuntos de documentos que permitem compreender a história social de nosso estado. Entre eles, está o acervo que pretendemos analisar nesta edição. Trata-se do conjunto de documentos que foram do seu irmão velho, o dono de farmácia, agrônomo e produtor rural Milton de Miranda Quintana.

Nesse acervo, formado por cerca de 100 itens – diminuto, mas significativo – constam registros que mostram as características familiares das quais o poeta se afastou ao longo de sua trajetória.

Foto de Milton Quintana, s/d

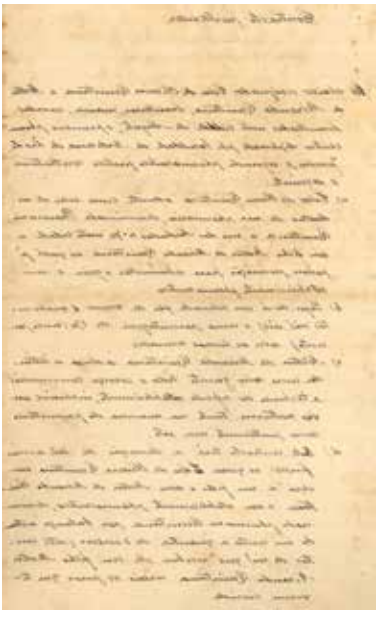
Essas peculiaridades, no entanto, revelam mais do ambiente em que ele se formou, à revelia do que depois seria sua vida pública.

Milton de Miranda Quintana nasceu em Alegrete, no Rio Grande do Sul, em 9 de novembro de 1894. Era o primogênito do casal Celso de Oliveira Quintana e Virgínia Palma de Miranda Quintana. Formou-se em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba/SP, onde casou com Diva Nogueira Quintana. Em 1940, exerceu as atividades de engenheiro agrônomo no Instituto de Agrostologia, em São Gabriel/RS. Depois, em 1948, trabalhou no Setor de Suinocultura da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Logo que retornou da faculdade, exerceu atividades na Pharmácia Quintana, que pertencia ao pai, em Alegrete, a partir de janeiro de 1920. Ali teria ainda a companhia do jovem Mario, recém-retornado de Porto Alegre, onde queria ter permanecido trabalhando na Livraria do Globo, como desempacotador de livros. É nesse momento que, provavelmente, se configuram os dilemas existenciais que iriam marcar a trajetória de ambos, cada um seguindo para um destino diverso e distante – ao menos em suas vidas privadas.

Enquanto Mario busca se aproximar do mundo literário que viceja-

va em Porto Alegre, Milton assina com o pai um contrato de sociedade em sua farmácia, tornando-se não apenas um funcionário – como seria Quintana – mas principalmente dono do negócio, com as responsabilidades que isso implicaria. É o que demonstra os documentos abaixo, onde constam as atribuições de ambos:



O poeta cita essa mudança de vida em sua biografia de sua maneira irônica, citando que se antes se sentia à vontade entre os livros que chegavam na Livraria, "Era um emprego muito agradável, porque eu trabalhava de desempacotador na seção de livros estrangeiros. Eu devia desempacotar as raridades francesas..."[5] Na farmácia tinha de lidar com as receitas, ainda que, como afirmara, o pai lhe desse para manipular apenas aquelas mais simples, talvez como a que se pode ver aqui, outro item interessante do Acervo MiQ:

5 Quintana, Poesia Completa, p. 31

Era uma fórmula fácil, talvez análoga àquela manipulada por Quintana, uma espécie de limonada feita com citrato de magnésio, muito apreciada por sua primeira professora, dona Mimi Contino, que a tomava como se fosse refresco. A característica que o futuro poeta mais apreciava no seu produto inusitado era a "limpidez", justamente o que iria depois propor em suas obras.

República dos Estados Unidos do Brasil

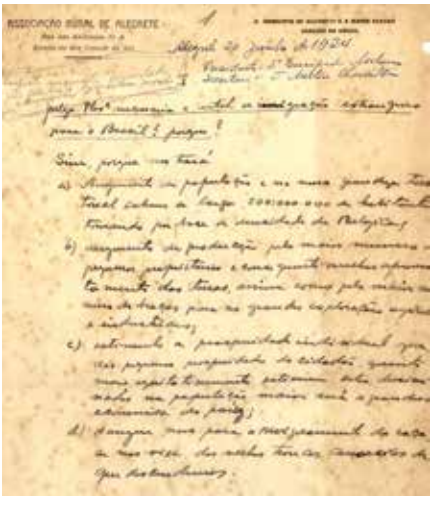
REGISTRO CIVIL

Estado do Rio Grande do Sul

Nascimento (N.

Nesse mesmo período, o irmão mais velho vivenciava sua mudança da atividade farmacêutica, aproximando-se de sua futura ocupação profissional, em meio ao aumento da família. Na época, já lhe haviam nascido os três primeiros filhos, e sua visão de mundo estava se condicionando às suas novas responsabilidades, tanto privadas quanto no seio da sociedade alegretense.

São desse período os registros encontrados em seu acervo, que repercutem esse momento de sua vida. É de sua autoria um texto manuscrito em 23 páginas analisando as vantagens da imigração estrangeira para o Brasil:


ASSOCIAÇÃO RURAL DE ALEGRETE

Provavelmente neste mesmo período, em documento sem data, Milton apresenta manifestação junto à Câmara de Vereadores de Alegrete, solicitando que seja formada uma comissão especial para identificar e dar apoio à população pobre do município.

Quintana, anos mais tarde e ao seu modo, também se referia à população humilde, declarando neste texto, deliciosamente poético:

LAGOSTA À MODA FRANCESA

Aos domingos, como os meus remanescentes amigos costumam passar fora o fim de semana e como este tem por finalidade, não confessada, exatamente essa espécie de ascese que é a gente livrar-se durante um dia e meio dos amigos, fico com o dia em branco e devoro literalmente os jornais. Desde os pequenos anúncios, onde encontro coisas deliciosamente assim: "Alugam-se duas salas para senhoras bem arejadas" até seções dedicadas ao lar. Ora, na última destas, li e reli: LAGOSTA À MODA FRANCESA – Ponha a lagosta, para cozinhar, num molho de escabeche bem grosso: deixe esfriar no próprio líquido em que foi cozida. Separe então a carne da lagosta, deixando intacta a carapaça da mesma. Reserve alguns pedaços mais bonitos e pique o resto para fazer um guisado. Refogue na manteiga, junte um pouco de vinho do Porto e ligue tudo a um molho bem temperado. Recheie com essa carne a carapaça da lagosta, arrume dentro de uma fôrma, regue com um pouco mais de molho e leve ao forno para dourar, sem deixar no entanto ressecar por cima. Isto é de a gente ficar com água na boca... E também é de amargar! Como é que a dona-de-casa, que não consegue nem um democrático sirizinho, vai conseguir a imperial lagosta?

Isto não pode ser.

É verdade que há gente que pode...

Mas não são os da soçaiti nem os marginais que formam a classe média nacional, composta de honrados e suados barnabés. Dos marginais, nem é bom falar, porque isso nunca deixa de provocar na gente uma espécie de remorso de fundo coletivo... Quanto à "gente bem", são como que o *haut fond* da sociedade, como o dizia um amigo meu, em

contraposição ao *bas fond*. O que aliás não é implicar com ninguém.

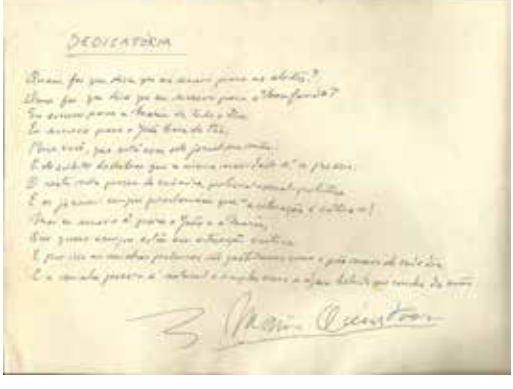
Também esclareça-se que não implico com as lagostas. A lagosta é dos poucos bichos que a gente pode ver inteiros antes de deglutir. Aquela sua armadura medieval e o seu aspecto heráldico, pois deve ter nascido para animal de brasão, tal como o nobre e irreversível hipocampo, aquele seu aspecto puramente decorativo não me constrange á mesma situação de quando fui enfrentar, há dias, uma cabeça de porco assado. Meu Deus, aquele sorriso, aquela sua face, aquilo tudo tão humano me provocou uma inibição impossível de dominar...

E, dentro dessa mesma exemplificação de sentimentalismos gastronômicos, sei de uma boa senhora que não podia comer galinhas a quem "conhecia pessoalmente" do seu terreiro. Apenas saboreava as que provinham anonimamente do mercado público.

Pois bem, meus ricos leitores, não sou, como vistes, contra lagostas e outros acepipes: isto seria levar muito longe a solidariedade democratica...

O que acontece comigo é que – com perdão da irreverência da comparação – penso como o apóstolo São Paulo, o qual, agradecendo numa de suas epístolas o auxílio financeiro que lhe haviam mandado alguns discípulos, respondeu-lhes que aproveitaria bem o dinheiro, visto que tanto estava acostumado a passar bem como a passar mal... Ótimo! Eis aí um grande santo que era também grandemente humano.[6]

Ou, então, mais de modo mais próximo de seu estilo poético, fazia a seguinte



DEDICATÓRIA

Quem foi que disse que eu escrevo para as elites?
Quem foi que disse que eu escrevo para o bas-fond?
Eu escrevo para a Maria de Todo o Dia.
Eu escrevo para o João Cara de Pão.
Para você, que está com este jornal na mão...
E de súbito descobre que a única

6 Quintana, Porta Giratória, 1988

novidade é a poesia,
O resto não passa de crônica policial - social - política.
E os jornais sempre proclamam que "a situação é crítica"!
Mas eu escrevo é para o João e a Maria,
Que quase sempre estão em situação crítica!
E por isso as minhas palavras são quotidianas como o pão nosso de cada dia
E a minha poesia é natural e simples como a água bebida na concha da mão.[7]

O irmão Milton, que se orientava para outra dinâmica pessoal, havia publicado na Gazeta do Alegrete, em 11 de novembro de 1937, texto exaltando a "importância da pecuária alegretense". Por ironia, o nome publicado como sendo do orador é o de Mario. Alguns anos depois, já em Porto Alegre, Milton recebe comunicação de que havia sido aceito como sócio honorário na Associação Rural de Alegrete:

Exaltada a importancia da pecuaria alegretense

O discurso pronunciado pelo orador oficial, dr. Mario Quintana

ASSOCIAÇÃO RURAL DE ALEGRETE

Alegrete, 5 de Março de 1.941.

Ilmo Sr. Dr. Milton Ellerado Quintana

Porto Alegre.

Comunicamos que em sessão de assembléia geral, ultimamente realisada, foram propostos nosso alisto honorário pelo nosso presidente, sr. Sebastiano Ferreira de Vieira, em atenção aos serviços relevantes nele vigor prestados à nossa associação e à classe, sendo esta proposta aceita por todos os presentes.

Sendo o que de momento nos é dado comunicar, com alto apreço e mui distinta consideração, somos,

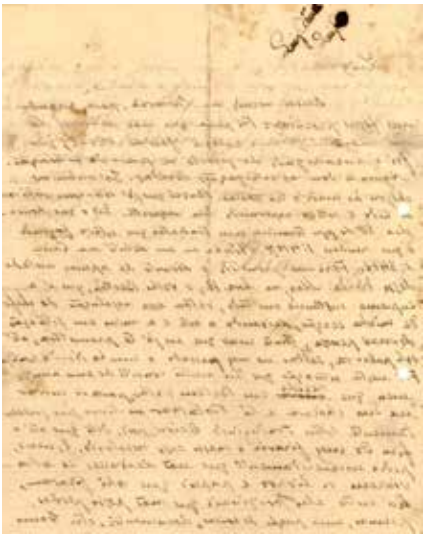
De V. S.

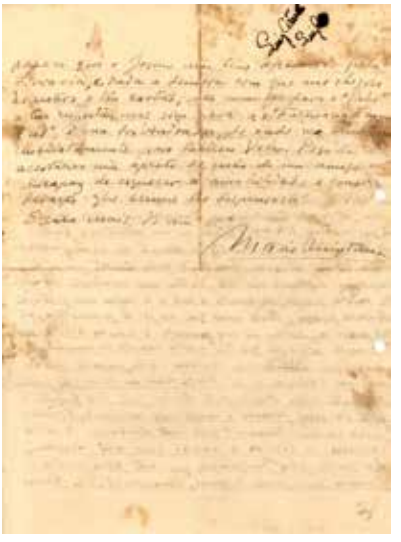
Amos. Obs. e Crdos.

A Associação Rural de Alegrete

Supor a autoria de Mario para este texto do jornal Gazeta do Alegrete, de 11/09/1937 não podia estar mais distante da realidade. Nesse mesmo período, o poeta estava em Porto Alegre, e encontrava-se certamente envolvido com questões mais comezinhas, como a solução para a falta de pagamento do quarto de hotel onde se hospedava na época. Em carta de sua autoria, remetida a Luiz Cañete – proprietário do hotel onde estava hospedado, Quintana explica os motivos que o levaram a não cumprir o acordo feito anteriormente, tratando de uma questão que o atormentaria em outras oportunidades, a falta de dinheiro:

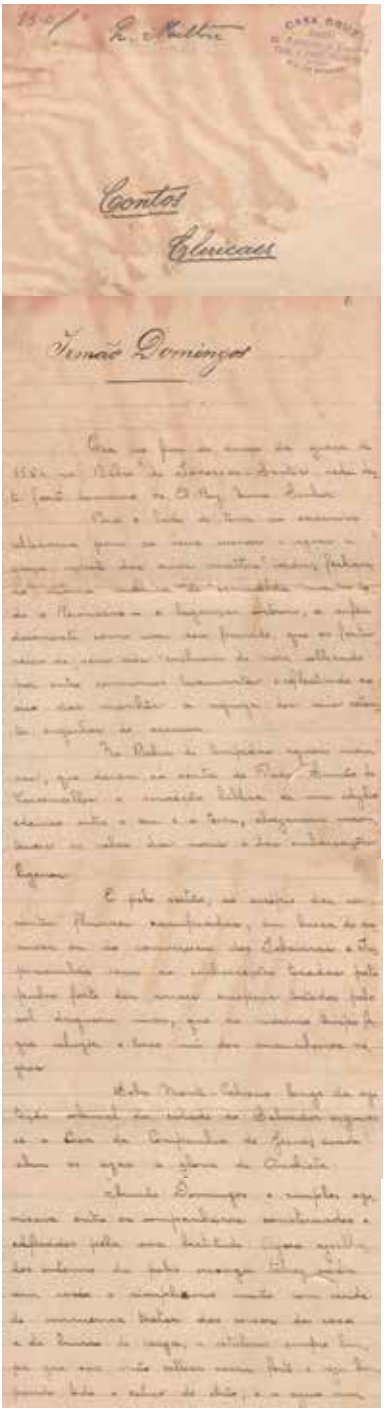
7 Quintana, A cor do invisível, 1989





Pouco depois destes episódios, Milton Quintana ingressa no serviço público estadual, mas segue próximo das atividades campeiras. O cartão ao lado refere sua função como avaliador dos danos causados por uma enchente que havia ocorrido na região:

Quintana, em 1940, publicou seu primeiro livro, "Rua dos Cataventos", dedicando-o aos irmãos mais velhos, Milton e Marieta. Ainda que à seu modo, essa lembrança revela a conexão do poeta com a família e com o mundo da cultura, que por sua vez também aparece no acervo do irmão, onde está um conto que, embora tenha seu nome registrado na folha de abertura, não pode ser confirmado como sendo de sua autoria. Porém, é possível inferir que o assunto era de seu interesse, o que nos permite abordar a questão temática entre irmãos. O texto é o seguinte:



Contos Clericais

Irmão Domingos

Era no fim do anno da graça de 1554 na Bahia de Todos-os-Santos, sede deste farto domínio de El-Rey Nosso Senhor.

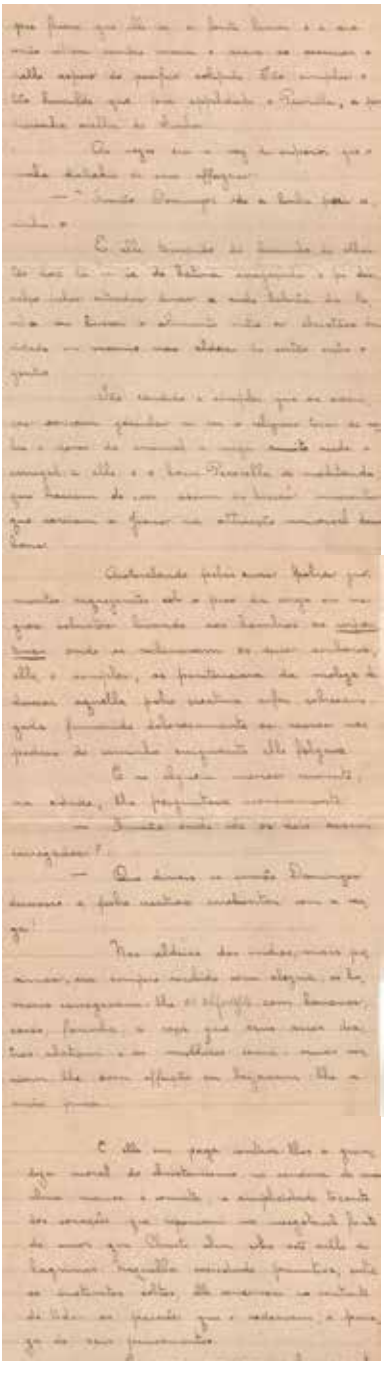
Para o lado da terra as serrarias alteavam para os céus serenos e azuis a graça agreste de suas mattas verdes, fechando numa moldura de esmeralda viva todo o Reconcavo – o lagamar interno, o arfar docemente como um seio fecundo, que as fortes veias de seus rios enchiam de vida colleando por entre cannaviaes luxuriantes e reflectindo ao oiro das manhãs a riqueza dos seus setenta engenhos de assucar.

Na Bahia de límpidas águas mansas, que davam ao sentir de Padre Simão de Vasconcellos a sensação bíblica de um idylio edênico entre o céu e a terra, alvejavam incontáveis as velas das naus e das embarcações ligeiras.

E pelo sertão, ao arripio das correntes fluviaes ramificadas, em busca do assucar ou do commercio dos Tabajaras e Tupinambás iam as embarcações tocadas pelo pulso forte dos Arraes européus tostados pelo sol daquém mar, que ao mesmo tempo fazia reluzir o torso nu dos marinheiros negros.

Sobre Monte Calvario longe da agitação colonial da cidade de Salvador erguia-se a Casa da Companhia de Jesus, donde abriu as azas a gloria de Anchieta.

Irmão Domingos, o simples agonisava entre os companheiros consternados e idificados pela sua beatitude. Agora ajoelhados entorno da pobre enxerga talvez cada um revia o simplíssimo irmão com caridade immersa tratar das coisas da casa e do burrico de carga; a estrebaria sempre limpa que sua mão callosa varria forte e rija limpando todo o esterco do chão; e a água sem-



pre fresca que elle ia a fonte buscar e a sua mão callosa sempre macia e suave ao acariciar o pello áspero do pacifico solípede. Tão simples e tão humilde que fora appelidado o Pecorella, a pobresinha ovelha do Senhor.

As vezes era a voz do superior que o vinha distrahir de seus affazeres:

– "Irmão Domingos ide a lenha para cosinha."

E elle tomando do burrinho de olhar tão doce lá se ia de batina arregaçada e pé descalço pelas estradas dunas a rude labuta da lenha ou buscar o alimento entre os christãos da cidade ou mesmo nas aldeias do sertão entre o gentio.

Tão Candido e simples que as creanças sorriam gárrulas ao ver o religioso tirar de sobre o dorso do animal a carga muito rude e carregal-a elle; e o bom Pecorella ia meditando que haviam de ser assim as boccas inocentes que sorriam a Jesus na attração universal dos bons.

Acotovelando pelas ruas pobres jumentos arquejantes sob o peso da carga ou negros robustos levando aos hombros as serpentinas onde se reclinavam os seus senhores; elle, o simples, se penitenciava da moleza de deixar aquella pobre creatura arfar sobrecarregada, firmando dolorosamente os cascos nas pedras do caminho enquanto elle folgava.

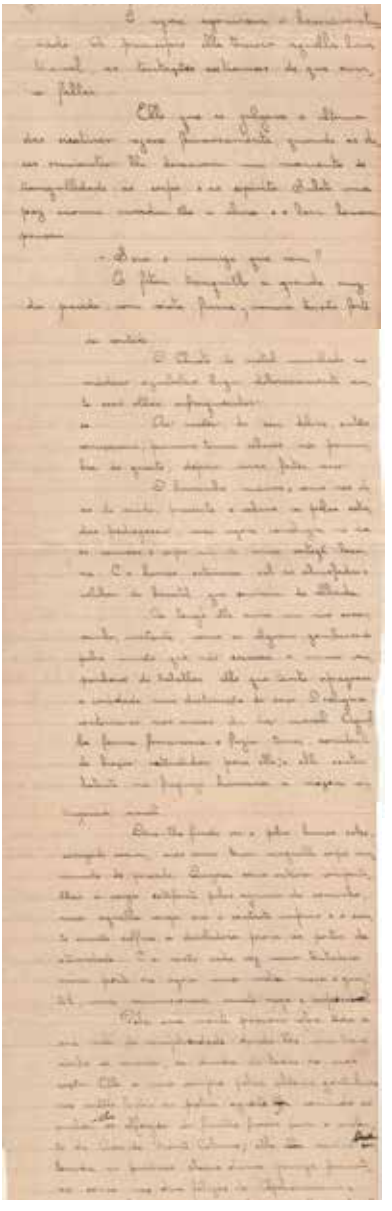
E se alguém menos reverente, na cidade, lhe perguntava ironicamente:

- Irmão onde ide os dois assim carregados?

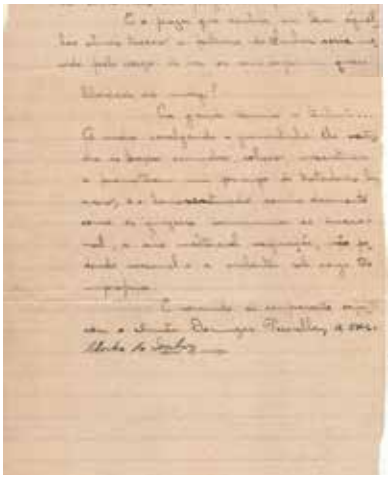
- Que diríeis se irmão Domingos deixasse a pobre creatura arrebentar com a carga!

Nas aldeias dos índios, mais próximas, era sempre recebido com alegria; os homens carregavam-lhe os alforges com bananas, carás, farinha, a caça que seus arcos destros abatiam e as mulheres semi-nuas sorriam-lhe com affeição ou beijavam-lhe a mão pura.

E elle em paga contava-lhes a grandeza moral do christianismo na candura de sua alma mansa e convicta, a simplicidade tocante dos corações que repousam na inesgotável fonte de amor que Christo abriu sobre este Valle de lagrimas. Naquella sociedade primitiva, entre os instintos soltos, elle conservou no contacto de todas as paixões que o rodeavam, a pureza de seus pensamentos.



E agora agonizava o bemaventurado. A principio ele temera aquella hora terrível, as tentações extremas de que ouvira fallar.
Elle que se julgava a ultima das creaturas rezava fervorosamente, quando as dores cruciantes lhe deixavam um momento de tranquilidade ao corpo e ao espírito. Subito uma paz enorme invadiu-lhe a alma e o bom homem pensou:
- Será o inimigo que vem?
E fitou tranquilo a grande cruz da parede, com vista firme, numa tensão forte da vontade.
O Christo de metal immolado no madeiro symbolico Luzia dolorosamente ante seus olhos enfraquecidos.
As visões do seu delírio, então começaram; primeiro tênues esboços na penumbra do quarto, depois vivas, fortes, reaes.
O burrinho manso, como nos dias de saúde, paciente e calmo ia pelas estradas pedregosas, mas agora conduzia no dorso convexo o corpo nu de uma cortezã lasciva. E o burrico estoirava sob as almofadas e colchas de brocatel que serviam de albarda.
Ao longe elle ouvia um riso escarninho, irritante, como se alguém zombasse do pobre irmão que não socorria o misero companheiro de trabalhos, elle que tanto apregoava a caridade sem distinção de seres. O religioso contorcia-se nas anciãs da dor moral. Aquella forma femenina o fazia temer, sorridente de braços estendidos para elle; e elle sentia latente na fraqueza humana a mizera contingencia sexual.
Doia-lhe fundo ver o pobre burrico sobrecarregado assim, mas como tocar naquelle corpo imundo de pecado. Quizera como outrora compartilhar a carga estafante pelas agruras do caminho, mas aquella carga era o contacto impuro e o santo irmão soffria a desoladora prova às portas da eternidade. E a visão cada vez mais tentadora mais perto era agora uma índia moça e gentil, uma reminiscência muito vaga e impessoal.
Pela sua mente passara célere toda a sua vida de simplicidade dando-lhe um travo acerbo de duvida, de duvida de todas as suas acções. Elle a via sempre pelas aldeias gentílicas nos sertões férteis da pátria agreste, sorrindo ao encher-lhe os alforges de fructas frescas para o sustendo da Casa de Monte Calvario; Ella ouvira enlevada as predicas cheias d´uma pureza primitiva como nos dias felizes de Capharnaum.



E o prazer que sentira em levar àquelas almas toscas a palavra do Senhor seria movido pelo desejo de ver os seus corpos na quase liberdade da nudez?
Era grande demais a tentação...
A índia cavalgando o jumentinho lhe extendia os braços carnudos, roliços, irresistíveis a prometterem um paraizo de tentadoras loucuras; e o bem aventurado sorriu docemente como se quizesse communicar ao irracional, a sua inalterável resignação, não podendo socorrel-o a arrebentar sob carga tão imprópria.
E sorrindo de compaixão expirou o Irmão Domingos Peconella, [segue trecho completado à lápis com outra letra].

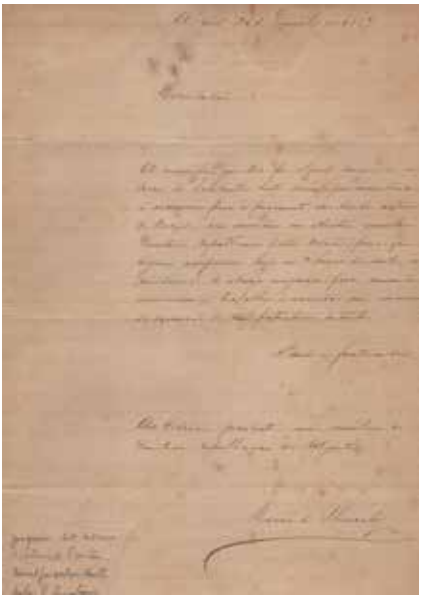
Essa dinâmica familiar dos Quintana durou a vida inteira do poeta, que foi acompanhado, até seus últimos dias, pela sobrinha-neta, Elena, recentemente falecida. Embora tenha se mantido distante no conteúdo temático, diferente em sua vida pessoal – boêmio, solteiro, sem filhos – Quintana parecia ser próximo dos seus.

Só não apreciava as mesmas visões de mundo, e mesmo sendo herdeiro de uma tradição familiar ligada ao campo – seu avô deixara inclusive marca de gado registrada na prefeitura – ainda assim estimava seu irmão Milton, que faleceu justamente no ano em que recebera a homenagem da Prefeitura de Alegrete, como vimos acima. Assim, saía um Quintana de cena, e entrava outro, definitivamente, em bronze – e sem enganos!

Como o poeta deixou registrado em entrevista concedida à Edla Van Steen,

> O meu "elemento" era a poesia. Comecei a ser poeta como um cachorro que cai n'água e não sabia que sabia nadar. (Sabia.) E o meio familiar ajudou. Tanto meu pai e minha mãe, como meus irmãos Milton e Marieta, a quem dediquei meu primeiro livro, gostavam de poesia. Nunca tive a clássica incompreensão da família, de que tanto se vangloriam

alguns poetas. Aliás, foi meu próprio irmão Milton, quinze anos mais velho do que eu, quem me ensinou a metrificar. Como tive a infância muito presa, devido à precariedade da saúde, quando pude soltei-me no mundo. Um choque. Fui criado num aviário e solto num potreiro. Daí talvez a explicação da minha posterior e prolongada boêmia.[8]



Há ainda vários outros documentos no acervo de Milton Quintana, como este "convite" feito pelo Barão de Ibirocaí aos membros alegretenses do Diretório Republicano – dentre eles, o pai de Quintana – para que apoiassem financeiramente "o pagamento da dívida externa" do país recém tornado República.

Tanto estes aqui representados, como todos os outros documentos, deste e dos demais acervos que estão recolhidos no Instituto, estão disponíveis para consulta em sua sede. Ainda permanece, aguardando novos estudos, a questão sobre a presença do poeta no IHGRGS, que precisa ser melhor explorada. E assim também continua o Instituto Histórico do Rio Grande do Sul à disposição para receber outros acervos pessoais relevantes para a preservação da memória da nossa sociedade, que é a função que essa instituição tem realizado nestes seus cem anos de história.

REFERÊNCIAS

QUINTANA, Mario. Poesia Completa em um volume. Organização Tania Franco Carvalhal. Rio de Janeiro:Nova Aguilar, 2005.

_____. Da preguiça como método de trabalho, 1987

_____**.** Porta Giratória, 1988

_____. Quintana, A cor do invisível, 1989

CESAR, Augusto Celso Quintana. A Família Quintana. Ed. do Autor. NAM/CCMQ, 2003.

8 . Da preguiça como método de trabalho (1987)

Projetos

É com grande satisfação que informamos o início de mais um importante projeto de preservação de bens culturais do nosso estado. Nos próximos meses serão desenvolvidas as atividades que compõe o projeto Criação da Oficina de Restauro do Palácio Piratini (PRONAC 180938), proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal com importante patrocínio do Banrisul. A Oficina de Restauro do Palácio Piratini, visa à recuperação de pequenas peças/elementos do Palácio, como balaustradas, pavimentação de pedras portuguesas, maçanetas, mobiliário, luminárias, para a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.

No âmbito das comemorações do Centenário do Palácio Piratini (2021) damos início a execução do projeto de Restauração do Mobiliário Histórico do Palácio Piratini (180836) proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal e com o decisivo patrocínio do Banrisul. O projeto tem como objetivo o restauro do 1º lote do mobiliário histórico pertencente ao acervo de bens móveis e integrados do Palácio Piratini, visando deter o avanço no processo de degradação que ameaça a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.

Confira os releases dos projetos no site do IHGRGS:
www.ihgrgs.org.br